



ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DOUTORADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

RODRIGO RIBEIRO DA LUZ

**CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS APLICADAS A POLÍTICAS
PÚBLICAS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS
ENTES FEDERATIVOS DO BRASIL**

Brasília – DF
2025

RODRIGO RIBEIRO DA LUZ

**CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS APLICADAS A POLÍTICAS
PÚBLICAS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS
ENTES FEDERATIVOS DO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado ao Programa de Doutorado
Profissional em Políticas Públicas da Escola
Nacional de Administração Pública (ENAP)
como requisito para obtenção do título de
doutor.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Claret Campos Filho

Brasília – DF
2025

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

L979c Luz, Rodrigo Ribeiro da
Ciências comportamentais aplicadas a políticas públicas da
previdência complementar dos entes federativos do Brasil / Rodrigo
Ribeiro da Luz. -- Brasília: Enap, 2025.
206 f.: il.

Tese (Doutorado – Programa de Doutorado Profissional em
Políticas Públicas) -- Escola Nacional de Administração Pública,
2025.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Claret Campos Filho
1. Políticas Públicas. 2. Ciências Comportamentais. 3.
Previdência Social. 4. Regime. I. Título. II. Campos Filho, Antonio
Claret orient.

CDD 320.6

Bibliotecária: Tatiane de Oliveira Dias – CRB1/2230



ATA DA BANCA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE DOUTORADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Aluno (a): Rodrigo Ribeiro Luz

Ano de Ingresso: 2021

Título da Tese: Ciências comportamentais aplicadas a políticas públicas da Previdência Complementar dos entes Federativos do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Claret Campos Filho

Avaliadores: Prof. Dr. Mauro Santos Silva

Prof. Dr. Júlio Cesar Andrade de Abreu

Prof. Dr. Cícero Rafael Barros Dias

Profa. Dra. Marizaura Reis de Souza Camões

Avaliação:

☒ Aprovado

☐ Aprovado com ressalvas

☐ Reprovado

Brasília, 19 de setembro de 2025

DocuSigned by:

Mauro Santos Silva

9A892E4FFE7F4AD...

Avaliador

Assinado por:

Júlio Cesar Andrade de Abreu

E0AAECE8665D4D2...

Avaliador

Assinado por:

Cícero Rafael Barros Dias

809DB0A06EB3420...

Avaliador

Assinado por:

Marizaura Reis de Souza Camões

025635ECC0AF42B...

Avaliadora

DocuSigned by:

[Assinatura]

968955C2BBE64B5...

Orientador



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



Resumo

Esse trabalho analisa como as ciências comportamentais podem melhorar o desenho e a efetividade das políticas públicas do regime de previdência complementar dos entes federativos no Brasil. A pesquisa foi estruturada em cinco seções e utilizou métodos e ferramentas nacionais e internacionais da área de ciências comportamentais para mapear, analisar e testar a aplicação de *insights* em políticas previdenciárias. Na primeira seção, são apresentados o problema de pesquisa, os objetivos, o contexto e a metodologia. A segunda reúne o referencial teórico, com revisão bibliográfica e discussão sobre o uso de ciências comportamentais em políticas públicas. A terceira propõe um guia prático para aplicação em desafios concretos da previdência complementar dos entes federativos. Na quarta seção é apresentado um experimento voltado a avaliar os efeitos de intervenções comportamentais na escolha do perfil de investimento dos participantes de um fundo de pensão. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais, com destaque para os principais achados. Entre os resultados encontrados, destaca-se o mapeamento de pontos de alavancagem no sistema de previdência complementar, que oferecem oportunidades para aplicação de intervenções comportamentais. Outro achado relevante foi a eficácia do uso da escolha-padrão para lidar com problemas comuns enfrentados por participantes de fundos de pensão. A principal conclusão é que as ciências comportamentais, quando utilizadas como lente analítica, têm grande potencial para aprimorar políticas públicas de previdência complementar, independentemente do nível de atuação ou da etapa do ciclo de políticas públicas em que os *insights* comportamentais são aplicados.

Palavras-chave: ciências comportamentais; previdência social; políticas públicas; Brasil; Regime de Previdência Complementar.

Abstract

This study analyzes how behavioral sciences can improve the design and effectiveness of public policies in the complementary social security scheme federative entities in Brazil. The research was structured into five sections and applied national and international methods and tools from the field of behavioral sciences to map, analyze, and test the use of insights in pension policies. The first section presents the research problem, objectives, context, and methodology. The second compiles the theoretical framework, including a literature review and a discussion on the use of behavioral sciences in public policies. The third proposes a practical guide for application to concrete challenges in the complementary pension system of federative entities. The fourth section introduces an experiment aimed at assessing the effects of behavioral interventions on participants' investment profile choices in a pension fund. Finally, the fifth section provides the concluding remarks, highlighting the main findings. Among the results, the mapping of leverage points within the complementary pension system stands out, offering opportunities for the application of behavioral interventions. Another relevant finding was the effectiveness of default choice in addressing common behavioral problems faced by pension fund participants. The main conclusion is that behavioral sciences, when used as an analytical lens, have great potential to improve public policies in complementary pensions, regardless of the level of action or the stage of the public policy cycle in which the insights are applied.

Keywords: behavioral sciences; social security; public policy; Brazil; Complementary Social Security Scheme.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. CONTEXTO	12
1.2. PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2.1. Ciências Comportamentais e Previdência Social	16
1.2.2. Sistemas de previdência social, longevidade e envelhecimento social	17
1.2.3. Sistema de Previdência no Brasil	21
1.2.4. Reformas da Previdência Social no Brasil	23
1.2.5. Regime de Previdência Privada e Regime de Previdência Complementar dos Entes Federativos no Brasil	26
1.3. PERGUNTA DE PESQUISA E OBJETIVOS	28
1.3.1. Pergunta de Pesquisa	28
1.3.2. Objetivos	29
1.4. METODOLOGIA	29
1.4.1. Estratégias metodológicas e objetivos da pesquisa	29
1.4.2. Experiência	30
1.4.3. Revisão da Literatura	31
1.4.4. SIMPLES MENTE	32
1.4.5. BASIC	33
1.4.6. ABCD	34
1.4.7. <i>Design</i> Etnográfico	36
1.4.8. CONSORT	37
1.4.9. Metodologia CINCO	38
1.4.10. JASP	39
2. ENSAIO	41
2.1. CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	41
2.2. CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS APLICADAS NOS DIFERENTES NÍVEIS E ETAPAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA PREVIDÊNCIA	42
2.3. ARQUITETURA DE ESCOLHA E PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DAS CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS	44
2.4. REVISÃO DA LITERATURA	46
2.4.1. Busca e Avaliação da Literatura	46
2.4.1.1. Critério de inclusão	46
2.4.1.2. Identificação da literatura	46
2.4.1.3. Triagem para inclusão	47

2.4.1.4.	Avaliação de qualidade e elegibilidade.....	48
2.4.1.5.	Interações.....	48
2.4.2.	Extração e Análise dos Dados	50
2.5.	ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES DE ARQUITETURA DE ESCOLHA APLICADAS À PREVIDÊNCIA	50
2.5.1.	Aplicação de Conceitos Clássicos das Ciências Comportamentais à Previdência ...	50
2.5.2.	Estudos Produzidos por Organizações Internacionais e Nacionais	51
2.5.3.	Panorama do Campo de Estudo.....	53
2.5.3.1.	Visão geral da literatura produzida.....	53
2.5.3.2.	Elementos das ciências comportamentais estudados nos artigos	54
2.6.	<i>INSIGHTS</i> COMPORTAMENTAIS E O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS ENTES FEDERATIVOS NO BRASIL	57
2.6.1.	Mapeamento das Políticas Públicas e Instituições Envolvidas	58
2.6.2.	Identificação dos Pontos de Alavancagem, Contexto, Decisões, Competências e Responsabilidade das Políticas Públicas do RPC.....	59
3.	GUIA METODOLÓGICO	64
3.1.	PROPOSTA E OBJETIVO.....	64
3.2.	APLICAÇÃO DO FERRAMENTAL BASIC.....	64
	Etapa 1 – Comportamento	65
	Etapa 2 – Análise	68
	Etapa 3 – Desenho das estratégias	77
	Etapa 4 – Intervenções e questões éticas	85
	Etapa 5 – Escalabilidade para mudanças	93
4.	EXPERIMENTO.....	106
4.1.	TÍTULO E RESUMO.....	106
4.2.	INTRODUÇÃO.....	106
4.2.1.	Proposta do Experimento e Objetivos	106
4.2.2.	1ª Jornada de Investigação de Problemas Comportamentais em Políticas Públicas 106	
4.2.3.	Problema Selecionado: Investimentos.....	107
4.2.4.	Base Teórica: Teoria do Ciclo de Vida	108
4.2.5.	Contexto	110
4.3.	DESENHO DO EXPERIMENTO.....	112
4.3.1.	Base de Dados, Seleção da Amostra e Randomização das Intervenções Comportamentais.....	112

4.3.2.	Formulário, Coleta de Dados e Intervenções.....	113
4.3.3.	Seleção e Randomização da Amostra.....	113
4.3.4.	Variável Dependente e Variáveis Independentes	114
4.3.5.	Poder de Análise	115
4.3.6.	Modelagem	115
4.3.7.	Regressão Logística.....	116
4.3.8.	Estrutura do Modelo de Regressão Logística Incremental.....	117
4.4.	RESULTADOS.....	118
4.4.1.	Diagrama de Fluxo dos Respondentes	118
4.4.2.	Estatística Descritiva	118
4.4.3.	Métricas da Regressão Logística	123
4.4.4.	Análise do modelo.....	124
4.4.5.	Coeficientes	125
4.4.6.	Impacto das Intervenções Comportamentais.....	127
4.4.7.	Efeitos das Características Individuais dos Respondentes	129
4.4.8.	Diagnósticos de performance	131
4.5.	DISCUSSÃO.....	132
4.5.1.	Interpretação dos Resultados	132
4.5.2.	Generalização	132
4.5.3.	Limitações do Experimento.....	133
4.6.	OUTRAS INFORMAÇÕES	134
4.6.1.	Termo de Compromisso, LGPD e Manifesto Ético CINCO/MGI	134
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	143

Lista de figuras

Figura 1	- Sistema previdenciário na Constituição Federal do Brasil	21
Figura 2	- Linha do tempo das principais reformas do sistema de previdência social no Brasil após a Constituição Federal de 1988 (1988 – 2024)	23
Figura 3	- Previdência complementar do servidor público nos estados, DF e municípios	27
Figura 4	- Estratégias metodológicas e objetivos de pesquisa	29
Figura 5	- Linha do tempo: referencial teórico por tema – Ciências comportamentais	49
Figura 6	- Diagrama resumo do processo de busca e avaliação para inclusão dos artigos selecionados.....	49

Figura 7 - Redução comportamental: decomposição das políticas públicas da previdência complementar em áreas estratégicas e comportamentos determinantes.....	65
Figura 8 - Pontos de decisão comportamentais: Regime de Previdência Complementar dos entes federativos no Brasil.....	66
Figura 9 - Fluxograma Comportamental: Regime de Previdência Complementar dos entes federativos no Brasil.....	67
Figura 10 - Diagnóstico e análise: Adesão	69
Figura 11 - Diagnóstico e análise: Migração	70
Figura 12 - Diagnóstico e análise: Contribuição	71
Figura 13 - Diagnóstico e análise: Seguro.....	71
Figura 14 - Diagnóstico e análise: Longevidade	72
Figura 15 - Diagnóstico e análise: Institutos	73
Figura 16 - Diagnóstico e análise: Investimento	74
Figura 17 - Diagnóstico e análise: Benefício	75
Figura 18 - Diagnóstico e análise: Tributação	75
Figura 19 - Diagnóstico e análise: Dependentes	76
Figura 20 - Desenho das estratégias de intervenção: Adesão	77
Figura 21 - Desenho das estratégias de intervenção: Migração	78
Figura 22 - Desenho das estratégias de intervenção: Contribuição.....	79
Figura 23 - Desenho das estratégias de intervenção: Seguro	80
Figura 24 - Desenho das estratégias de intervenção: Longevidade.....	80
Figura 25 - Desenho das estratégias de intervenção: Institutos.....	81
Figura 26 - Desenho das estratégias de intervenção: Investimento.....	82
Figura 27 - Desenho das estratégias de intervenção: Benefício	83
Figura 28 - Desenho das estratégias de intervenção: Tributação	84
Figura 29 - Desenho das estratégias de intervenção: Dependentes	84
Figura 30 - Diagrama de fluxo dos respondentes	118

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Evolução da expectativa de vida ao nascer – Brasil (1940 – 2020).....	18
Gráfico 2 - Evolução das taxas de mortalidade* e fecundidade** da população – Brasil (1940 – 2020).....	19
Gráfico 3 - Evolução da pirâmide etária da população – Brasil (1970 – 2060)	19
Gráfico 4 - Evolução do resultado atuarial dos entes federativos no Brasil (2012 – 2023) – Bilhão de R\$	24
Gráfico 5 - Insights comportamentais analisados pelos artigos selecionados	55
Gráfico 6 – Estrutura simplificada do modelo do ciclo de vida	108
Gráfico 7 - Experiência com investimentos	120
Gráfico 8 - Propensão ao risco.....	120
Gráfico 9 - Probabilidade de acerto e intervenções comportamentais	128
Gráfico 10 - Probabilidade de acerto e idade.....	129
Gráfico 11 - Probabilidade de acerto e propensão ao risco	130

Lista de quadros

Quadro 1 – Regimes de previdência no Brasil	21
Quadro 2 - Cobertura e gasto previdenciário do RGPS e do RPPS - 2023	22
Quadro 3 - Evolução dos RPC dos entes federativos do Brasil por região	28
Quadro 4 – Descrição dos elementos da ferramenta SIMPLES MENTE	32
Quadro 5 – Descrição das etapas do ferramental BASIC	34
Quadro 6 - Roteiro para utilização do design etnográfico	36
Quadro 7 - Desafios, críticas, atores envolvidos – Manifesto BIT	42
Quadro 8 - Principais políticas públicas da previdência complementar dos entes federativos	58
Quadro 9 - Principais instituições envolvidas no ciclo de políticas públicas do RPC dos entes federativos	59
Quadro 10 - Recomendações da OCDE para o bom desenho de planos da modalidade contribuição definida	60
Quadro 11 – Pontos de alavancagem e contexto relacionados ao RPC dos entes federativos	61
Quadro 12 - Distribuição das competências e responsabilidades das políticas públicas do RPC nos diferentes níveis de tomada de decisão	62
Quadro 13 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Adesão	85
Quadro 14 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Migração	86
Quadro 15 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Contribuição	87
Quadro 16 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Seguro	88
Quadro 17 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Longevidade	89
Quadro 18 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Institutos	89
Quadro 19 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Investimento	90
Quadro 20 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Benefício	91
Quadro 21 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Tributação	92
Quadro 22 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Dependentes	93

Lista de tabelas

Tabela 1 - Filtro de prioridade: potenciais comportamentos-alvo das políticas públicas da previdência complementar	68
Tabela 2 - Idade dos respondentes do experimento por grupo	119
Tabela 3 - Nível de educação dos respondentes do formulário	119
Tabela 4 - Frequência de respostas coincidentes (1) e divergentes (0) com o modelo do ciclo de vida por grupo	121
Tabela 5 - Distância entre o perfil de investimento escolhido e o sugerido pelo modelo do ciclo de vida por grupo	122
Tabela 6 - Grau de ajuste e significância do modelo	124
Tabela 7 - Estimativa dos coeficientes das variáveis, teste de Wald e razão de chance	125
Tabela 8 - Matriz de confusão	131
Tabela 9 - Sensibilidade e especificidade do modelo	131

Apêndices

Apêndice A - Cartilha de aplicação de ciências comportamentais na previdência complementar dos entes federativos do Brasil.....	154
Apêndice B - Formulário de Análise de Perfil do Investidor (API).....	186

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTO

Previdência social é a proteção que uma sociedade proporciona aos indivíduos e suas famílias para garantir segurança de renda em casos de velhice, desemprego, doença, invalidez, acidentes de trabalho, maternidade e outras formas de perda do sustento da família (OIT, 2001, p. 29, 38).

Embora a maioria dos indivíduos reconheça a importância da previdência social para o seu futuro e muitas vezes expresse sua intenção de aderir a um plano de benefícios ou adquirir um produto ou serviço previdenciário, alguns comportamentos influenciados por características e limitações de seu processo cognitivo os impedem de tomar essas decisões.

Em situações como essa, quando a intenção por si só não é suficiente para a consecução das ações, a utilização de *insights* das ciências comportamentais¹ pode possibilitar uma compreensão mais realista das escolhas dos indivíduos, promovendo uma melhor tomada de decisão.

Governos em todo o mundo se utilizam cada vez mais das ciências comportamentais para desenhar e implementar melhores políticas públicas, baseadas em evidências do comportamento real e dos vieses dos indivíduos (OCDE, 2017, p. 3).

A partir dos estudos seminais de Daniel Kahneman e Amos Tversky na década de 1970 (Kahneman; Tversky, 1979; Tversky; Kahneman, 1974), que combinaram elementos das ciências econômicas e da psicologia para explicar como e por que os indivíduos tomam suas decisões, governos, empresas e organizações internacionais têm utilizado cada vez mais *insights* comportamentais para melhorar a qualidade de seus produtos e serviços.

Políticas públicas orientadas pela ciência comportamental têm sido aplicadas com sucesso em diversas áreas como saúde, educação, sustentabilidade, transportes, alimentação e finanças por organismos do setor público em nível local, nacional e supranacional, melhorando as políticas públicas a um custo relativamente baixo (Hallsworth, 2023, p. 25).

¹ No presente trabalho, o termo “ciências comportamentais” compreende três áreas de estudo sobrepostas, conforme Sunstein, p. (2020, p. 1): psicologia cognitiva, psicologia social e economia comportamental.

No Brasil, profissionais e pesquisadores também têm adotado com maior frequência *insights* comportamentais em suas rotinas, levando à criação de iniciativas e políticas sobre o tema e chamando a atenção de diversas disciplinas e áreas de atuação.

Resultado de uma colaboração internacional entre a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e o MindLab da Dinamarca, o Governo Federal criou em 2016 o Laboratório de Inovação Governamental (GNova) (Brandalise; Marques; Berg, 2018, p. 25), que utiliza métodos derivados do *design thinking* para geração de soluções governamentais em diversas organizações públicas no Brasil (Cavalcante et al., 2017, p. 255).

Por meio de projetos como o SIMPLES MENTE, uma ferramenta para aplicação de *insights* comportamentais em políticas públicas, o GNova fomenta o ecossistema de inovação no Brasil, desenvolvendo projetos experimentais práticos e intervenções orientadas pelas ciências comportamentais.²

Após uma fase inicial de entendimento e descoberta sobre a utilização das ciências comportamentais no Brasil, a atenção da administração pública está agora se voltando cada vez mais para um conjunto de diferentes questões, como a integração de *insights* comportamentais nas tomadas de decisões e processos organizacionais, a implementação de intervenções comportamentalmente orientadas e experiências sobre o uso das ciências comportamentais para informar diferentes estágios do ciclo das políticas públicas no país.

Em 2023, o governo federal criou a Ciências Comportamentais em Governo (CINCO), uma unidade pioneira na utilização de *insights* comportamentais no governo federal no Brasil, cuja missão é auxiliar os formuladores de políticas públicas a encontrar soluções inovadoras para seus desafios, utilizando as lentes das ciências comportamentais.³

De acordo com o World Population Ageing Report 2019 (ONU, 2020), publicado pelas Nações Unidas, a população está envelhecendo e quase todos os países do mundo estão experimentando um crescimento na quantidade e na proporção de idosos em sua população.

Nesse contexto, um desafio fundamental que os países com uma população envelhecida enfrentarão nos próximos anos é garantir a toda a população idosa um nível de rendimento adequado sem sobrecarregar excessivamente as gerações mais jovens e as economias nacionais.

² <https://gnova.enap.gov.br/index.php/projetos/projetos-detahes/simplesmente>

³ <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/inovacao-governamental/cinco/cinco>

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/primeira-unidade-de-ciencias-comportamentais-em-governo-do-brasil-e-lancada-pelo-ministerio-da-gestao>

Esta questão afeta diretamente as políticas públicas da previdência social e a sua capacidade de atingir os seus objetivos.

Como um número crescente de países tem sido afetado pelo envelhecimento da população, surgem preocupações sobre o futuro da previdência social, tanto pela sua sustentabilidade financeira e atuarial como pela capacidade dos governos para aumentar sua cobertura à população excluída do recebimento benefícios previdenciários (Sigg, 2005, p. 1).

De acordo com previsões do Banco Mundial⁴, o envelhecimento mais dramático em nível global deve ocorrer nos países de renda baixa e média, o que pode causar uma inadequada garantia de renda para a população idosa, dos aposentados e das pessoas com deficiência.

No Brasil, também existem preocupações por parte de profissionais e pesquisadores a respeito da sustentabilidade e da cobertura do sistema nacional de previdência social. O aumento implacável da pressão fiscal levou a diversas reformas do sistema de previdência social desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

O sistema de previdência social do Brasil consome uma proporção enorme do orçamento da seguridade social no país. Resumidamente, esse sistema é composto pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que abrange majoritariamente trabalhadores do setor privado, e mais de dois mil Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), que fazem a cobertura previdenciária dos servidores públicos nos níveis federal e subnacional.

Embora o total de participantes cobertos pelo RPPS seja apenas cerca de 10% da população coberta pelo RGPS, seus gastos equivalem a quase a metade do valor gasto com os benefícios previdenciários do RGPS (Banco Mundial, 2022, p. 7).

Devido à persistência dos déficits financeiro e atuarial nos RPPS no nível federal e subnacional, a reforma previdenciária de 2019 tornou obrigatória a todos os entes federativos do Brasil a criação de um Regime de Previdência Complementar (RPC) para seus servidores efetivos no prazo de dois anos.

Após essa reforma, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que estabeleçam um RPC para seus respectivos servidores, podem limitar o valor dos benefícios previdenciários de seus RPPS ao mesmo teto estabelecido para os benefícios do RGPS.

⁴ Pensions & Aging: <https://www.worldbank.org/en/topic/pensions>. Acesso em: 26 ago. 2025.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar e explorar soluções de políticas públicas utilizando as ciências comportamentais para mitigar a probabilidade dos participantes dos planos de benefícios do RPC dos entes federativos no Brasil cometerem erros previsíveis nas decisões sobre sua previdência complementar, mas mantendo sempre que possível sua liberdade de escolha.

O foco desta pesquisa é estudar o regime de previdência complementar aplicado aos servidores com cargo efetivo da administração pública dos estados, do distrito federal e dos municípios do Brasil. Contudo, o RGPS, o RPPS e outros regimes da previdência privada também serão eventualmente abordados ao longo do trabalho.

A pesquisa foi estruturada em cinco seções e utilizou métodos e ferramentas desenvolvidos por instituições especializadas nacionais e internacionais da área de ciências comportamentais para mapear, analisar e testar a aplicação de *insights* comportamentais em políticas públicas da previdência complementar dos entes federativos.

A seção de introdução apresenta o problema, a pergunta e os objetivos da pesquisa. Também discute o contexto do sistema de previdência social do Brasil, abordando aspectos fiscais, financeiros e atuariais desse sistema. Ao longo da seção, as principais tendências demográficas do Brasil e do mundo, como o envelhecimento populacional e a longevidade, são debatidas. Por fim, a seção introduz a metodologia da pesquisa, apresentando os principais métodos e ferramentas utilizados.

A segunda seção é composta por um ensaio teórico sobre a aplicação das ciências comportamentais nas políticas públicas, com foco nas políticas relacionadas à previdência social. O ensaio inclui a apresentação do referencial teórico sobre ciências comportamentais, além de uma revisão sistemática da literatura e discussões sobre a aplicação de elementos das ciências comportamentais nas diferentes etapas e níveis do ciclo das políticas públicas relacionadas à previdência social.

Na terceira seção é desenvolvido um guia metodológico sobre a aplicação de ciências comportamentais em questões práticas do cotidiano dos fundos de pensão de entes federativos no Brasil, com base em metodologias desenvolvidas por organizações internacionais e nacionais com expertise na aplicação de *insights* comportamentais em políticas públicas.

A quarta seção explora estratégias experimentais para analisar o impacto de intervenções orientadas pelas ciências comportamentais em questões concretas e situações reais do cotidiano

da previdência complementar dos servidores públicos no Brasil, visando aprimorar a compreensão sobre o processo de tomada de decisão dos participantes dos planos de benefícios complementar dos entes federativos.

Na quinta e última seção são apresentadas as considerações finais sobre o trabalho de pesquisa, discutindo os desenvolvimentos feitos no estudo, os principais resultados, limitações, possíveis lacunas de conhecimento e propondo agendas para pesquisas futuras sobre o tema estudado.

Para apoiar a compreensão e facilitar a aplicação prática das ideias discutidas nesse trabalho, foi elaborada uma cartilha, apresentada no Apêndice A. Essa cartilha é um material educativo simples e direto, pensado para explicar de forma clara e ilustrada como as ciências comportamentais podem ser aplicadas à previdência complementar dos entes federativos do Brasil.

Seu objetivo é traduzir os conceitos técnicos em orientações fáceis de entender, ajudando os gestores, formuladores de políticas públicas e demais interessados a entender como os *insights* comportamentais podem contribuir para o aprimoramento das políticas de previdência complementar.

1.2. PROBLEMA DE PESQUISA

1.2.1. Ciências Comportamentais e Previdência Social

Um problema comportamental pode ser definido como um padrão de comportamento que ocorre apesar do indivíduo ter boas razões para agir de outra forma. Em outras palavras, um problema comportamental está relacionado a experiências, atenção, julgamentos e decisões que o indivíduo escolhe, apesar dos incentivos e razões que ele tem para agir de forma diferente de como ele efetivamente se comporta (Hansen, 2018, p. 192).

Nas diversas escolhas relacionadas às políticas públicas da previdência, como adesão, perfil de investimento, regime tributário, alíquota de contribuição, seguro e outras, muitos indivíduos possuem atenção limitada, esquecem com frequência prazos importantes para as decisões do seu plano de benefícios e têm dificuldade em se manter motivados se forem deixados à sua própria sorte, sem qualquer orientação ou mecanismos de incentivos que os direcionem para uma melhor tomada de decisão.

Uma melhor compreensão sobre o comportamento humano pode levar ao desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes. Para promover uma abordagem baseada em evidências na elaboração das políticas públicas, seus formuladores devem mudar o foco das premissas de como os indivíduos deveriam agir, concentrando-se nos efetivos motivos responsáveis pelas decisões e comportamentos desses indivíduos (OCDE, 2019, p. 13).

Neste contexto, os indivíduos muitas vezes tomam decisões sobre questões relacionadas à previdência que podem ter efeitos negativos para eles, tais como a redução da cobertura e dos benefícios de previdenciários, não aproveitamento dos benefícios fiscais ou a escolha de um perfil de investimento não é compatível com seu atual estágio de ciclo de vida.

Ao integrar *insights* comportamentais nos processos de elaboração de políticas públicas, os governos e os formuladores dessas políticas podem antecipar suas consequências para conceber e implementar políticas públicas melhores e que aumentem o bem-estar da população (OCDE, 2019, p. 13).

1.2.2. Sistemas de previdência social, longevidade e envelhecimento social

Os regimes de previdência social têm sido uma ferramenta importante para os países proverem renda para o sustento de idosos e pessoas com deficiência, mas o aumento da cobertura previdenciária é frequentemente dificultado devido às restrições fiscais e aos possíveis efeitos adversos desse aumento de cobertura para a sustentabilidade financeira e atuarial dos sistemas de previdência social em todo mundo.

De acordo com informações do Banco Mundial⁵, mais de dois terços dos gastos governamentais em nível global estão relacionados a serviços sociais para pessoas idosas, inválidas e pensões. Os grandes e crescentes gastos com políticas públicas relacionadas ao envelhecimento populacional enfrentam vários desafios, como baixa cobertura, desequilíbrio financeiro e atuarial, valor inadequado dos benefícios previdenciários, ineficiência econômica e insegurança, dificuldade de inclusão dos trabalhadores mais velhos no setor produtivo e cuidados de saúde de longo prazo.

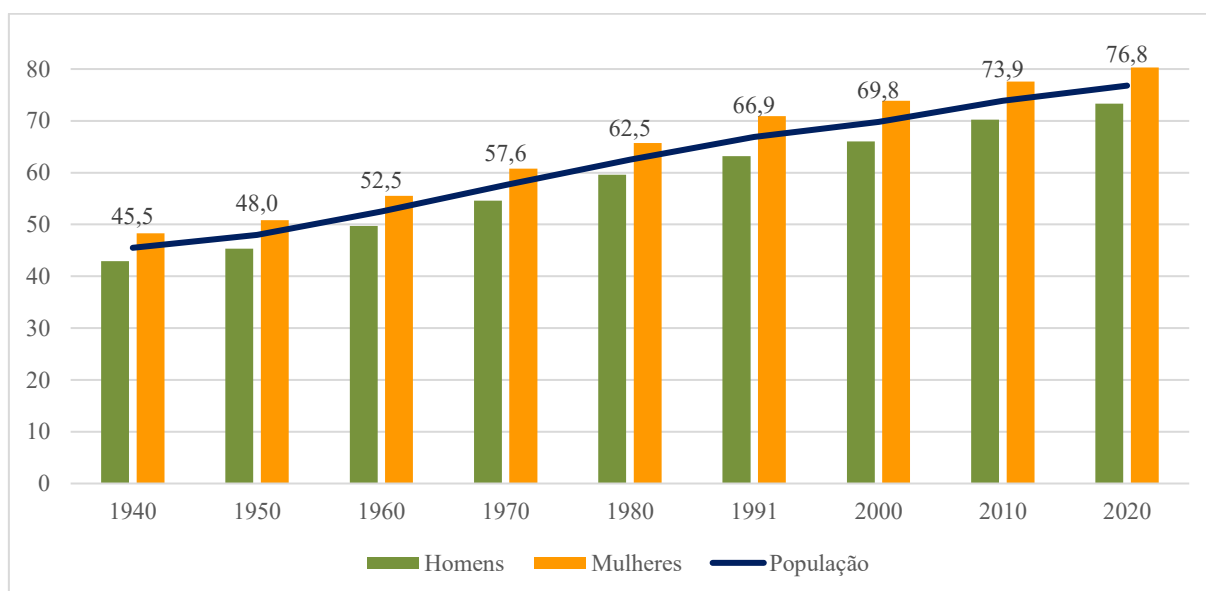
O relatório World Population Prospects 2022, publicado pelas ONU, projeta que a quantidade da população mundial com 65 anos ou mais passe de 10% em 2022 para 16% em 2050. Além disso, até 2050, a projeção da quantidade de pessoas com idade igual ou superior a

⁵ Pensions & Aging: <https://www.worldbank.org/en/topic/pensions>. Acesso em: 26 ago. 2025.

65 anos em todo o mundo é mais que o dobro do número de crianças com menos de 5 anos, e aproximadamente igual ao número de crianças com menos de 12 anos (ONU, 2022).

No Brasil, o crescimento cada vez maior da expectativa de vida ao nascer e do tamanho e proporção dos idosos na população nas últimas décadas também têm sido um grande desafio à sustentabilidade e adequação do seu sistema de previdência social. O RGPS e a maioria dos RPPS possuem desequilíbrio financeiro e atuarial e enfrentam dificuldades para garantir o pagamento dos compromissos previdenciários assumidos com a população mais jovem que vai se aposentar no futuro.

Gráfico 1 - Evolução da expectativa de vida ao nascer – Brasil (1940 – 2020)



Fonte: IBGE – Tábuas de mortalidade completas e abreviadas.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html>. Acesso em 30 ago. 2025.

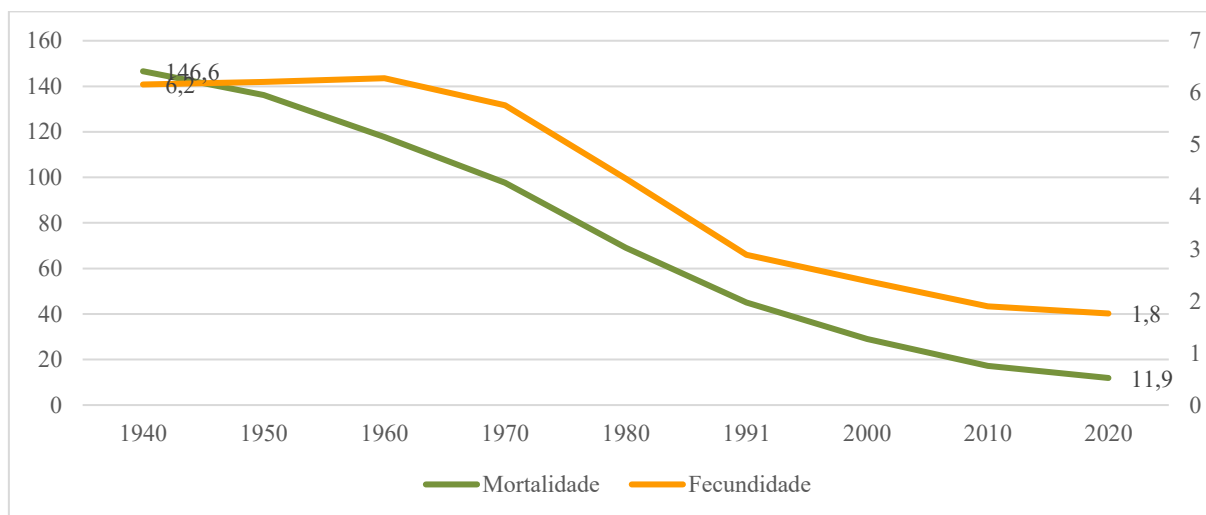
A evolução da distribuição etária da população brasileira nas últimas décadas, considerando todas as faixas etárias e a distribuição por gênero, revela um processo de transição demográfica cujo resultado foi o envelhecimento dessa população, principalmente devido às sistemáticas reduções nas taxas de mortalidade, a partir da década de 1940, e de fecundidade, a partir da década de 1960.

A taxa de mortalidade mensura o risco de morte em determinado período, geralmente definido como um ano, enquanto a taxa de fecundidade expressa a razão entre o número de nascidos vivos e a população de mulheres em idade fértil (Sidone; Afonso, 2025, p. 236-237).

A transição demográfica é o processo de mudança nas características de uma população. Na primeira fase desse processo, tanto a fecundidade quanto a mortalidade são altas e instáveis.

Na segunda fase, ocorre a queda da mortalidade, graças ao controle de doenças, seguida pela redução da fecundidade, o que gera rápido crescimento populacional. Por fim, a terceira fase da transição demográfica atinge um estágio em que as taxas ficam baixas e estáveis, resultando no envelhecimento populacional (Sidone; Afonso, 2025, p. 240-241).

Gráfico 2 - Evolução das taxas de mortalidade* e fecundidade** da população – Brasil (1940 – 2020)



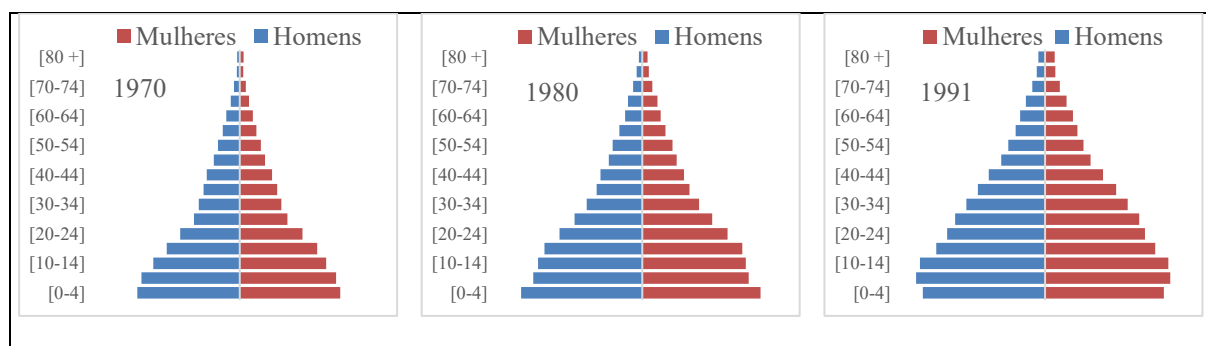
Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.⁶

* Número de óbitos por 1.000 habitantes na população residente no Brasil em um ano específico.

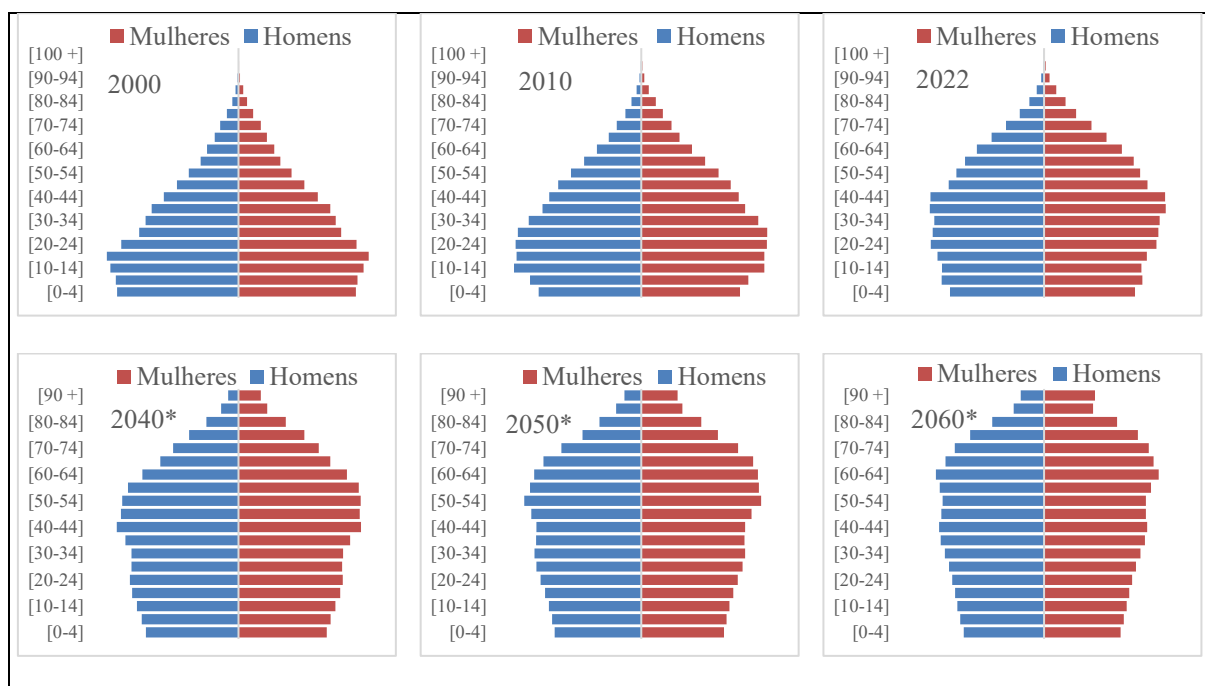
** Número médio de filhos nascidos vivos pelas mulheres em idade fértil (15 a 49 anos) no Brasil em um ano específico.

O impacto do envelhecimento da pirâmide etária, isto é, a redução da base da pirâmide etária em relação ao seu topo, pode ser observado no Brasil a partir da década de 1990, quando a população passou a ter um menor número de jovens em relação às faixas etárias de adultos e idosos, que aumentaram significativamente nas últimas décadas.

Gráfico 3 - Evolução da pirâmide etária da população – Brasil (1970 – 2060)



⁶ <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>



Fonte: IBGE – Elaboração do autor com base nos Censos Populacionais 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022; Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html> e Projeção da População (2018), Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html> * Projeções. Acesso em: 31 ago. 2025.

No Brasil, a razão de dependência dos idosos, isto é, o número de pessoas com 65 anos ou mais em relação ao número de pessoas com 20 a 64 anos, deverá mais que dobrar em 2050. Até 2050, 1 em cada 4 brasileiros terá mais de idade de 65 anos, contra 1 em cada 11 em 2019 (ONU, 2020, p. 50).

Pode-se questionar se essas tendências demográficas encontradas na população brasileira, especialmente a queda nas taxas de mortalidade e fecundidade e o aumento da expectativa de vida, também são observadas entre os servidores públicos dos entes federativos.

O estudo de Beltrão e Sugahara, (2017) sobre tábuas de mortalidade aplicadas a servidores públicos do governo federal no Brasil, considerando o gênero e a escolaridade dos indivíduos, apresentam evidências de que essas tendências demográficas encontradas para a população brasileira também são observadas neste grupo específico, com o agravante dessa tendência ser ainda mais severa nesse grupo do que no restante da população.

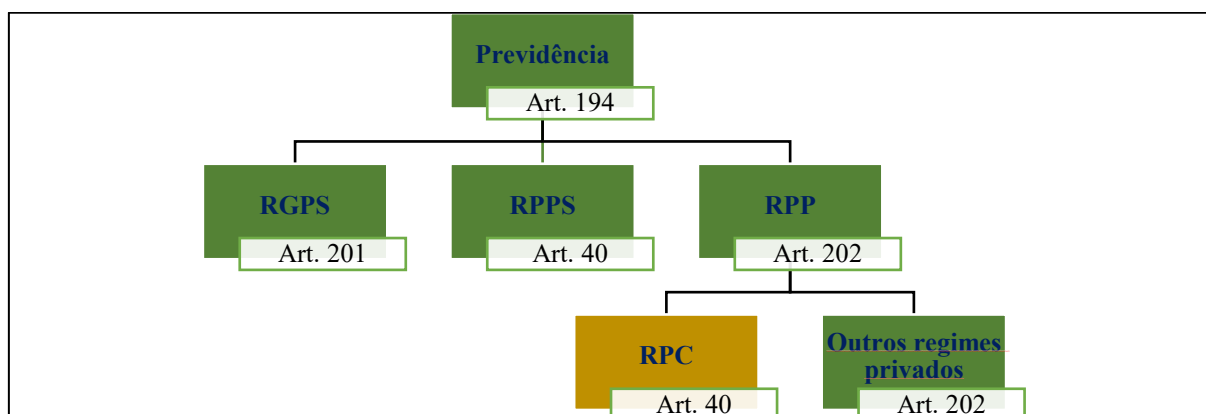
Adicionalmente, as taxas de mortalidade dos servidores públicos com nível superior são inferiores às dos servidores de nível médio, tanto para homens como para mulheres. Esse achado sugere que as condições socioeconômicas associadas ao nível educacional também afetam as taxas de mortalidade entre os servidores públicos brasileiros, confirmando estudos semelhantes realizados em outros países (Beltrão; Sugahara, 2017, p. 460).

1.2.3. Sistema de Previdência no Brasil

De acordo com a Constituição Federal, o sistema de previdência social no Brasil possui três regimes principais: i) Regime Geral de Previdência Social (RGPS); ii) Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); e iii) Regime de Previdência Privada (RPP).

O RGPS é aplicado majoritariamente aos trabalhadores do setor privado e faz a cobertura previdenciária da maioria da população brasileira. Os RPPS são responsáveis pela cobertura previdenciária dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O RPP é aplicado tanto ao setor privado quanto ao setor público, possui natureza complementar e é organizado de forma autônoma em relação aos outros regimes.

Figura 1 - Sistema previdenciário na Constituição Federal do Brasil



Fonte: Elaboração do autor com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Enquanto o RGPS e o RPPS possuem filiação obrigatória e eventuais déficits são financiados por recursos públicos, o RPC possui filiação facultativa, é baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado e é regulamentado pelas leis complementares nº 108/2001 e nº 109/2001.

Quadro 1 – Regimes de previdência no Brasil

RGPS	RPPS	RPP	RPC
• Regime Geral de Previdência Social • Setor privado (majoritariamente); • Filiação compulsória; • Repartição simples; • Benefício definido.	• Regime Próprio de Previdência Complementar • Setor público; • Filiação compulsória; • Repartição simples (majoritariamente) e capitalização; • Benefício definido.	• Regime de Previdência Privada • Setor público e privado; • Filiação facultativa; • Capitalização; • Benefício definido e Contribuição definida.	• Regime de Previdência Complementar • Setor público; • Filiação facultativa; • Capitalização; • Contribuição definida.

Fonte: Adaptado da Constituição Federal do Brasil (1988).

O Brasil tem uma cobertura previdenciária relativamente abrangente e alta, sendo que os gastos com previdência social possuem boa parte de suas despesas concentradas nas aposentadorias e pensões dos servidores públicos de ocuparam cargo efetivo na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios ao longo de suas carreiras (Banco Mundial, 2022, p. 17).

De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS)⁷ 2023/2024, existem 2.139 RPPS no Brasil, distribuídos na União, nos 26 estados, Distrito Federal e 2.111 municípios, que gerenciam seus próprios regimes de previdência social.

Esses entes federativos possuem uma população coberta de pouco mais de 9 milhões de servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas nos três níveis de governo. A população coberta pelo RGPS é mais de 11 vezes maior que a do RPPS e sua despesa representou 8,2% do PIB em 2023, enquanto os gastos com os benefícios previdenciários do RPPS totalizaram cerca de 3,4% do PIB no mesmo período.

Quadro 2 - Cobertura e gasto previdenciário do RGPS e do RPPS - 2023

Nível governamental	Ativos	Aposentadorias	Pensões	Total	Despesa (R\$ Bilhões)	Gasto (% PIB)
União	762.043	488.659	307.678	1.558.380	94	0,9%
Estados/Distrito Federal	1.734.152	1.727.621	406.943	3.868.716	192,2	1,8%
Municípios	2.562.896	993.741	232.142	3.788.779	82,1	0,8%
Total RPPS	5.059.091	3.210.021	946.763	9.215.875	368,3	3,4%
RGPS	73.982.758	22.762.955	8.326.238	105.071.951	898,9	8,2%

Fonte: elaboração do autor com base no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) – 2023/2024⁸ e IBGE.

A distinção entre as regras do regime previdenciário dos entes federativos e o RGPS torna o RPPS dos servidores públicos não apenas dispendioso, mas também o transforma em um catalisador para o padrão desigual de distribuição da renda nacional no Brasil, devido à sua natureza regressiva (Porto; Caetano, 2015, p. 22-23).

Desde o final da década de 1990, houve várias reformas previdenciárias no Brasil para reduzir as diferenças entre o RGPS e o RPPS. Essas reformas implementaram principalmente

⁷ Suplemento do Servidor Público – Informações dos RPPS dos Estados e Municípios e Sistema dos Militares: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/estatisticas-e-informacoes-dos-rpps-1/estatisticas-e-informacoes-dos-rpps> - Acesso em: 26 ago. 2025.

⁸ Não inclui informações do Sistema de Proteção Social dos Militares.

mudanças graduais, com um impacto maior sobre os servidores públicos que ingressaram na administração pública após essas reformas, como será mostrado na próxima subseção.

1.2.4. Reformas da Previdência Social no Brasil

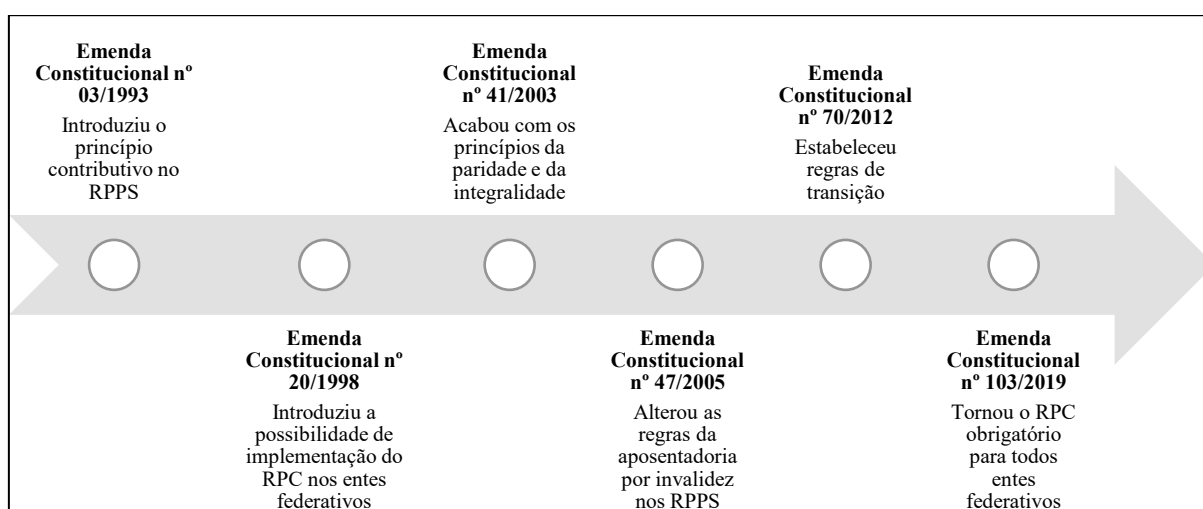
Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a previdência social para os servidores públicos no Brasil era tratada como uma extensão da política de pessoal da administração pública, considerada como um prêmio ou bônus concedido aos funcionários públicos, em troca de várias décadas de serviços prestados (Porto; Caetano, 2015, p. 3).

Embora a Constituição de 1988 tenha reduzido as diferenças entre o regime geral e o RPPS dos entes federativos, ela manteve várias regras diferenciadas para o cálculo e correção dos benefícios dos servidores públicos na União, estados, Distrito Federal e municípios.

O debate sobre a reforma do sistema de previdência social no Brasil intensificou-se nos últimos anos devido à combinação de dois fenômenos interconectados. O primeiro foi o aumento dos gastos com previdência social ao longo do tempo. O segundo, a intensificação do envelhecimento demográfico da população, que pode ser considerado como uma das causas, mas não a única causa do primeiro fenômeno (Giambiagi; Pinto; Rothmuller, 2018, p. 10).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil empreendeu diversas reformas em seu sistema de previdência social, iniciando com a Emenda Constitucional nº 03/1993, e em seguida com as Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005, nº 70/2012 e nº 103/2019.

Figura 2 - Linha do tempo das principais reformas do sistema de previdência social no Brasil após a Constituição Federal de 1988 (1988 – 2024)

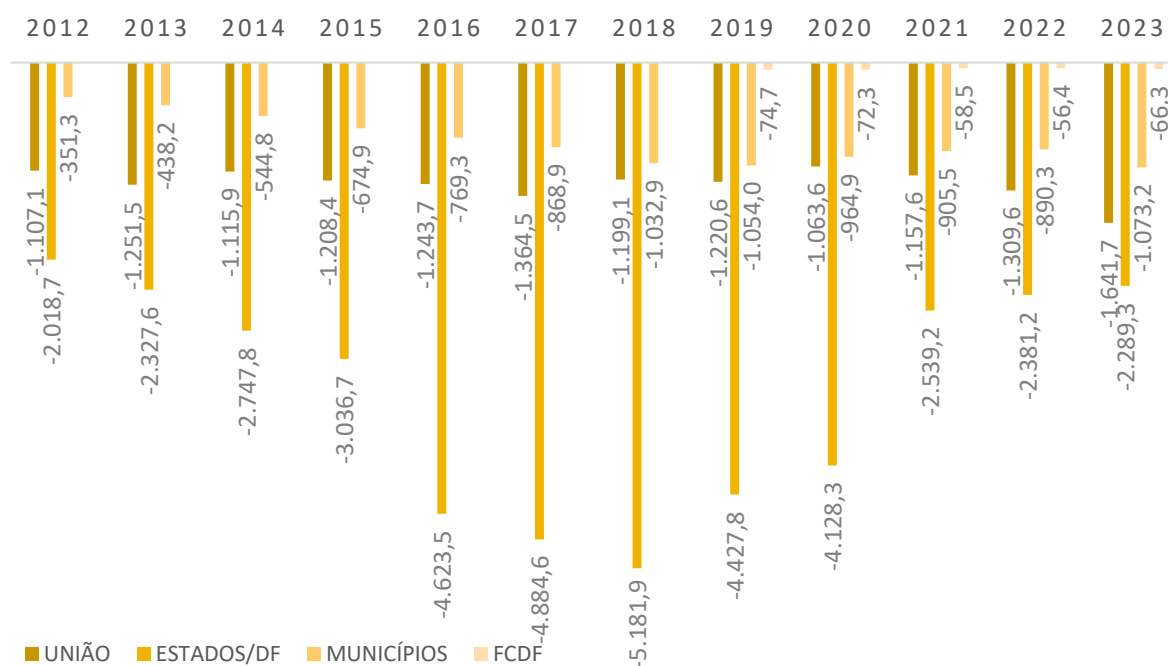


Fonte: Elaborado pelo autor com base na Constituição Federal do Brasil de 1988.

A Emenda Constitucional nº 03/1993 determinou que os servidores públicos deveriam passar a contribuir para o financiamento de suas aposentadorias e pensões, alterando a lógica de concessão dos benefícios previdenciários dos servidores públicos, que até então era considerado uma retribuição pelos serviços prestados ao Estado, para um sistema de natureza contributiva (Porto; Caetano, 2015, p. 3).

A Emenda Constitucional nº 20/1998 alterou significativamente o sistema de previdência social dos servidores públicos. Após essa reforma, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, desde que estabeleçam um regime complementar (RPC) para seus respectivos servidores civis, puderam limitar os benefícios a serem concedidos ao mesmo teto estabelecido para os benefícios do regime geral (RGPS).

Gráfico 4 - Evolução do resultado atuarial dos entes federativos no Brasil (2012 – 2023) – Bilhão de R\$



Fonte: Estados e Municípios: DRPPS/SRPC/MPS - CADPREV (posição em 12/2023, conforme base de dados extraída em 09/2024). União: Relatório da Avaliação Atuarial RPPS dos Servidores Civis - Anexo PLDO. FCDF: cálculo efetuado pela DRPSP/SRPC/MPS.⁹

O rápido aumento dos gastos com benefícios para os servidores públicos dos entes federativos tornou as políticas públicas relacionadas aos RPPS um foco de discussões sobre

⁹ Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) 2023/2024 – publicado em novembro de 2024. <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/estatisticas-e-informacoes-dos-rpps-1/arquivos/2024/3.TABELASEGRFICOS.zip>

reformas para limitar o crescimento das despesas com pessoal no Brasil. Além disso, a combinação dos princípios da integralidade e da paridade resultou em benefícios extremamente generosos para esse grupo, que ainda estão em vigor hoje, apesar de diversos esforços e reformas desse regime previdenciário (Banco Mundial, 2022, p. 53).

Enquanto o princípio da integralidade garante que os rendimentos de aposentadoria e os benefícios de pensão correspondam à totalidade do último salário do indivíduo como servidor público ativo, frequentemente com a inclusão de adicionais associados às particularidades do cargo, o princípio da paridade assegura que os aposentados e seus pensionistas tenham direito a todos os aumentos salariais associados ao cargo no qual se aposentaram.

As reformas na previdência social dos servidores públicos no Brasil adotaram uma estratégia de mudanças graduais e incrementais. Embora esse processo gradual tenha reduzido os custos políticos das reformas, ele também diminuiu o impacto fiscal das reformas ao diluir os resultados positivos ao longo de um longo período de transição (Caetano, 2016, p. 31).

A Emenda Constitucional nº 41/2003 estabeleceu uma idade mínima para a aposentadoria de servidores públicos, introduziu contribuições previdenciárias para servidores inativos e pensionistas, alterou a fórmula para calcular os benefícios com base na média dos salários e estabeleceu a indexação dos benefícios do RPPS à inflação, abolindo os princípios da paridade e da integralidade para os novos servidores que ingressaram na administração pública após sua promulgação.

A Emenda Constitucional nº 47/2005 estabeleceu regras de transição para os servidores públicos que ingressaram na administração pública antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 20/1998, enquanto a Emenda Constitucional nº 70/2012 alterou as regras de aposentadoria por invalidez dos servidores públicos.

Devido às dificuldades políticas para realizar reformas mais profundas no RPPS, o governo federal incentivou os entes federativos a financiar seus passivos previdenciários por meio da implementação de uma política conhecida como segregação de massa. A mecânica da segregação de massa funciona da seguinte maneira:

Os novos servidores contratados migram para um novo sistema de previdência capitalizado (Fundo Previdenciário), no qual, devido à ausência inicial de membros mais antigos, as receitas de contribuição excederiam as despesas por algumas décadas, permitindo a acumulação de ativos previdenciários para garantir os benefícios futuros. Enquanto a maioria dos aposentados e pensionistas permanece no antigo sistema (Fundo Financeiro) em repartição simples, sem a entrada de novos contribuintes, será inevitável que, em algum momento, as contribuições não sejam mais suficientes para cobrir os pagamentos dos benefícios. Os déficits resultantes precisam então que ser

cobertos pelo Estado, limitando fiscalmente suas políticas expansionistas (Banco Mundial, 2022, p. 56, tradução do autor).

O esforço fiscal adicional exigido dos entes federativos para implementar essa política de acumulação de ativos no RPPS, comumente chamado de custo de transição, pode durar décadas e só será considerado totalmente finalizado após a morte do último participante do Fundo Financeiro (Banco Mundial, 2022, p. 56).

Devido à persistência do déficit financeiro e atuarial nos regimes de previdência social dos entes federativos, a Emenda Constitucional nº 103/2019 proibiu a criação de novos RPPS e tornou obrigatório¹⁰ o estabelecimento do RPC para os servidores públicos de todos os entes federativos do Brasil no prazo de dois anos.¹¹ Embora a obrigatoriedade de implementação do regime de previdência complementar pelos entes federativos tenha sido estabelecida apenas após a Reforma da Previdência de 2019, a União, assim como alguns Estados, Municípios e o Distrito Federal, já haviam adotado esse modelo a partir de 2012.

O consenso político na reforma do sistema previdenciário do Brasil em 2019 surgiu da constatação de que os gastos previdenciários estavam distribuídos de forma desigual, sendo um dos principais fatores responsáveis pelo crescente endividamento do país, tanto em nível federal quanto subnacional (Banco Mundial, 2022, p. 65).

1.2.5. Regime de Previdência Privada e Regime de Previdência Complementar dos Entes Federativos no Brasil

O regime de previdência privada é o terceiro pilar do sistema previdenciário brasileiro e tem como objetivo oferecer benefícios adicionais aos garantidos pela previdência pública (RGPS e RPPS). Ele funciona de forma autônoma em relação aos regimes públicos, sendo baseado em contratos entre pessoas físicas e entidades privadas, com ou sem fins lucrativos (Sidone; Afonso, 2025, p. 438).

Sua previsão legal está no artigo 202 da Constituição Federal e nas Leis Complementares nº 108 e 109 de 2001. A gestão envolve tanto o setor público, responsável por diretrizes, regulação, supervisão e fiscalização (CNPC, MPS, PREVIC e SUSEP), quanto o setor privado, que administra os planos, recursos e benefícios. A adesão é voluntária, o

¹⁰ Apesar da obrigatoriedade de implementação da previdência complementar para os entes federativos ter sido estabelecida após a Reforma da Previdência de 2019, desde 2012 a União e alguns Estados, Municípios e o Distrito Federal já haviam implementado anteriormente.

¹¹ A Emenda Constitucional nº 103 foi publicada em 13/11/2019. Assim, a data máxima originalmente estabelecida para a instituição do RPC foi de 13/11/2021. Devido aos efeitos sociais e econômicos da pandemia de COVID-19, esse prazo foi prorrogado para 31/03/2022 pela Portaria MPT nº 905/2021.

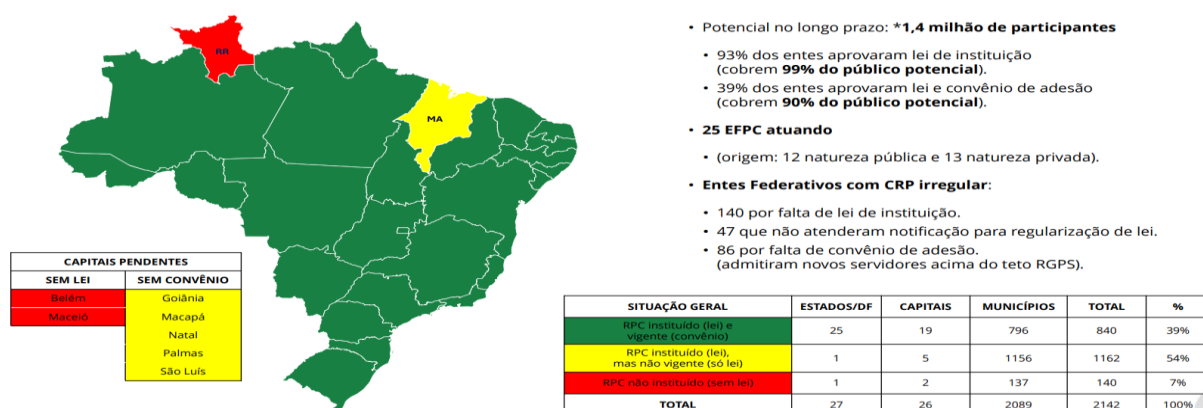
financiamento ocorre pelo regime de capitalização individual e o arranjo predominante é de contribuição definida (CD), cobrindo principalmente aposentadoria complementar.

Um plano da modalidade contribuição definida é aquele que possui um arranjo baseado no histórico de contribuições, em que o valor do benefício de um participante é determinado no momento da aposentadoria pelo total dos ativos acumulados em sua reserva previdenciária. Essa modalidade apresenta um alto grau de vinculação entre as contribuições efetuadas e os benefícios auferidos, sendo comumente associados ao método de financiamento por capitalização, em organização de sistemas denominados de capitalização individual (Sidone; Afonso, 2025, p. 52).

A previdência complementar dos servidores públicos, de acordo com o § 15 do Art. 40 da Constituição Federal, pode oferecer planos de benefícios exclusivamente na modalidade contribuição definida e pode ser operado tanto por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) quanto por entidades abertas de previdência complementar (EAPC).

No Brasil, os entes federativos que possuem RPPS têm a obrigação de instituir o RPC para garantir a regularidade de sua situação previdenciária perante os órgãos federais. A implementação do RPC é uma exigência legal decorrente da Reforma da Previdência de 2019 e constitui um dos critérios para a emissão e manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), documento essencial para que Estados, Municípios e o Distrito Federal possam receber transferências voluntárias da União, celebrar convênios e obter financiamentos.

Figura 3 - Previdência complementar do servidor público nos estados, DF e municípios



Fonte: Previc e Sistema de Gestão de Consultas e Normas – GESCON - Atualização: Previc – 10.07.25 e Gescon – 05.08.25.¹²

¹² Relatório Gerencial de Previdência Complementar: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/rgpc/2025/rgpc_2025_1tri.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

O RPC é aplicado aos servidores públicos que ingressaram na administração pública após a data de publicação da lei que instituiu o correspondente regime complementar no ente federativo.¹³ É proibido que os entes federativos aportem recursos para a previdência complementar, exceto na condição de patrocinadores, caso em que sua contribuição normal não pode ultrapassar a do beneficiário.¹⁴

Na previdência complementar, as contribuições podem ser deduzidas do imposto de renda até o limite de 12% da renda bruta, mas no resgate ou recebimento há tributação sobre o total acumulado. Seus planos de benefício permitem acumulação de recursos com resgate em parcela única ou sob a forma de renda, sem garantia de rentabilidade mínima.

A tabela abaixo apresenta o número de entes federativos com RPPS por região do Brasil que estabeleceram o RPC por lei e o número de entidades que tiveram o RPC autorizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Quadro 3 - Evolução dos RPC dos entes federativos do Brasil por região

Região	Nº de entes federativos (A)	Lei do RPC implementada (B)	% B/A	Entes autorizados pelo órgão regulador (C)	% C/A
Centro-Oeste	330	325	98%	129	40%
Nordeste	554	481	87%	61	13%
Norte	122	99	81%	20	20%
Sudeste	557	522	94%	215	41%
Sul	579	575	99%	415	72%
Total	2142	2002	93%	840	42%

Fonte: Ministério da Previdência Social – Secretaria de Regime Próprio e Complementar. Painel de Acompanhamento da Implementação do RPC pelos Entes Federativos. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/painel-de-acompanhamento-da-implementacao-do-rpc-pelos-entes-federativos> Atualizado em: 06/08/2025. Acesso em: 31 ago. 2025.

1.3. PERGUNTA DE PESQUISA E OBJETIVOS

1.3.1. Pergunta de Pesquisa

O presente estudo tem como objetivo compreender e analisar questões relacionadas à seguinte pergunta de pesquisa: em que medida a utilização de elementos das ciências comportamentais pode aprimorar as políticas públicas relacionadas ao regime de previdência complementar dos servidores públicos dos entes federativos no Brasil?

¹³ Constituição Federal – Art.40, § 16.

¹⁴ Constituição Federal – Art.202, § 3º.

1.3.2. Objetivos

▪ **Objetivo geral:**

- Aprimorar a efetividade e o desenho das políticas públicas relacionadas ao regime de previdência complementar dos entes federativos no Brasil.

▪ **Objetivos específicos:**

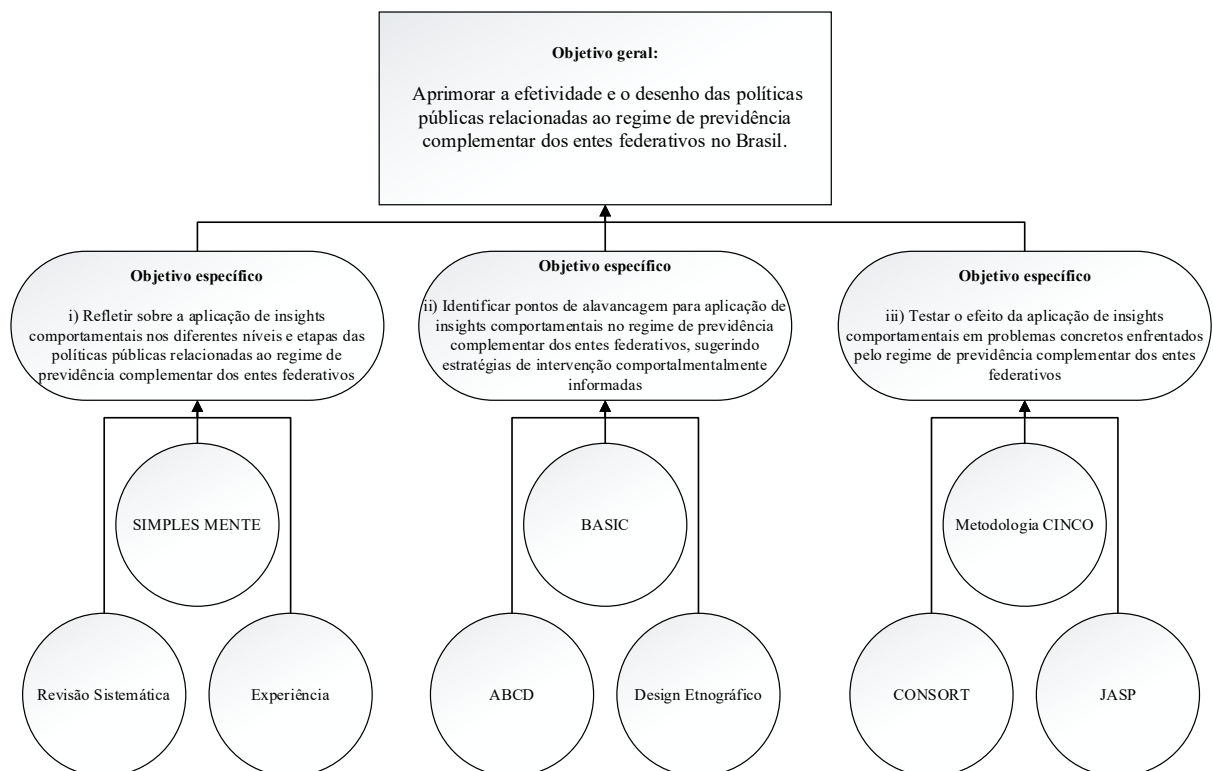
- i. Refletir sobre a aplicação de *insights* comportamentais nos diferentes níveis e etapas das políticas públicas relacionadas ao regime de previdência complementar dos entes federativos;
- ii. Identificar pontos de alavancagem para aplicação de *insights* comportamentais no regime de previdência complementar dos entes federativos, sugerindo estratégias de intervenção comportamentalmente informadas;
- iii. Testar o efeito da aplicação de *insights* comportamentais em problemas concretos enfrentados pelo regime de previdência complementar dos entes federativos.

1.4. METODOLOGIA

1.4.1. Estratégias metodológicas e objetivos da pesquisa

O diagrama abaixo resume de forma sistematizada a relação de cada uma das estratégias metodológicas apresentadas com os objetivos estabelecidos para esse trabalho de pesquisa.

Figura 4 - Estratégias metodológicas e objetivos de pesquisa



Fonte: elaboração do autor.

1.4.2. Experiência

A vivência profissional e acadêmica em previdência social e na gestão de fundo de pensão de ente federativo, aliada à participação em diversas iniciativas voltadas às ciências comportamentais, contribuiu de forma decisiva para a composição e escolha da metodologia adotada na pesquisa.

Dentre essas iniciativas, destacam-se o Congresso Internacional de Gestão da Previdência Social (Congeps)¹⁵, onde foi apresentado um estudo sobre arquitetura de escolha em previdência, e a masterclass promovida pelo iNudgeyou¹⁶ em parceria com a Embaixada da Dinamarca, que permitiu seu aprofundamento na utilização do framework BASIC, integrando teoria e prática em um ambiente internacional.

A masterclass resultou em um projeto desenvolvido com a equipe da RJPREV, selecionado para mentoria internacional pela equipe do iNudgeyou e conduzido pelo renomado cientista comportamental Pelle Gulborg Hansen¹⁷ em 2024. Nesse mesmo ano, o tema desse projeto de pesquisa foi trabalhado em conjunto com a equipe da RJPREV da Jornada de Investigação da CINCO¹⁸, que analisou e testou a aplicação de metodologias comportamentais em políticas públicas da previdência complementar do Estado do Rio de Janeiro.

Por fim, o projeto dessa pesquisa também foi lapidado pelo Summer School on Public Policy da IPPA¹⁹, em 2024 em Brasília, onde foram feitos debates e apresentadas sugestões metodológicas que contribuíram para o refinamento da pesquisa e para o fortalecimento e integração entre teoria, prática e experimentação. Essas experiências foram utilizadas principalmente nas reflexões sobre a aplicação de *insights* comportamentais nos diferentes níveis e etapas das políticas públicas relacionadas ao regime de previdência complementar dos entes federativos.

¹⁵ Congresso Internacional de Gestão da Previdência Social (Congeps). Disponível em: [Congeps – Congresso Internacional de Gestão da Previdência Social](#) Acesso em: 31 ago. 2025.

¹⁶ The Applied Behavioural Science Centre (iNudgeyou). Disponível em: [iNudgeyou – The Applied Behavioural Science Centre](#) Acesso em: 31 ago. 2025.

¹⁷ <https://www.pelleonline.org> Acesso em: 31 ago. 2025.

¹⁸ 1ª Jornada de Investigação de Problemas Comportamentais em Políticas Públicas. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/inovacao-governamental-carreiras-transversais/inovacao-governamental/cinco/projetos/relatorio-1a-jornada.pdf> Acesso em: 31 ago. 2025.

¹⁹ International Public Policy Association (IPPA). Disponível em: <https://www.ippublicpolicy.org/summerschool/summer-school-brasil-2024/52> Acesso em: 31 ago. 2025.

1.4.3. Revisão da Literatura

A revisão da literatura baseou-se no trabalho de Xiao; Watson, (2019), que desenvolveu um guia sobre a condução de revisões sistemáticas de literatura. A partir desse arcabouço metodológico, foi feito um planejamento que definiu os objetivos e estabeleceu o protocolo de revisão.

O processo de validação do protocolo de revisão abrangeu reuniões de orientação acadêmica com especialistas na área das ciências comportamentais, visita técnica a organizações que aplicam arquitetura de escolha com *insights* das ciências comportamentais em seus planos de benefícios previdenciários²⁰, participação em oficina sobre técnicas de pesquisa em bases de dados e debates em grupo de pesquisa sobre ciências comportamentais e políticas públicas²¹.

O tipo de revisão de literatura escolhido foi a revisão de escopo, buscando identificar uma variedade de dimensões dos artigos selecionados, incluindo os elementos de ciências comportamentais analisados, os objetivos da arquitetura de escolha estudada e características do processo de implementação dessas intervenções no contexto previdenciário.

Uma revisão de escopo tem como objetivo principal apresentar um panorama do campo de estudo e uma visão geral da literatura produzida na área, identificando a fronteira do conhecimento de um campo de estudo, os principais pesquisadores na área e possíveis lacunas de conhecimento existentes (Xiao; Watson, 2019, p. 99).

A revisão da literatura buscou atingir o objetivo de refletir de forma sistemática sobre as diferentes formas e abordagens de aplicação de ciências comportamentais nos diferentes níveis e etapas das políticas públicas previdenciárias.

Seguindo o método proposto por Xiao e Watson (2019), foi possível identificar lacunas e evitar o viés conhecido como “*cherry picking*”, isto é, a seleção tendenciosa apenas de estudos ou evidências que confirmam uma ideia prévia. Isso reforçou o cuidado para que esse trabalho fosse construído sobre bases sólidas, considerando diferentes perspectivas e resultados já publicados.

Esse método foi aplicado na seção do ensaio teórico, no qual a revisão serviu para organizar as referências sobre ciências comportamentais aplicadas à previdência social,

²⁰ FUNPRESP-EXE e FUNPRESP-JUD.

²¹ Ciências Comportamentais e Políticas Públicas, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

sistematizar conceitos, localizar os principais autores e mostrar os limites e oportunidades que já aparecem na literatura. Essa base serviu para dar sustentação tanto ao guia metodológico quanto ao experimento desenvolvidos no trabalho.

1.4.4. SIMPLES MENTE

A ferramenta SIMPLES MENTE foi selecionada para ser utilizada na revisão sistemática da literatura e identificar os *insights* das ciências comportamentais utilizados nas intervenções analisadas pelos artigos incluídos na revisão, enquadrando sempre que possível em algum dos seguintes elementos: simplificação, incentivos, mensageiro, *priming*, lembretes e compromissos, emoção, saliência, modelos mentais, ego, normas sociais, tendência pelo padrão, escassez.

O SIMPLES MENTE é uma ferramenta que busca aplicar, de forma clara e acessível, os principais elementos das ciências comportamentais em questões relacionadas a políticas públicas. Seu objetivo é incorporar de elementos das ciências comportamentais para refinar a compreensão dos desafios de políticas públicas e das avaliações de serviços e programa públicos, ampliando a possibilidade de formulação de soluções inovadoras (Campos Filho; Sigora; Bonduki, 2020).

Quadro 4 – Descrição dos elementos da ferramenta SIMPLES MENTE

Elementos	Descrição
Simplificação	Tornar algo mais fácil, removendo barreiras desnecessárias, sejam elas em termos de esforço, tempo ou até mesmo de acesso.
Incentivos	Recompensas obtidas em função de certos tipos de comportamento.
Mensageiro	Ressaltar que o processo de comunicação de uma política, programa ou serviço não se restringe ao conteúdo formal a ser transmitido.
Priming	Estímulo subliminar que opera por meio da ativação inconsciente de uma associação ou representação na memória antes de uma tarefa.
Lembretes e compromissos	Os lembretes chamam a atenção para nossos objetivos, compensando a atenção limitada e a procrastinação. Compromissos prévios também são ferramentas úteis para contornar nossas limitações, em especial no que se refere ao autocontrole.
Emoção	No contexto das políticas públicas, é preciso considerar que respostas emocionais a palavras, imagens e eventos podem ser rápidas e ocorrer antes da percepção consciente daquilo a que se está reagindo.
Saliência	Dada nossa capacidade limitada de atenção, Em muitas situações, o fator determinante de uma escolha é o que foi trazido à atenção no momento crucial de decisão.
Modelos mentais	Constructos de pensamento pelos quais apreendemos o mundo ao nosso redor e que influenciam o que percebemos e como interpretamos o que percebemos.
Ego	Destaca a importância da autopercepção das pessoas.
Normas sociais	Regras não-escritas (ou, às vezes, escritas) sobre a forma como devemos nos comportar. Considera que os seres humanos tendem a buscar conformidade em relação ao comportamento de seus grupos.
Tendência pelos padrões	Considerada com frequência a mais potente das ferramentas comportamentais, consiste em pré-definir a escolha por uma alternativa considerada preferível.

Escassez	Caracterizada como a sensação subjetiva de se ter mais necessidades do que recursos – sejam eles financeiros, de tempo, de atenção ou outros – suficiente para fazer frente às necessidades.
----------	--

Fonte: Elaboração do autor com base em Campos Filho; Sigora; Bonduki, (2020).

A ferramenta SIMPLES MENTE teve como objetivo na pesquisa a aproximação entre a teoria das ciências comportamentais e a prática de políticas públicas. Por ser uma metodologia desenvolvida no Brasil e em língua portuguesa, ela oferece uma ponte acessível para classificar e organizar os elementos comportamentais usados nas intervenções. Isso foi essencial para traduzir os conceitos internacionais em algo compreensível e aplicável ao contexto local.

No trabalho, o SIMPLES MENTE foi utilizado de forma transversal em todas as seções propostas. Todavia, a ferramenta foi utilizada de forma intensiva no ensaio teórico, ajudando a organizar a análise dos estudos encontrados na revisão. Também foi usado no guia metodológico e no experimento, como uma ferramenta prática para reflexão sobre a aplicação de *insights* comportamentais nos diferentes níveis e etapas das políticas públicas, identificando quais elementos comportamentais estavam presentes nas intervenções analisadas.

1.4.5. BASIC

Para a elaboração do guia, foi utilizada a ferramenta BASIC da OCDE, que fornece um arcabouço prático e instrumental sobre a aplicação das ciências comportamentais em políticas públicas por meio de um processo de cinco etapas, buscando abranger todo o ciclo das políticas públicas.

De acordo com a OCDE (2019, p. 49), a ferramenta BASIC oferece aos profissionais e aos formuladores de políticas públicas um processo passo-a-passo para analisar os problemas dessas políticas, construir estratégias e desenvolver intervenções comportamentalmente orientadas.

A utilização da ferramenta BASIC teve o objetivo de propiciar ao guia metodológico proposto nesse trabalho uma estrutura orientada a processos, integrando *insights*, teorias e métodos das ciências comportamentais nas análises das políticas públicas da previdência social.

O BASIC é um ferramental construído como uma síntese de outras abordagens, diretrizes e ferramentas anteriormente existentes e amplamente utilizados sobre aplicação de *insights* comportamentais em políticas públicas.

Seu nome é o acrônimo em inglês de “Comportamento” (*Behavior*), “Análise” (*Analysis*), “Estratégia” (*Strategies*), “Intervenção” (*Intervention*) e “Mudança” (*Change*), que

são as cinco etapas estruturadas nesse ferramental para guiar de forma sistematizada a aplicação de *insights* comportamentais em um problema de política pública.

A tabela abaixo apresenta as cinco etapas do ferramental BASIC para conduzir a aplicação das ciências comportamentais a uma determinada questão de política pública de forma orientada ao problema comportamental enfrentado.

Quadro 5 – Descrição das etapas do ferramental BASIC

Etapas	Descrição
Behaviour (Comportamento)	Trata do estágio inicial de aplicação das ciências comportamentais no começo do ciclo político, de modo a identificar e direcionar aspectos comportamentais cruciais dos problemas enfrentados e sua relação com questões decorrentes da falta de informação, incentivos ou regulamentação padrão.
Analysis (Análise)	Trata do escrutínio dos comportamentos-alvo vistos através das lentes das teorias, <i>insights</i> e metodologias das ciências comportamentais.
Strategies (Estratégia)	Estabelece diretrizes para identificar e conceituar sistematicamente estratégias comportamentalmente informadas com base nas análises comportamentais que resultam da combinação dos estágios 1 e 2.
Intervention (Intervenção)	Compreende métodos básicos para projetar sistematicamente experimentos para avaliar a eficácia, bem como a eficiência de intervenções comportamentais.
Change (Mudança)	Oferece aos profissionais ferramentas para: i) verificar se os pressupostos iniciais e os fatores contextuais evoluíram antes de implementar uma intervenção orientada pelas ciências comportamentais; e ii) produzir planos de implementação, dimensionamento, monitoramento, avaliação, manutenção e disseminação de aplicações.

Fonte: Adaptado de BASIC Toolkit – OCDE (2019, p. 48).²²

Essa divisão do BASIC oferece uma estrutura que organiza de forma sistemática o processo de diagnóstico e aplicação de *insights* comportamentais em políticas públicas. Essa ferramenta destaca-se pela clareza com que orienta desde a definição do comportamento a ser alterado até a avaliação das mudanças obtidas com as intervenções.

Esse caráter sistemático foi essencial para que o trabalho pudesse avançar de um plano conceitual para atingir seu objetivo prático de identificar pontos de alavancagem para aplicação de *insights* comportamentais no regime de previdência complementar dos entes federativos do Brasil.

1.4.6. ABCD

Para analisar de forma estruturada os problemas da previdência complementar com base nas ciências comportamentais, utilizou-se a ferramenta ABCD, de forma integrada ao ferramental do BASIC.

²² Tools and Ethics for Applied Behavioural Insights: The BASIC Toolkit

<https://www.oecd.org/gov/regulatory-policy/tools-and-ethics-for-applied-behavioural-insights-the-basic-toolkit-9ea76a8f-en.htm>

A ferramenta ABCD analisa os comportamentos-alvo a partir do diagnóstico dos aspectos e sintomas desses problemas comportamentais, indicando possíveis pontos de partida para a elaboração de estratégias comportamentalmente informadas.

ABCD é o acrônimo em inglês de “Atenção” (*Attention*), “Crenças” (*Belief formation*), “Escolha” (*Choice*) e “Determinação” (*Determination*). Por serem aspectos relacionados com prescrições da teoria do agente racional, entende-se que são também potenciais pontos de partida para a análise dos comportamentos (OCDE, 2019, p. 72).

Abaixo são apresentados os quatro aspectos dos problemas comportamentais analisados pela ferramenta ABCD:

- **Atenção:** refere-se ao que é focado em determinado contexto. A premissa racional é que um indivíduo não consegue focar em todos os aspectos ao mesmo tempo, concentrando sua atenção naquilo que é mais importante de acordo com seus conhecimentos e preferências.
- **Crença:** relaciona-se com os julgamentos de um indivíduo de acordo com as informações que ele dispõe no momento. De forma resumida, a teoria racional espera que os indivíduos formem suas crenças com base na lógica, na probabilidade e utilizando sempre as novas informações disponíveis.
- **Escolha:** consiste em tomar decisões entre as opções de escolha disponíveis, considerando suas preferências. Em síntese, a teoria racional entende que os indivíduos devem optar pelas escolhas que maximizam sua utilidade subjetiva esperada.
- **Determinação:** é a persistência e resiliência dos indivíduos em relação a uma decisão tomada. Inclui em seu escopo conceitos subjetivos como autocontrole e força de vontade, sendo entendido na teoria racional como a consistência de um indivíduo em perseguir os planos e objetivos de longo-prazo estabelecidos.

O método ABCD possui uma premissa fundamental, derivada da abordagem de *Insight* Comportamental (BI), que entende os problemas comportamentais como sendo o resultado de desvios sistemáticos das previsões feitas pelos modelos da teoria racional, que se baseiam nos quatro aspectos estruturantes apresentados acima (OCDE, 2019, p. 69).

O ABCD complementou o ferramental BASIC no objetivo de identificar os pontos de alavancagem para aplicação de *insights* comportamentais no regime de previdência complementar dos entes federativos, oferecendo uma estrutura para diagnosticar, analisar e propor intervenções para os problemas comportamentais identificados.

Ele permitiu entender os desvios entre a teoria racional e a prática real das pessoas, organizando esses desvios em quatro dimensões: atenção, crenças, escolhas e determinação. Essa lente foi fundamental para identificar os pontos críticos nos quais intervenções comportamentais poderiam atuar.

O ABCD foi utilizado no guia metodológico, ajudando a estruturar as etapas iniciais do BASIC, em especial as de comportamento, análise e estratégias. Assim, o ABCD funcionou como um detalhamento prático, que deu mais profundidade às etapas diagnósticas e facilitou a construção de propostas de intervenção.

1.4.7. *Design* Etnográfico

Para a estruturação do formulário utilizado na seção empírica, utilizou-se o *design* etnográfico, que é um método de pesquisa que busca compreender os problemas públicos a partir da imersão de pesquisadores e profissionais na experiência e realidade vivida pelos cidadãos, suas reais necessidades, expectativas e dificuldades.

Esse método foi adaptado e utilizado no desenvolvimento das atividades propostas na 1ª Jornada de Investigação de Problemas Comportamentais em Políticas Públicas da CINCO/MGI para apoiar o desenho, teste e avaliação das propostas de intervenção comportamentalmente informadas, gerando *insights* para a formulação e reformulação de políticas públicas mais efetivas na previdência complementar dos entes federativos.

Utilizando o *design* etnográfico, é possível aprender melhor sobre as pessoas, suas necessidades e contextos visando identificar oportunidades de inovação que correspondam, de forma mais adequada, às perspectivas e experiências vividas pelos indivíduos afetados por uma política pública, produto ou serviço específico (Metello, 2018, p. 11).

Inspirado em métodos derivados da antropologia, o *design* etnográfico é o nome dado a uma etapa de um processo de *design* no qual é feita uma imersão para entender com profundidade uma determinada realidade que se quer transformar (Metello, 2018, p. 11).

Quadro 6 - Roteiro para utilização do *design* etnográfico

Etapas	Descrição
Passo 1	Definição do escopo da pesquisa.
Passo 2	Definição do público a ser pesquisado.
Passo 3	Conhecimento das suposições.
Passo 4	Preparação do roteiro.
Passo 5	Ida a campo.
Passo 6	Síntese dos registros.

Passo 7	Geração de <i>insights</i> .
Passo 8	Apresentação dos resultados.

Fonte: Elaboração do autor com base em Metello (2018, p. 22, 23 e 24).

O design etnográfico teve como objetivo aproximar a pesquisa da realidade vivida pelos participantes dos fundos de pensão dos entes federativos, compreendendo como os indivíduos se comportam em relação à escolha do perfil de investimento, trazendo para o trabalho elementos de imersão e empatia.

Com isso, foi possível captar necessidades, dificuldades e contextos para o atingir o objetivo de identificar pontos de alavancagem para aplicação de *insights* comportamentais no sistema de previdência complementar dos entes federativos que dificilmente seriam percebidos apenas por meio de análises abstratas.

Esse método foi usado principalmente no guia metodológico, fomentando a reflexão sobre a aplicação de *insights* comportamentais nos diferentes níveis e etapas das políticas públicas relacionadas ao regime de previdência complementar dos entes federativos.

Adicionalmente, ele também foi utilizado na construção do formulário, na geração de *insights* e no desenho dos protótipos de intervenção do experimento, oferecendo uma perspectiva mais realista sobre o comportamento dos participantes diante de suas decisões previdenciárias.

1.4.8. CONSORT

A ferramenta CONSORT (Consolidated Standards of Reporting Trails)²³ é composta por uma lista de verificação com 25 itens que orientam a descrição do desenho, da análise e da interpretação de um experimento. Seu objetivo principal é auxiliar os pesquisadores a reportar seus experimentos de forma clara, transparente e completa, e não para atuar como uma ferramenta de avaliação de qualidade do experimento (Cuschieri, 2019, p. S27).

A proposta é utilizar essa ferramenta dentro do contexto e das limitações do experimento proposto para estruturar a seção empírica desse trabalho. Assim, os itens de verificação da ferramenta CONSORT serão adaptados à realidade do experimento conduzido. Abaixo estão apresentados os principais tópicos abordados pela ferramenta CONSORT e seus conteúdos.

- **Título e resumo:** identificação e resumo do experimento;

²³ Para maiores informações sobre a ferramenta CONSORT e seus princípios, consultar: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6398298/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

- **Introdução:** apresentação da proposta de experimento e objetivos, escolha do problema, base teórica e contexto.
- **Métodos:** desenho do estudo, seleção da amostra, detalhamento das intervenções, modelos estatísticos utilizados;
- **Randomização:** método de geração da amostra aleatória e implementação da randomização;
- **Resultados:** diagrama de fluxo dos respondentes, métricas analisadas, resultados das análises e da performance do modelo;
- **Discussão:** interpretação dos resultados, limitações, implicações práticas e pesquisas futuras;
- **Outras informações:** questões éticas, conflito de interesse e segurança da informação.

O CONSORT foi utilizado como padrão para estruturar e reportar o teste dos efeitos da aplicação das intervenções comportamentais. Seu objetivo foi servir como uma lista de verificação, garantindo que o desenho, a análise e a interpretação dos resultados fossem apresentadas de maneira clara e transparente. Essa ferramenta também contribuiu para organizar a descrição metodológica e facilitar a compreensão do leitor sobre as escolhas feitas no desenho experimental.

Essa ferramenta foi aplicada no experimento para atingir o objetivo de testar o efeito da aplicação de *insights* comportamentais em problemas concretos da previdência complementar. Embora adaptado à realidade do trabalho, o CONSORT deu consistência à apresentação do experimento, reforçando sua credibilidade e rigor científico.

1.4.9. Metodologia CINCO

Criada de forma gradualmente planejada e implementada a partir de frameworks nacionais e internacionais, a metodologia CINCO²⁴ tem início na identificação do comportamento-alvo que influencia os resultados de uma política pública e segue até a implementação de intervenções que facilitam mudanças desejadas e benéficas aos envolvidos. Seu objetivo é garantir que essas transformações sejam positivas tanto para quem toma as decisões quanto para os resultados das políticas públicas que sofreram as intervenções (CINCO, 2025a, p. 7).

²⁴ Mais informações sobre a metodologia CINCO podem ser obtidas no Guia Metodológico disponibilizado pela CINCO/MGI: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/inovacao-governamental-carreiras-transversais/inovacao-governamental/cinco/cincopedia/guia-metodologico/view>. Acesso em: 10 ago. 2025.

De forma resumida, essa metodologia é composta por cinco etapas sequenciais, com cada letra da sigla CINCO representando uma delas:

- **Comportamento:** identifica os objetivos da política pública que não estão sendo alcançados em virtude do comportamento das pessoas envolvidas;
- **Insights:** busca ampliar o entendimento do processo de decisão relacionado ao problema, possibilitando a elaboração de possíveis intervenções;
- **Novas estratégias:** pesquisa e proposição de novas formas de intervenção no problema identificado com base nas ciências comportamentais;
- **Checagem:** desenho e teste de protótipos de intervenção, envolvendo a mensuração de resultados;
- **Orquestração:** validação e escala das abordagens bem-sucedidas, visando a sua internalização na política pública.

Essa metodologia foi utilizada na seção empírica desse trabalho, como referência prática para estruturar as atividades relacionadas ao objetivo da pesquisa de testar os efeitos da aplicação das intervenções comportamentais em problemas concretos da previdência complementar dos entes federativos. Sua função foi guiar a geração de *insights*, a criação de protótipos de intervenção e a validação dos resultados, a partir de um processo que parte da identificação do comportamento-alvo até a orquestração de soluções em escala.

1.4.10. JASP

O JASP é um software estatístico gratuito e de código aberto que permite a análise de dados por meio de uma interface intuitiva e amigável. Essa ferramenta oferece soluções para análises descritivas, testes estatísticos, regressões, modelos lineares e análises multivariadas. O programa permite importar dados de diversos formatos, com geração de resultados em tempo real e possibilidade de exportar tabelas e gráficos prontos para publicação (Goss-Sampson, 2019, p. 1).

O JASP teve como objetivo fornecer a base estatística necessária para analisar os dados dos testes sobre o efeito da aplicação de *insights* comportamentais em problemas concretos enfrentados pelos fundos de pensão dos entes federativos. Essa ferramenta foi escolhida por ser de código aberto, intuitiva e por permitir realizar análises robustas sem exigir programação avançada. Com ele, foi possível aplicar testes estatísticos, regressões e modelagem, além de gerar tabelas e gráficos de forma prática e pronta para publicação.

Sua estrutura possui menus com opções personalizáveis, agilizando a execução das análises e reduzindo a necessidade de programação. Neste trabalho, o JASP foi utilizado na etapa experimental para realizar o processamento estatístico dos dados, aplicar os modelos propostos e interpretar os resultados obtidos. Assim, o JASP foi essencial para validar as hipóteses do trabalho e para atingir o objetivo de pesquisa de testar os efeitos da aplicação de *insights* comportamentais em um problema concreto enfrentado pela previdência complementar dos entes federativos.

2. ENSAIO

2.1. CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A definição exata de ciências comportamentais entre os especialistas e acadêmicos não é um consenso. Enquanto alguns definem ciências comportamentais como um conjunto vasto de abordagens, que engloba diversas disciplinas que estudam o comportamento humano, outros preferem uma definição mais estreita para o campo, exigindo um certo grau de coesão teórica e metodológica das disciplinas e abordagens consideradas por eles como pertencentes a esse campo (Lepenies; Małecka, 2019, p. 513–514).

As ciências comportamentais têm sido aplicadas com sucesso em políticas públicas de diferentes áreas de atuação em diversos países do mundo. Tendo como um de seus pontos de partida a ênfase no fato dos indivíduos muitas vezes se desviarem dos pressupostos da teoria do agente racional, as ciências comportamentais quando aplicadas em políticas públicas buscam o entendimento de como os indivíduos efetivamente se comportam, com o objetivo de resolver problemas concretos dos cidadãos (Sunstein, 2020, p. 1).

Nas últimas duas décadas, a difusão de diferentes abordagens que se apoiam em evidências para integrar ideias e metodologias derivadas das ciências comportamentais nas políticas públicas, visando seu aprimoramento e a oferta de serviços públicos mais efetivos, tem sido cada vez mais frequente. Essa integração das ciências comportamentais no desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas públicas comportamentalmente informadas, também chamadas de políticas públicas comportamentais ou BPP (*Behavioral Public Policies*), criou revistas acadêmicas, associações, redes de relacionamento e instituições específicas sobre esse tema em todo mundo (OCDE, 2019, p. 44).

Dentre as diversas áreas e domínios de aplicação das ciências comportamentais em políticas públicas, alguns dos mais proeminentes casos de sucesso estão relacionados à previdência social, como a utilização de escolhas-padrão para aumentar a adesão em planos de benefício previdenciários de contribuição definida (Madrian; Shea, 2001), o uso de aumento automático na alíquota de contribuição em caso de aumentos salariais (Thaler; Benartzi, 2004) e o estabelecimento de escolhas-padrão inteligentes para aprimorar as decisões de investimento das poupanças previdenciárias dos indivíduos (Loewenstein; Chater, 2017, p. 27).

Apesar do relativo sucesso obtido com a aplicação das ciências comportamentais em políticas públicas, diversas críticas, objeções e questionamentos sobre sua utilização e seus

resultados efetivos em políticas públicas emergiram nos últimos anos (Benartzi et al., 2017; Chater; Loewenstein, 2023).

Uma das principais críticas recebida pelas ciências comportamentais é de que ela teria seu foco quase que exclusivamente em desafios tratáveis e de fácil mensuração, não sendo aplicada em questões estruturais e de maior impacto, afetando apenas aspectos de menor relevância de problemas mais complexos (Hallsworth, 2023, p. 26).

Nesse contexto, Hallsworth (2023) publicou pelo BIT um manifesto sobre como as aplicações de elementos das ciências comportamentais podem atingir todo seu potencial na solução de problemas concretos dos indivíduos. Nesse manifesto, foram analisados dez desafios principais enfrentados pelas ciências comportamentais atualmente, sendo proposto em seguida alternativas e soluções para cada um dos desafios apresentados.

A tabela abaixo apresenta os dez desafios analisados pelo manifesto do BIT, bem como as críticas relacionadas a cada um deles e os principais atores envolvidos nas questões analisadas.

Quadro 7 - Desafios, críticas, atores envolvidos – Manifesto BIT.

Desafios	Críticas	Atores
1 - Utilizar as ciências comportamentais como lente analítica	Impacto limitado	Profissionais
2 - Incorporar as ciências comportamentais nas organizações	Falta de escalabilidade	Profissionais e clientes
3 - Visão sistêmica	Pensamento mecanicista	Profissionais, clientes e acadêmicos
4 - RCTs em seu devido lugar	Falta de evidências	Profissionais e acadêmicos
5 - Replicação, variação e adaptação	Falta de precisão	Profissionais, acadêmicos e financiadores
6 - Além das listas de vieses	Excesso de confiança	Acadêmicos e financiadores
7 - Projetar e ajustar	Controle do paradigma	Profissionais, acadêmicos e financiadores
8 - Humildade, exploração e habilitação	Negligenciamento do contexto social	Profissionais, clientes e financiadores
9 - Ciências de dados para maior equidade	Preocupações éticas	Profissionais, clientes e acadêmicos
10 - Nenhuma visão de lugar nenhum	Homogeneidade dos participantes e das perspectivas	Profissionais, clientes, acadêmicos e financiadores

Fonte: Adaptado de Hallsworth (2023).

2.2. CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS APLICADAS NOS DIFERENTES NÍVEIS E ETAPAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA PREVIDÊNCIA

Segundo o relatório sobre *insights* comportamentais e políticas públicas publicado pela OCDE em 2017, um apontamento frequente sobre as intervenções comportamentalmente

orientadas é de que elas costumam ser utilizadas relativamente tarde no desenho das políticas públicas, isto é, apenas quando são feitos os ajustes, as correções e o aprimoramento de políticas já implementadas (OCDE, 2017, p. 17).

De acordo com esse relatório, existe ainda um grande potencial não explorado para a aplicação das ciências comportamentais nas fases iniciais do ciclo das políticas públicas, cuja utilização pode ajudar na mitigação da necessidade de corrigir as políticas ainda em sua fase de implementação.

Nesse contexto, a aplicação das ciências comportamentais em problemas concretos nas últimas décadas se concentrou mais em intervenções conhecidas como *downstream*, com preocupações relacionadas a aspectos específicos do desenho das políticas, produtos ou serviços ofertados à população, focando em comportamentos dos indivíduos analisados de forma isolada e não sistêmica (Hallsworth, 2023, p. 26).

Alguns autores foram ainda mais severos com as críticas às aplicações das ciências comportamentais em políticas públicas, entendendo que essas intervenções não resolvem os problemas concretos dos cidadãos de forma efetiva e a custos módicos e destacando que essas intervenções desviam a atenção dos formuladores de políticas públicas das questões centrais dos problemas enfrentados e os afasta de reformas estruturantes e da possibilidade de implementar soluções sistêmicas (Chater; Loewenstein, 2023, p. 36).

Hallsworth, (2023, p. 26) apresenta alguns exemplos concretos de como as ciências comportamentais também podem ser aplicadas em problemas mais complexos e estruturais, ou seja, intervenções *upstream*. Para esse autor, as experiências de sucesso de intervenções *upstream* comportamentalmente orientadas são mais difíceis de serem percebidas, pois muitas vezes lidam com narrativas fluidas, obscuras e fragmentadas da política e do processo de elaboração das políticas públicas.

Nesse entendimento, ao contrário das intervenções *downstream*, que possuem abordagens mais claras e lineares, as contribuições das ciências comportamentais em intervenções *midstream* e *upstream* costumam ser mais difíceis de rastrear e mensurar, pois podem demorar um longo período até surtirem todo o efeito esperado.

2.3. ARQUITETURA DE ESCOLHA E PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DAS CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS

A arquitetura de escolha é responsável por organizar a forma e o contexto no qual os indivíduos vão tomar suas decisões. Assim, uma arquitetura de escolha bem estruturada pode melhorar a habilidade das pessoas no mapeamento e seleção das opções disponíveis, para que as escolhas os deixem numa situação melhor (Thaler; Sunstein; Balz, 2010, p. 428, 434–435).

Em áreas como a previdência, onde existem diversas decisões para serem tomadas por indivíduos que não possuem muitas vezes o nível de educação financeira necessária para escolher a melhor decisão dentre as opções disponíveis, uma boa arquitetura de escolha pode ter um efeito muito significativo nos comportamentos desses indivíduos (Benartzi; Peleg; Thaler, 2007).

O mais famoso instrumento das ciências comportamentais aplicadas é o *nudge*, popularizado por Thaler e Sustein (2008). Todavia, as ciências comportamentais possuem diversos outros instrumentos de aplicação em políticas públicas, que possuem em comum a característica de divergirem das chamadas políticas públicas tradicionais, que são aquelas que entendem que os problemas comportamentais são causados pela falta de informações, incentivos ou motivação (OCDE, 2019, p. 118).

Nudge pode ser definido como intervenções, de instituições públicas ou privadas, que afetam o comportamento dos indivíduos, mas mantendo sua plena liberdade de escolha. Uma escolha-padrão é um *nudge*, conquanto exista a possibilidade do indivíduo facilmente não a exercer e optar pelas alternativas disponíveis. O mesmo raciocínio é válido para avisos e divulgação de informações (Sunstein, 2020, p. 4).

Diversos regimes previdenciários em todo mundo utilizam *nudges*, como as escolhas-padrão, para combater a inércia dos indivíduos, adotando mecanismos como a adesão automática aos planos de benefícios para aumentar a cobertura previdenciária da população coberta (Benartzi; Peleg; Thaler, 2007).

O *push* é um instrumento que entende que os problemas comportamentais são derivados de baixa cognição e vieses devido à falta de atenção, dificuldades na busca por informações, indecisão e incapacidade dos indivíduos em perseguir seus objetivos. No *push*, a mudança do comportamento é alcançada por meio da ênfase ou do fortalecimento de determinados aspectos da arquitetura de escolha, fomentando o pensamento reflexivo em relação a tomada de

determinadas decisões, como o aumento da tributação sobre determinados bens e a imposição de multas e penas agravadas para situações específicas, por exemplo (OCDE, 2019, p. 118).

Outro instrumento das ciências comportamentais frequentemente aplicado em políticas públicas é o *boost*. *Boost* e *nudge* baseiam-se em diferentes fundamentos sobre a racionalidade limitada dos indivíduos. Enquanto o *nudge* tem como base as heurísticas e vieses, o *boost* apoia-se apenas nas heurísticas simples dos indivíduos. São caracterizadas como *boost* políticas públicas que alteram o ambiente em que as decisões são tomadas, ampliam as opções e as estratégias de escolha dos tomadores de decisão ou façam ambas as coisas (Grüne-Yanoff; Hertwig, 2016, p. 156).

Alguns críticos das ciências comportamentais possuem uma forte preferência por educação ao invés da utilização de *nudges*. Para eles, instituições públicas e privadas deveriam ensinar os indivíduos, ou seja, expandir (*boost*) suas capacidades de decisão, ao invés de recorrer a estratégias de arquitetura de escolha (Thaler; Sunstein, 2021, p. 271).

Diferentemente do *nudge*, que tem como um de seus pilares o conceito de paternalismo libertário, uma característica central na utilização de *boosts* em políticas públicas é o objetivo de empoderar os indivíduos pela expansão de suas competências, ajudando a encontrar seus objetivos, mas sem fazer suposições indevidas sobre quais são ou deveriam ser esses objetivos (Grüne-Yanoff; Hertwig, 2016, p. 156).

Quando as características de uma arquitetura de escolha consistem em obstáculos que dificultam aos indivíduos a obtenção de resultados que aumentem seu bem-estar, de acordo com seu próprio julgamento, estamos falando de *sludges* (Thaler; Sunstein, 2021, p. 139).

Algumas vezes os *sludges* podem ser positivos e ter uma função necessária em um processo, como no caso de procedimentos para garantir que o indivíduo que vai receber um benefício esteja efetivamente elegível para tanto. No entanto, na maioria das vezes, os *sludges* prejudicam as pessoas, especialmente aquelas mais vulneráveis (Sunstein, 2020, p. 21).

Instrumentos como o *nudge*, *push*, *boost* e *sludge* impactaram significativamente as políticas públicas da previdência social em todo mundo, dando origem a iniciativas comportamentalmente orientadas como o Pension Protection Act of 2006 nos EUA e a adoção da adesão automática na Inglaterra a partir de 2012. Embalada por essas histórias de sucesso na área de previdência e apoiada pela criação em diferentes países do mundo das chamadas

“unidades de *nudge*”, a agenda das ciências comportamentais ganhou destaque central nas políticas públicas (Loewenstein; Chater, 2017, p. 27).

2.4. REVISÃO DA LITERATURA

O objetivo desta subseção é revisar, de forma sistemática, estudos sobre a utilização de arquitetura de escolha com elementos das ciências comportamentais em processos de tomada de decisão de participantes de planos de benefícios previdenciários.

2.4.1. Busca e Avaliação da Literatura

2.4.1.1. Critério de inclusão

Somente foram incluídos na revisão artigos que abordaram a aplicação de arquitetura de escolha com utilização de *insights* das ciências comportamentais em contextos relacionados à previdência. Trabalhos que trataram de aplicações de *insights* das ciências comportamentais fora do contexto da previdência social foram excluídos dessa revisão.

Foram incluídos artigos sobre o tema tanto no contexto da previdência social, envolvendo governos, sistemas previdenciários e legislação, quanto artigos que tratassem do tema aplicado à previdência privada, no contexto de fundos de pensão e planos de benefícios de previdência complementar. Apenas foram incluídos artigos escritos em inglês, português e espanhol.

2.4.1.2. Identificação da literatura

A estratégia de busca partiu do estabelecimento de três variáveis principais a partir do tema definido: arquitetura de escolha, ciências comportamentais; e previdência. Em seguida, foram definidos os termos e palavras-chave que identificam essas variáveis, bem como seus principais sinônimos.

Foram feitas diversas interações nas ferramentas de busca das bases de dados utilizadas buscando um refinamento da terminologia usada, precedidas de filtros de avaliação visual nos resultados encontrados até se chegar numa sintaxe de busca adequada para o trabalho proposto. Por fim, foram aplicados os operadores booleanos para concatenar os termos de busca selecionados.

As bases de dados pesquisadas nessa revisão foram a *Scopus* e a *Web of Science*, por serem duas bases de dados tradicionais e multidisciplinares, que possibilitam uma maior abrangência de abordagens e maior cobertura da literatura específica sobre o tema analisado.

O período definido para a busca da literatura foi de 2002 até 2022, isto é, foram selecionados artigos publicados nesse intervalo, cobrindo assim cerca de duas décadas de estudos sobre as ciências comportamentais após o prêmio Nobel de Daniel Kahneman por seus estudos empíricos que desafiaram a suposição da racionalidade humana prevalecente na teoria econômica.

Para cada uma das três variáveis definidas (arquitetura de escolha, ciências comportamentais e previdência), foram estabelecidos termos sinônimos, com o operador booleano “OR”, para ampliar a cobertura da literatura sobre o assunto. As três variáveis foram conectadas na sintaxe de busca pelo operador booleano “AND”, com o objetivo de obter nos resultados de busca apenas artigos que abordassem todas as três variáveis definidas.

Para potencializar os resultados de busca das palavras-chave utilizadas, foi utilizado o operador booleano de truncamento “*”, que busca todas as variações da palavra procurada, incluindo plural e outras formas de flexão gramatical²⁵. As buscas foram feitas pelos termos em inglês, procurando tanto no título, no resumo e nas palavras-chave dos artigos.

Abaixo é apresentada a sintaxe de busca estabelecida em inglês, que é compatível tanto com o mecanismo de busca da base de dados da *Scopus* quanto da *Web of Science*:

((*"choice architecture"* OR *nudge**) AND (*"behavio* science*"* OR *"behavio* economics"* OR *"behavio*"*) AND (*"social security"* OR *pension** OR *retirement**))

Com essa especificação acima, a ferramenta de busca da base de dados *Scopus* retornou 28 resultados, enquanto a base *Web of Science* retornou 29 resultados, totalizando 57 artigos. Após a remoção de 19 artigos duplicados que constavam como resultado em ambas as bases, restaram 38 artigos únicos para triagem para inclusão.

2.4.1.3. Triagem para inclusão

Na triagem para inclusão, foi feito inicialmente uma filtragem que retirou os trabalhos que não eram artigo científico (ex: livros). Em seguida, foi feita a exclusão pela análise do título e do resumo dos artigos pré-selecionados, retirando dois artigos que não

²⁵ Como exemplo da importância de utilização do operador booleano de truncamento nas sintaxes de busca, destaca-se as diferentes grafias palavra “comportamento” em inglês, que é escrita como “*behavior*” no inglês norte-americano e como “*behaviour*” nos demais países de língua inglesa. Nas interações de busca realizadas, houve diferença entre os resultados obtidos com e sem a utilização desse operador.

abordavam o tema definido para a revisão. Após, foram retirados dois trabalhos publicados em línguas diferentes das estabelecidas²⁶.

Os 34 artigos restantes foram avaliados na íntegra para avaliação de qualidade e elegibilidade, dos quais foram excluídos 14 artigos que não abordaram alguma das três variáveis definidas como tema para essa revisão sistemática (arquitetura de escolha, ciências comportamentais e previdência).

2.4.1.4. Avaliação de qualidade e elegibilidade

Para avaliação da qualidade e elegibilidade dos artigos selecionados nas bases de dados, estabeleceu-se como dimensão de análise a identificação do elemento de ciências comportamentais utilizado na intervenção, utilizando a ferramenta SIMPLES MENTE.

2.4.1.5. Interações

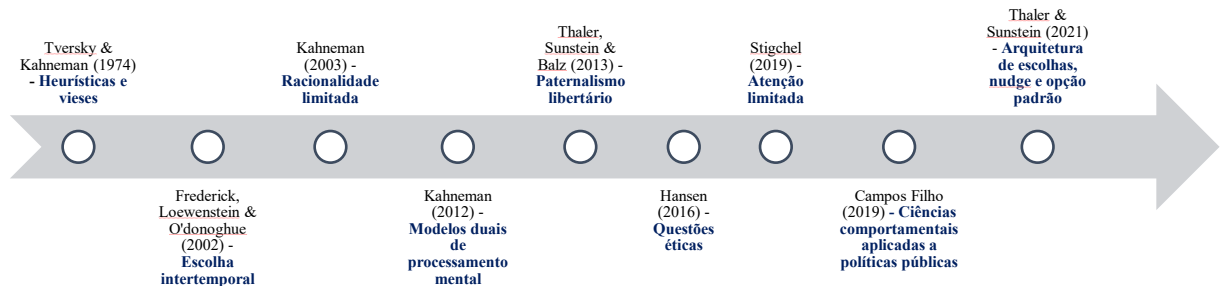
Foram feitas interações “para frente e para trás” para buscar artigos adicionais identificados por referências.

Partindo dos trabalhos pioneiros dos psicólogos Amos Tversky e Daniel Kahneman publicados nos anos 1970, e passando pelos estudos do economista Richard Thaler, o campo da economia comportamental, também chamado de ciências comportamentais aplicadas, desenvolveu-se de forma acelerada em termos de volume e qualidade de publicação, especialmente nas últimas duas décadas.

O método preferencialmente empregado nesse novo campo de estudo das ciências comportamentais aplicadas é o método indutivo, partindo de evidências empíricas e sempre que possível utilizando experimentos controlados para descrever o modo que os indivíduos tomam suas decisões (Campos Filho; Sigora; Bonduki, 2020, p. 21).

Nesse contexto, foram selecionados nove artigos de autores considerados referência no campo das ciências comportamentais aplicadas, citados como referência em diversos trabalhos dos artigos selecionados nas bases de dados, com base na pertinência temática dos seus trabalhos com a proposta e os objetivos definidos para essa pesquisa de revisão. Os autores e as áreas de pesquisa dos artigos selecionados nas interações “para frente e para trás” encontram-se sumarizadas na linha do tempo apresentada abaixo.

²⁶ Foram excluídos um artigo em alemão e outro em chinês. Houve um artigo selecionado em espanhol (Colômbia) na triagem inicial e nenhum artigo foi selecionado em português. Apesar de haver autores brasileiros entre os artigos selecionados, seu artigo foi publicado em inglês.

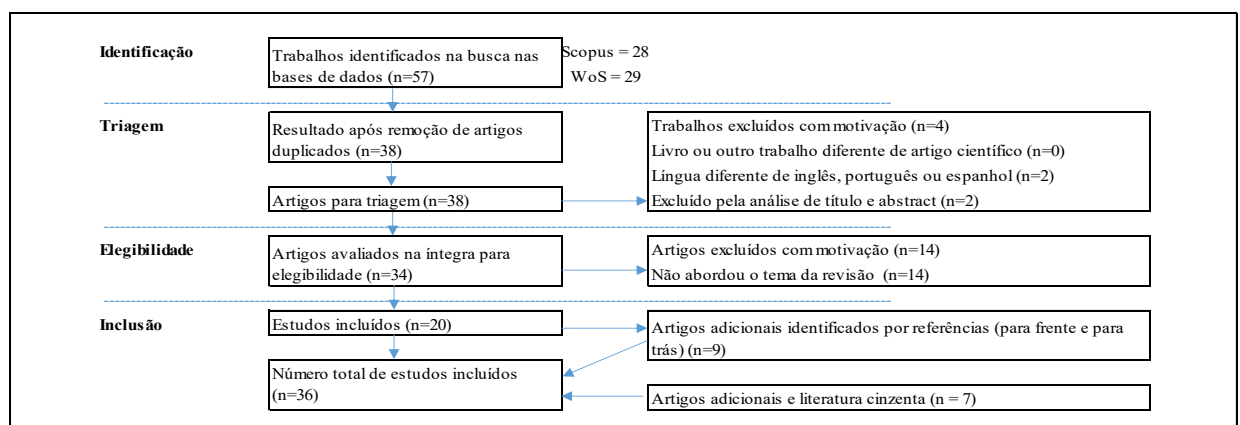
Figura 5 - Linha do tempo: referencial teórico por tema – Ciências comportamentais

Fonte: elaboração do autor com base nas interações “para a frente e para trás” realizadas.

Por fim, foram feitas interações em busca de estudos adicionais produzidos por organizações internacionais ou órgãos nacionais que atuam na área de previdência, buscando em suas publicações artigos ou relatórios relacionados à aplicação de ciências comportamentais em políticas públicas.

Foram incluídos sete estudos derivados dessa interação, incluindo trabalhos de organizações internacionais como a OCDE, Banco Mundial, BIT, e de órgãos nacionais, como da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SPREV) do governo federal e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Dessa forma, o total de estudos incluídos na revisão totalizou 36 trabalhos. Abaixo é apresentado um diagrama resumando os processos de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos selecionados.

Figura 6 - Diagrama resumo do processo de busca e avaliação para inclusão dos artigos selecionados

Fonte: Elaboração do autor com base em Xiao; Watson, (2019).

2.4.2. Extração e Análise dos Dados

As análises das informações extraídas dos nove trabalhos considerados referência e dos sete estudos publicados por organizações internacionais e por órgãos nacionais foram feitas em subseções específicas, visando descrever o panorama do campo das ciências comportamentais aplicadas e uma visão geral da literatura produzida na área.

Cada um dos 20 estudos selecionados no processo de busca nas bases de dados teve suas informações extraídas e classificadas de acordo com as dimensões estabelecidas como critério de elegibilidade e qualidade explicados anteriormente, a saber: elemento das ciências comportamentais analisado pela ferramenta SIMPLES MENTE.

2.5. ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES DE ARQUITETURA DE ESCOLHA APLICADAS À PREVIDÊNCIA

2.5.1. Aplicação de Conceitos Clássicos das Ciências Comportamentais à Previdência

- Racionalidade Limitada:

Apesar da maioria dos indivíduos reconhecer a importância da previdência para o seu futuro e muitas vezes manifestar a intenção de aderir a um plano ou produto de previdência, alguns comportamentos, muitas vezes influenciados por heurísticas e vieses processadas pelo chamado Sistema 1 ou sistema automático, os impedem de fazê-lo (Kahneman, 2002).

- Modelos duais de processamento mental:

As heurísticas e vieses no processo de tomada de decisão ocorrem porque os indivíduos possuem dois modelos de processamento mental, o Sistema 1, que influencia a imensa maioria dos julgamentos e decisões dos indivíduos, operando de forma automática, associativa, intuitiva e rápida, com pouco esforço e sem controle voluntário, e o Sistema 2, que é racional, lógico, dedutivo, estruturado e por isso mais oneroso, pois aloca atenção às atividades mentais trabalhosas que o requisitam, incluindo cálculos complexos (Kahneman, 2002).

- Paternalismo Libertário:

Em casos relacionados à previdência social em que apenas a intenção não é suficiente, a aplicação de elementos das ciências comportamentais pode ser uma aliada na busca por um maior realismo no entendimento das escolhas individuais e na determinação das ações, com o objetivo de promover melhores tomadas de decisão por parte dos participantes de planos previdenciários (Thaler; Sunstein; Balz, 2010).

- Ciências comportamentais aplicadas a políticas públicas:

Considerando que os participantes de um plano de benefícios previdenciários possuem racionalidade limitada e que a maneira como as escolhas são apresentadas afeta o processo de tomada de decisão, cabe aos formuladores de políticas públicas estruturar uma arquitetura de escolha adequada para garantir que as informações sejam comunicadas corretamente e que os aspectos relevantes relacionados à decisão sejam vistos e processados pelos indivíduos (Campos Filho; Sigora; Bonduki, 2020).

- Arquitetura de escolhas, *nudge* e opção padrão:

A utilização de *nudges* na previdência pode alterar de forma previsível as decisões enfrentadas pelos participantes dos planos de benefícios, sem proibir nenhuma opção ou alterar significativamente os incentivos econômicos desses participantes (Thaler; Sunstein, 2021).

- Escolha intertemporal:

Como as decisões relacionadas à previdência social envolvem muitas vezes escolhas intertemporais, é possível aproveitar abordagens alternativas àquelas da economia tradicional nas ciências comportamentais. Um exemplo disso é a ideia de utilizar taxas de desconto hiperbólicas para descontar o valor futuro de fluxos previdenciários, mais aderente à preferência dos indivíduos pelo curto prazo e à questão da reversão das preferências do que a taxa de desconto exponencial utilizada pela economia tradicional (Frederick; Loewenstein; O'Donoghue, 2003).

- Questões éticas:

Questões éticas e relacionadas ao conceito de paternalismo libertário também permeiam situações concretas da atividade cotidiana das entidades de previdência, especialmente em questões relacionadas a arquiteturas de escolha e utilização de escolha-padrão, apesar dessas medidas teoricamente visarem ajudar esses indivíduos a atingirem suas próprias metas sem restringir suas escolhas (Hansen, 2016).

2.5.2. Estudos Produzidos por Organizações Internacionais e Nacionais

A análise sobre os estudos produzidos por organizações internacionais tomou como base uma seção do trabalho de Campos Filho; Sigora; Bonduki, (2020), que analisou a disseminação da agenda e das ferramentas das ciências comportamentais aplicadas desenvolvidas nos últimos anos no contexto internacional.

Nessa análise, o autor aponta que diversos países têm adotado abordagens das ciências comportamentais para análise e aprimoramento de suas políticas públicas e que diversos organismos internacionais têm indicado a importância de se considerar os instrumentos conceituais e metodológicos oriundos das ciências comportamentais.

O Banco Mundial publicou um relatório²⁷ sobre o tema ciências comportamentais em 2015, sistematizando as contribuições das ciências comportamentais para ampliar o entendimento de questões relacionadas a sua agenda de desenvolvimento e para orientar o desenho e a implementação de políticas públicas, tornando-as mais aderentes ao modo como os indivíduos realmente tomam suas decisões.

Em 2017, a OCDE publicou 159 estudos de casos ocorridos em 23 países que aplicaram elementos de ciências comportamentais em diversas áreas de atuação, incluindo algumas na área de previdência, destacando diversas recomendações para instituições e especialistas que desejam adotar elementos das ciências comportamentais em suas áreas de atuação.

O Behavioural Insight Team (BIT) do Reino Unido se destaca tanto pelo pioneirismo quanto pelo volume de trabalho já produzido sobre modelos e ferramentas cujo objetivo é tornar o acúmulo de evidências das ciências comportamentais mais aplicável a inovações em políticas públicas (Campos Filho; Sigora; Bonduki, 2020, p. 30–31).

A ferramenta MINDSPACE do BIT apresenta de forma simples nove elementos comportamentais com grande potencial de aplicação concreta no aprimoramento de políticas públicas, enquanto a ferramenta EAST do BIT aglutina os principais *insights* comportamentais em quatro categorias: fácil (*easy*), atraente (*attractive*), social (*social*); e tempestivo (*timely*).

A ferramenta TESTS do BIT busca a estruturar as fases a serem desenvolvidas em projetos que empreguem ciências comportamentais, sendo formada pelas seguintes etapas: identificação do comportamento alvo (*target*), entendimento do contexto (*explore*), elaboração da intervenção (*solution*), testagem (*trial*) e escalabilidade da intervenção (*scale*).

Em relação aos estudos e iniciativas produzidos por órgãos nacionais sobre ciências comportamentais, destacam-se os trabalhos publicados pela ENAP e pela SPREV. O Laboratório de Inovação em Governo (GNova) da ENAP publicou em 2020 um volume sobre

²⁷ World Development Report 2015: Mind, Society, and Behavior
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20597>. Acesso em: 29 ago. 2025.

o tema ciências comportamentais e políticas públicas, abordando o uso da metodologia SIMPLES MENTE, idealizada por Campos Filho; Sigora; Bonduki, (2020).

Em 2021, a SPREV publicou um guia sobre aplicações de elementos de ciências comportamentais para entidades de previdência privada e seguradoras, incluindo modelos de documentos com aplicação de boas práticas desse campo, estimulando e orientando as entidades de previdência privada a adotarem esse tipo de intervenção.

2.5.3. Panorama do Campo de Estudo

2.5.3.1. Visão geral da literatura produzida

A revisão da literatura produzida nos últimos 20 anos sobre aplicações de ciências comportamentais em previdência permitiu que fosse extraída uma grande quantidade de informações relevantes sobre os artigos selecionados, incluindo metodologia, achados, elementos e ferramentas utilizados, além de aumentar a compreensão sobre como os pesquisadores lidam com os aspectos relacionados à decisão humana no contexto da previdência fora da teoria econômica tradicional baseada no agente racional.

Pesquisadores do campo das ciências comportamentais em todo o mundo têm explorado comportamentos que eram tidos como aparentemente irracionais pela economia tradicional e a partir disso vêm desenvolvendo trabalhos com base em teorias mais coerentes e aderentes para explicar esses comportamentos.

Apesar da maioria dos estudos tratar de questões relacionadas a previdência em países desenvolvidos, com uma concentração em especial nos EUA e na Europa, destaca-se a existência de artigos que abordam questões de aplicação de ciências comportamentais em países em desenvolvimento como o Chile (Duch et al., 2021; Galle, 2014), Colômbia (Monroy Cely, 2017) e Brasil (Pereira; Afonso, 2020).

O afastamento da noção do indivíduo como agente puramente racional possibilitou que os formuladores de políticas públicas entendessem melhor por que as pessoas tomam as decisões que tomam na vida real. Como resultado, os formuladores de políticas podem elaborar intervenções cuidadosas destinadas a ajudar os indivíduos a tomar decisões mais otimizadas (Knoll, 2010).

A revisão da literatura recente identificou estudos que utilizaram métodos diversos e com abordagens variadas sobre a aplicação arquitetura de escolha com elementos das ciências comportamentais relacionadas à previdência.

Apesar da diversidade de tipos de estudo produzidos sobre o tema, a maioria utilizou o método qualitativo em sua análise. Hagen; Hallberg; Lindquist (2021), que foi um dos poucos artigos que utilizou o método quantitativo, analisou os efeitos de alteração de variáveis exógenas no sistema previdenciário da Suécia derivadas da aplicação de *nudges*.

Nas conclusões do artigo, os autores apontam que o produto que recebeu a intervenção de ciências comportamentais teve sua demanda aumentada para 30%, sendo que uma das modificações implementada incentivou a redução da oferta de trabalho dos indivíduos.

Os resultados promissores da utilização de arquitetura de escolha com elementos de ciências comportamentais em previdência vêm tornando essa ferramenta cada vez mais importante para o desenho das políticas públicas que buscam incorporar escolhas adequadas para os participantes dos planos de benefícios previdenciários, tornando o desafio dessas políticas públicas ainda mais amplo (Duch et al., 2021).

Apenas 3 artigos abordaram em sua análise questões éticas relacionadas da aplicação de elementos das ciências comportamentais em previdência, geralmente envolvendo o conceito de paternalismo libertário em casos de escolhas-padrão.

Monroy (2017) destaca que, mesmo antes da comunidade acadêmica se preocupar efetivamente com questões éticas relacionadas a aplicação de *nudges*, diversas empresas de vários ramos já utilizavam essas ferramentas comportamentais para “empurrar” para os indivíduos algumas tomadas de decisões inconscientes que não necessariamente eram as mais favoráveis para eles.

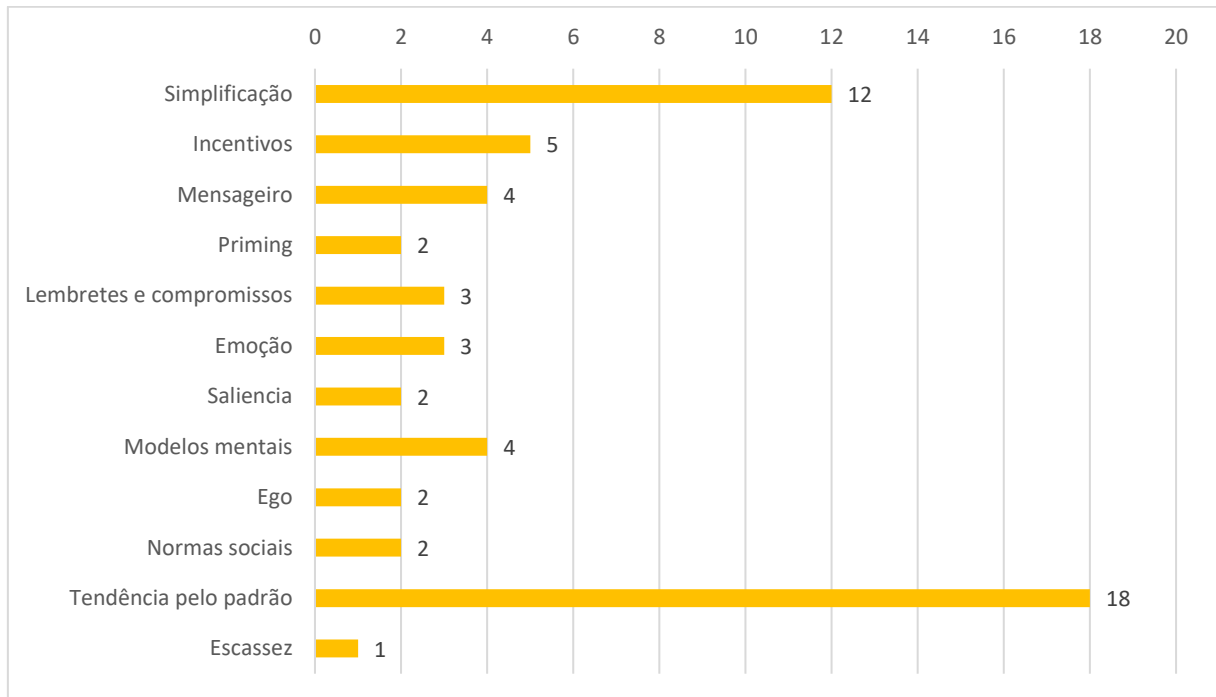
Nesse trabalho, é citado o exemplo dos supermercados, que há tempos desenham de forma cuidadosa e premeditada suas gôndolas para que determinados produtos, geralmente com maior interesse comercial, sejam mais vistos e consumidos.

2.5.3.2. Elementos das ciências comportamentais estudados nos artigos

Diversos elementos das ciências comportamentais têm sido utilizados em diferentes contextos e situações, buscando atingir objetivos diversos. Utilizando a ferramenta metodológica SIMPLES MENTE, foi identificada a utilização dos seguintes elementos nos artigos selecionados nas bases de dados²⁸.

²⁸ Alguns artigos abordaram mais de um *insight* das ciências comportamentais em seu estudo.

Gráfico 5 - *Insights* comportamentais analisados pelos artigos selecionados



Fonte: elaboração do autor com base nos artigos selecionados e na ferramenta SIMPLES MENTE.

Dessa forma, a despeito da premissa da economia clássica de que as políticas públicas não devem intervir na liberdade de escolha, em alguns casos específicos é possível que o governo deliberadamente direcione o comportamento dos indivíduos sem restringir sua liberdade, como no caso das escolhas-padrão.

Conforme conclusão apresentada em Kroncke (2018), os estudos de especialistas em ciências comportamentais têm mostrado que mudanças simples como a alteração da escolha-padrão no formulário de emprego de “não contribuir” para “contribuir” pode aumentar significativamente a participação dos empregados nos planos de previdência. Não por acaso, o elemento escolha-padrão foi abordado em diversos artigos que analisaram arquitetura de escolha em previdência (Cronqvist; Thaler; Yu, 2018; Mabbett, 2012; Muir, 2013, 2019).

Uma lição importante da economia comportamental é que uma boa comunicação e educação financeira isoladamente não são suficientes para garantir boas escolhas dos indivíduos nas decisões relacionadas a previdência, derivando daí a importância da aplicação de arquitetura de escolha. Há uma grande necessidade de que as escolhas-padrão sejam bem desenhadas, dado que uma maior educação financeira muitas vezes não tem a efetividade de uma boa escolha-padrão (Blake, 2022).

O estudo de Cardella; Kalenkoski; Parent (2021) apresentou resultados não conclusivos sobre experimentos controlados desenhados para analisar se mudanças na forma como as informações são apresentadas afetam o comportamento dos participantes de planos previdenciários, enquanto o estudo de Hershfield; Shu; Benartzi (2020), apresentou resultados robustos indicando que os novos usuários de um aplicativo financeiro tecnológico previdenciário que foram submetidos a informações, ajustadas em bases diárias ao invés de bases mensais, quadruplicaram a taxa de adesão (ex: “contribua \$5 por dia” vs “contribua \$150 por mês”).

Duch et al. (2021) analisaram como arquiteturas de escolha envolvendo a redução do excesso de informação pode melhorar as escolhas dos participantes e como a formatação das informações disponibilizadas podem ajudar suas tomadas de decisão, especialmente quando se trata de indivíduos com menor grau de educação financeira.

O trabalho de Gregor; Lee-Archer, (2016) analisou o conceito de arquitetura de escolha digital (*digital nudge*) no contexto da administração previdenciária. Suas conclusões foram de que a arquitetura de escolha dentro de um contexto de governo digital pode alavancar os produtos e serviços ofertados pelos planos de benefícios previdenciários, produzindo melhores resultados sociais. Todavia, é importante que os gestores públicos se preocupem com questões éticas relacionadas a essas atividades.

Choi (2015) apresentou um panorama sobre a aplicação das ciências comportamentais nos fundos de pensão dos EUA, apontando que planos de benefícios, especialmente do tipo contribuição definida, geralmente ofertam aos seus participantes bastante discricionariedade de escolha sobre questões relacionadas aos seus benefícios previdenciários.

Nesse contexto, seu artigo fez uma breve revisão de literatura sobre temas como adesão automática, avisos sobre datas limites para decisões ativas, excesso de informação, educação financeira, atalhos mentais e outras experiências no contexto de planos de benefício do tipo contribuição definida.

Muitas vezes, mesmo entre profissionais experientes da área de finanças e previdência, o reconhecimento da importância da poupança previdenciária e um alto grau de educação financeira não são suficientes para a ação do indivíduo em questões previdenciárias (García; Vila, 2020).

Alguns trabalhos mostraram resultados relevantes da aplicação de técnicas das ciências comportamentais no aspecto social, como significativos aumentos nas taxas de poupança e nos índices de adesão a planos previdenciários.

O estudo de Secunda (2016) mostrou que a utilização de escolha-padrão no plano de benefícios 401(k) dos EUA elevou a taxa de participação nesse plano significativamente, elevando de aproximadamente 50% para cerca de 85% no período analisado.

Ao contrário de diversos artigos que analisaram a utilização de arquitetura de escolha com elementos das ciências comportamentais para aumentar a taxa de poupança dos recursos previdenciários, o trabalho de Blake; Boardman, (2014) abordou a aplicação desse ferramental para otimizar o consumo dos recursos previdenciários.

Com a utilização de diversos elementos de economia comportamental, os autores criaram uma ferramenta chamada SPEEDOMETER, que tem como objetivo ajudar os indivíduos a encontrar o ritmo ideal de consumos de seus recursos previdenciários na aposentadoria, levando em consideração choques de renda no período de inatividade e o nível de herança que deseja deixar para seus descendentes.

Esse estudo apresenta evidências de que a ciência comportamental pode ser aplicada tanto nas políticas públicas voltadas para as fases iniciais do ciclo de vida dos participantes da previdência complementar, quando ocorrem a adesão e a formação de poupança, quanto nas políticas focadas na fase final desse ciclo, quando ocorre a desacumulação dos recursos previdenciários.

2.6. *INSIGHTS* COMPORTAMENTAIS E O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS ENTES FEDERATIVOS NO BRASIL

Parte da literatura especializada em ciências comportamentais distingue o termo genérico “*insight* comportamental” de “*Insight* Comportamental (*Behavioural Insight* – BI)”. Assim, o termo *insight* comportamental, escrito em minúsculas, refere-se às teorias e achados de pesquisa derivados das ciências comportamentais que consideram em seu escopo os fatores que determinam de forma previsível o comportamento humano cotidiano, enquanto o termo grafado em maiúscula ou simplesmente como BI, é definido como uma abordagem baseada em evidências que aplica ideias e metodologias das ciências comportamentais para obter políticas públicas melhores e mais efetivas (OCDE, 2019, p. 44).

Seu principal objetivo é aprofundar o entendimento sobre como os indivíduos tomam suas decisões na prática, aprimorando as políticas públicas por meio da consideração de como os limites e vieses relacionados à atenção limitada dos agentes, suas crenças, escolhas e força de vontade afetam o comportamento humano (OCDE, 2019, p. 44).

Nesse contexto, os *insights* comportamentais utilizados pela abordagem do BI derivam de disciplinas como a economia comportamental, psicologia cognitiva e social e de estudos sobre julgamentos e tomadas de decisão, analisando o comportamento humano tanto pela ótica da abordagem indutiva quanto da explanatória causal e experimental.

2.6.1. Mapeamento das Políticas Públicas e Instituições Envolvidas

A previdência complementar dos entes federativos possui diversas instituições e agentes envolvidos nos diferentes níveis do processo de formulação e implementação de suas políticas públicas. O entendimento e mapeamento dessas instâncias envolvidas pode potencializar o processo de aplicação das ciências comportamentais nas atividades cotidianas dos fundos de pensão, apresentando o contexto e as principais decisões relacionadas a essas políticas públicas.

O quadro abaixo apresenta as principais políticas públicas relacionadas à previdência complementar dos entes federativos no Brasil. Para estruturar a busca por soluções e permitir reflexões sobre o aprimoramento dessas políticas públicas, elas foram classificadas de acordo com os seguintes níveis de tomada de decisão: *upstream*, *midstream* e *downstream*.

Quadro 8 - Principais políticas públicas da previdência complementar dos entes federativos

Níveis	Políticas
Up stream	- Diretrizes das políticas do Regime de Previdência Complementar (RPC) dos entes públicos; - Compatibilização do RPC com as políticas previdenciária e de desenvolvimento social e econômico-financeiro; - Determinação dos padrões mínimos de segurança econômico-financeira e atuarial, preservando a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios; - Garantia aos participantes e assistidos do pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos de benefícios; - Fiscalização as entidades de previdência complementar e suas operações, aplicando eventuais sanções e penalidades previstas na legislação; - Proteção dos interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios; - Promoção do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS dos entes federativos; - Expansão da cobertura previdenciária dos servidores públicos; - Formação de poupança de longo-prazo;
Mid stream	- Oferta de planos de benefícios de previdência complementar para os servidores públicos e seus dependentes; - Definição da política geral de administração das entidades de previdência complementar e de seus planos de benefícios; - Controle interno das entidades de previdência complementar; - Fomento à educação financeira e previdenciária para os participantes dos planos de benefícios complementares.

Downstream

- Instituição e execução dos planos de benefícios de caráter previdenciário complementar;
- Administração dos planos de previdência complementar com base na constituição de reservas que garantam os benefícios;
- Aplicação dos recursos dos planos observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza de suas obrigações e transparência;
- Divulgação das informações de forma ativa aos participantes e assistidos dos planos de previdência complementar.

Fonte: Elaboração do autor.

Essas políticas públicas mapeadas são operacionalizadas por diversas instituições, que interagem no processo de elaboração, implementação e avaliação dessas políticas previdenciárias. A tabela abaixo apresenta as principais instituições envolvidas no ciclo de políticas públicas do regime complementar dos servidores dos entes federativos subnacionais, classificando-as em políticas do nível *upstream*, *midstream* e *downstream*.

Quadro 9 - Principais instituições envolvidas no ciclo de políticas públicas do RPC dos entes federativos

Upstream	Midstream	Downstream
• Poder Legislativo; • Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC); • Conselho Monetário Nacional (CMN); • PREVIC; • Banco Central do Brasil (BCB); • Comissão de Valores Mobiliários (CVM); • Secretaria da Receita Federal (SRF).	• Poder Executivo; • Conselho Deliberativo; • Conselho Fiscal; • Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC): Funpresp-Exe e Funpresp-Jud (União); RJPrev (RJ); PREVES (ES); Prevcom (SP); Prevcom-MG (MG); DF-Prevcom (DF); RSPrev (RS); PrevNordeste (NE); CE-Prevcom (CE); SCPREV (SC); ALPPrevcomp (AL); CuritibaPrev (Curitiba/PR) etc.	• Diretoria Executiva; • Comitê de Investimento; • Áreas técnicas e operacionais das EFPC; • Consultorias e assessorias; • Organizações internacionais (Banco Mundial, FMI, BID, OCDE etc)

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.6.2. Identificação dos Pontos de Alavancagem, Contexto, Decisões, Competências e Responsabilidade das Políticas Públicas do RPC

Devido ao caráter facultativo da previdência complementar no Brasil, o regime de previdência complementar oferece aos servidores dos entes federativos diversas decisões relacionadas ao seu plano de benefício, tornando suas políticas públicas um campo fértil para a aplicação de *insights* comportamentais pelos gestores e formuladores de políticas nessa área de atuação.

Em 2022, a OCDE estabeleceu recomendações para o bom desenho de planos de previdência complementar, com o objetivo de orientar os governos na formulação de planos previdenciários na modalidade contribuição definida (CD).

Quadro 10 - Recomendações da OCDE para o bom desenho de planos da modalidade contribuição definida

Recomendações	Propostas
1. Projetar planos do tipo contribuição definida coerentes com seu propósito e papel no sistema previdenciário nacional.	O desenho deve ser estável, confiável e integrado aos outros componentes do sistema e às fases de acumulação e pagamento, considerando riscos econômicos e demográficos.
2. Tornar os sistemas de previdência complementar o mais inclusivos possível.	Incentivar a participação com adesão automática, incentivos financeiros e opções simples, evitando critérios que excluam grupos vulneráveis e limitando o acesso antecipado aos recursos apenas a casos extremos.
3. Garantir contribuições suficientemente altas para alcançar os objetivos de renda.	Estimular contribuições adequadas ao longo da carreira com aumentos automáticos, contribuições voluntárias flexíveis, contrapartidas do patrocinador e planejamento financeiro acessível.
4. Projetar incentivos financeiros para maximizar o impacto sobre adesão e contribuições.	Incentivos fiscais claros e estáveis, ajustados às diferentes faixas de renda, que devem ser regularmente revisados para manter sua atratividade.
5. Promover arranjos previdenciários de baixo custo e eficientes nas fases de acumulação e pagamento.	Fomentar competição, transparência e economias de escala com estruturas e regulações que protejam os participantes e garantam preços justos.
6. Garantir estratégias de investimento adequadas e sustentáveis, com escolha-padrão bem desenhada.	Oferecer opções alinhadas aos objetivos do sistema e aos perfis de risco, incluindo estratégias baseadas no ciclo de vida do participante para reduzir riscos próximos da aposentadoria, considerando fatores ESG e de sustentabilidade.
7. Garantir proteção contra o risco de longevidade na aposentadoria.	Oferecer, como padrão, alguma forma de renda vitalícia, com flexibilidade para combinar saques programados e anuidades, desencorajando o saque integral exceto em casos extremos.
8. Facilitar o monitoramento e gestão regular do risco de longevidade.	Utilizar e disponibilizar dados atualizados e detalhados de mortalidade para definir premissas adequadas e produtos sustentáveis para diferentes perfis populacionais.
9. Garantir comunicação eficaz, personalizada, regular e transparente com os participantes.	Informações claras, personalizadas e projetadas para engajar o participante, incluindo projeções realistas e comparações padronizadas de custos, desempenho e riscos.
10. Promover conscientização e educação financeira sobre aposentadoria e previdência.	Implementar estratégias nacionais de educação financeira contínua, com campanhas e mensagens focadas nos diferentes estágios da vida e explicando o funcionamento e as reformas do sistema.

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2022)²⁹.

Tomando como base as recomendações propostas em OCDE (2022), combinadas com as principais decisões que precisam ser tomadas pelos participantes dos regimes de previdência complementar dos entes federativos no Brasil, foram identificados possíveis pontos de alavancagem para aplicação das ciências comportamentais, bem como os contextos em que eles estão inseridos.

²⁹ Recommendation of the Council for the Good Design of Defined Contribution Pension Plans. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0467>. Acesso em: 23 jul. 2025.

Quadro 11 – Pontos de alavancagem e contexto relacionados ao RPC dos entes federativos

Pontos de alavancagem	Contexto
Adesão	Ao ingressar na administração pública, o servidor efetivo pode optar por aderir ou não ao fundo de pensão de previdência complementar oferecido pelo seu ente federativo.
Migração	Os servidores efetivos que ingressaram na administração pública antes da implementação do regime de previdência complementar podem optar por migrar para esse regime, recebendo muitas vezes um benefício especial proporcional às contribuições previdenciárias vertidas para o ente federativo sobre os valores acima do teto do RGPS no futuro.
Contribuição	O participante deve escolher qual a alíquota de contribuição irá incidir na sua base de cálculo para a contribuição previdenciária complementar, geralmente dentro de um limite e com <i>steps</i> definidos.
Seguro	Geralmente, os participantes de planos de benefício complementar, especialmente os do tipo contribuição definida, possuem a faculdade de optar por seguros para caso de morte ou invalidez.
Longevidade	Devido à probabilidade de um participante viver mais do que o estabelecido na tábua de mortalidade utilizada para o cálculo do seu benefício, ele pode optar por mecanismos de proteção que o ajudem a recompor o valor do seu benefício nesses casos.
Institutos	Institutos são dispositivos que facultam ao participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com o ente federativo antes da aquisição do direito ao benefício pleno, optar por receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção.
Investimento	Participantes devem decidir entre os diferentes perfis de risco-retorno das carteiras de investimentos oferecidas pelo plano de benefícios, levando em consideração seu atual estágio do ciclo de vida, sua dotação financeira e sua propensão ao risco.
Benefício	O segurado precisa decidir a forma de cálculo do seu benefício e quanto eventualmente receberá à vista no ato da aposentadoria.
Tributação	No regime de tributação regressivo, a alíquota do imposto de renda diminui ao longo do tempo. No regime de tributação progressivo, a alíquota é maior conforme aumenta o valor do benefício recebido.
Dependentes	Diferentemente dos regimes previdenciários compulsórios (RGPS e RPPS), que possuem designação legal dos dependentes, na previdência complementar é possível escolher quem será seu dependente no fundo de pensão, que não precisa ser necessariamente seu herdeiro ou familiar.

Fonte: Elaboração do autor.

Pontos de alavancagem são os fatores determinantes de uma política pública que possibilitam que mudanças específicas nos comportamentos produzam efeitos mais amplos em todo sistema. Ao compreender as implicações coletivas dos participantes que utilizam heurísticas simples para navegar em sistemas complexos, como o da previdência complementar dos entes federativos, é possível alterar as regras desse sistema, tornando mais provável que os comportamentos desejados aconteçam (Hallsworth, 2023, p. 37).

Os pontos de alavancagem apresentados no Quadro 10 serão explorados nas atividades e análises desenvolvidas nas seções seguintes. Suas políticas públicas possuem competências e responsabilidades distribuídas entre os diferentes níveis e estágios do ciclo de políticas públicas do regime de previdência complementar.

Quadro 12 - Distribuição das competências e responsabilidades das políticas públicas do RPC nos diferentes níveis de tomada de decisão

Determinantes	Upstream	Midstream	Downstream
Adesão	Estabelecer natureza facultativa, o caráter complementar e a autonomia organizacional em relação aos RGPS do Regime de Previdência Complementar dos entes federativos.	Definir as regras e a forma da adesão dos servidores aos planos de benefício complementar.	Efetivar adesão dos participantes nos planos de benefícios conforme as regras estabelecidas.
Migração	Abrir janela permitindo a migração dos servidores públicos para o Regime de Previdência Complementar.	Definir as regras para a migração de regime previdenciário.	Executar a migração de regimes previdenciários dos servidores efetivos que optarem por esse dispositivo.
Contribuição	Definir o limite do patrocínio pago pelo ente público sobre o valor da contribuição previdenciária complementar do servidor público. Atualmente, o patrocínio não pode exceder o valor da contribuição dos segurados.	Estabelecer a alíquota de contribuição máxima que será patrocinada.	Coletar e aplicar os recursos derivados da alíquota de contribuição escolhida pelo participante dentro dos limites estabelecidos.
Seguro	Autorizar, controlar e fiscalizar os mercados de seguros.	Definir a forma e as condições dos seguros ofertados nos planos de benefícios.	Garantir a oferta de seguros para os participantes dos planos de benefícios nas condições estabelecidas no regulamento.
Longevidade	Diretamente em relação à previdência, definir a idade de aposentadoria e regular e fiscalizar o mercado de seguros. De forma indireta, possui grande influência na duração da longevidade da população por meio de políticas públicas que impactam na qualidade de vida dessa população. (ex: saúde, educação, segurança pública etc.)	Estabelecer as regras nos planos de benefícios sobre o benefício de longevidade.	Ofertar aos participantes dos planos de benefícios alternativas de benefício de longevidade dentro das regras estabelecidas (ex: seguro, fundo de longevidade etc.)
Institutos	Estabelecer os tipos e as regras gerais dos Institutos, definindo os limites, prazos e carências de cada um deles.	Implementar os Institutos nos fundos de pensão dentro das regras e limites estabelecidos.	Disponibilizar e operacionalizar os Institutos em caso de perda de vínculo dos participantes dos planos de benefícios.
Investimento	Estabelecer as diretrizes, os segmentos e os limites de aplicação dos investimentos dos fundos de pensão.	Definir os tipos de perfil de investimento ofertados pelos planos de benefícios, suas regras e alocações permitidas.	Disponibilizar e gerir os perfis de investimento dentro das regras e dos limites estabelecidos.
Benefício	Estabelecer a modalidade do plano de benefício que pode ser oferecido pelo Regime de Previdência Complementar dos entes federativos, definindo a natureza jurídica das entidades que ofertarão esses planos. Atualmente, os entes federativos podem somente oferecer planos na modalidade	Instituir planos de benefícios de previdência complementar para os servidores de cargo efetivos.	Administrar planos de benefícios de caráter previdenciário complementar para os servidores efetivos e seus dependentes.

	contribuição definida, por intermédio de entidades fechadas ou abertas de previdência complementar.		
Tributação	Alterar a legislação aplicável, permitindo que a escolha pelo regime tributário seja feita no momento da aposentadoria.	Fazer palestras educativas sobre os regimes tributários no momento da adesão dos participantes.	Disponibilizar formulários que facilitem a escolha do regime tributário pelos participantes.
Dependentes	Estabelecer regras para a escolha dos dependentes dos segurados do Regime de Previdência Complementar.	Definir a escolha padrão para os dependentes dos participantes dos planos de benefícios da entidade.	Informar os participantes sobre a possibilidade de indicar seus dependentes.

Fonte: Elaboração do autor.

3. GUIA METODOLÓGICO

3.1. PROPOSTA E OBJETIVO

A proposta desse guia metodológico é oferecer aos gestores e formuladores de políticas públicas um manual detalhado sobre possíveis formas de aplicação das ciências comportamentais em políticas públicas relacionadas à previdência complementar dos entes federativos no Brasil.

Para tanto, foram feitas adaptações de métodos e ferramentas sobre aplicação de ciências comportamentais em políticas públicas, elaborados por organizações e pesquisadores nacionais e internacionais, para mapear oportunidades, identificar obstáculos e auxiliar o desenho e implementação de soluções para problemas e questões práticas enfrentadas pelo regime de previdência complementar dos entes federativos.

O objetivo principal do guia é servir de ferramenta facilitadora para a aplicação de *Insights* Comportamentais (BI) nas políticas públicas da previdência complementar dos entes federativos no Brasil. Para tanto, foram utilizados diferentes métodos e ferramentas desenvolvidos por especialistas e organizações que estudam e aplicam ciências comportamentais em políticas públicas no Brasil e no mundo.

Dessa forma, esse guia pretende orientar esses gestores e formuladores de políticas públicas relacionadas à previdência complementar na aplicação de métodos, teorias e práticas das ciências comportamentais no desenho e na implementação dessas políticas. A ideia é indicar caminhos para utilização de políticas públicas comportamentalmente orientadas, que complementem as políticas tradicionalmente já utilizadas na previdência social no Brasil.

Essas políticas públicas tradicionais da previdência social no Brasil foram criadas e implementadas majoritariamente tendo como referencial teórico hipóteses e modelos abstratos sobre o comportamento humano, derivados da teoria econômica do agente racional e que geralmente não consideram os limites cognitivos e vieses dos participantes dos planos de benefícios previdenciários.

3.2. APLICAÇÃO DO FERRAMENTAL BASIC

Os desenvolvimentos das próximas subseções foram adaptados do Manual do BASIC publicado em OCDE (2019), que é um guia prático para os gestores e formuladores de políticas públicas sobre como aplicar *Insights* Comportamentais, além de um repositório de abordagens comportamentais, prova de conceitos e padrões metodológicos para o desenho e implementação de intervenções comportamentalmente orientadas.

Os métodos e ferramentas do BASIC foram ajustados à realidade da previdência complementar no Brasil, com o objetivo de orientar as instituições e os agentes envolvidos nos diversos níveis e estágios dessas políticas públicas no processo de aplicação de *insights* comportamentais, identificando, definindo e solucionando problemas concretos dos entes federativos.

Etapa 1 – Comportamento

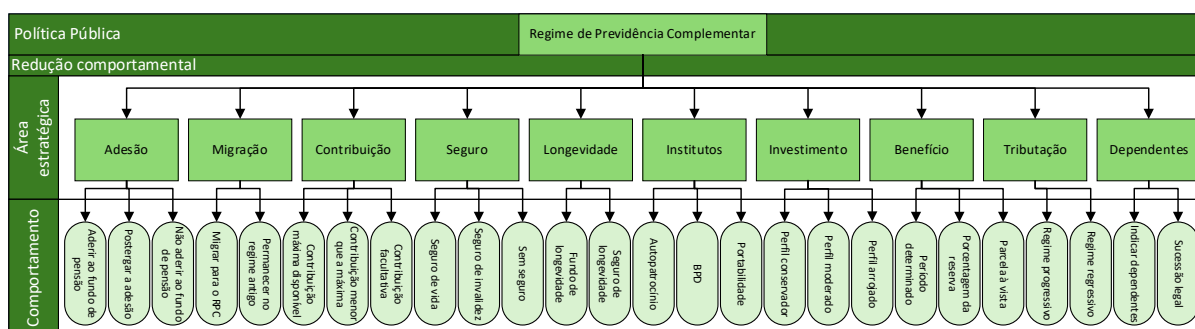
Os gestores e formuladores de políticas públicas relacionadas à previdência complementar dos entes federativos devem buscar, preferencialmente na fase inicial do ciclo dessas políticas, identificar e melhor entender o problema comportamental enfrentado.

Tomando como ponto de partida os pontos de alavancagem estabelecidos no Quadro 10, foi desenvolvido um exercício de aplicação e adaptação dos métodos e ferramentas disponíveis no BASIC nos problemas e questões reais enfrentados pelos gestores e formuladores de políticas públicas da previdência complementar dos entes federativos.

A primeira ferramenta utilizada foi a redução comportamental, que decompõe os componentes comportamentais dos problemas de política pública enfrentados, inicialmente em relação às áreas estratégicas da previdência complementar, e em seguida desdobrando os comportamentos que compõe cada um dos pontos de alavancagem identificados.

Essa ferramenta foi utilizada com o objetivo de identificar os comportamentos concretos e relevantes que influenciam as políticas públicas com potencial de aplicação de *insights* comportamentais, detalhando os elementos comportamentais presentes em cada um dos pontos de alavancagem analisados.

Figura 7 - Redução comportamental: decomposição das políticas públicas da previdência complementar em áreas estratégicas e comportamentos determinantes

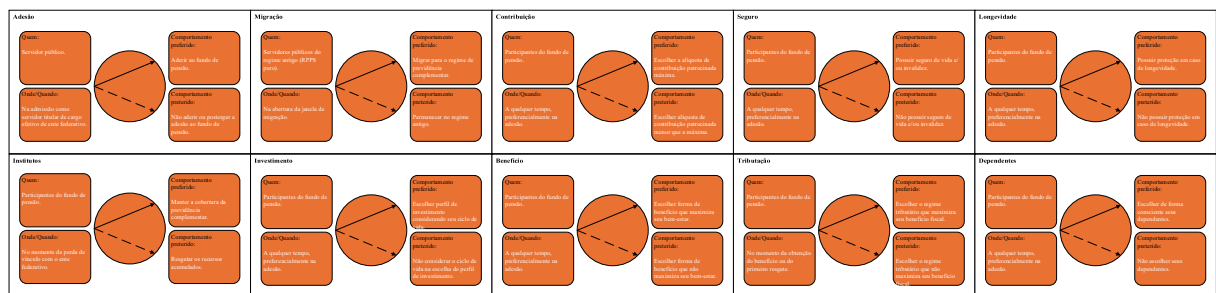


Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 56–57).

A próxima ferramenta no fluxo de atividades do BASIC adaptada à previdência complementar dos entes federativos é o estabelecimento dos comportamentos em termos de pontos de decisão. Seu objetivo é apresentar os problemas comportamentais priorizados pelos filtros de uma forma que favoreça a aplicação dos conceitos e métodos das ciências comportamentais.

A forma sugerida pelo BASIC para definir os comportamentos em termos de nós de decisão é estabelecer um agente genérico (quem?) e listar as opções de decisão disponíveis para esse agente (o que?). Em seguida, deve-se estabelecer o contexto em que a decisão é tomada (quando e onde?). Sempre que possível, deve-se também apresentar a frequência em que cada uma das decisões possíveis é observada no caso concreto (quanto/quantas vezes).

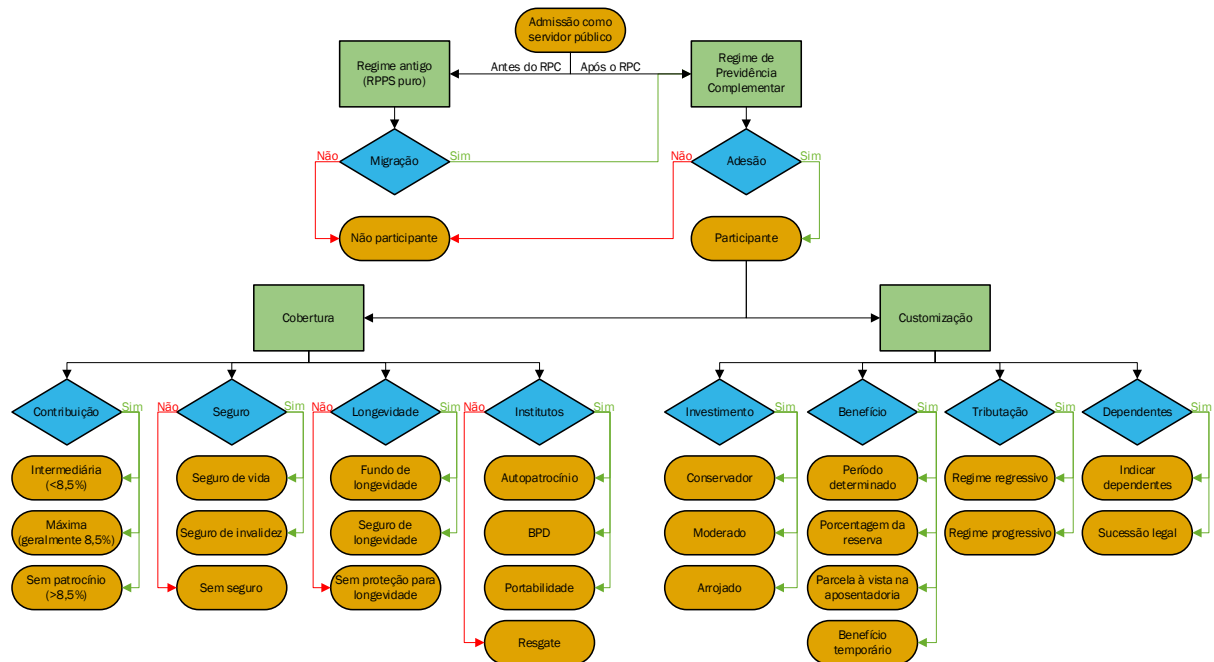
Figura 8 - Pontos de decisão comportamentais: Regime de Previdência Complementar dos entes federativos no Brasil



Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 60–61).

Em seguida, um fluxograma comportamental foi construído, com o objetivo de integrar todos os nós de decisão que fazem parte do regime de previdência complementar dos entes federativos, demonstrando os desdobramentos do processo decisório e os caminhos percorridos pelos indivíduos nesse processo.

Figura 9 - Fluxograma Comportamental: Regime de Previdência Complementar dos entes federativos no Brasil



Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 61–64).

Em seguida, filtros de prioridade podem ser utilizados para ordenar e selecionar as áreas e comportamentos com maior potencial para se tornar alvo de um projeto de *Insight* Comportamental. A ideia é identificar os problemas comportamentais das políticas públicas com as características mais apropriadas para receber uma intervenção comportamentalmente informada.

Diferentemente do proposto no ferramental do BASIC, que segrega as atividades de filtragem dos comportamentos-alvo e dos problemas em seu fluxo, optou-se por aglutinar nesse exercício de aplicação tanto a ferramenta de filtro do comportamento-alvo quanto a do problema de política pública.

O entendimento aqui é de que a análise conjugada desses dois fatores pode propiciar um melhor ordenamento e uma seleção mais criteriosa das questões relacionadas à previdência complementar com maior potencial de receber uma intervenção comportamental.

Para estruturar um filtro de prioridade, é necessário refletir sobre uma série de aspectos relacionados aos comportamentos-alvo. Deve-se considerar se a mudança de comportamento é uma prioridade institucional. Também é importante avaliar se existem riscos éticos potenciais ou consequências não intencionais ao buscar o comportamento desejado,

como impactos positivos para a maioria, mas possíveis efeitos prejudiciais para grupos minoritários.

Outro ponto a ser analisado é se a mudança no comportamento individual-alvo resultará em um impacto social significativo. A viabilidade política também deve ser levada em conta, considerando a disponibilidade de recursos e o grau de controvérsia envolvido.

Além disso, é necessário verificar se há dados de referência disponíveis e se é possível coletar dados prospectivos em nível individual ou de grupo. Por fim, deve-se observar se o comportamento ocorre com frequência suficiente e se existe uma taxa base razoável para o comportamento preferido, de modo que a mudança possa ser mensurada com clareza.

Tabela 1 - Filtro de prioridade: potenciais comportamentos-alvo das políticas públicas da previdência complementar

Áreas	Adesão	Migração	Contribuição	Seguro	Longevidade	Institutos	Investimento	Benefício	Tributação	Dependentes
Quesitos										
Importância										
Ética										
Impacto										
Factível										
Informação										
Frequência										
Total										

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 59).

Etapa 2 – Análise

Na etapa de análise, é feito um escrutínio das evidências disponíveis para encontrar os fatores comportamentais presentes nas políticas relacionadas ao RPC que causam o problema comportamental identificado na etapa anterior.

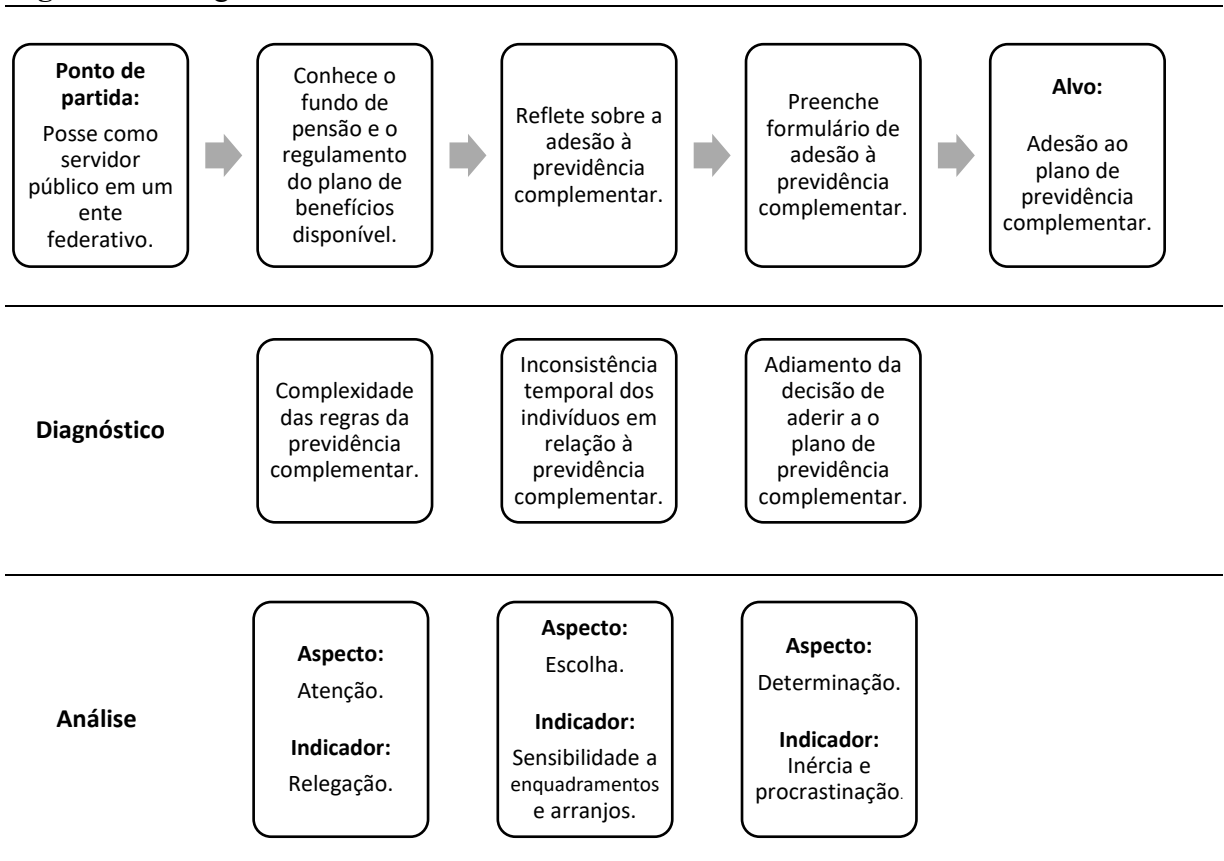
O objetivo é apresentar aos gestores e formuladores de políticas públicas dos entes federativos a análise dos comportamentos-alvo e da arquitetura de escolha relacionada a esses comportamentos, entendendo melhor por que os indivíduos tomam suas decisões em relação à previdência complementar.

Para tanto, foi feito um mapeamento dos processos operacionais de cada um dos pontos de alavancagem apresentados na etapa anterior, para a partir disso diagnosticar e analisar os problemas comportamentais existentes.

❖ Adesão:

Problema comportamental: servidores públicos efetivos postergam ou decidem não fazer a adesão ao fundo de pensão que administra o RPC de seu ente federativo, apesar dessa decisão aumentar a cobertura previdenciária dele e de seus dependentes, possuir incentivos tributários e financeiros e diversificar as fontes de pagamento de seus benefícios previdenciários.

Figura 10 - Diagnóstico e análise: Adesão



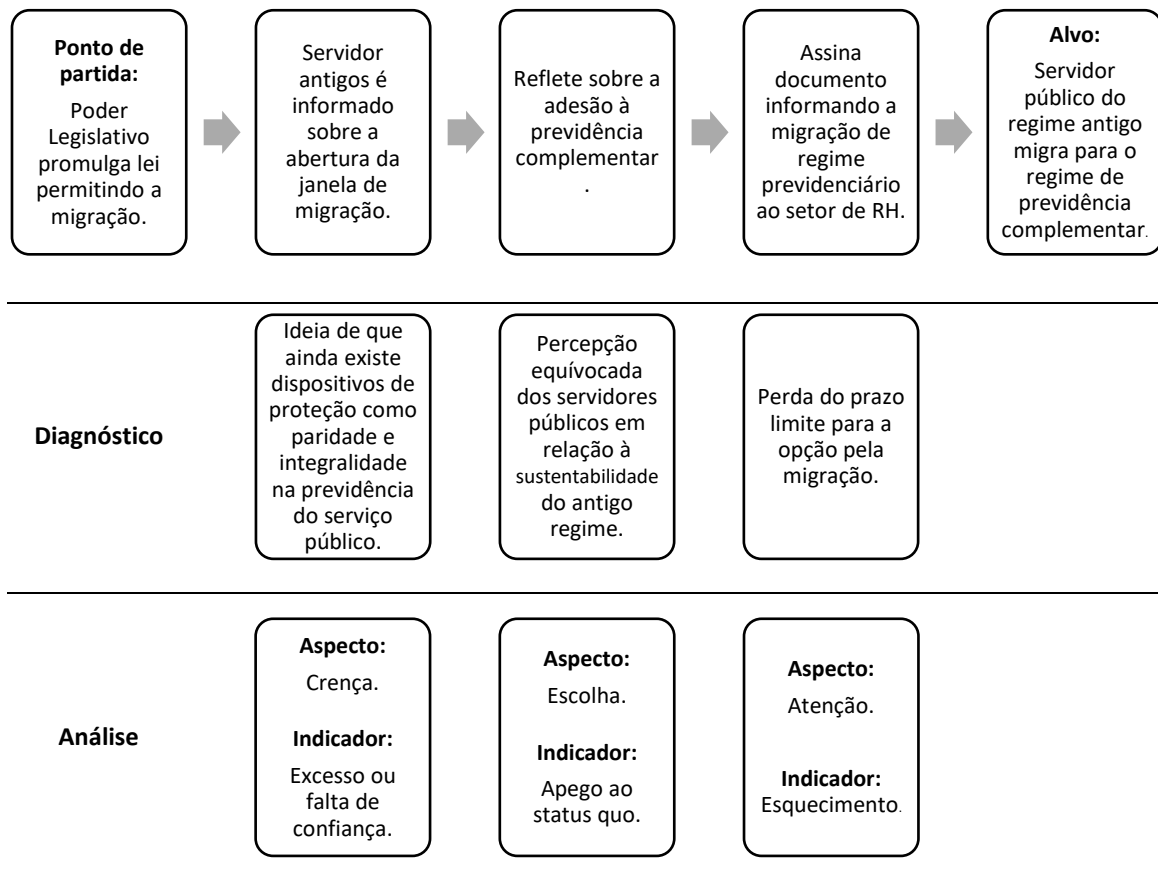
Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 55 a 88).

❖ Migração:

Problema comportamental: servidores públicos participantes do regime antigo (RPPS puro) optam por não migrar para o Regime de Previdência Complementar, apesar dessa decisão

aumentar o valor total vertido a título de contribuição previdenciária, do risco dos RPPS não honrarem seus compromissos previdenciários assumidos no futuro e da perda da possibilidade potencial de obtenção de um benefício previdenciário maior do que permanecendo apenas no RPPS.

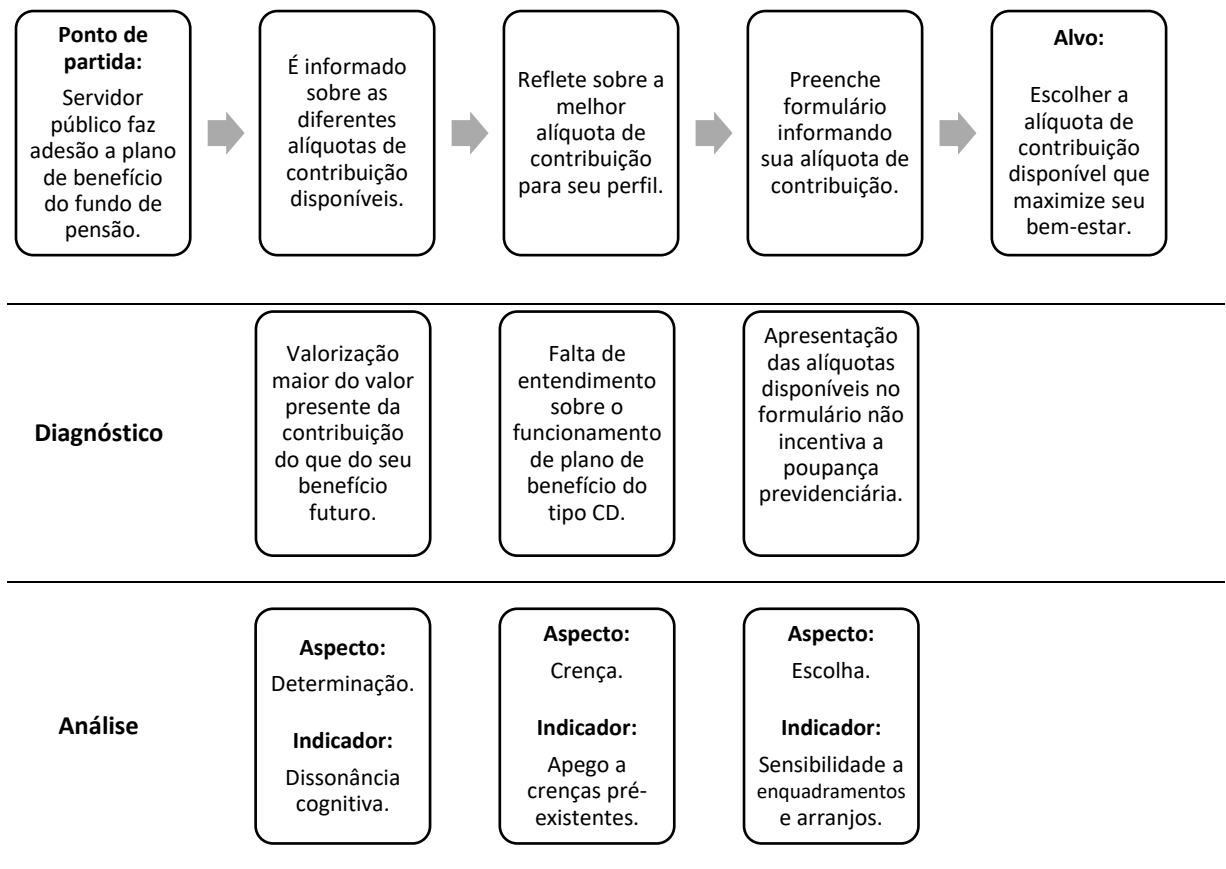
Figura 11 - Diagnóstico e análise: Migração



Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 55 a 88).

❖ Contribuição:

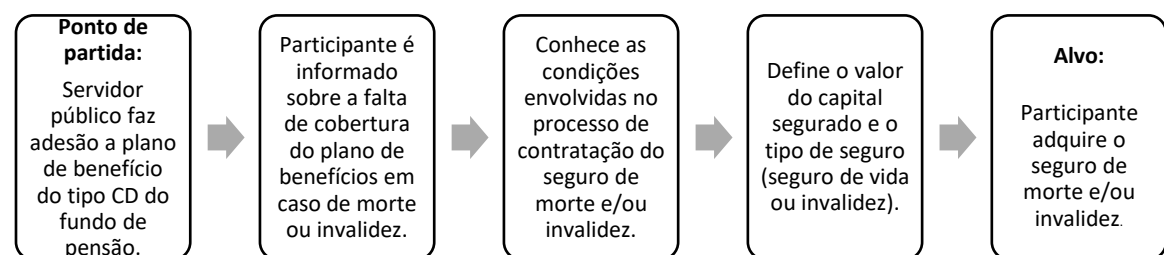
Problema comportamental: participantes não escolhem a alíquota de contribuição patrocinada máxima disponível, apesar dessa decisão diminuir sua cobertura previdenciária, reduzir seu benefício futuro e não maximizar seu bem-estar devido à perda de contraparte do patrocinador sobre o valor contribuído.

Figura 12 - Diagnóstico e análise: Contribuição

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 55 a 88).

❖ Seguro:

Problema comportamental: participante opta por não contratar seguro de vida e de invalidez, apesar dessa decisão diminuir sua cobertura previdenciária e comprometer o valor futuro de seu benefício complementar em planos de benefício do tipo contribuição definida, que são adotados obrigatoriamente pelos entes federativos.

Figura 13 - Diagnóstico e análise: Seguro

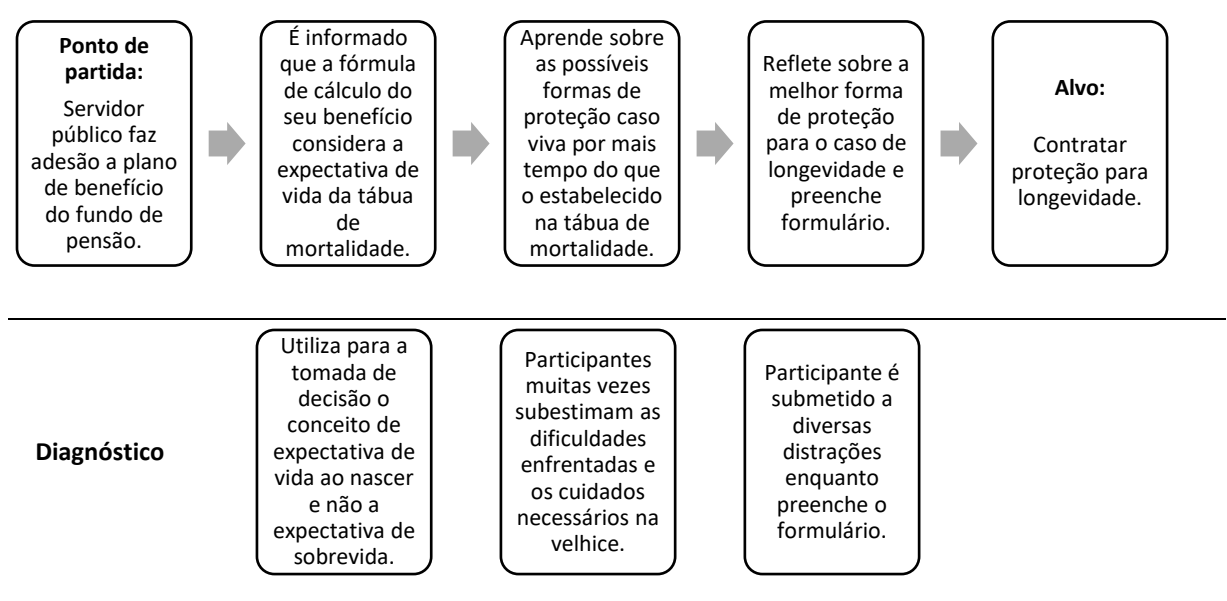
Diagnóstico	Sevidores subestimam a probabilidade de ocorrência de eventos como morte e invalidez.	Participantes alegam nunca terem precisado desse seguro até o momento presente.	Dificuldade para entender o benefício futuro derivado do esforço do pagamento do seguro no presente.
Análise	Aspecto: Crença. Indicador: Viés de amostragem estatística.	Aspecto: Escolha. Indicador: Apego ao status quo.	Aspecto: Determinação. Indicador: Dissonância cognitiva.

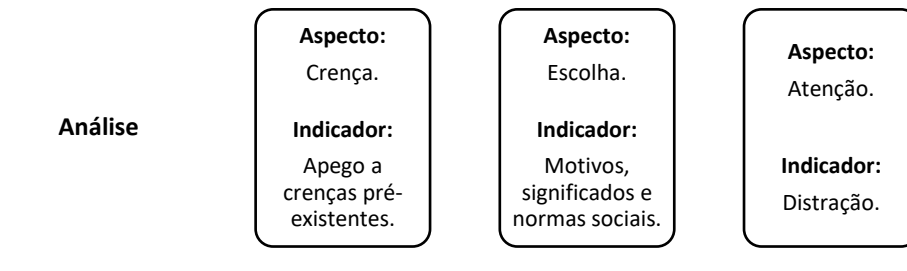
Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 55 a 88).

❖ Longevidade:

Problema comportamental: participante não contrata nenhuma forma de proteção para o caso de longevidade, apesar da possibilidade de ficar sem receber benefício pela previdência complementar caso sobreviva além da expectativa de vida indicada na tábua de mortalidade adotada pelo seu plano de benefício.

Figura 14 - Diagnóstico e análise: Longevidade



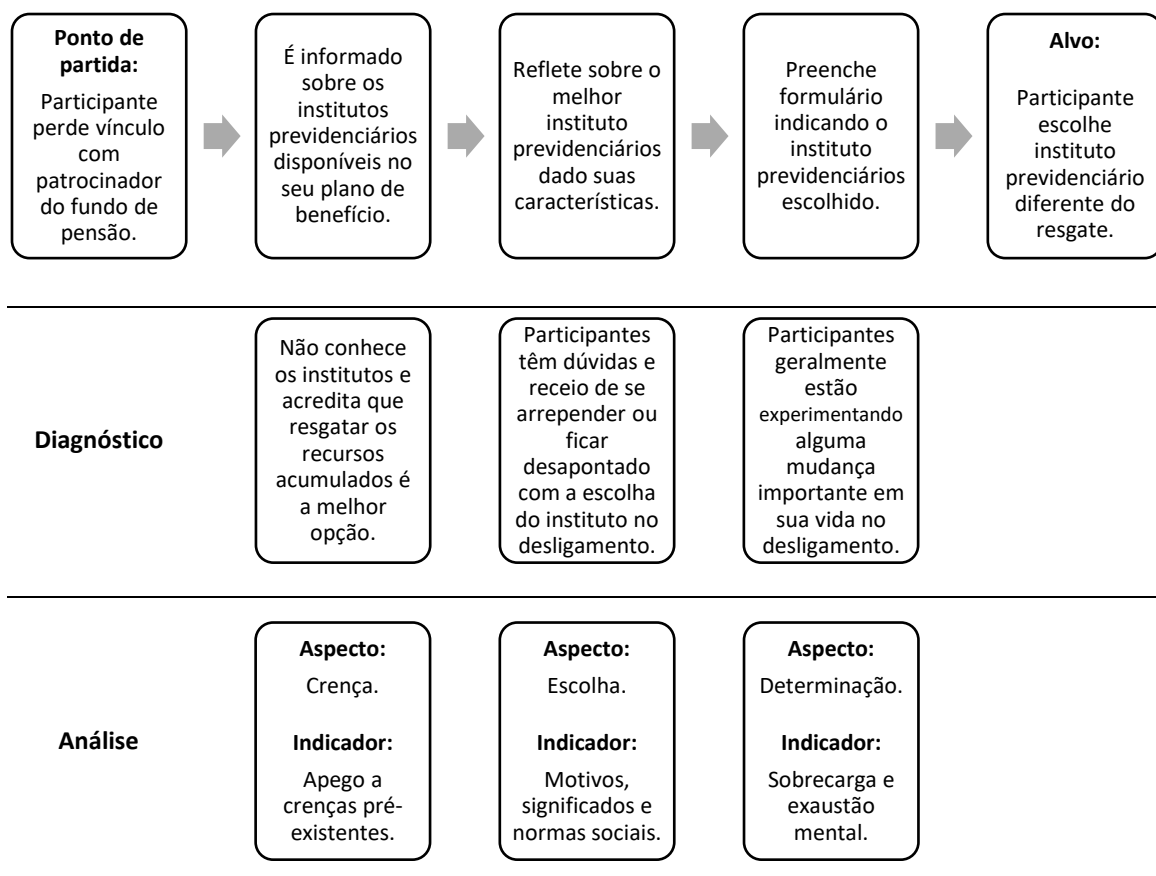


Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 55 a 88).

❖ Institutos

Problema comportamental: participantes optam por resgatar os recursos acumulados na previdência complementar, apesar dessa decisão diminuir sua cobertura previdenciária e poder causar a perda de parte dos recursos acumulados.

Figura 15 - Diagnóstico e análise: Institutos

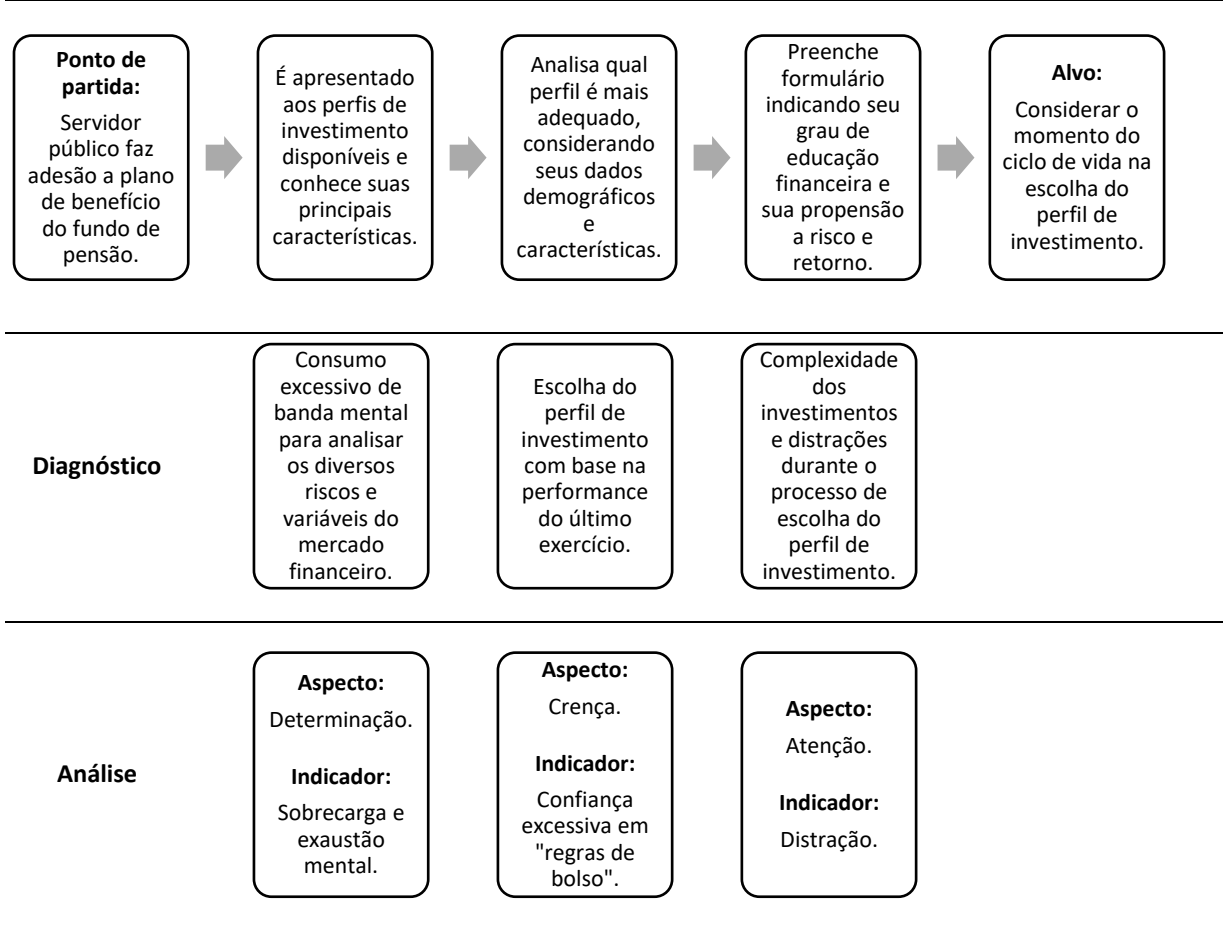


Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 55 a 88).

❖ **Investimento:**

Problema comportamental: participantes não consideram seu atual momento no ciclo de vida na escolha do perfil de investimento, apesar dessa decisão afetar seu benefício previdenciário no futuro devido a questões como volatilidade, liquidez, rentabilidade e risco.

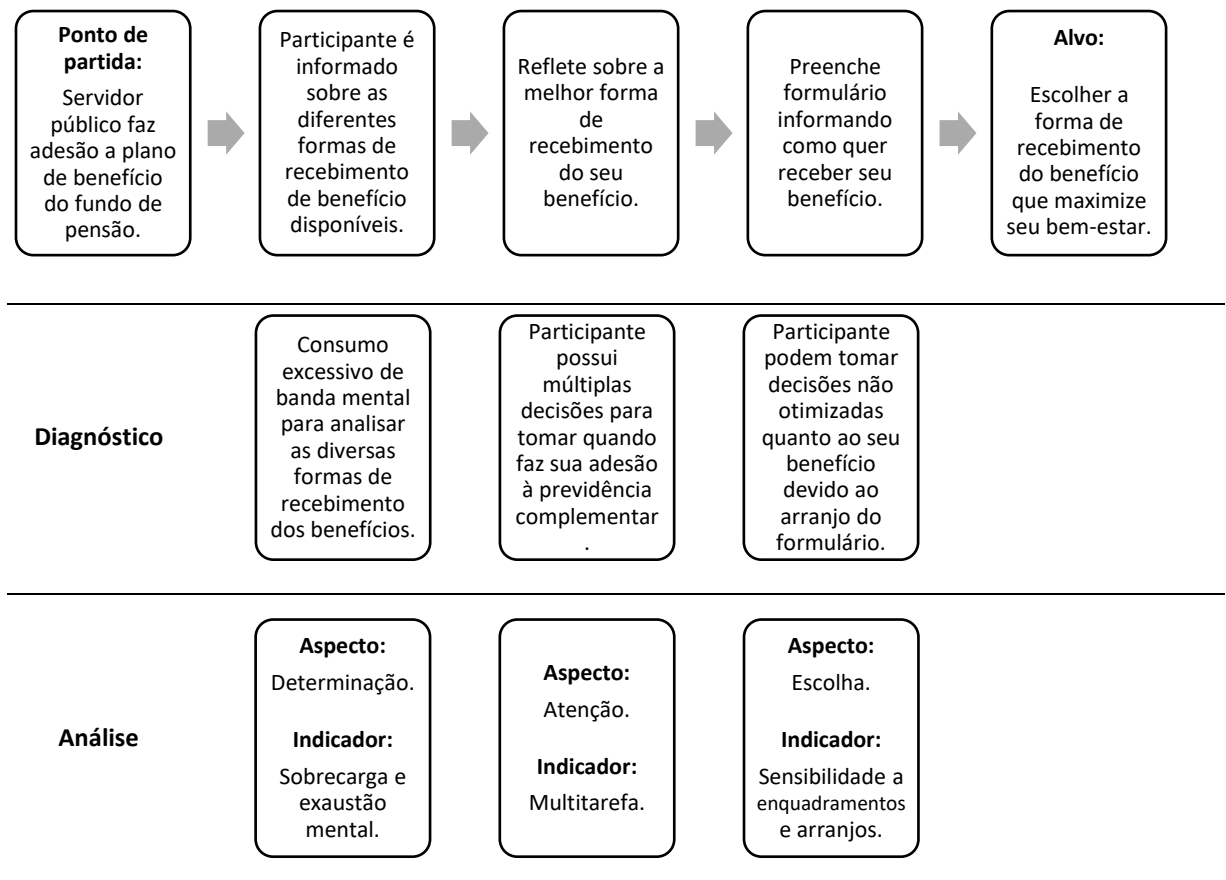
Figura 16 - Diagnóstico e análise: Investimento



Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 55 a 88).

❖ **Benefício:**

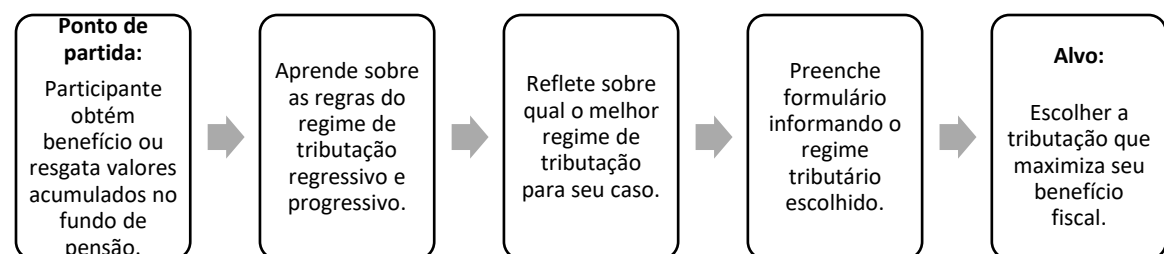
Problema comportamental: participantes dos planos de benefícios não escolhem de forma ativa a forma de recebimento de seu benefício, apesar da importância dessa decisão para a otimização de suas finanças.

Figura 17 - Diagnóstico e análise: Benefício

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 55 a 88).

❖ Tributação:

Problema comportamental: participantes escolhem o regime de tributação inadequado dadas as suas características, apesar dessa decisão não maximizar seu benefício fiscal.

Figura 18 - Diagnóstico e análise: Tributação

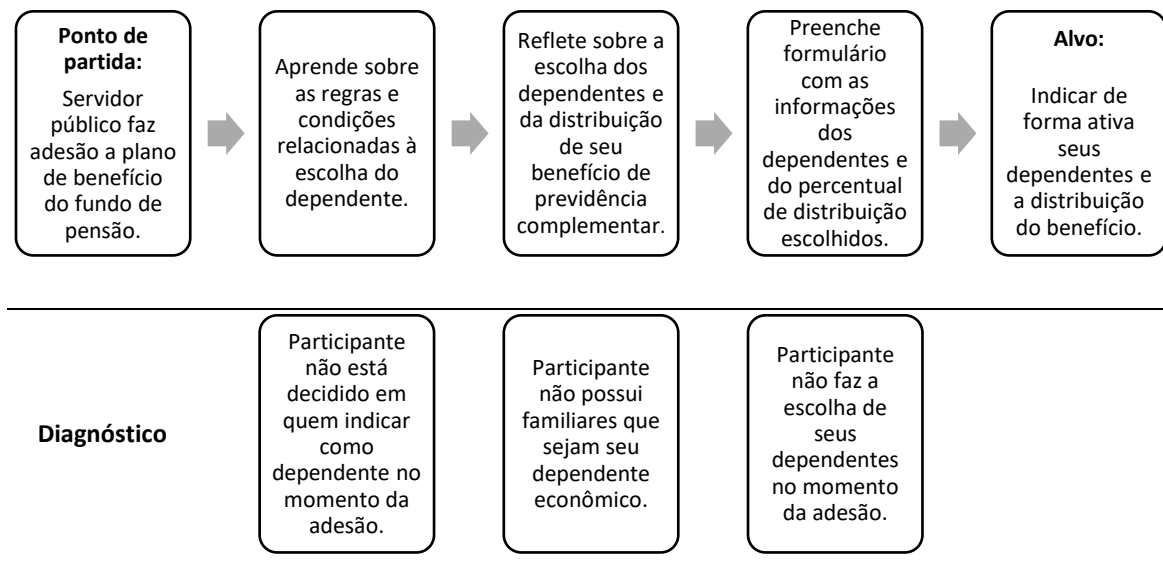
Diagnóstico	Não está ciente da nova possibilidade de escolher o regime de tributação na obtenção do benefício.	Participante não se recorda da necessidade de escolher tributação na solicitação de benefício ou resgate.	Participante não faz a escolha de seu regime de tributação.
Análise	Aspecto: Crença. Indicador: Apego à crenças pré-existentes.	Aspecto: Atenção. Indicador: Esquecimento.	Aspecto: Determinação. Indicador: Inércia e procrastinação.

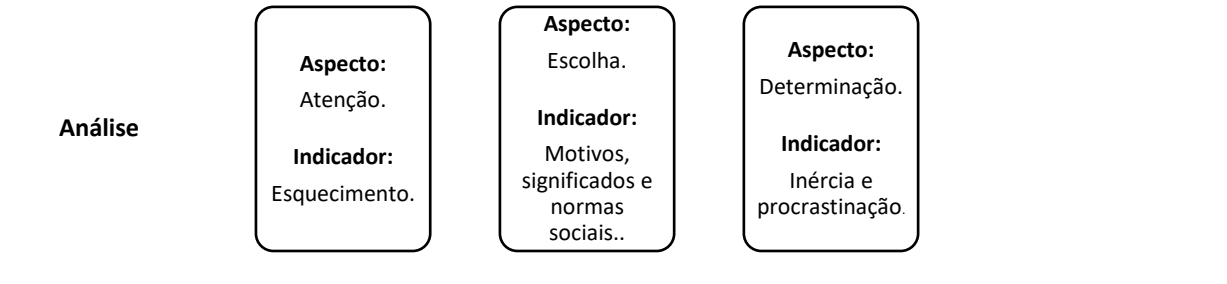
Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 55 a 88).

❖ Dependentes:

Problema comportamental: participante não escolhe de forma ativa seus dependentes em relação à previdência complementar, apesar dessa falta de decisão prejudicar potencialmente seu planejamento sucessório e familiar.

Figura 19 - Diagnóstico e análise: Dependentes





Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 55 a 88).

Etapa 3 – Desenho das estratégias

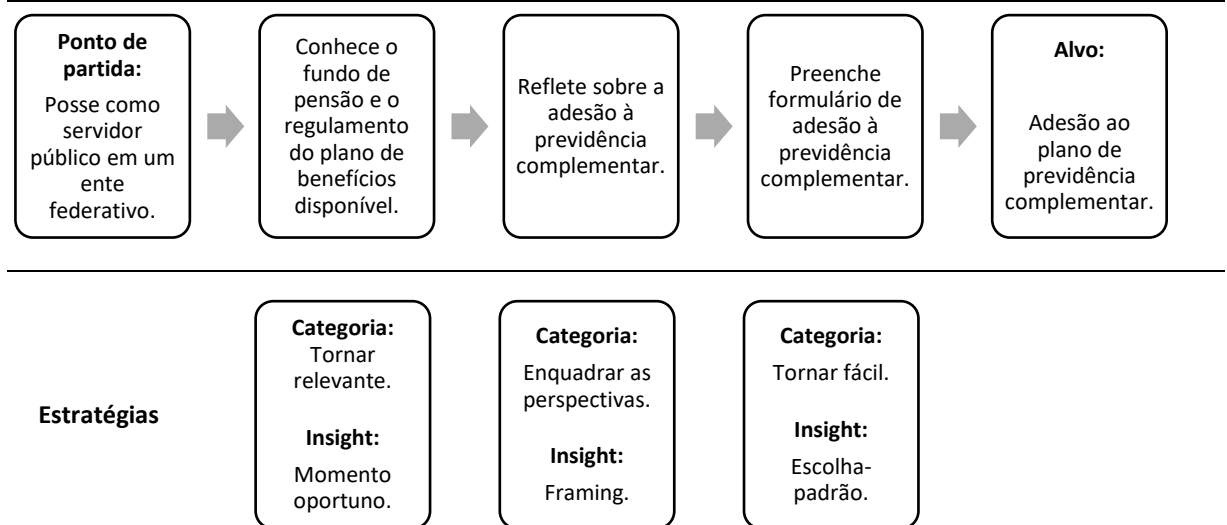
As análises elaboradas na etapa anterior devem ser traduzidas em estratégias comportamentalmente informadas de intervenção nas políticas públicas da previdência complementar dos entes federativos.

Para tanto, foi estabelecido para cada ponto de alavancagem analisado o resultado desejado para as estratégias desenhadas. A ideia é que cada ente federativo ajuste esses resultados de acordo com seu contexto específico, definindo objetivos que sejam específicos, mensuráveis, realistas e factíveis.

❖ Adesão:

Resultado desejado: aumentar a taxa de adesão dos servidores públicos nos fundos de pensão dos entes federativos no Brasil.

Figura 20 - Desenho das estratégias de intervenção: Adesão



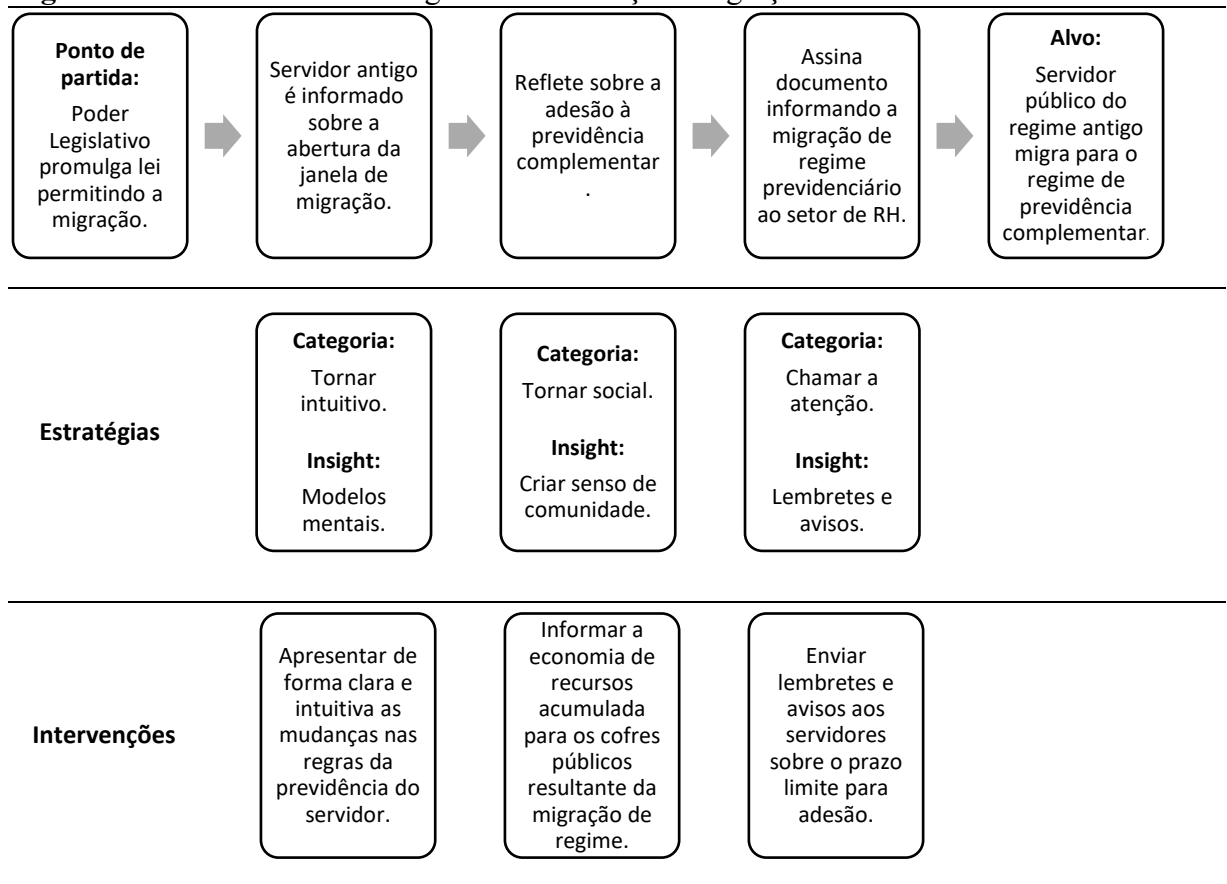
Intervenções	Apresentar a proposta de adesão no momento da posse do servidor.	Enquadrar a contribuição em valores diários ao invés de mensal.	Alterar a escolha-padrão de opt-in por opt-ou, com possibilidade de saída.
---------------------	--	---	--

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 89 a 120).

❖ Migração:

Aumentar a taxa de migração dos servidores públicos que participam exclusivamente dos RPPS para o regime de previdência complementar dos entes federativos no Brasil.

Figura 21 - Desenho das estratégias de intervenção: Migração

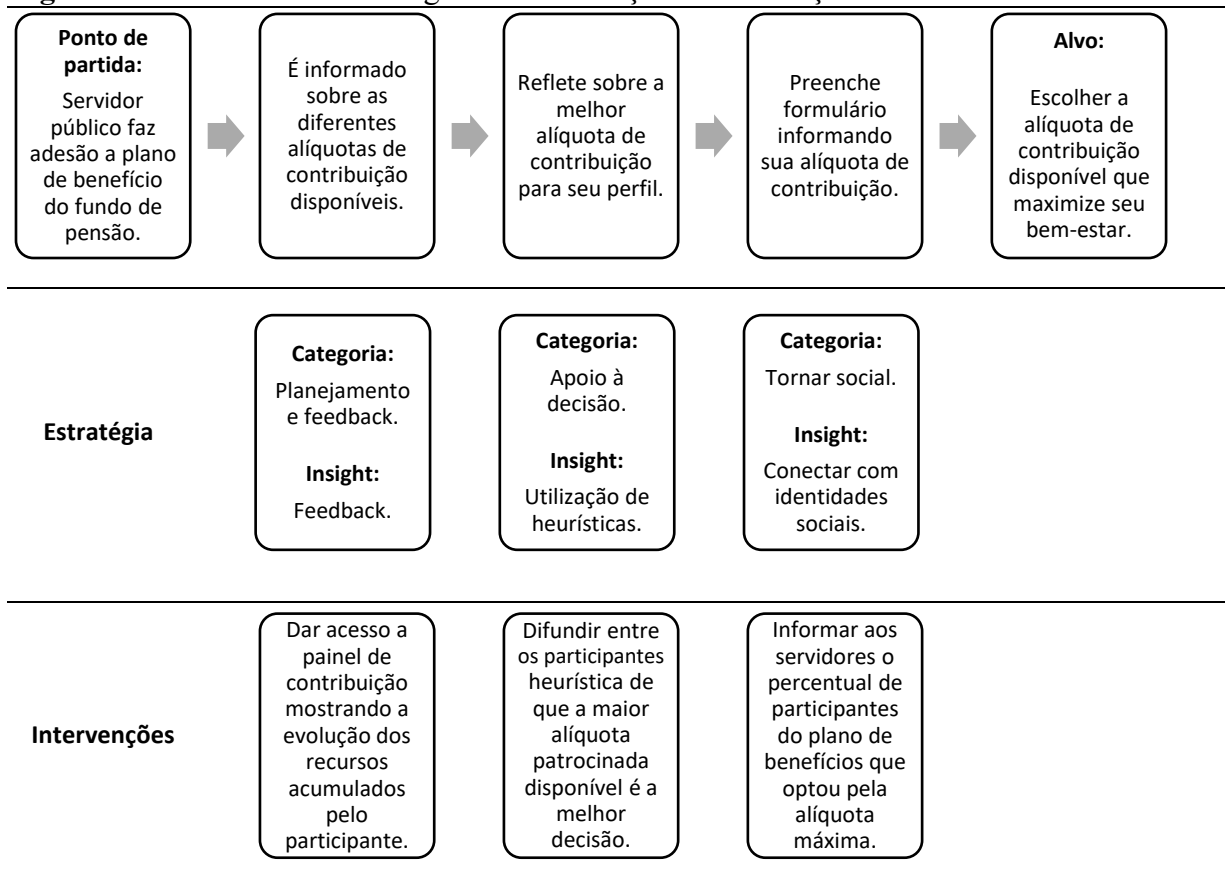


Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 89 a 120).

❖ Contribuição:

Resultado desejado: aumentar a quantidade de participantes que escolhem a alíquota máxima de contribuição patrocinada, maximizando assim seu bem-estar em termos de benefício previdenciário futuro.

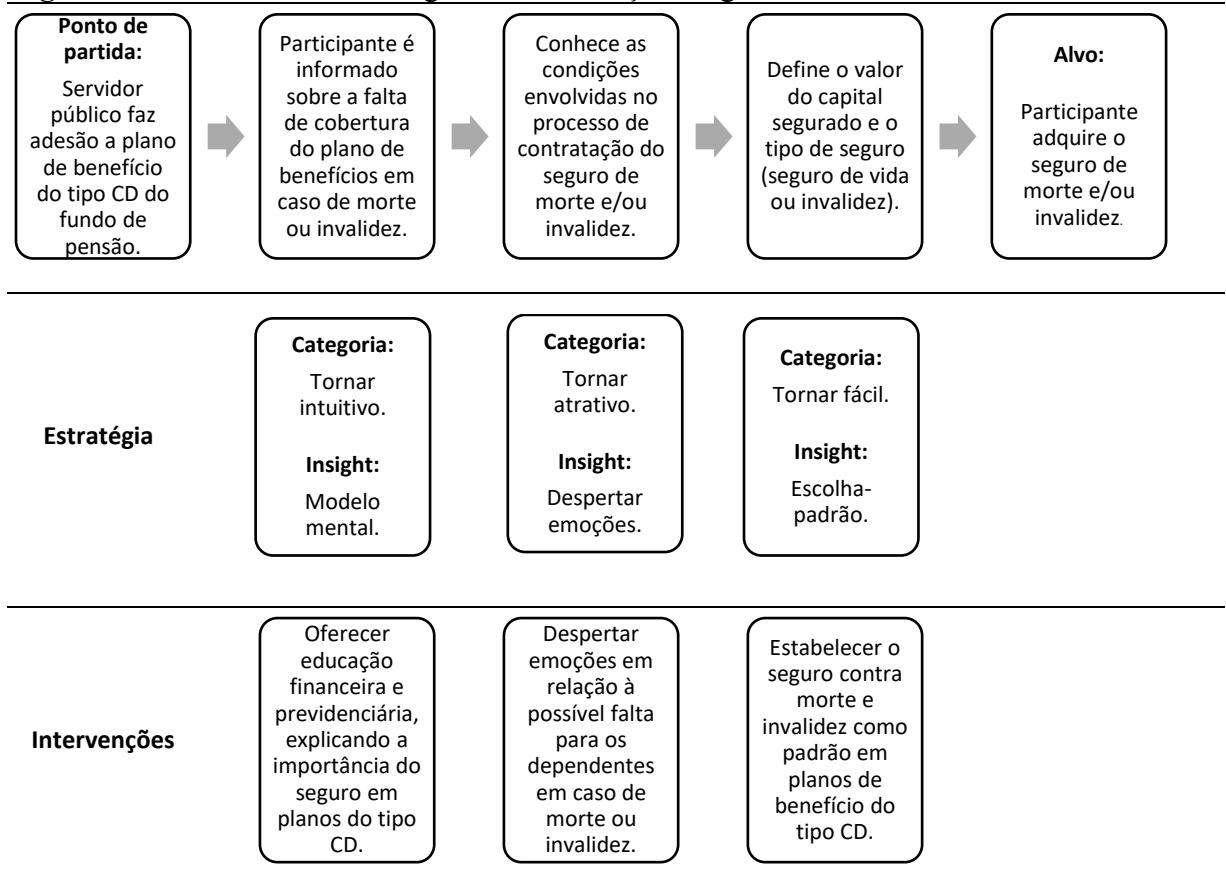
Figura 22 - Desenho das estratégias de intervenção: Contribuição



Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 89 a 120).

❖ Seguro:

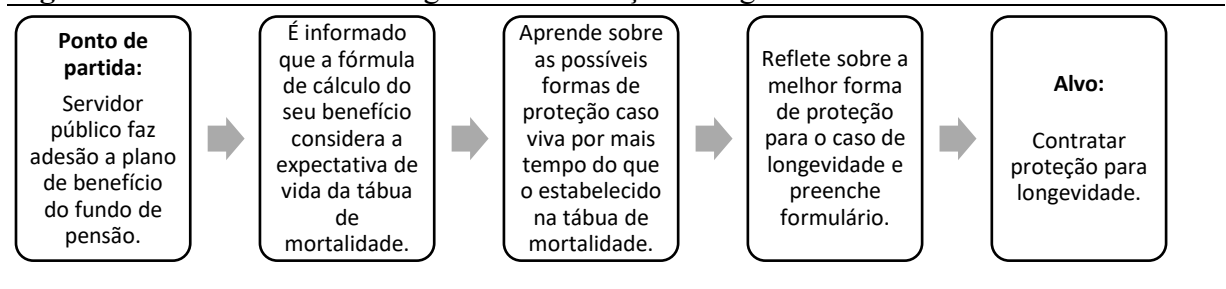
Resultado desejado: aumentar a quantidade de participantes que possuem seguro de vida e invalidez, assegurando a cobertura previdenciária desses participantes e de seus dependentes em caso de ocorrência de um evento adverso, especialmente na fase inicial do ciclo de vida, quando as reservas da previdência complementar ainda são baixas.

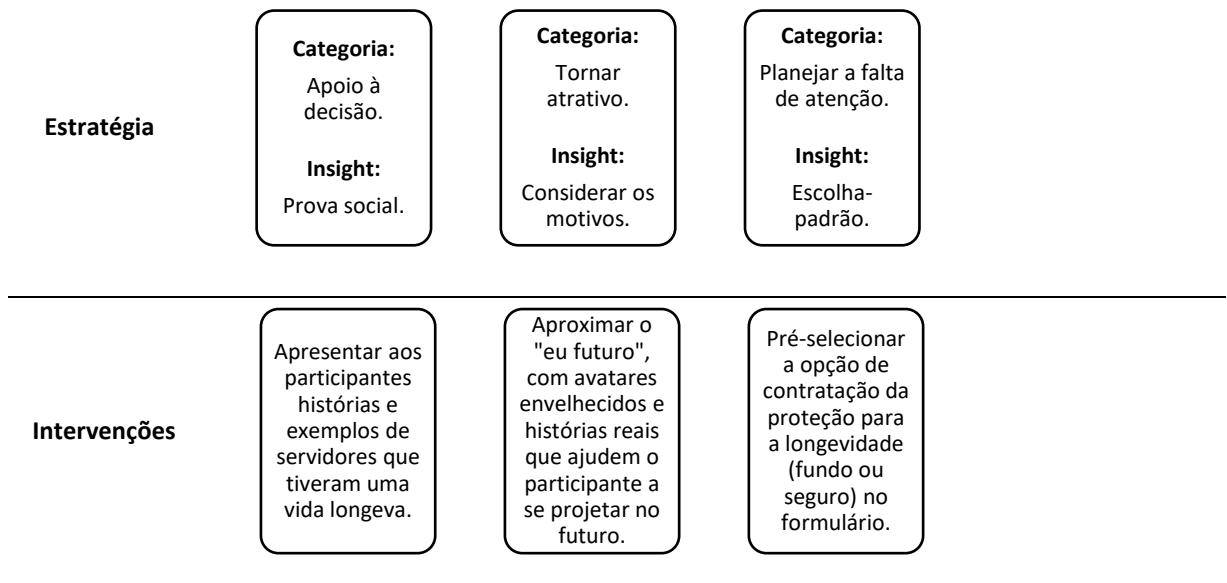
Figura 23 - Desenho das estratégias de intervenção: Seguro

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 89 a 120).

❖ Longevidade:

Resultado desejado: aumentar a quantidade de participantes que possuem proteção caso eles sobrevivam por mais tempo que o previsto na tábua atuarial utilizada em seu plano de benefícios.

Figura 24 - Desenho das estratégias de intervenção: Longevidade

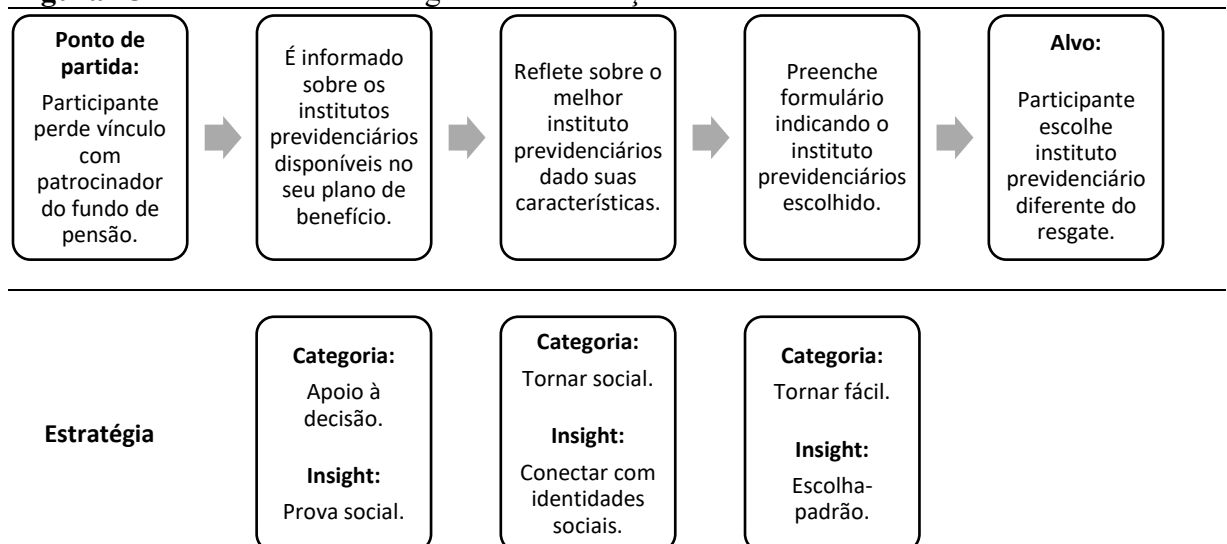


Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 89 a 120).

❖ Institutos:

Resultado desejado: diminuir a quantidade de participantes que optam por resgatar os recursos acumulados na previdência complementar em caso de perda de vínculo com o patrocinador, mantendo a cobertura previdenciária por meio dos outros institutos disponíveis.

Figura 25 - Desenho das estratégias de intervenção: Institutos



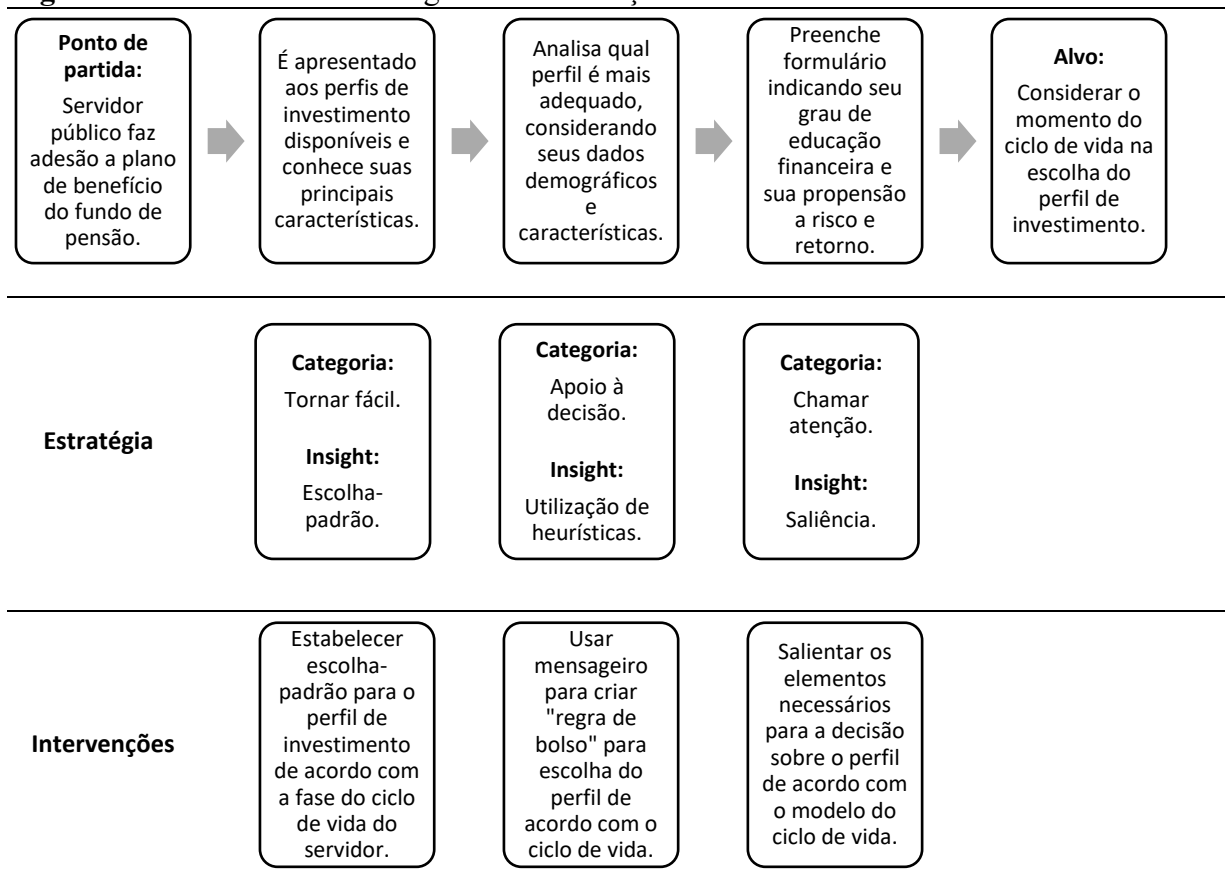
Intervenções	Apresentar casos reais de servidores desligados do fundo de pensão que mantiveram sua cobertura previdenciária.	Informar a quantidade de participantes desligados que optaram por institutos previdenciários alternativos ao resgate.	Estabelecer escolha-padrão diferente do resgate para os participantes que não optarem por instituto.
---------------------	---	---	--

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 89 a 120).

❖ Investimento:

Resultado desejado: aumentar a quantidade de participantes que consideram seu momento atual na escolha do perfil de investimento, optando por perfis alinhados a esse momento em termos de risco, retorno e volatilidade.

Figura 26 - Desenho das estratégias de intervenção: Investimento

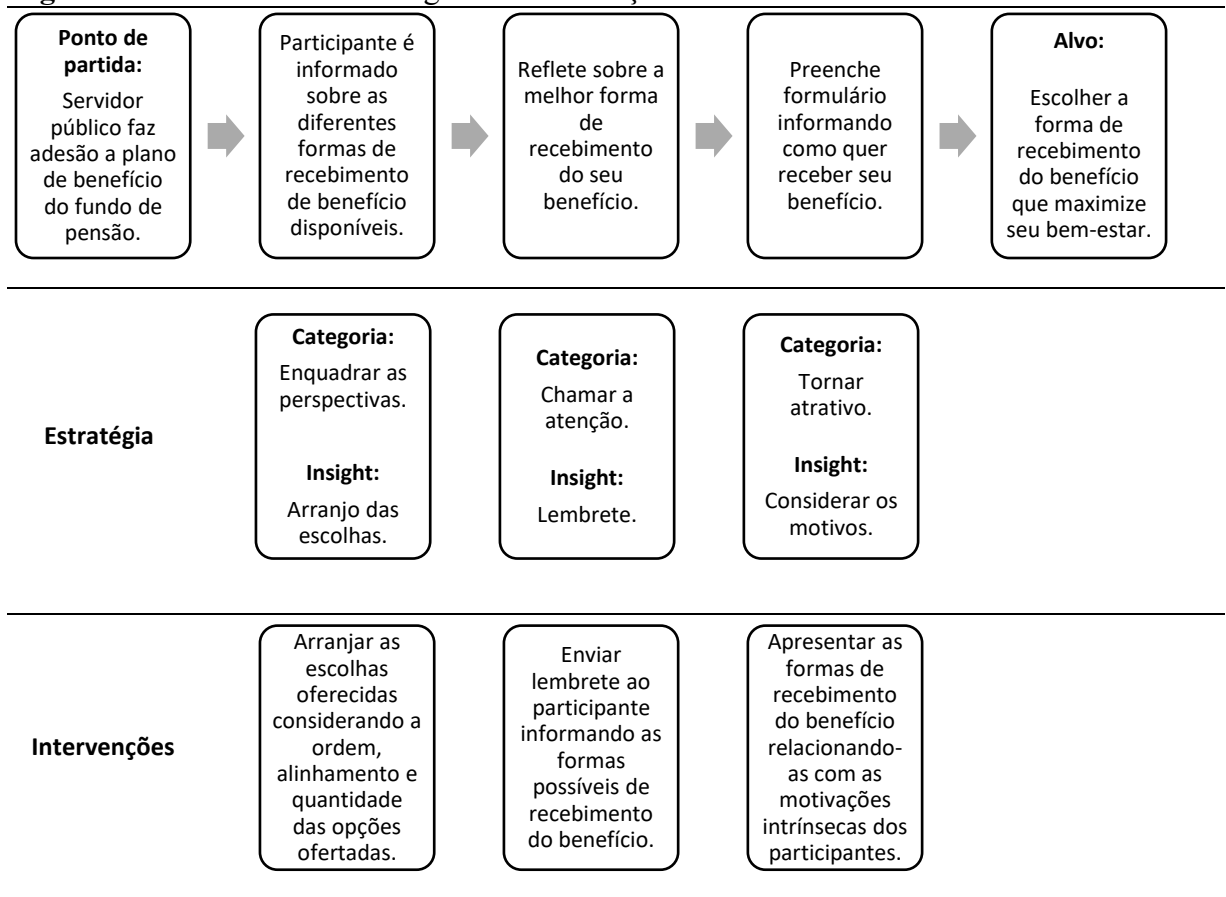


Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 89 a 120).

❖ **Benefício:**

Resultado desejado: aumentar a quantidade de participantes que escolhem de forma ativa a forma de recebimento do seu benefício, otimizando seu bem-estar em termos de cobertura previdenciária.

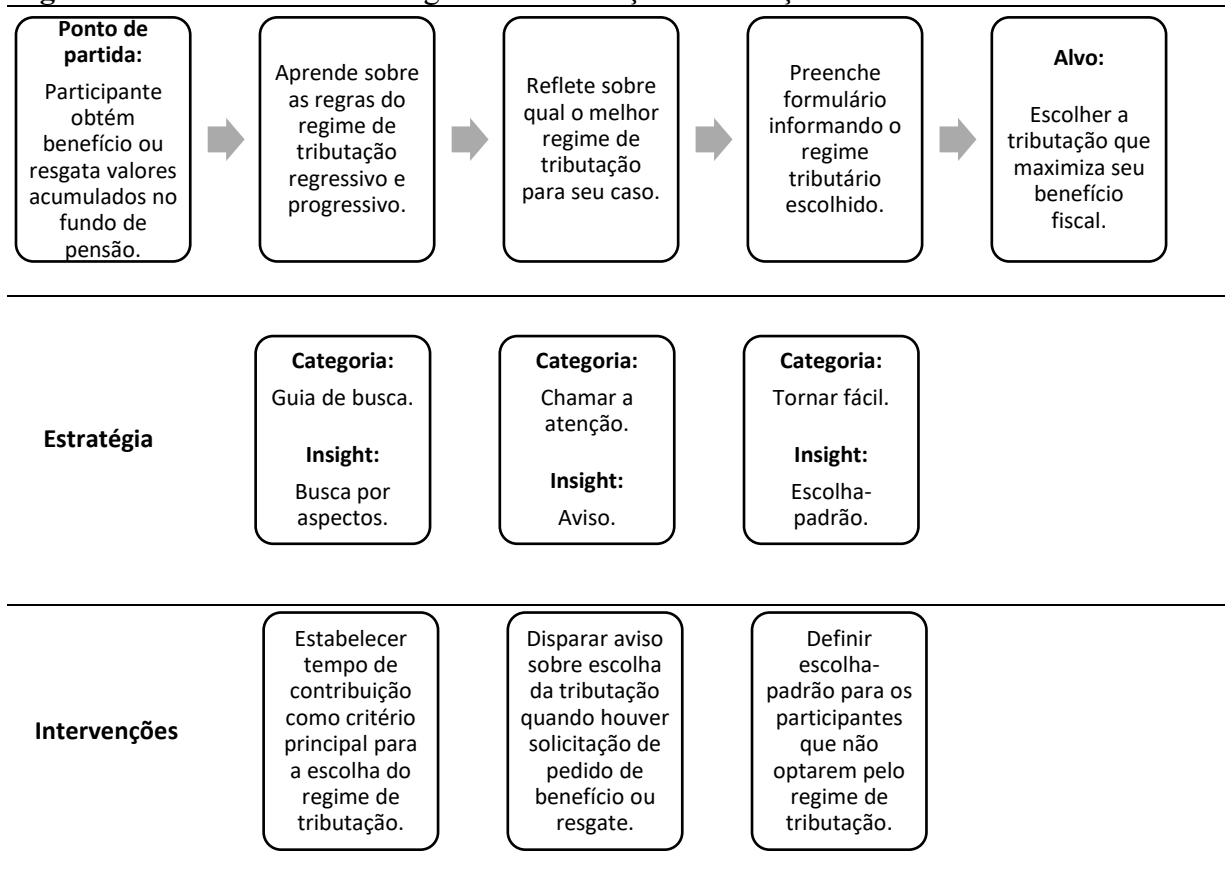
Figura 27 - Desenho das estratégias de intervenção: Benefício



Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 89 a 120).

❖ **Tributação:**

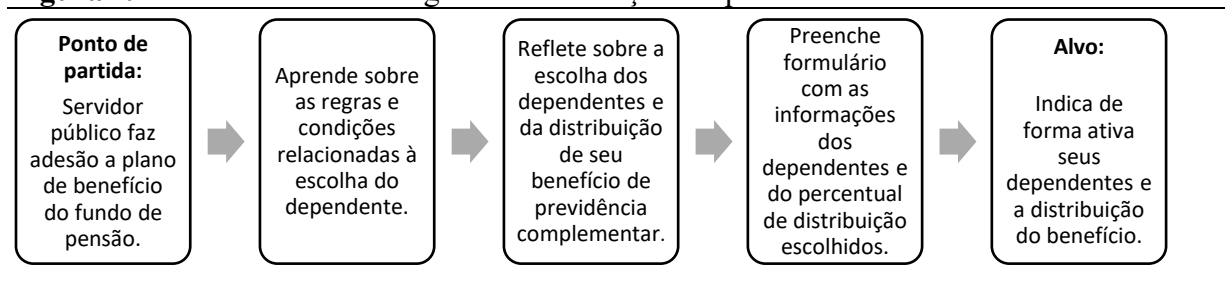
Resultado desejado: aumentar a quantidade de participantes que escolhem o regime de tributação que maximiza seu benefício fiscal.

Figura 28 - Desenho das estratégias de intervenção: Tributação

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 89 a 120).

❖ Dependentes:

Resultado desejado: aumentar a quantidade de participantes que indica de forma ativa seus dependentes na previdência complementar e a distribuição do benefício entre eles, atendendo seus anseios em termos de planejamento familiar e sucessório.

Figura 29 - Desenho das estratégias de intervenção: Dependentes

Estratégia	Categoria: Tornar relevante. Insight: Momento oportuno.	Categoria: Tornar atrativo. Insight: Despertar emoções.	Categoria: Tornar fácil. Insight: Escolha-padrão.
Intervenções	Informar sobre a indicação dos dependentes em datas como casamento e nascimento dos filhos.	Alertar o participante sobre a possibilidade de indicação de dependente fora da família.	Estabelecer escolha-padrão para os participantes que não indicarem os dependentes.

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 89 a 120).

Etapa 4 – Intervenções e questões éticas

Nessa etapa, foram desenhadas ações para a implementação das estratégias de intervenção desenvolvidas na etapa anterior para enfrentar os problemas comportamentais da previdência complementar dos entes federativos, analisados na Etapa 2. Também foram apresentados os principais agentes envolvidos e os objetivos para cada uma das ações propostas.

❖ Adesão:

Na análise das ações propostas, é importante considerar aspectos e recomendações sobre as questões éticas relacionadas a essas intervenções, que geralmente utilizam dados sobre o comportamento dos participantes dos fundos de pensão, além de eventuais experimentos em pequena escala antes de uma possível implementação mais ampla. Por isso, é fundamental avaliar os riscos éticos com atenção.

Quadro 13 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Adesão

Intervenção	Ação	Agentes envolvidos	Objetivo
Apresentar a proposta de adesão no momento da posse do servidor.	Oferecer palestras e material sobre a previdência complementar na integração do servidor ao serviço público.	Recursos Humanos dos Poderes e órgãos patrocinadores.	Aproveitar o momento oportuno gerado pela posse do servidor em cargo público para sensibilizá-lo sobre a importância da adesão.

Enquadrar a contribuição em valores diários ao invés de mensal.	Informar o valor da contribuição aos participantes em valores diários ao invés de mensal. ³⁰	Área de atendimento e comunicação dos fundos de pensão dos entes federativos.	Reformular a apresentação do valor da contribuição para tornar o esforço mais factível.
Alterar a escolha-padrão de <i>opt-in</i> por <i>opt-out</i> , com possibilidade de saída.	Alterar a legislação estabelecendo a adesão automática, facultando a saída dentro do prazo legal.	Poder Legislativo, Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.	Reduzir atritos e utilizar a inércia dos servidores a favor do aumento da cobertura previdenciária.

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 121 a 136).

❖ Migração:

Mesmo que estejamos sempre expostos a influências comportamentais no dia a dia, quando um ente federativo decide usar essas estratégias de forma intencional para mudar o comportamento dos cidadãos, é necessário avaliar essas ações de maneira ética. O fato de uma intervenção ser aceita pelos participantes não significa que ela seja automaticamente ética. Cada caso deve ser analisado individualmente.

Quadro 14 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Migração

Intervenção	Ação	Agentes envolvidos	Objetivo
Apresentar de forma clara e intuitiva as mudanças nas regras da previdência do servidor.	Elaborar manual com explicações sobre as regras atuais da previdência do servidor público.	Gestores do Ministério da Previdência Social e área de comunicação dos fundos de pensão.	Permitir que os servidores do regime antigo reflitam sobre questões estruturais relacionadas a sua previdência social.
Informar a economia de recursos para os cofres públicos resultante da migração de regime.	Enviar mensagens informando a quantidade de servidores públicos que já aderiram à migração de regime.	Gestores do Ministério da Previdência Social e áreas de atendimento e comunicação dos fundos de pensão.	Ativar o viés de conformidade social, incentivando a adesão por senso de pertencimento.
Enviar lembretes e avisos aos servidores	Elaborar lembretes e avisos aos servidores alertando sobre a	Recursos Humanos dos patrocinadores e áreas de atendimento e	Evitar que um servidor do regime antigo não

³⁰ Ex: “Contribua com apenas R\$ 5 por dia para garantir maior tranquilidade para seu futuro” pode ser mais eficaz que “Contribua com R\$ 150 por mês.”

sobre o prazo limite para adesão.	proximidade do prazo limite para adesão.	comunicação dos fundos de pensão.	faça a migração devido à perda do prazo limite.
-----------------------------------	--	-----------------------------------	---

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 121 a 136).

❖ Contribuição:

Outro ponto importante é o respeito ao consentimento e à liberdade de escolha dos servidores públicos dos entes federativos. Embora as intervenções comportamentais geralmente não obriguem nem punam diretamente os servidores, elas ainda podem limitar as escolhas disponíveis ou influenciar de maneira sutil, sem que o indivíduo perceba isso. Assim, é essencial garantir que todos os participantes compreendam a intervenção e tenham a possibilidade real de aceitá-la ou rejeitá-la de forma consciente.

Quadro 15 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Contribuição

Intervenção	Ação	Agentes envolvidos	Objetivo
Painel de contribuição mostrando a evolução dos recursos acumulados pelo participante.	Disponibilizar acesso com login e senha para participante acessar seu painel de contribuição no site do fundo de pensão.	Diretoria Executiva e áreas de atendimento e tecnologia da informação do fundo de pensão.	Permitir ao participante acompanhar o saldo acumulado de seus esforços contributivos, aumentando sua motivação intrínseca.
Difundir entre os servidores a heurística de que a maior alíquota patrocinada disponível é a melhor decisão.	Criar material e disseminar discurso enfatizando a decisão de escolher a alíquota de contribuição máxima disponível.	Diretoria Executiva, áreas de atendimento e comunicação do fundo de pensão.	Aproveitar a tendência dos participantes em utilizar “atalhos mentais” nas decisões para aumentar a cobertura previdenciária.
Informar aos servidores o percentual de participantes do plano de benefícios que optou pela alíquota máxima.	Enviar mensagens de normatividade aos não optantes da alíquota máxima. Ex: “Mais de 95% dos participantes optaram pela alíquota máxima”	Diretoria Executiva, áreas de atendimento e comunicação do fundo de pensão.	Ativar o viés de conformidade social, incentivando a escolha da alíquota de contribuição máxima.

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 121 a 136).

❖ Seguro:

Antes de iniciar uma intervenção baseada em ciências comportamentais, recomenda-se a criação de um comitê de ética ou ao menos o mapeamento das questões éticas envolvidas, explicando como serão tratadas e, se possível, contando com o apoio de instituições que já tenham experiência com esse tipo de avaliação. Também é recomendado indicar alguém responsável pela supervisão ética da coleta, uso e armazenamento dos dados dos experimentos.

Quadro 16 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Seguro

Intervenção	Ação	Agentes envolvidos	Objetivo
Oferecer educação financeira e previdenciária, explicando a importância do seguro em planos do tipo CD.	Aulas, campanhas e materiais com credibilidade para cristalizar um modelo mental de decisão de que plano de benefício do tipo CD necessita de seguro.	PREVIC, CNPC, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, áreas de atendimento e de comunicação dos fundos de pensão.	Aproveitar a tendência dos participantes de utilizar modelos mentais nas tomadas de decisão para proteger os servidores em caso de eventos adversos como morte e invalidez.
Despertar emoções em relação à possível falta para os dependentes em caso de morte ou invalidez.	Utilizar elementos que despertem o “eu futuro” do participante e de seus dependentes, como avatares envelhecidos ou histórias reais de famílias que já foram seguradas.	Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, áreas de atendimento e de comunicação dos fundos de pensão.	Tornar o futuro mais vívido para os participantes, enfatizando a importância do seguro em caso de eventos adversos.
Estabelecer o seguro contra morte e invalidez como padrão em planos de benefício do tipo CD.	Alterar o regulamento do plano de benefícios para alterar de <i>opt-in</i> para <i>opt-out</i> a contratação do seguro.	PREVIC, CNPC, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, áreas de atendimento e de comunicação dos fundos de pensão.	Proteger o servidor público e seus dependentes em caso de morte ou invalidez do participante de fundo de pensão.

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 121 a 136).

❖ Longevidade:

A transparência é outro princípio fundamental, dado que os objetivos e os métodos das intervenções devem ser comunicados com clareza aos envolvidos. Além disso, os participantes devem ter a possibilidade de evitar ou contestar a intervenção de forma simples.

Toda ação proposta precisa ter como objetivo o bem público, prevenindo danos e respeitando os valores da sociedade e o contexto do ente federativo envolvido. Também é necessário evitar que os participantes sejam responsabilizados por decisões que não compreenderam totalmente.

Quadro 17 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Longevidade

Intervenção	Ação	Agentes envolvidos	Objetivo
Apresentar aos participantes histórias e exemplos de servidores que tiveram uma vida longa.	Elaborar vídeos e textos com testemunhos reais e <i>storytelling</i> com assistidos longevos.	Diretoria Executiva e áreas de atendimento e comunicação do fundo de pensão.	Ativar senso de realidade nos participantes pelo exemplo de outros servidores que passaram pela longevidade.
Aproximar o "eu futuro", com avatares envelhecidos e histórias reais que ajudem o participante a se projetar no futuro.	Disponibilizar ferramenta digital com imagem envelhecida do participante e simulações.	Diretoria Executiva e áreas de atendimento e comunicação do fundo de pensão.	Despertar motivação intrínseca nos participantes quanto à sua qualidade de vida e cuidados durante a velhice.
Pré-selecionar a opção de contratação da proteção para a longevidade (fundo ou seguro) no formulário.	Deixar a opção de contratação da proteção para longevidade assinalada no formulário, permitindo a não contratação.	Diretoria Executiva e áreas de atendimento e tecnologia da informação do fundo de pensão.	Evitar que o participante não se proteja para longevidade por falta de atenção devido a distrações durante o preenchimento do formulário.

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 121 a 136).

❖ **Institutos:**

Durante a implementação da intervenção, é preciso lembrar que experimentos são, por natureza, intervenções diretas na vida dos indivíduos. Ao aplicar um tratamento a um grupo e não a outro, surgem questões éticas relacionadas a justiça. Por isso, é fundamental seguir códigos de conduta ética, garantindo o consentimento dos envolvidos e, se necessário, passar pela avaliação de um comitê institucional do ente federativo.

Quadro 18 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Institutos

Intervenção	Ação	Agentes envolvidos	Objetivo
Apresentar casos reais de servidores desligados do	Elaborar material com casos concretos e	Diretoria Executiva e áreas de seguridade e	Ativar senso de realidade nos participantes pelo

fundo de pensão que mantiveram sua cobertura previdenciária.	depoimentos de participantes desligados que optaram por instituto diferente do resgate.	comunicação do fundo de pensão.	exemplo de outros servidores que optaram por instituto diferente do resgate.
Informar a quantidade de participantes desligados que optaram por institutos previdenciários alternativos ao resgate.	Apresentar aos participantes decisões tomadas por outros servidores públicos quando do desligamento de um ente federativo.	Diretoria Executiva e áreas de seguridade, comunicação e atendimento do fundo de pensão.	Ativar o viés de conformidade social, incentivando a escolha de um instituto diferente do resgate.
Estabelecer escolha-padrão diferente do resgate para os participantes que não optarem por instituto.	Definir um instituto que mantenha a proteção previdenciária dos participantes em caso de não decisão por parte do participante.	Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e áreas de seguridade e atendimento do fundo de pensão.	Evitar a diminuição da cobertura previdenciária dos servidores públicos que se desligam dos entes federativos.

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 121 a 136).

❖ Investimento:

Também é preciso verificar se a legislação do ente federativo permite as intervenções propostas, demonstrando que trarão algum benefício à política pública, como melhorar o funcionamento do regime de previdência complementar, gerar conhecimento útil ou proteger os direitos dos servidores públicos. A proteção da privacidade também deve ser uma prioridade. Devem ser adotadas medidas que impeçam a identificação das pessoas e assegurem a análise ética dos dados coletados.

Quadro 19 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Investimento

Intervenção	Ação	Agentes envolvidos	Objetivo
Estabelecer escolha-padrão para o perfil de investimento de acordo com a fase do ciclo de vida do servidor.	Definir as faixas etárias para cada perfil e os diferentes níveis de risco e retorno das carteiras de investimento.	Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, área de investimentos dos fundos de pensão.	Reduzir atritos e utilizar a paralisa decisória dos servidores em prol da escolha de um perfil adequado de investimento.
Criar "regra de bolso" entre os participantes para escolha do perfil de	Escolher mensageiros com credibilidade para cristalizar a heurística de	PREVIC, CNPC, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva,	Aproveitar a tendência dos indivíduos de utilizar heurísticas nas tomadas

acordo com o estágio no modelo do ciclo de vida.	decisão de que o estágio atual do ciclo de vida deve ser levado em conta na escolha do perfil.	áreas de atendimento e de comunicação dos fundos de pensão.	de decisão para direcionar os participantes para perfil de investimento mais adequados.
Salientar os elementos necessários para a decisão sobre o perfil de acordo com o modelo do ciclo de vida.	Destacar as principais variáveis que precisam ser consideradas, utilizando linguagem clara e simples.	CNPC, PREVIC, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e áreas de atendimento e comunicação do fundo de pensão.	Focar a atenção do participante nas variáveis relevantes, mitigando a escolha de perfis inadequados para seu estágio de ciclo de vida.

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 121 a 136).

❖ **Benefício:**

Após a implementação, é importante envolver as partes interessadas, como servidores públicos, participantes dos planos, patrocinadores e demais afetados. Os resultados das consultas devem ser divulgados de forma clara. A transparência e a responsabilidade devem continuar após o experimento, com divulgação dos resultados para o público, autoridades e demais instituições envolvidas. É fundamental dar o devido crédito às equipes e aos órgãos responsáveis pela implementação das intervenções.

Quadro 20 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Benefício

Intervenção	Ação	Agentes envolvidos	Objetivo
Arranjar as escolhas oferecidas considerando ordem, alinhamento e quantidade das opções ofertadas.	Oferecer trilha guiada com principais elementos a considerar na decisão sobre a forma de recebimento do benefício.	Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e áreas de seguridade e comunicação do fundo de pensão.	Construir arquitetura de escolha sobre as formas de recebimento dos benefícios que reconheça que o arranjo das opções pode influenciar as tomadas de decisão.
Enviar lembrete ao participante informando as formas possíveis de recebimento do benefício.	Elaborar material com orientações sobre as formas de recebimento do benefício e disseminar entre os participantes.	Diretoria Executiva e áreas de atendimento e comunicação do fundo de pensão.	Evitar que o participante não escolha de forma ativa a forma de recebimento do seu benefício por desatenção.

Apresentar as formas de recebimento do benefício relacionando-as com as motivações intrínsecas dos participantes.	Relacionar as formas de benefícios de acordo as motivações dos participantes: qualidade de vida, estabilidade, longevidade etc.	Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e áreas de seguridade e comunicação do fundo de pensão.	Despertar motivação intrínseca nos participantes quanto à sua qualidade de vida e cuidados durante a velhice.
---	---	--	---

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 121 a 136).

❖ Tributação:

Por fim, é necessário compartilhar os aprendizados, inclusive quando a intervenção não apresenta os resultados esperados. Divulgar falhas ou efeitos inesperados evita que os mesmos erros se repitam. Também é responsabilidade dos gestores monitorar os efeitos de longo prazo da intervenção, garantindo que os cidadãos não sejam expostos a consequências negativas futuras.

Quadro 21 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Tributação

Intervenção	Ação	Agentes envolvidos	Objetivo
Estabelecer tempo de contribuição como critério principal para a escolha do regime de tributação.	Elaborar e disseminar entre os participantes informações sobre a escolha do regime de tributação de acordo com o tempo de contribuição.	Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, áreas de atendimento e comunicação dos fundos de pensão.	Estabelecer um atributo único (tempo de contribuição) como o mais importante para a escolha do perfil de investimento.
Disparar aviso sobre escolha da tributação quando houver solicitação de pedido de benefício ou resgate.	Interagir com os setores de RH dos órgãos patrocinadores do fundo de pensão para estabelecer processo de comunicação.	Diretoria Executiva, RH dos patrocinadores e área de atendimento dos fundos de pensão.	Chamar a atenção dos participantes para a necessidade de escolha do regime de tributação quando da obtenção do benefício previdenciário.
Definir escolha-padrão para os participantes que não optarem pelo regime de tributação.	Estabelecer escolha-padrão de acordo com o tempo de contribuição do participante para o fundo de pensão.	Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, áreas de atendimento e seguridade dos fundos de pensão.	Direcionar os participantes que não fizeram a escolha ativa para o regime de tributação que otimiza sua situação tributária.

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 121 a 136).

❖ Dependentes:

Esses cuidados são especialmente importantes no campo da previdência complementar, onde decisões influenciadas por essas intervenções têm impactos significativos e duradouros na vida dos participantes. Por isso, toda ação comportamental deve ser planejada com ética, responsabilidade e respeito à autonomia das pessoas.

Quadro 22 - Propostas de ação para as estratégias de intervenção: Dependentes

Intervenção	Ação	Agentes envolvidos	Objetivo
Informar sobre a indicação dos dependentes em datas como casamento e nascimento dos filhos.	Contatar o RH dos órgãos sobre a concessão de licenças maternidade, paternidade e casamento.	Diretoria Executiva, RH dos órgãos patrocinadores, áreas de atendimento e comunicação do fundo de pensão.	Aproveitar o momento oportuno gerado por eventos significativos para o servidor para sensibilizá-lo sobre a importância da indicação dos dependentes.
Alertar o participante sobre a possibilidade de indicação de dependente fora da família.	Distribuir material e ofertar palestras sobre a importância e as possibilidades da indicação de dependente.	CNPC, PREVIC, Diretoria Executiva, áreas de atendimento e comunicação do fundo de pensão.	Tornar a atividade de indicação dos dependentes atrativa para os diferentes perfis de participante.
Estabelecer escolha-padrão para os participantes que não indicarem os dependentes.	Alterar regulamento do plano estabelecendo escolha-padrão para os dependentes em caso de não indicação.	Diretoria Executiva, áreas de atendimento e seguridade do fundo de pensão.	Criar solução para facilitar a indicação dos dependentes que não fizeram a escolha de forma ativa.

Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 121 a 136).

Esses cuidados são especialmente importantes no campo da previdência complementar, onde decisões influenciadas por essas intervenções têm impactos significativos e duradouros na vida dos participantes. Por isso, toda ação comportamental deve ser planejada com ética, responsabilidade e respeito à autonomia das pessoas.

Etapa 5 – Escalabilidade para mudanças

A etapa da “Mudança” (*Change*) é caracterizada pelo planejamento de atividades e meios para manter e aumentar a escala de aplicação das intervenções desenvolvidas na etapa anterior que tiveram resultados positivos nas políticas públicas da previdência complementar.

Nessa etapa, será revisitado o contexto de casos concretos envolvendo questões comportamentais relacionadas aos pontos de alavancagem das políticas públicas da previdência complementar dos entes federativos no Brasil, conforme sugestões apresentadas em OCDE (2019, p. 137 a 144).

O objetivo dessa análise é utilizar as ciências comportamentais como lente analítica, com base na ferramenta ABCD, para averiguar quais os principais aspectos e estratégias comportamentais envolvidos nos casos concretos apresentados, identificando se houve aplicação de *insights* comportamentais de forma consciente e intencional.

❖ Adesão:

Caso: Gatilho de adesão automática para remunerações que ultrapassem o teto do RGPS.

Dois exemplos clássicos de sucesso de aplicação das ciências comportamentais em previdência, amplamente conhecidos e analisados na literatura sobre o tema, são a adesão automática dos participantes ao plano de benefícios e a disponibilização de mecanismos de gatilho para alocação automática de parte de aumentos salariais futuros como contribuição para a poupança previdenciária, sendo o mais famoso desses mecanismos o caso do Save More Tomorrow (SMarT®), apresentado em Thaler; Benartzi, (2004).

Na previdência complementar dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, um interessante caso de aplicação prática das ciências comportamentais em previdência misturou esses dois exemplos clássicos de sucesso para criar um inovador mecanismo de gatilho para adesão automática dos servidores públicos desse ente federativo.

Uma característica importante do RPC dos entes federativos no Brasil é que apenas os servidores com salário acima do teto estabelecido para o RGPS têm a prerrogativa de receber o patrocínio do empregador. Dessa forma, apenas esses indivíduos são alcançados pela adesão automática, permanecendo os servidores com salário inferior ao teto do RGPS como não participantes do fundo de pensão de seu ente federativo.

Acontece que muitos desses participantes que ingressam nos entes federativos com salários abaixo do teto do RGPS, devido às progressões salariais previstas em seu plano de carreira, acabam por ultrapassar esse limite ao longo do tempo, adquirindo assim a prerrogativa de ser participante patrocinado dos planos de benefícios da previdência complementar dos entes federativos.

Devido à inércia e procrastinação na tomada de decisão ou pela falta de atenção desses indivíduos no acompanhamento da evolução relativa de seu salário e do teto do RGPS ao longo do tempo, muitos desses servidores não faziam sua adesão ao fundo de pensão, mesmo sabendo dos benefícios e da importância disso para sua cobertura previdenciária.

Antecipando essa situação e com o objetivo de aumentar a proteção previdenciária dos seus servidores públicos de cargo efetivo, o governo do Estado do Rio de Janeiro incluiu em sua legislação a previsão de que esses servidores serão automaticamente inscritos como participantes do fundo de pensão quando sua remuneração ultrapassar o teto do RGPS. (Lei Estadual do Estado do Rio de Janeiro nº 6.243/2012 – Art. 1º, §11, inciso II.)

Dessa forma, talvez de forma inconsciente e não intencionada, o governo do Estado do Rio de Janeiro utilizou *insights* comportamentais para resolver um problema concreto de política pública relacionada ao regime de previdência complementar dos seus servidores, impactando positivamente milhares de indivíduos com o aumento da sua proteção previdenciária.

- **Ente federativo envolvido:** Estado do Rio de Janeiro.
- **Aspecto comportamental:** Determinação.
- **Insight comportamental:** Escolha-padrão e Implementação de intenções.
- **Intencionada:** Não.

❖ Migração:

Caso: Migração reversa dos servidores públicos da segurança civil.

Após o início do funcionamento dos primeiros RPC dos entes federativos no Brasil, diversos agentes da segurança pública civil dos entes federativos do Brasil recorreram ao Poder Judiciário do país reivindicando um entendimento diferente sobre a data de entrada dos seus servidores no regime de previdência complementar.

Diferentemente do entendimento adotado pelos entes federativos, que incluiu os servidores públicos da segurança civil que ingressaram no ente federativo após a data de implementação do regime de previdência complementar no respectivo ente, esses agentes entendem que eles teriam um direito adquirido de permanecer no regime antigo de previdência social, com cobertura integral pelo RPPS do ente federativo e outras prerrogativas como a paridade e a integralidade dos seus benefícios previdenciários.

Independente do mérito ou não dessa reivindicação dos agentes da segurança pública civil, essa questão pode se tornar uma boa oportunidade de aplicação de *insight* comportamental na previdência complementar dos entes federativos no Brasil.

Uma possibilidade concreta de aplicação das ciências comportamentais nessa política pública seria o estabelecimento da escolha-padrão como a permanência no regime de previdência complementar, permitindo aos servidores que quiserem sair exercer essa opção dentro do prazo estabelecido na legislação.

Assim, seria possível direcionar os servidores públicos dos entes federativos para um arranjo previdenciário mais moderno e sustentável, sem impedir aqueles que eventualmente preferirem permanecer no regime antigo de tomar essa decisão.

- **Ente federativo envolvido:** União, estados e DF.
- **Aspecto comportamental:** Atenção.
- ***Insight* comportamental:** Escolha-padrão.
- **Intencionada:** N/A.

❖ **Contribuição:**

Caso: Inclusão automática do cargo em comissão na base de cálculo da contribuição.

No regime de previdência complementar do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de aumentar a proteção previdenciária complementar dos servidores do Estado, foi permitida a inclusão facultativa na base de cálculo da contribuição do valor da remuneração recebida a título de cargo em comissão para os participantes que ativamente optarem por essa decisão.

Para tanto, contou com importante apoio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que elaborou um parecer favorável a essa inclusão facultativa, trazendo segurança jurídica para os participantes e para o fundo de pensão desse ente federativo, permitindo assim que essa contribuição recebesse a contraparte patrocinada pelos órgãos públicos participantes do fundo de pensão.

Uma possível aplicação de *insights* comportamentais nessa política pública seria o estabelecimento da contribuição sobre os valores recebidos por cargo em comissão como

escolha-padrão, permitindo aos participantes que não quiserem optar por esse incremento de contribuição retirar esses recursos da base de cálculo contributiva.

- **Ente federativo envolvido:** Estado do Rio de Janeiro.
- **Aspecto comportamental:** Determinação e Atenção.
- ***Insight comportamental:*** Escolha-padrão.
- **Intencionada:** N/A.

❖ Seguro:

Caso: Seguro de morte e invalidez nos planos de benefícios da RJPREV.

A RJPREV, fundo de pensão responsável pela gestão do regime de previdência complementar do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de lidar com os vieses de inércia e de excesso de confiança dos participantes do plano de benefícios dos servidores estaduais, estabeleceu como obrigatória no regulamento desse plano a contratação de seguro para o caso de morte ou invalidez permanente, utilizando a abordagem de política pública comportamental conhecida como *pushing*.

Apesar da efetividade dessa política, que garantiu a todos participantes desse plano de benefício cobertura contra eventos de morte e invalidez, essa medida diminuiu bastante a discricionariedade dos servidores públicos estaduais em relação à decisão de contratar ou não seguro contra eventos de risco.

De forma diferente, a RJPREV estabeleceu a contratação facultativa dos seguros de morte e invalidez para os servidores públicos dos municípios fluminenses que fizeram adesão ao fundo de pensão após a reforma previdenciária de 2019. Assim, os participantes desse plano de benefícios podem decidir se contratam ou não seguro e qual o tipo de cobertura desejado: apenas morte, apenas invalidez ou ambos.

Embora essa medida tenha proporcionado maior liberdade de escolha aos servidores dos municípios em relação à contratação do seguro, ela diminuiu sensivelmente a cobertura desses participantes para a ocorrência de eventos adversos como morte e invalidez.

- **Ente federativo envolvido:** Estado e municípios do Rio de Janeiro.
- **Aspecto comportamental:** Crença.
- ***Insight comportamental:*** *Pushing*.

- **Intencionada:** Sim.

❖ **Longevidade:**

Caso: Longevidade na previdência complementar do Brasil.

Um dos grandes desafios dos fundos de pensão relacionados à questão da longevidade é o fato dos participantes terem dificuldade de tomar decisões sobre um acontecimento que é incerto e cuja ocorrência se dará apenas num futuro distante.

Muitos planos de previdência complementar na modalidade contribuição definida (CD) do Brasil não estão bem desenhados para lidar com os eventuais casos de longevidade, por não considerar em seu regulamento dispositivos de proteção para os casos em que o segurado viver por mais tempo do que o estabelecido na tábua de mortalidade utilizada.

Outra dificuldade enfrentada pelos gestores de fundo de pensão em relação à implementação de soluções para a questão da longevidade é a ausência de oferta de seguro para caso de longevidade no Brasil. Atualmente, nenhuma seguradora atuante no país possui um produto específico voltado para a questão da longevidade na previdência, o que desincentiva os participantes a poupar recursos para essa finalidade devido à falta de prova social de sucesso desse tipo de seguro.

Uma das possíveis soluções para proteger os participantes em caso de longevidade é permitir aos participantes continuar contribuindo para o fundo de pensão mesmo depois que esse participante estiver recebendo seu benefício de aposentadoria com o objetivo de aumentar suas reservas.

Preocupada com a proteção dos participantes dos fundos de pensão em caso de longevidade, a PREVIC estabeleceu em 2023 a obrigatoriedade de criação do chamado Fundo Previdencial de Proteção da Longevidade, que é fundo de contingência para os participantes e assistidos que optarem pela permanência em plano de benefícios objeto de retirada de patrocínio ou de rescisão de convênio de adesão (RESOLUÇÃO CNPC/MPS Nº 59, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023)³¹.

- **Ente federativo envolvido:** União, estados, DF e municípios.

³¹ <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-nacional-de-previdencia-complementar/ementario-de-normas-do-conselho/resolucoes-cnpc/resolucao-no-59-de-13-de-dezembro-de-2023.pdf>

- **Aspecto comportamental:** Crença.
- ***Insight* comportamental:** Prova social.
- **Intencionada:** Não.

❖ **Institutos:**

Caso: Flexibilização do acesso aos institutos da previdência complementar.

Em 2022, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), órgão responsável pela regulação da previdência complementar no Brasil, promoveu uma importante revisão normativa sobre os institutos previdenciários. A medida, formalizada pela Resolução CNPC nº 50/2022, trouxe mudanças significativas nas regras aplicáveis ao benefício proporcional diferido, à portabilidade, ao resgate e ao autopatrocínio. O objetivo central foi reduzir assimetrias regulatórias e ampliar alternativas para situações enfrentadas pelos participantes, sobretudo em contextos emergenciais ou excepcionais que antes limitavam severamente suas opções.

Antes dessa revisão, não era permitido aos participantes dos fundos de pensão realizar qualquer resgate parcial de valores acumulados sem que houvesse a cessação do vínculo empregatício. Essa rigidez normativa restringia a flexibilidade do sistema e levava muitos a optar pela saída definitiva do fundo em momentos de necessidade financeira. A partir da nova regulamentação, tornou-se possível realizar resgates parciais de contribuições facultativas e, em condições específicas previstas no regulamento de cada plano, também resgatar periodicamente parcelas limitadas das contribuições normais vertidas pelo próprio participante.

Outra inovação foi a possibilidade de optar pelo benefício proporcional diferido sem a exigência imediata da quebra do vínculo empregatício ou associativo, requisito que passa a ser aplicado apenas no momento da concessão do benefício. Além disso, a resolução autorizou que os participantes combinem de forma simultânea diferentes institutos, como resgate, portabilidade, benefício proporcional diferido e autopatrocínio, ampliando o leque de estratégias de gestão da poupança previdenciária. Também foi criada a possibilidade de realizar portabilidade entre planos de benefícios de um mesmo fundo de pensão, flexibilizando ainda mais a movimentação de recursos.

Essas mudanças representam um avanço importante no desenho regulatório da previdência complementar brasileira. Ao permitir maior flexibilidade no uso dos institutos, a

Resolução CNPC nº 50/2022 atendeu demandas históricas de participantes e fundos de pensão, ao mesmo tempo em que buscou equilibrar proteção previdenciária de longo prazo com a necessidade de liquidez em situações específicas. Em última análise, a medida fortalece a atratividade da previdência complementar, reduz a chance de desligamentos definitivos e contribui para tornar o sistema mais adaptado às necessidades reais dos trabalhadores.

- **Ente federativo envolvido:** União, estados, DF e municípios.
- **Aspecto comportamental:** Escolha.
- ***Insight* comportamental:** Tornar atrativo.
- **Intencionada:** Sim.

❖ **Investimento:**

Caso: Perfis de investimento com *insights* comportamentais.

A disponibilização de perfis de investimento com diferentes níveis de risco e retorno aos participantes de seu regime de previdência complementar possibilitou à Funpresp-EXE, fundo de pensão que administra os recursos dos servidores públicos do Poder Executivo e do Poder Legislativo do governo federal do Brasil, aplicar diversos *insights* comportamentais nessa atividade.

O desenho da política pública que implementou os perfis de investimento para os participantes dos planos de benefício da Funpresp-EXE contou com a participação de uma empresa de consultoria especializada em economia comportamental, que pesquisou os fatores determinantes nas tomadas de decisões financeiras dos participantes de fundo de pensão, utilizando de forma consciente, intencional e explícita um arcabouço teórico baseado nas ciências comportamentais no processo de implementação dessa política pública.³²

Essa experiência de ciência comportamental aplicada teve como pano de fundo o modelo do ciclo de vida para a definição dos níveis de risco e retorno de cada perfil, utilizando o *insight* comportamental da escolha-padrão para a alocação inicial dos indivíduos nos perfis criados, nos quais os participantes foram inicialmente alocados conforme sua faixa etária, podendo escolher outro perfil de investimento caso preferisse.

³² <https://www.funpresp.com.br/investimentos/noticias-perfis-de-investimentos/participante-escolha-seu-perfil-de-investimentos-a-partir-de-1o-de-janeiro-de-2020> - Acessado em 04/08/2025.

O *insight* comportamental do momento oportuno (timing) também foi utilizado nessa experiência, com estabelecimento da data de aniversário de cada participante como o momento permitido para alteração do perfil de investimento, com o objetivo de aproveitar a reflexão que os indivíduos costumam fazer nesses períodos em que um novo ciclo se inicia para que eles reflitam também sobre a adequação de seu atual perfil de investimento.

O estabelecimento de uma data única por ano para o participante alterar a escolha de seu perfil de investimento também evita que o participante sofra com o viés cognitivo conhecido como efeito manada, isso é, evita que o participante ceda à tentação de alterar seu perfil de investimento em um momento de impulso simplesmente porque outras pessoas estão alterando seu perfil.

A opção da FUNPRES-EXE pela nomenclatura dos perfis de investimento com números ao invés de termos relacionados com a relação de risco e retorno desses perfis (conservador, moderado, agressivo etc.) e a disponibilização de quatro perfis de investimento em detrimento à tradicional opção de oferecer três perfis com diferentes níveis de risco e retorno também encontram fundamentos em *insights* comportamentais.

A escolha de números para os perfis se preocupa com a semântica e com os vieses cognitivos que termos como “conservador”, “moderado” e “agressivo” podem trazer aos participantes do fundo de pensão. A disponibilização dos perfis de investimento ofertados em um arranjo com quatro opções de escolha ao invés de três mitiga a ocorrência do efeito da escolha intermediária (*compromise effect*), que induz os participantes a preferir uma opção intermediária entre duas alternativas extremas, mesmo que essa opção não seja a escolha mais adequada de acordo com suas características.

- **Ente federativo envolvido:** União.
- **Aspecto comportamental:** Escolha, determinação e atenção.
- ***Insight* comportamental:** Arranjo das escolhas, escolha-padrão e momento oportuno.
- **Intencionada:** Sim.

❖ **Benefício:**

Caso: Flexibilização do acesso aos recursos acumulados na previdência complementar.

Um dos principais motivos responsáveis pelo fato dos participantes dos planos de benefício da previdência complementar dos entes federativos no Brasil, mesmo sabendo da

importância de aumentar sua poupança previdenciária, não aderirem a um fundo de pensão ou fazerem aportes adicionais de recursos nos fundos de pensão é a previsão de usufruírem do benefício derivado desses esforços feitos no presente apenas em um futuro distante.

A possibilidade dos participantes dos fundos de pensão efetuarem resgates parciais constitui um dilema para os formuladores de políticas públicas de previdência complementar no Brasil e no mundo. Um dos grandes desafios dessas políticas públicas é conciliar os interesses imediatos dos participantes com suas necessidades futuras.

Apesar de um certo grau de flexibilização ser benéfico, por permitir o acesso a recursos em situações emergenciais e tornar os planos de previdência complementar mais atrativos, incentivando a adesão de novos participantes, é necessário zelar para que os saldos das contas individuais não sejam excessivamente consumidos antes da aposentadoria, de modo a não comprometer a geração de renda no período de inatividade.

Nesse contexto de falta de liquidez dos recursos alocados na previdência complementar, que somente são acessados pelos participantes na aposentadoria, muitos participantes acabam não aderindo ao fundo de pensão ou reduzindo suas contribuições para a previdência complementar para direcionar esses recursos para opções com maior liquidez disponíveis no mercado.

Tendo isso em vista, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) publicou em 2022 uma resolução³³ com o objetivo de flexibilizar as regras de acesso aos recursos poupados na previdência complementar, possibilitando o resgate de parte desses recursos durante o período de acumulação, além de outras medidas para tornar a previdência complementar mais atrativa e competitiva em relação a outros produtos alternativos.

A possibilidade de acesso a uma parcela dos recursos acumulados na previdência complementar durante o período de acumulação permite aos fundos de pensão potencializar a adesão de participantes e a arrecadação de contribuições, especialmente daqueles indivíduos com maior necessidade de liquidez no presente.

Adicionalmente, essa política de flexibilização do acesso aos recursos acumulados na previdência complementar possibilita que os fundos de pensão aumentem também a adesão e a captação de recursos daqueles participantes que desejam maximizar o benefício fiscal de

³³ Resolução CNPC nº 50, de 16 de fevereiro de 2022.

suas contribuições previdenciárias, que podem ser utilizadas para reduzir parte da renda tributável do indivíduo e ser acessada com tributação reduzida de imposto de renda no futuro.

Apesar dessa medida tornar a previdência complementar mais atraente e flexível, ela também exige uma maior responsabilidade dos participantes em relação à gestão de seus recursos financeiros, além de impactar a gestão dos investimentos dos fundos de pensão pelo aumento da necessidade de liquidez e afetar o nível do benefício esperado pelo participante no futuro.

- **Ente federativo envolvido:** União, Estados, DF e municípios
- **Aspecto comportamental:** Escolha.
- ***Insight* comportamental:** Tornar atrativo.
- **Intencionada:** Sim.

❖ **Tributação:**

Caso: Alteração do momento de escolha do regime tributário.

Antes de 2024, a opção pelo regime de tributação progressivo ou regressivo relacionado à previdência complementar no Brasil precisava ser feita no momento da adesão ao plano de previdência complementar, geralmente um momento em que os participantes dos fundos de pensão ainda não têm clareza sobre por quanto tempo permanecerá como servidor desse ente federativo, qual será sua renda no futuro e seu tempo total de contribuição.

Com a promulgação da Lei nº 14.803 em janeiro de 2024, que alterou a forma de opção do regime tributário permitindo que os participantes e assistidos de plano de previdência complementar, optem pelo regime de tributação no momento da obtenção do benefício ou do primeiro resgate dos valores acumulados na previdência complementar, quando já possuem informações mais concretas sobre sua situação financeira e previdenciária.

Assim, essa medida diminui os erros de previsão dos participantes e o risco de arrependimento pela escolha do regime tributário, que é uma decisão irretratável, isto é, uma vez escolhida não pode ser alterada. O participante agora pode avaliar as duas opções com base em dados concretos no momento da aposentadoria ou resgate, aumentando o senso de autonomia e de tomada de decisão mais informada.

A aplicação do *insight* comportamental do momento oportuno como estratégia para otimizar a decisão sobre o regime tributário reduziu também o efeito de miopia temporal, no qual os indivíduos tendem a dar mais peso ao presente do que ao futuro e tomam decisões precipitadas no momento da adesão ao fundo de pensão.

Adicionalmente, a possibilidade de escolher o regime tributário no momento da obtenção do benefício ou do primeiro resgate diminuiu o desconforto causado nos participantes pela aversão à ambiguidade, bem como a ocorrência de escolhas mal-informadas causadas pela necessidade de tomar decisões sem possuir todas as informações relevantes no momento da escolha.

Para os participantes que não tinham exercido a opção pelo regime tributário até a publicação da referida lei, permitiu-se que a opção seja feita pelos seus assistidos, beneficiários ou representantes legais, quando atendidos os requisitos necessários para a obtenção do benefício ou do resgate.

Por fim, os participantes que fizeram a opção pelo regime de tributação antes da publicação dessa lei poderão exercer novamente a opção pelo regime de tributação até o momento da obtenção do benefício ou da requisição do primeiro resgate.

- **Ente federativo envolvido:** União, Estados, DF e Municípios.
- **Aspecto comportamental:** Atenção.
- ***Insight* comportamental:** Momento oportuno.
- **Intencionada:** Sim.

❖ Dependentes:

Caso: Segurança jurídica na indicação dos dependentes da previdência complementar.

Alguns regimes de previdência complementar de entes federativos, como o Estado do Rio de Janeiro [outros? Pesquisar], para evitar questões de insegurança jurídica relação à definição dos dependentes dos participantes, não permite que seus segurados escolham de forma ativa seu dependente e estabelecem que os dependentes dos benefícios de previdência complementar serão os mesmos dependentes legais indicados pelo RPPS do ente federativo.

Essa política, apesar de mitigar problemas jurídicos futuros em relação à definição dos dependentes, retira dos participantes dos fundos de pensão desses entes federativos a

liberdade de escolher algum dependente diferente do previsto na legislação de seus RPPS, reduzindo o grau de discricionariedade do seu plano de benefício e impactando o planejamento sucessório e familiar de diversas famílias.

Uma possível intervenção por meio de *insight* comportamental nessa questão é a definição do dependente legal indicado pelo RPPS como escolha-padrão, permitindo a escolha alternativa de outros dependentes fora do rol legal estabelecido pelo RPPS do ente federativo.

Essa intervenção possibilita a manutenção da segurança jurídica em relação à escolha dos dependentes, dado que muitos participantes permaneceriam na escolha-padrão definida pelos indicados na legislação do RPPS, mas permitiria aos participantes que por algum motivo desejem alterar a indicação de dependentes essa discricionariedade.

- **Ente federativo envolvido:** Rio de Janeiro.
- **Aspecto comportamental:** Determinação.
- ***Insight* comportamental:** Escolha-padrão.
- **Intencionada:** Sim.

4. EXPERIMENTO

4.1. TÍTULO E RESUMO

O objetivo principal do experimento proposto foi a verificação de como a utilização de *insights* comportamentais no formulário de análise do perfil do investidor impacta a decisão sobre a escolha do perfil de investimento dos respondentes e a mensuração desse impacto.

Adicionalmente, buscou-se também verificar e mensurar como as características observáveis dos participantes capturadas nas respostas dos formulários influenciam na escolha de seu perfil de investimento.

O título apresentado no formulário utilizado pelo experimento que foi submetido aos respondentes foi “Formulário de Análise de Perfil do Investidor (API) para implementação de perfis de investimento em fundo de pensão”.

4.2. INTRODUÇÃO

4.2.1. Proposta do Experimento e Objetivos

Essa seção explora estratégias experimentais para analisar a aplicação das ciências comportamentais em um problema concreto enfrentado pelo regime de previdência complementar dos entes federativos no Brasil.

O objetivo é aumentar o entendimento sobre questões práticas relacionadas às tomadas de decisão dos participantes e gestores dos planos de benefícios de previdência complementar. Dessa forma, essa seção visa imergir na realidade vivenciada pelos indivíduos nas escolhas relacionadas à previdência complementar, mapeando suas dificuldades, expectativas e necessidades reais no processo de tomada de decisão.

Com isso, pretende-se produzir conhecimento a partir dessa experiência imersiva, gerando *insights* sobre o problema concreto estudado e uma maior compreensão dos motivos relacionados aos comportamentos adotados pelos participantes dos planos de benefícios, além de identificar oportunidades de ação quanto ao desenho ou aprimoramento das políticas públicas e atividades analisadas.

4.2.2. 1ª Jornada de Investigação de Problemas Comportamentais em Políticas Públicas

Esse experimento é derivado da participação da equipe da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro (RJPREV) na 1ª Jornada de Investigação de

Problemas Comportamentais em Políticas Públicas³⁴, lançada pela CINCO/MGI em março de 2024 e que contou com a participação de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e estadual.

Na primeira etapa da Jornada, as equipes selecionadas para participação analisaram os desafios das políticas públicas que administram e avaliaram como abordagens comportamentais poderiam ajudar a resolvê-los. Dez equipes participaram de três encontros virtuais e de um evento de encerramento.

A partir de agosto de 2024, a equipe da RJPREV evoluiu para a fase seguinte da Jornada, aprofundando a análise dos fatores que influenciam o comportamento-alvo e propondo estratégias de solução.

Ao final da Jornada, foram identificados diversos *insights* sobre a implementação de perfis de investimento em fundos de pensão e desenvolvido protótipos de intervenção, com o objetivo de futuramente serem aplicados em maior escala nas políticas públicas da previdência complementar.

4.2.3. Problema Selecionado: Investimentos

A escolha do perfil de investimento pelos participantes dos planos de benefícios de previdência complementar dos servidores públicos dos entes federativos no Brasil pode ser considerado um problema comportamental devido à possibilidade da ocorrência de um padrão de comportamento que faça com que esses participantes escolham um perfil de investimento não compatível com seu atual estágio de ciclo de vida.

O aprimoramento do desenho da implementação da oferta de perfis de investimento para os participantes dos planos de benefícios de previdência complementar engloba a avaliação de aspectos como a tolerância aos riscos dos participantes, as expectativas individuais, a experiência com investimentos financeiros, o valor do patrimônio alocado em outros investimentos e o horizonte de tempo até o recebimento do benefício contratado.

Os principais objetivos da implementação de perfis de investimento são a personalização da escolha da carteira de investimento desejada pelos participantes dos planos de benefícios de previdência complementar, que passam a participar ativamente da decisão

³⁴ Para maiores informações sobre a 1ª Jornada de Investigação de Problemas Comportamentais em Políticas Públicas, consultar o relatório desse projeto feito pela equipe da CINCO/MGI: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/inovacao-governamental-carreiras-transversais/inovacao-governamental/cinco/projetos/relatorio-1a-jornada.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

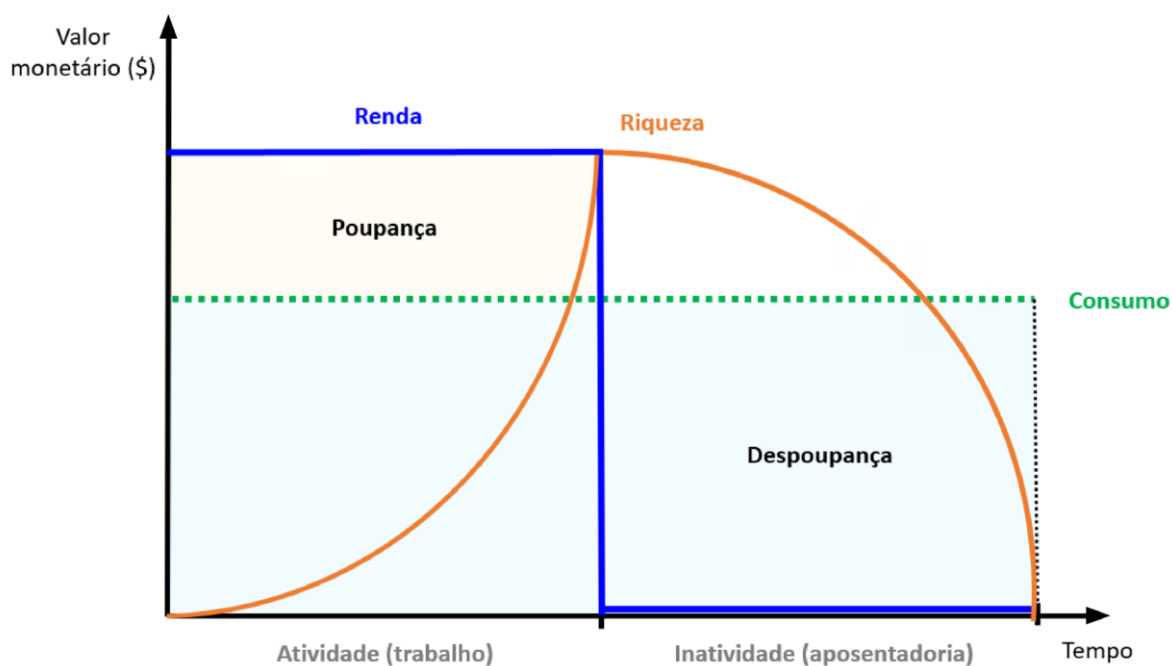
sobre a alocação dos seus recursos previdenciários acumulados com os gestores de seu fundo de pensão, e a diversificação dessas reservas individuais visando a obtenção de uma melhor relação entre risco e retorno, dadas as características individuais de cada participante.

4.2.4. Base Teórica: Teoria do Ciclo de Vida

Para embasar a elaboração dos perfis de investimento ofertados aos participantes dos planos de benefício de previdência complementar, a ideia é utilizar a teoria do ciclo de vida. A hipótese central dessa teoria é que os indivíduos e as famílias buscam manter seu padrão de consumo relativamente estável ao longo dos estágios de ciclo de vida.

O modelo do ciclo de vida é uma ferramenta tradicional para examinar as decisões de poupança e consumo ao longo das fases de vida de um indivíduo, em um processo decisório denominado de escolha de consumo intertemporal. Esse instrumental analítico foi desenvolvido a partir dos estudos dos economistas Roy Harrod (1900-1978), Franco Modigliani (1918-2003) e Richard Brumberg, com extensões feitas por Albert Ando (1929-2002) e Robert Merton (1944-), enfatizando que o horizonte de planejamento dos consumidores é seu tempo de vida, tendo diversas aplicações, como é o caso da análise das decisões previdenciárias (Sidone; Afonso, 2025, p. 85–86).

Gráfico 6 – Estrutura simplificada do modelo do ciclo de vida



Fonte: Sidone; Afonso (2025, p. 88).

Dessa forma, conforme gráfico acima, as variáveis renda, consumo, riqueza acumulada e poupança estão representadas no eixo vertical, enquanto o eixo horizontal representa a

evolução do tempo e da idade, que passa pela aposentadoria do indivíduo até chegar ao fim da sua vida. Durante a fase inicial do ciclo de vida, a renda dos agentes se divide entre consumo e poupança, sendo a razão entre riqueza e renda relativamente baixa nesse período.

Devido à formação de poupança durante o período de atividade, a razão entre riqueza e renda se eleva ao longo do ciclo de vida, até atingir o ápice no momento da aposentadoria. Após a aposentadoria, começa a etapa de despoupança, caracterizada pelo consumo da poupança acumulada durante a fase laboral e consequente diminuição da riqueza do indivíduo.

Esse modelo possibilita que os participantes dos planos de benefícios de previdência complementar escolham o perfil de investimento mais aderente ao seu estágio atual de ciclo de vida, levando em consideração na análise aspectos demográficos e econômicos dos participantes, como idade, tempo de contribuição, patrimônio acumulado e seu grau de tolerância e propensão a risco.

A ideia, portanto, é adaptar esse modelo ao contexto da previdência complementar dos servidores públicos dos entes federativos subnacionais, que funcionaria como um mecanismo de transferência de renda acumulada no presente, por meio das reservas individuais dos participantes dos planos e benefícios, para o futuro.

Assim, a previdência complementar seria um dos instrumentos que possibilitaria aos indivíduos manter seu padrão de consumo relativamente estável ao longo de todo ciclo de vida, fazendo os recursos dos indivíduos e famílias transitar entre o período de renda mais elevada para o período de renda reduzida, por meio dos benefícios de aposentadoria e pensão (Sidone; Afonso, 2025, p. 93).

Devido a sua abrangência em relação a diversas variáveis cruciais para as ciências econômicas, como renda, poupança, consumo e riqueza, a teoria do ciclo de vida sofreu diversas críticas e contestações empíricas desde seu surgimento nos anos 1950.

Apesar desse modelo continuar sendo uma importante ferramenta de análise intertemporal, seja no âmbito do indivíduo e sua família ou no âmbito macroeconômico, a teoria do ciclo de vida foi alvo de críticas relacionadas a questões como a hipótese de estrita racionalidade das escolhas pelos indivíduos, a não consideração de aspectos relacionados à incerteza no consumo e na poupança, as demais motivações para formação de poupança ao longo da vida e o papel da herança nessas variáveis, que não foi considerada pelo modelo.

Nesse contexto, essa seção pretende utilizar a teoria do ciclo de vida como pano de fundo, abordando as críticas e contestações desse modelo por meio da lente das ciências comportamentais, objetivando assim a geração de um conhecimento aplicado, crítico e que considere diversas dimensões em sua análise.

4.2.5. Contexto

Os fundos de pensão dos entes federativos, por serem responsáveis pela gestão e administração de elevados valores de recursos financeiros de fundamental importância para o futuro de milhões de pessoas, são entidades que precisam observar diversas regulamentações de órgãos reguladores e sofrem fiscalização de diversas instituições em nível nacional e internacional.

Conforme informações do Banco Central do Brasil (BCB)³⁵, como membro do Comitê da Basileia desde 2009, o Brasil tem cumprido o compromisso de aplicar as recomendações desse comitê no Sistema Financeiro Nacional (SFN) por meio de normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BCB.

Dentre as recomendações propostas pelo Comitê da Basileia, um dos pilares que o BCB busca assegurar nesse processo de convergência da regulação financeira brasileira para as recomendações desse comitê está o conceito de *know your customer* (KYC), ou “conheça seu cliente” em tradução livre, que estabelece procedimentos comuns para as instituições financeiras de todo mundo e facilitam o compartilhamento de informações entre os diferentes países.

Segundo a recomendação do Comitê da Basileia, as instituições devem estabelecer um conjunto de regras e procedimentos visando identificar e conhecer a origem e constituição do patrimônio e dos recursos financeiros de seus clientes, com o objetivo de proteger a reputação e a integridade das instituições e do sistema financeiro, reduzindo a possibilidade de esse sistema se tornar veículo ou vítima de crimes financeiros.

Para tanto, as instituições devem coletar diversas informações sobre seus clientes, facilitando assim a indicação de produtos de investimento ou crédito mais adequados para o perfil de cada um deles. A partir dessas informações, pode-se analisar melhor situações cotidianas e prevenir a ocorrência de ilícitos.

³⁵ <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/recomendacoesbasileia> Acesso em 31 ago. 2025.

Adicionalmente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia responsável por fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil, estabeleceu na Resolução CVM nº 30/2021 o dever de verificação por parte das instituições financeiras da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente, conhecida como análise de perfil do investidor (API) ou *suitability*.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a API ou *suitability* é uma metodologia que tem por objetivo a identificação do perfil dos investidores e a verificação da adequação de seus investimentos em relação a seus objetivos, situação financeira e conhecimento sobre os produtos de investimento.³⁶

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), órgão responsável pela fiscalização dos fundos de pensão (EFPC) dos entes federativos e das suas operações, estabelece que as entidades que oferecerem perfil de investimento em seus planos de benefícios devem, dentre outras obrigações, verificar se o perfil de investimento é adequado ao perfil do participante ou assistido (Resolução PREVIC nº 23/2023, art. 213, inciso III).

A PREVIC também estabelece que, caso o fundo de pensão identifique que o perfil de investimento escolhido pelo participante ou assistido não é adequado ao seu perfil, ela deve alertá-lo, para que o participante, a seu critério, confirme a alteração de seu perfil de investimento.

Além disso, o fundo de pensão deve também diligenciar para atualizar as informações relativas ao perfil de investimento dos seus participantes e assistidos em intervalos não superiores a trinta e seis meses, a contar da data de realização da opção pelo perfil de investimento ou da sua implementação por parte da EFPC (Resolução PREVIC nº 23/2023, art. 214, §1º e art. 215).

Dessa forma, a ideia dessa seção é testar como *insights* comportamentais podem aprimorar a implementação de perfis de investimento em fundos de pensão, buscando assim uma maior efetividade desses procedimentos e a geração de conhecimento aprofundado sobre o comportamento dos participantes de planos de benefícios de previdência complementar em relação às suas decisões sobre investimentos.

³⁶ Diretriz ANBIMA de *suitability*:

<https://www.anbima.com.br/data/files/23/33/A2/80/F71D3610214DEA36A9A80AC2/Diretriz-de-Suitability-20180622.pdf> Acesso em: 03 mai. 2024.

4.3. DESENHO DO EXPERIMENTO

4.3.1. Base de Dados, Seleção da Amostra e Randomização das Intervenções Comportamentais

Conforme citado anteriormente, a ideia desse experimento nasceu da participação do pesquisador na 1ª Jornada de Investigação de Problemas Comportamentais em Políticas Públicas³⁷, promovida pela CINCO/MGI e que utilizou ferramentas como mapas comportamentais, painéis colaborativos e a ferramenta SIMPLES MENTE para elaborar diversos *insights*, estratégias, protótipos e testes de intervenção utilizados nessa seção, com a utilização da metodologia CINCO.

O desenho utilizado no experimento foi o de pós-teste em grupos paralelos (*parallel group design*), no qual os participantes foram separados em quatro grupos, sendo que três desses grupos foram submetidos a intervenção por meio de *insight* comportamental e um grupo ficou como controle.

No experimento de grupos paralelos com pós-teste os participantes são distribuídos aleatoriamente em um ou mais grupos experimentais, que recebem uma intervenção, e em um grupo de controle, que não recebe nenhuma intervenção. Após a aplicação das intervenções, aplica-se um pós-teste nos grupos para medir e comparar o efeito das intervenções, analisando as diferenças na variável dependente entre os grupos (OCDE, 2019, p. 124).

A etapa de criação de protótipo e teste de intervenções proposta na Jornada culminou na coleta de diversas informações relacionadas aos indivíduos que responderam os formulários de análise de perfil de investimento.

Com base nessas informações coletadas, foi construída uma base de dados com o objetivo de analisar o impacto dos *insights* comportamentais aplicados e das características pessoais dos indivíduos na escolha do perfil de investimento de um fundo de pensão.

³⁷ Para maiores informações sobre as atividades desenvolvidas e resultados obtidos pela equipe da RJPREV na 1ª Jornada de Investigação de Problemas Comportamentais em Políticas Públicas, consultar relatório da CINCO/MGI: https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/inovacao-governamental-carreiras-transversais/inovacao-governamental/cinco/projetos/jornada_rjprev_relatorio_atual.pdf Acesso em: 31 ago. 2025.

4.3.2. Formulário, Coleta de Dados e Intervenções

Os formulários de Análise de Perfil de Investimento (API) e escolha de perfil de investimento foram estruturados por aplicativo de gerenciamento de pesquisa específico (Google Forms) para pesquisa e coleta de informações pela internet³⁸. As solicitações de resposta aos formulários foram enviadas aos respondentes por e-mail e por aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas (WhatsApp).

As informações foram coletadas entre os meses de outubro e novembro de 2024 e os resultados dos formulários foram transmitidos automaticamente para planilhas eletrônicas, onde os dados obtidos foram consolidados, tabulados, organizados, higienizados e analisados quanto sua integridade. Todas as informações foram coletadas anonimamente e os respondentes dos formulários foram distribuídos de forma aleatória em quatro diferentes grupos, conforme apresentado abaixo:

- **Grupo 1:** foi o grupo de controle e não recebeu nenhuma intervenção, isto é, nenhum *insight* comportamental foi aplicado ao formulário dos respondentes desse grupo.
- **Grupo 2:** recebeu a intervenção comportamental da escolha-padrão, que apresentou a opção de perfil de investimento automaticamente preenchida com o perfil de investimento indicado pelo modelo do ciclo de vida.
- **Grupo 3:** recebeu a intervenção comportamental conhecida como *saliência*, que destacou e deu relevância para as principais variáveis que o respondente precisaria articular para escolher seu perfil de investimento de acordo com o modelo do ciclo de vida.
- **Grupo 4:** recebeu a intervenção comportamental do mensageiro, caracterizada por uma comunicação em que a pessoa que comunica usa sua influência para direcionar os respondentes para a escolha do perfil de investimento indicada pelo modelo do ciclo de vida.

4.3.3. Seleção e Randomização da Amostra

A seleção da amostra contou com pessoas de diferentes idades, perfis, níveis de educação, áreas de atuação e regiões do Brasil, como servidores públicos, estudantes universitários e ex-alunos, aposentados e pensionistas e participantes de grupos, redes e ecossistemas formados por pessoas, organizações e outras entidades sociais que buscam desenvolver projetos, pesquisas e compartilhar informações sobre diversos temas.

³⁸ Os formulários utilizados no experimento estão apresentados no Apêndice B desse trabalho.

A randomização da amostra foi feita de acordo com o trimestre de nascimento dos respondentes, que foram alocados em cada um dos quatro grupos por meio do mecanismo de resposta condicional do aplicativo de gerenciamento de pesquisas, que direcionou os respondentes para a seção do formulário designada para cada uma das intervenções propostas de acordo com sua resposta em relação ao seu trimestre de nascimento.

4.3.4. Variável Dependente e Variáveis Independentes

A variável dependente do experimento foi definida como a resposta do participante no formulário em relação à escolha do seu perfil de investimento. Essa escolha foi comparada com o perfil de investimento recomendado pelo modelo do ciclo de vida, transformando essa resposta em uma variável categórica binária, que é igual 1 quando a escolha do perfil pelo respondente coincide com o perfil de investimento sugerido e 0 caso contrário.

O perfil de investimento recomendado pelo modelo de ciclo de vida utilizado no experimento baseou-se na idade do respondente, que foi enquadrada entre os perfis arrojado (até 40 anos), moderado (de 41 a 60 anos) e conservador (mais de 61 anos), conforme as faixas de idade estabelecidas para cada um desses perfis.

Dessa forma, como exemplo prático, se um respondente com 45 anos de idade escolher o perfil moderado sua resposta será 1. Caso ele escolha o perfil arrojado ou conservador, sua resposta será 0.

As variáveis independentes ou preditoras representam os fatores, condições ou características que se acredita influenciar a variável dependente definida acima, ou seja, a escolha do perfil de investimento.

Elas são formadas pelas intervenções por meio de *insights* comportamentais aplicadas no formulário e pelas características observáveis dos participantes obtidas com a coleta dos dados desses formulários.

Essas variáveis independentes foram divididas em dois grupos, as covariáveis e os fatores. As covariáveis são variáveis contínuas que influenciam a variável dependente, mas não fazem parte da intervenção experimental, como a idade do indivíduo.

Os fatores são as variáveis categóricas manipuladas que definiram as intervenções por meio de *insights* comportamentais (controle, escolha-padrão, saliência e mensageiro) nos diferentes grupos da amostra coletada e as variáveis categóricas que definem as diferentes

características dos indivíduos (idade, sexo, formação acadêmica, experiência com investimento e propensão a risco).

4.3.5. Poder de Análise

O tamanho de amostra necessário para comprovar um efeito depende, em última análise, da magnitude desse efeito e pode ser calculado por um método estatístico conhecido como análise de poder (OCDE, 2019, p. 130).

O poder de análise faz um cálculo reverso, partindo do tamanho do efeito para determinar o tamanho de amostra necessário para que esse efeito seja estatisticamente significativo, orientando pesquisadores e profissionais a definir o número de respondentes necessário para detectar um efeito de determinada magnitude com o grau de confiança exigido.

Considerando as hipóteses a serem testadas e a quantidade de variáveis dependente e independentes do modelo, foi calculado que a amostra ideal deveria ser composta por pelo menos 180 respostas. Essa amostra foi calculada pela CINCO (2025c) por meio do aplicativo G*Power, utilizando como referência um poder de 0,80, alfa de 0,05 e um tamanho de efeito baixo ($f^2 = 0,08$).

4.3.6. Modelagem

Os modelos de regressão que possuem variável dependente binária, como no caso analisado nessa seção, são conhecidos como modelos de resposta qualitativa ou modelos de escolha discreta.

Nessa modelagem, a variável de interesse depende de três aspectos: i) Características observáveis das intervenções comportamentais aplicadas; ii) Características observáveis dos indivíduos; e iii) Características não observáveis das intervenções aplicadas e dos indivíduos.

A modelagem desse processo assume que a probabilidade de ocorrência da escolha do perfil de investimento de acordo com o modelo do ciclo de vida está relacionada às variáveis explicativas. Dentre os principais modelos de escolha binária disponíveis para esse tipo de estimação, podemos destacar o modelo de probabilidade linear (MPL), o modelo Probit e o modelo de regressão logística ou Logit.

Enquanto o modelo de probabilidade linear assume uma distribuição uniforme do termo de erro da regressão, o modelo Probit assume uma distribuição normal-padrão e o modelo Logit uma distribuição logística. Apesar do MPL ser um modelo em que a estimação e

interpretação são mais simples em comparação com o Logit e Probit, existem alguns problemas relacionados à utilização desse modelo (Wooldridge, 2006, p. 517-558).

O MPL é um modelo cujo termo de erro não segue uma distribuição normal, possuindo heteroscedasticidade³⁹ por construção. Adicionalmente, esse modelo pode gerar valores preditos fora do intervalo $[0,1]$ quando valores extremos das variáveis explicativas são considerados, além de assumir que aumentos ou diminuições nas variáveis independentes geram sempre variações constantes na variável dependente (Wooldridge, 2006, p. 517-558).

Geralmente, o modelo Probit é utilizado quando o fenômeno modelado sugere uma distribuição normal subjacente dos erros ou da probabilidade de ocorrência do evento, como em estudos mais teóricos ou aqueles em que a escolha da normalidade dos erros é crucial. Já o modelo de regressão logística é preferido quando valores extremos, mais próximos de 0 e 1, são mais relevantes para a análise e em estudos práticos pela simplicidade de interpretação dos coeficientes em termos de razão de chance (*odds ratio*) (Gujarati; Porter, 2011, p. 568).

Nesse estudo, optou-se pela utilização do modelo de regressão logística devido ao interesse e praticidade em analisar as alterações na variável dependente em termos de proporção. A entrada das variáveis preditoras nos modelos analisados pela ferramenta JASP foi feita pelo método das entradas forçadas (*forced entry*), que faz com que todos os preditores entrem nos modelos na ordem apresentada e considerada por Goss-Sampson (2019, p. 66) como o método mais adequado.

4.3.7. Regressão Logística

A regressão logística permite modelar uma relação linear entre uma ou mais variáveis explicativas (preditores) e uma variável dependente categórica (resposta).

Possui como pressupostos, além da necessidade da variável dependente ser categórica e da covariável e dos fatores e intervenções experimentais serem independentes, a necessidade da variável dependente estar linearmente relacionada a todos os preditores, com efeitos aditivos dos preditores (Goss-Sampson, 2019, p. 73).

A equação abaixo apresenta a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes:

³⁹ Variância não constante do termo de erro da regressão.

Equação 1 - Modelo de regressão

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 Intervencao_i + \beta_2 Idade_i + \beta_3 Sexo_i + \beta_4 Formacao_i + \beta_5 Experiencia_i + \beta_6 Risco_i + \varepsilon_i$$

onde,

Y = resposta no formulário em relação à escolha do seu perfil de investimento (1 se igual ao perfil sugerido pelo modelo de ciclo de vida e 0 se diferente);

Intervencao = *insight* comportamental aplicado no formulário;

Idade = idade do respondente;

Sexo = sexo do respondente;

Formacao = grau de escolaridade do respondente;

Experiencia = nível de conhecimento do respondente em relação a investimentos;

Risco = propensão ao risco declarada pelo respondente.

As variáveis independentes apresentadas acima serão acrescentadas sucessivamente de forma incremental para verificar como cada grupo de variáveis contribui para explicar a variável dependente

4.3.8. Estrutura do Modelo de Regressão Logística Incremental

Serão estimados sete modelos (M₀ a M₆), cada um incluindo progressivamente as variáveis independentes apresentadas, conforme sequência abaixo.

M₀: intercepto apenas (modelo nulo), serve como referência;

M₁: inclui apenas as intervenções comportamentais (escolha-padrão, saliência e mensageiro);

M₂: acrescenta idade;

M₃: acrescenta sexo;

M₄: acrescenta formação acadêmica;

M₅: acrescenta experiência prévia em investimentos;

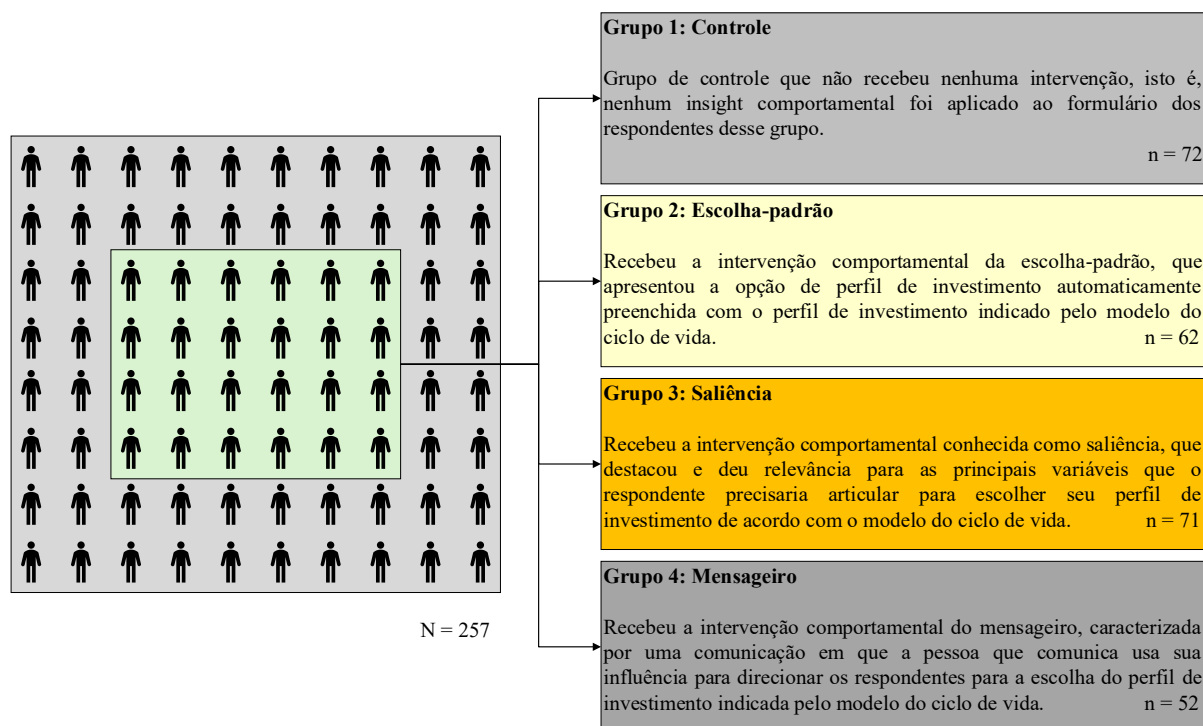
M₆: acrescenta propensão ao risco.

A ideia é que esse encadeamento permita isolar e mensurar o incremento explicativo de cada variável adicionada.

4.4. RESULTADOS

4.4.1. Diagrama de Fluxo dos Respondentes

Figura 30 - Diagrama de fluxo dos respondentes



Fonte: elaboração do autor.

4.4.2. Estatística Descritiva⁴⁰

A amostra coletada para o experimento contou com 257 respondentes, sendo 56% do sexo masculino e 44% do sexo feminino. Foram coletados dados de indivíduos de diferentes faixas etárias, contemplando desde pessoas que ainda estão no começo do seu ciclo de vida, com pouco mais de 20 anos de idade, até respondentes mais experientes, com mais de 80 anos e em uma fase mais avançada do ciclo. A idade média geral dos respondentes da amostra foi de 45 anos.

⁴⁰ Por consistência metodológica, optou-se por utilizar nessa subseção os gráficos de setores (pizza) do JASP, que possuem uma forma de apresentação das áreas e dos rótulos de valor percentual específica. Apesar dessa apresentação ser diferente de outros formatos mais convencionais, todas os valores relativos apresentados estão corretos e consistentes em relação aos resultados obtidos no experimento.

Tabela 2 - Idade dos respondentes do experimento por grupo

	Idade			
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Média	46,31	47,63	44,91	42,55
Desvio Padrão	12,25	12,61	10,95	11,17
Mínimo	22,83	23,58	22,37	24,12
Máximo	74,86	81,67	69,27	74,15

Fonte: Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

Em relação ao nível de educação dos respondentes da amostra, mais de 95% possuíam ao menos o ensino superior completo, enquanto cerca de 80% possuíam alguma pós-graduação em sua formação (especialização, mestrado ou doutorado).

Tabela 3 - Nível de educação dos respondentes do formulário

Nível de educação	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
Ensino médio completo	11	4,3	4,3
Ensino superior completo	41	16,0	20,2
Especialização	88	34,2	54,5
Mestrado	89	34,6	89,1
Doutorado	28	10,9	100,0
Total	257	100,0	

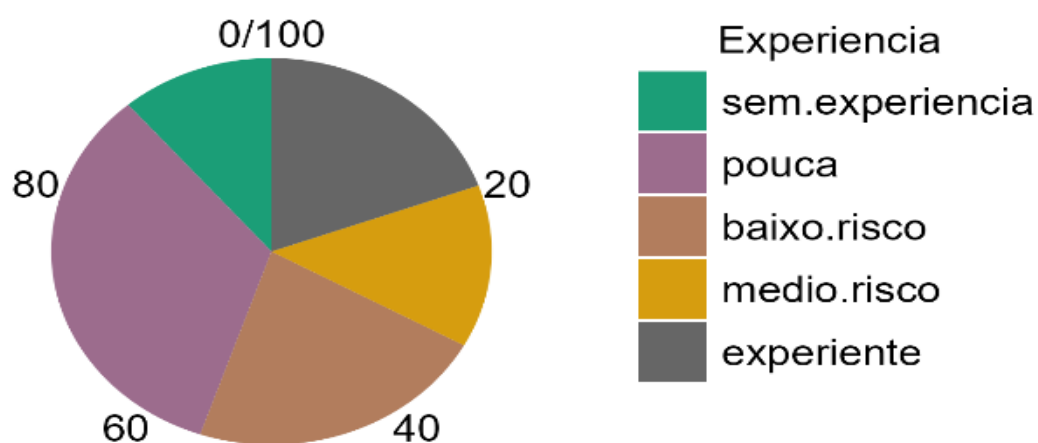
Fonte: Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

Quanto à experiência dos respondentes com investimentos, cerca de dois terços dos respondentes informaram um conhecimento limitado sobre o tema, sendo 22% com experiência em investimentos de baixo risco, 33% com pouca experiência e 11% sem nenhuma experiência sobre o assunto.

Dos participantes que informaram ter mais experiência com investimento, 14% informaram já ter tido experiência com investimentos de risco médio, enquanto 20% dos

participantes afirmaram ter bastante experiência a ponto de se sentirem plenamente seguros em suas decisões sobre investimento.

Gráfico 7 - Experiência com investimentos

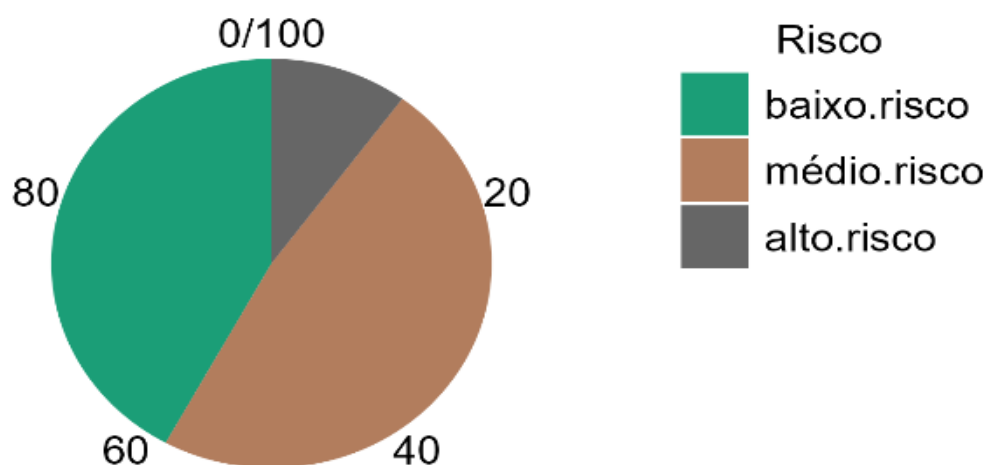


Fonte: Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

Quanto ao percentual da renda regularmente investida, 60% dos respondentes informaram que investem até 10% de sua remuneração, enquanto apenas cerca de 4% informaram investir regularmente mais de 40% de sua renda.

Em relação à propensão ao risco, 42% informaram possuir uma baixa propensão ao risco, enquanto 48% informaram uma propensão moderada ao risco e 10% informaram ter uma alta propensão ao risco.

Gráfico 8 - Propensão ao risco



Fonte: Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

Quanto à variável dependente, isto é, a escolha do respondente em relação ao seu perfil de investimento comparado ao perfil sugerido pelo modelo do ciclo de vida, a quantidade geral de “acertos” e de “não-acertos” foi equivalente: 50% dos respondentes escolheram perfil de investimento coincidente com o sugerido pelo modelo do ciclo de vida, enquanto os outros 50% escolheram um perfil diferente do sugerido por este modelo.

Na análise por grupo, ou seja, de acordo com as diferentes intervenções de *insights* comportamentais aplicadas ao formulário, o grupo 2 que recebeu a intervenção da escolha-padrão apresentou um índice de acerto de 76%, significativamente acima do grupo de controle e dos demais grupos.

Tabela 4 - Frequência de respostas coincidentes (1) e divergentes (0) com o modelo do ciclo de vida por grupo

Grupo	Acertos	Frequência	Porcentagem
Grupo 1	0	37	51,4
	1	35	48,6
	Total	72	100,0
Grupo 2	0	15	24,2
	1	47	75,8
	Total	62	100,0
Grupo 3	0	42	59,2
	1	29	40,8
	Total	71	100,0
Grupo 4	0	35	67,3
	1	17	32,7
	Total	52	100,0

Fonte: Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

Para analisar o tamanho da divergência da escolha dos respondentes que escolheram perfil de investimento diferente do sugerido pelo modelo do ciclo de vida, criou-se a variável

distância⁴¹, que mede quantos perfis acima ou abaixo do recomendado pelo modelo foi a escolha.

A variável distância foi construída ordenando de forma crescente os perfis de investimento conforme sua relação de risco e retorno esperados, a saber: perfil conservador, perfil moderado e perfil arrojado.

De forma prática, caso um respondente, cuja sugestão de perfil do modelo do ciclo de vida tenha sido moderado, faça a escolha pelo perfil arrojado (imediatamente acima) ou conservador (imediatamente abaixo), a distância calculada será 1. Se o respondente escolher o mesmo perfil sugerido pelo modelo, a distância calculada será 0.

A tabela abaixo apresenta as distâncias calculadas para os respondentes da amostra que escolheram um perfil de investimento diferente do sugerido pelo modelo do ciclo de vida.

Tabela 5 - Distância entre o perfil de investimento escolhido e o sugerido pelo modelo do ciclo de vida por grupo

Grupo	Modulo	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Grupo 1	1	26	70,3	70,3	70,3
	2	11	29,7	29,7	100,0
	Total	37	100,0		
Grupo 2	1	11	73,3	73,3	73,3
	2	4	26,7	26,7	100,0
	Total	15	100,0		
Grupo 3	1	34	81,0	81,0	81,0
	2	8	19,0	19,0	100,0
	Total	42	100,0		
Grupo 4	1	28	80,0	80,0	80,0
	2	7	20,0	20,0	100,0

⁴¹ Essa variável foi construída ordenando os perfis de investimento de forma crescente em relação ao seu risco e retorno (conservador < moderado < arrojado).

Grupo	Modulo	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
	Total	35	100,0		

Fonte: Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

Essa análise é interessante pois mostra quantos participantes escolheram seu perfil de investimento de forma muito divergente do sugerido pelo modelo do ciclo de vida (distância = 2), ou seja, aqueles respondentes que pelo modelo deveriam estar no perfil conservador/arrojado devido suas características, mas escolheram o perfil de investimento do extremo oposto (arrojado/conservador) do ciclo de vida.

4.4.3. Métricas da Regressão Logística

Em relação à medida de ajuste dos modelos, foram analisadas as métricas conhecidas como AIC (Akaike Information Criteria) e BIC (Bayesian Information Criteria). Quanto menor forem os valores de AIC e BIC, melhor o ajuste do modelo (Gujarati; Porter, 2011, p. 486, 492-493)

O JASP calcula os pseudo R^2 de McFadden, Nagelkerke, Tjur e Cox & Snell. Eles funcionam como o R^2 de uma regressão linear, mas cada um gera um valor diferente. Apesar de não existir geralmente um valor único que seja considerado satisfatório para essas métricas de grau de ajuste de um modelo, elas são importantes para comparação entre os modelos analisados. O modelo com o maior valor de grau de ajuste geralmente é considerado o melhor (Goss-Sampson, 2019, p. 74).

Para determinar a significância estatística das variáveis independentes, utilizou-se o teste de Wald. A matriz de confusão foi utilizada para determinar a precisão do modelo por meio da comparação dos casos efetivamente ocorridos com os resultados previstos pelo modelo. A partir dessa matriz, foram calculadas as métricas de sensibilidade e especificidade do modelo.

A sensibilidade informa a porcentagem de casos em que o resultado observado foi predito corretamente pelo modelo, enquanto a especificidade apresenta a porcentagem de observações que foram preditas corretamente como não tendo o resultado observado (Goss-Sampson, 2019, p. 74).

4.4.4. Análise do modelo

Tabela 6 - Grau de ajuste e significância do modelo*Resumo do modelo - Acertos*

Modelo	Desvio	AIC	BIC	gl	ΔX^2	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
M ₀	356,3	358,274	361,823	256			0,000		0,000	
M ₁	330,1	338,126	352,322	253	26,148	< ,001	0,073	0,129	0,098	0,097
M ₂	317,1	327,092	344,837	252	13,034	< ,001	0,110	0,189	0,143	0,141
M ₃	310,3	322,251	343,546	251	6,841	,009	0,129	0,219	0,167	0,164
M ₄	297,9	317,927	353,417	247	12,325	,015	0,164	0,271	0,206	0,203
M ₅	286,1	314,119	363,806	243	11,808	,019	0,197	0,319	0,245	0,239
M ₆	271,1	303,082	359,867	241	15,036	< ,001	0,239	0,376	0,295	0,282

Nota. M₁ inclui Intervencao*Nota.* M₂ inclui Intervencao, Idade*Nota.* M₃ inclui Intervencao, Idade, Sexo*Nota.* M₄ inclui Intervencao, Idade, Sexo, Formacao*Nota.* M₅ inclui Intervencao, Idade, Sexo, Formacao, Experiencia*Nota.* M₆ inclui Intervencao, Idade, Sexo, Formacao, Experiencia, Risco**Fonte:** Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

A análise do resumo do modelo mostra que o M₆ apresentou o menor valor para o critério AIC (303,082), sugerindo uma relação significativa [$\chi^2(241) = 15,036, p < 0,001$] entre o resultado (escolha do perfil de investimento conforme modelo do ciclo de vida) e as variáveis preditoras (intervenção comportamental, idade, sexo, formação, experiência e propensão ao risco).

O valor do critério BIC caiu até M₃, mas aumentou em M₄, M₅, reduzindo novamente em M₆, sugerindo que a inclusão das variáveis Formacao e Experiencia aumentaram a complexidade trazendo um reduzido ganho de ajuste no modelo. Pelo critério BIC, o melhor modelo foi o M₃ (343,546).

Em uma interpretação comparativa entre esses dois critérios, pode-se dizer que o AIC privilegiou M₆, que extraiu o máximo de explicação, aceitando um modelo mais complexo, enquanto o BIC privilegiou M₃, por ser um modelo menor, mas robusto o suficiente para captar boa parte da relação entre as variáveis sem aumentar sua complexidade.

Todavia, em relação ao ajuste do modelo, o R² de McFadden calculado para o M₆ (0,239) foi superior a todos os outros. De acordo com Goss-Sampson (2019, p. 75), resultados entre 0,2 e 0,4 são considerados como um bom grau de ajuste do modelo.

Enquanto o R^2 de McFadden R^2 variou de 0,073 em M_1 para 0,239 em M_6 , indicando um ganho de poder explicativo relevante, o R^2 de Nagelkerke atingiu 0,376 no modelo completo (M_6), sugerindo que cerca de 38% da variabilidade da decisão dos participantes pode ser explicada pelo conjunto de variáveis incluídas nesse modelo.

4.4.5. Coeficientes

Tabela 7 - Estimativa dos coeficientes das variáveis, teste de Wald e razão de chance

Coeficientes

Modelo		Estimativa	Erro padrão	Razão de probabilidade	z	Wald Test		
						Estatística de Wald	gl	p
M_0	(Intercept)	-0,008	0,125	0,992	-0,062	0,004	1	,950
M_1	(Intercept)	-0,056	0,236	0,946	-0,236	0,056	1	,814
	Intervencao (escolha.padrao)	1,198	0,379	3,312	3,161	9,993	1	,002
	Intervencao (mensagem)	-0,667	0,378	0,513	-1,763	3,107	1	,078
	Intervencao (saliencia)	-0,315	0,337	0,730	-0,933	0,870	1	,351
M_2	(Intercept)	-2,004	0,608	0,135	-3,294	10,850	1	< ,001
	Intervencao (escolha.padrao)	1,212	0,389	3,359	3,112	9,684	1	,002
	Intervencao (mensagem)	-0,541	0,389	0,582	-1,388	1,926	1	,165
	Intervencao (saliencia)	-0,272	0,347	0,762	-0,784	0,614	1	,433
	Idade	0,042	0,012	1,043	3,487	12,160	1	< ,001
M_3	(Intercept)	-2,568	0,664	0,077	-3,869	14,971	1	< ,001
	Intervencao (escolha.padrao)	1,286	0,399	3,618	3,226	10,409	1	,001
	Intervencao (mensagem)	-0,554	0,396	0,574	-1,400	1,960	1	,162
	Intervencao (saliencia)	-0,260	0,352	0,771	-0,738	0,545	1	,460
	Idade	0,045	0,012	1,046	3,672	13,487	1	< ,001
	Sexo (Masculino)	0,724	0,281	2,064	2,578	6,648	1	,010
M_4	(Intercept)	-1,609	0,849	0,200	-1,895	3,590	1	,058

Coeficientes

Modelo		Estimativa	Erro padrão	Razão de probabilidade	z	Wald Test		
						Estatística de Wald	gl	p
	Intervencao (escolha.padrao)	1,573	0,423	4,822	3,722	13,857	1	< ,001
	Intervencao (mensageiro)	-0,382	0,408	0,682	-0,937	0,878	1	,349
	Intervencao (saliencia)	-0,052	0,370	0,949	-0,140	0,020	1	,888
	Idade	0,049	0,013	1,050	3,665	13,432	1	< ,001
	Sexo (Masculino)	0,624	0,290	1,867	2,152	4,630	1	,031
	Formacao (superior)	-1,529	0,782	0,217	-1,954	3,817	1	,051
	Formacao (especializacao)	-1,669	0,751	0,188	-2,221	4,935	1	,026
	Formacao (mestrado)	-0,695	0,739	0,499	-0,940	0,884	1	,347
	Formacao (doutorado)	-1,520	0,822	0,219	-1,847	3,413	1	,065
	(Intercept)	-1,230	0,966	0,292	-1,274	1,623	1	,203
M ₅	Intervencao (escolha.padrao)	1,582	0,431	4,866	3,671	13,479	1	< ,001
	Intervencao (mensageiro)	-0,401	0,420	0,670	-0,954	0,910	1	,340
	Intervencao (saliencia)	-0,155	0,385	0,856	-0,403	0,162	1	,687
	Idade	0,047	0,014	1,049	3,466	12,015	1	< ,001
	Sexo (Masculino)	0,253	0,319	1,288	0,793	0,629	1	,428
	Formacao (superior)	-1,500	0,810	0,223	-1,852	3,431	1	,064
	Formacao (especializacao)	-1,727	0,779	0,178	-2,216	4,912	1	,027
	Formacao (mestrado)	-0,737	0,768	0,478	-0,960	0,921	1	,337
	Formacao (doutorado)	-1,489	0,850	0,226	-1,752	3,069	1	,080
	Experiencia (pouca)	-0,711	0,488	0,491	-1,459	2,128	1	,145
	Experiencia (baixo.risco)	-0,090	0,505	0,914	-0,177	0,031	1	,859
	Experiencia (medio.risco)	0,509	0,583	1,663	0,872	0,761	1	,383
	Experiencia (experiente)	0,637	0,537	1,890	1,185	1,403	1	,236

Coeficientes

Modelo		Estimativa	Erro padrão	Razão de probabilidade	z	Wald Test		
						Estatística de Wald	gl	p
M ₆	(Intercept)	-1,788	1,029	0,167	-1,738	3,019	1	,082
	Intervencao (escolha.padrao)	1,707	0,453	5,512	3,767	14,190	1	< ,001
	Intervencao (mensagem)	-0,463	0,434	0,630	-1,067	1,138	1	,286
	Intervencao (saliencia)	-0,238	0,402	0,788	-0,592	0,351	1	,554
	Idade	0,050	0,014	1,051	3,536	12,501	1	< ,001
	Sexo (Masculino)	0,206	0,330	1,229	0,625	0,391	1	,532
	Formacao (superior)	-1,663	0,844	0,190	-1,970	3,879	1	,049
	Formacao (especializacao)	-1,835	0,820	0,160	-2,237	5,005	1	,025
	Formacao (mestrado)	-0,821	0,812	0,440	-1,011	1,023	1	,312
	Formacao (doutorado)	-1,425	0,883	0,241	-1,613	2,601	1	,107
	Experiencia (pouca)	-0,733	0,506	0,480	-1,450	2,103	1	,147
	Experiencia (baixo.risco)	-0,074	0,529	0,929	-0,139	0,019	1	,889
	Experiencia (medio.risco)	-0,153	0,633	0,858	-0,242	0,058	1	,809
	Experiencia (experiente)	0,060	0,594	1,062	0,102	0,010	1	,919
	Risco (medio.risco)	1,253	0,352	3,500	3,561	12,680	1	< ,001
	Risco (alto.risco)	1,605	0,610	4,980	2,630	6,916	1	,009

Nota. Acertos nível '1' codificado como classe 1.

Fonte: Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

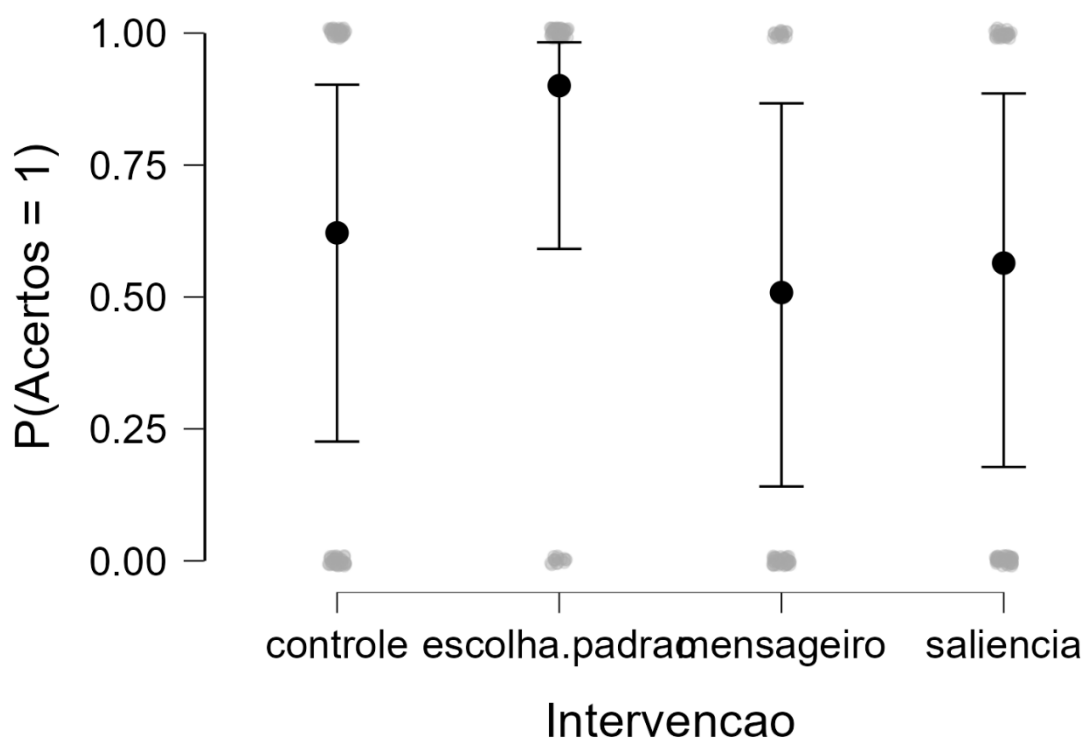
4.4.6. Impacto das Intervenções Comportamentais

A escolha-padrão foi a intervenção de maior impacto em todos os modelos. No modelo final (M₆), a razão de chance foi de 5,5 ($p < 0,001$), ou seja, os indivíduos expostos a esse *insight* comportamental tiveram 5,5 vezes mais chance de escolher o perfil de acordo com o modelo do ciclo de vida do que o grupo de controle, reafirmando a eficácia da escolha-padrão como instrumento de política pública capaz de direcionar as decisões dos participantes da previdência complementar para seus interesses de longo prazo.

O *insight* comportamental do mensageiro apresentou efeito negativo, mas não significativo ($p > 0,1$ em todos os modelos). Isso sugere que a simples utilização de uma figura de autoridade ou especialista não teve o efeito positivo esperado na escolha ao perfil recomendado pelo modelo do ciclo de vida, podendo inclusive ter gerado resistência ou ceticismo nos respondentes do formulário.

A intervenção por meio da saliência não apresentou significância estatística, ou seja, o destaque das informações-chave sobre a escolha do perfil de investimento de acordo com o modelo do ciclo de vida não foi suficiente para induzir escolhas consistentes com esse modelo, seja por um eventual sobrecarga cognitiva ou pela dificuldade dos participantes em traduzir informações salientes em decisão prática.

Gráfico 9 - Probabilidade de acerto e intervenções comportamentais



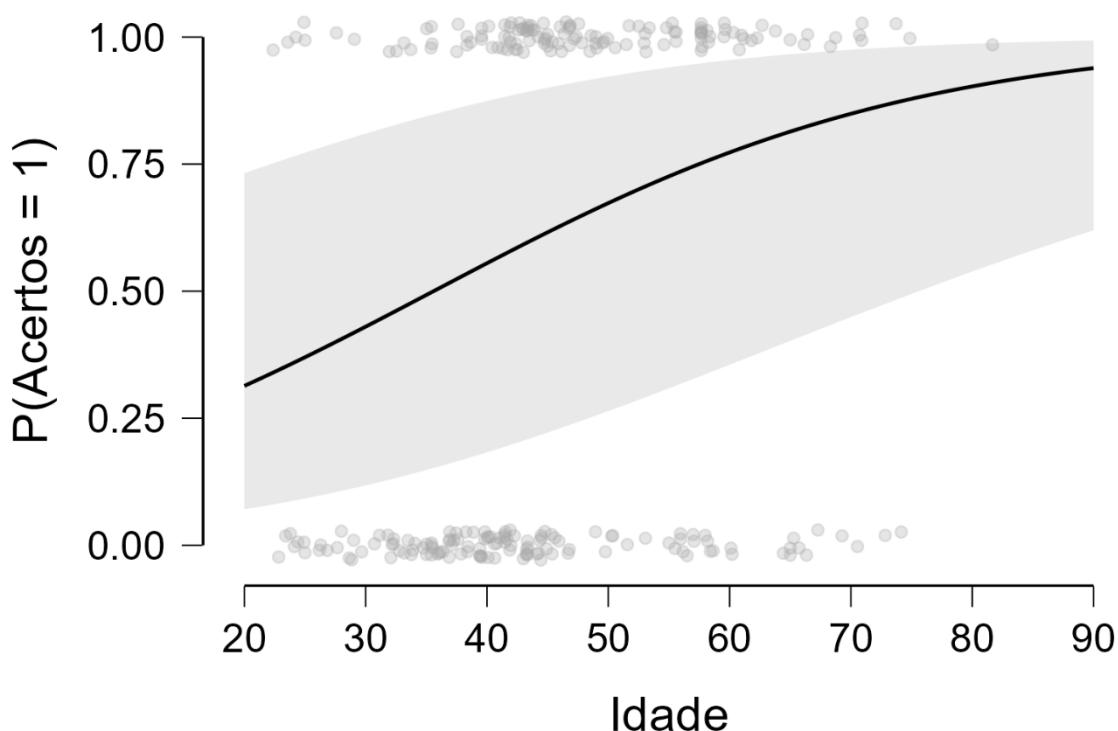
Fonte: Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

Conforme apresentado no gráfico acima, nesse experimento, somente a intervenção que utilizou o *insight* comportamental da escolha-padrão aumentou a probabilidade dos respondentes escolherem o perfil de investimento mais adequado de acordo com seu momento no ciclo de vida em relação ao grupo de controle.

4.4.7. Efeitos das Características Individuais dos Respondentes

A variável idade foi significativa em todos os modelos a partir de M_2 (razão de chance: $\sim 1,05$; $p < 0,001$). Assim, o aumento de um ano na idade eleva em cerca de 5% a chance de o indivíduo escolher o perfil conforme o modelo do ciclo de vida.

Gráfico 10 - Probabilidade de acerto e idade



Fonte: Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

O gráfico acima mostra que, conforme a idade aumenta, a probabilidade do indivíduo da amostra analisada escolher um perfil de investimento adequado ao seu momento atual do ciclo de vida também aumenta.

Em relação ao sexo dos respondentes, os homens apresentaram maior probabilidade de escolher ao perfil recomendado pelo modelo do ciclo de vida em modelos intermediários (M_3 e M_4), mas o efeito perdeu força nos modelos mais completos (M_5 e M_6).

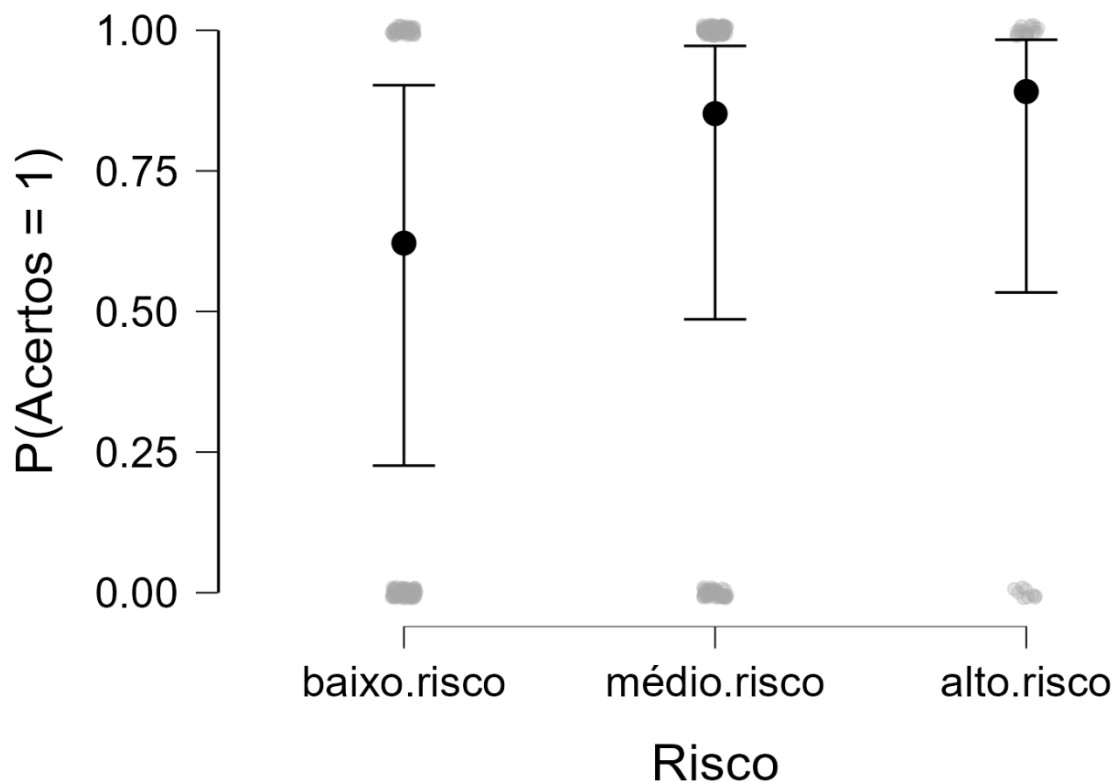
A formação acadêmica dos indivíduos com ensino superior, especialização ou doutorado apresentaram probabilidade significativamente menor de escolher o perfil sugerido, comparados ao grupo de referência. Isso pode indicar maior autoconfiança ou tendência de sobreposição do julgamento pessoal em relação às recomendações técnicas.

Ter experiência prévia com investimentos não apresentou significância estatística consistente nos modelos, sugerindo que apenas declarar experiência não garantiu nesse

experimento maior aderência em relação à escolha do perfil de investimento conforme o modelo do ciclo de vida.

A propensão a risco dos respondentes revelou-se importante no modelo completo (M_6). Indivíduos que se autoidentificaram como de média propensão ao risco (razão de chance = 3,5; $p < 0,001$) ou alta propensão ao risco (razão de chance = 4,98; $p = 0,009$) tiveram maior probabilidade de escolher seu perfil conforme o modelo do ciclo de vida.

Gráfico 11 - Probabilidade de acerto e propensão ao risco



Fonte: Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

4.4.8. Diagnósticos de performance

Tabela 8 - Matriz de confusão*Matriz de confusão*

Observado	Previsto		% Correto
	0	1	
0	96	33	74,42
1	38	90	70,31
% Geral Correto			72,37

Nota. Ponto de corte estabelecido em 0,5

Fonte: Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

A análise da matriz de confusão mostra que o modelo apresentou 90 casos de “acerto” na escolha do perfil que foram corretamente previstos e 96 casos de “não acerto” também corretamente previstos pelo modelo, levando a um índice de previsão correta geral do modelo nessa amostra de 72,4%.

Tabela 9 - Sensibilidade e especificidade do modelo*Métricas de performance*

	Valor
Sensibilidade	0,703
Especificidade	0,744

Fonte: Elaboração do autor com utilização da ferramenta JASP.

Essa performance é refletida nas métricas de desempenho do modelo, que apresentou a sensibilidade de 70,3%, isto é, a porcentagem de casos que tiveram o resultado previsto como “acerto” corretamente, e a especificidade de 74,4%, ou seja, a porcentagem de casos previstos corretamente como “não acerto”.

4.5. DISCUSSÃO

4.5.1. Interpretação dos Resultados

Nos últimos anos, houve um grande debate na literatura especializada em ciências comportamentais aplicadas sobre a interpretação da efetividade e do tamanho dos efeitos em estudos sobre intervenções comportamentais.

Todavia, devido a existência de heterogeneidade nas condições de implementação e a diversidade nos contextos dessas intervenções que buscam mudar o comportamento dos indivíduos, é mais produtivo considerar que os efeitos das intervenções comportamentais variam porque o comportamento é complexo do que concentrar o debate na magnitude desses efeitos (Hallsworth, 2022).

Dessa forma, mais do que se analisar a magnitude dos efeitos das intervenções comportamentais utilizadas nesse experimento, é importante compreender e analisar o contexto e as condições em que essas intervenções foram implementadas.

O *insight* comportamental da escolha-padrão foi a intervenção mais eficaz no experimento, corroborando com as evidências empíricas encontradas em outros estudos sobre a eficácia de sua adoção em políticas relacionadas à previdência e reforçando a ideia de que a arquitetura de escolha pode ser determinante para aprimorar as tomadas de decisão dos participantes da previdência complementar.

Sobre as intervenções baseadas nos *insights* comportamentais do mensageiro e da saliência, os resultados encontrados no experimento alertam para a necessidade de que elas sejam bem planejadas, tanto no desenho da comunicação por saliência, quanto em relação ao perfil da autoridade escolhida como mensageiro, para evitar efeitos nulos ou até contraproducentes quando aplicados em problemas concretos.

A educação formal dos participantes da previdência complementar também merece atenção, dado que nesse experimento um maior nível de formação não necessariamente implicou em escolhas mais alinhadas às recomendações técnicas, apontando para a relevância de políticas que simplifiquem o processo decisório, em vez de pressupor que a informação por si só é suficiente para uma boa tomada de decisão em relação à previdência complementar.

4.5.2. Generalização

Um experimento geralmente é feito com o objetivo de utilizar o conhecimento obtido para embasar decisões futuras. Para essa generalização dos achados de um experimento,

é preciso determinar por qual mecanismo uma causa produz seu efeito, sob quais condições, o que pode moderá-lo e qual o tipo de relação existente entre causa e efeito (OCDE, 2019, p. 129).

Assim, é possível obter uma melhor compreensão das interações que ocorrem dentro do sistema de previdência complementar e antecipar como elas podem ocorrer nas atividades cotidianas dos fundos de pensão dos entes federativos.

A complexidade do comportamento humano gera muito ruído estatístico, o que dificulta ainda mais a difícil tarefa de encontrar padrões comportamentais consistentes, tornando a generalização do resultado de uma intervenção um desafio, pois uma “falha” na replicação pode não significar que o achado seja falso, mas sim que ele ocorre apenas em condições específicas (Hallsworth, 2023, p. 52).

Esses desafios exigem que os gestores e formuladores de políticas públicas do regime de previdência complementar dos entes federativos aprimorem seus conhecimentos sobre ciências comportamentais aplicadas, tratando as intervenções como hipóteses que funcionaram em um ente federativo específico, mas que talvez precisem ser adaptadas para funcionar em outros.

4.5.3. Limitações do Experimento

As ferramentas de gerenciamento de pesquisa e formulário eletrônico utilizadas possuem limitações em relação aos recursos disponíveis para formatação e implementação dos *insights* comportamentais das intervenções utilizados no experimento.

Outra limitação da ferramenta de gerenciamento de pesquisa utilizada no experimento foi a falta de um método de aleatorização entre os respondentes dos formulários com as diferentes intervenções comportamentais, o que fez com que a randomização do experimento precisasse ser feita por um método alternativo.

O tamanho relativamente reduzido da amostra também pode ser considerada uma limitação do experimento. Em amostras pequenas, o desenho de grupos paralelos com pós-teste utilizado no experimento pode se tornar problemático, pois um número reduzido de respondentes pode permitir que surjam diferenças entre os grupos analisados, comprometendo sua equivalência (OCDE, 2019, p. 124).

O fato da base de dados do experimento ter sido construída por autorrespostas dos participantes do experimento também pode ser considerada uma fonte de problemas que podem limitar a análise dos resultados obtidos.

A ideia de que, ao influenciar o que as pessoas pensam, desejam e esperam, é possível moldar suas intenções e prever suas ações é de certa forma ilusória (Hansen, 2025). O problema não é apenas que as pessoas às vezes não colocam suas intenções em prática, mas também o fato de que as intenções não são causas estáveis e duradouras do comportamento, o que faz com que elas se formem e desapareçam com a mesma rapidez, sendo altamente sensíveis ao contexto (Sheeran, 2002; Chater, 2018).

É por isso que intervenções baseadas em mudar atitudes, normas e intenções muitas vezes decepcionam. Alterar o que as pessoas dizem que pretendem fazer é relativamente fácil. Mudar o que elas realmente fazem, de forma consistente, em diferentes contextos, é muito mais difícil. Assim, muitas intervenções comportamentais falham porque a intenção formada não consegue, por si só, governar o comportamento (Hansen, 2025).

4.6. OUTRAS INFORMAÇÕES

4.6.1. Termo de Compromisso, LGPD e Manifesto Ético CINCO/MGI

A formalização do projeto desenvolvido pela RJPREV na Jornada foi feita por meio de um Termo de Compromisso⁴² firmado entre o fundo de pensão e a CINCO/MGI, onde foram estabelecidos o objetivo, o plano de ação e a vigência do projeto.

Esse documento definiu as condições de acesso aos dados e da divulgação dos resultados do projeto, que seguiram as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Manifesto Ético⁴³ da CINCO/MGI, que se comprometeu em manter sigilo sobre dados, informações confidenciais e documentos aos quais teve acesso durante a realização do projeto, sendo vedada sua disponibilização a terceiros.

Os dados divulgados nesse projeto e no presente trabalho de pesquisa foram devidamente anonimizados e a divulgação foi feita de acordo com todos os dispositivos legais de proteção de dados pessoais.

⁴² Processo SEI-040015/000339/2024 – Governo do Estado do Rio de Janeiro.

⁴³ Manifesto Ético CINCO/MGI: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/inovacao-governamental-carreiras-transversais/inovacao-governamental/cinco/manifesto-etico> – Acesso em: 14 ago. 2025.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender em que medida a aplicação de ciências comportamentais pode contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de previdência complementar dos entes federativos no Brasil.

O ponto de partida foi o reconhecimento de que os regimes de previdência complementar dos entes federativos enfrentam desafios que não são apenas atuariais ou financeiros, mas também comportamentais. Ao longo do trabalho, foram investigados diversos aspectos teóricos e metodológicos relacionados à aplicação de ciências comportamentais em políticas públicas.

O estudo procurou responder à seguinte pergunta de pesquisa: em que medida a utilização de elementos das ciências comportamentais pode aprimorar as políticas públicas relacionadas ao regime de previdência complementar dos servidores públicos dos entes federativos no Brasil? Para responder a essa questão, o estudo se dividiu em três seções principais, além da introdução e dessa seção com as considerações finais: um ensaio teórico, um guia metodológico e um experimento.

O ensaio apresentou o referencial teórico sobre ciências comportamentais aplicadas a políticas públicas e uma revisão sistemática da literatura focada em questões previdenciárias. O guia propôs um arcabouço metodológico baseado em ferramentas nacionais e internacionais para orientar os gestores e formuladores de políticas públicas sobre as possibilidades de aplicação de ciências comportamentais na previdência complementar. O experimento contou com quatro grupos de participantes distribuídos de forma aleatória, em que três receberam intervenções comportamentais distintas e um serviu como grupo de controle.

Na seção de introdução, foram apresentados o problema de pesquisa, os objetivos e a relevância do estudo. Buscou-se demonstrar que a previdência complementar dos entes federativos é um campo fértil, porém ainda pouco explorado no Brasil, sob a ótica das ciências comportamentais. Embora já exista uma literatura internacional consolidada sobre a aplicação de ciências comportamentais em políticas previdenciárias, a utilização dessa abordagem em fundos de pensão patrocinados por entes públicos no Brasil ainda é incipiente.

Essa seção também destacou os desafios contemporâneos da previdência no Brasil e no mundo. Entre eles, o aumento da expectativa de vida e a necessidade de proteção contra o risco de longevidade, a transição demográfica e a pressão fiscal sobre os regimes próprios de

previdência e a importância de estimular maior adesão, contribuição e escolhas mais adequadas por parte dos participantes dos fundos de pensão.

Adicionalmente, a introdução situou a pesquisa dentro da agenda mais ampla das ciências comportamentais, ressaltando a importância de articular evidências empíricas e diagnósticos comportamentais em todos os níveis e etapas do ciclo de políticas públicas. Esse enquadramento confere ao estudo um caráter acadêmico, ao propor avanços teóricos e metodológicos; e aplicado, ao oferecer recomendações práticas para gestores e formuladores de políticas públicas da previdência complementar.

O ensaio estabeleceu o referencial teórico da pesquisa. A revisão da literatura mostrou que, embora haja consenso de que fatores psicológicos e heurísticas e vieses influenciam fortemente as decisões previdenciárias, a tradução desse conhecimento em políticas públicas para a previdência complementar dos entes federativos ainda é um desafio.

Entre as principais contribuições teóricas analisadas, destacam-se o papel das heurísticas e vieses cognitivos descritos, que explicam por que indivíduos frequentemente deixam de tomar decisões racionais no longo prazo, o conceito de arquitetura de escolha, que organiza o ambiente decisório para facilitar comportamentos desejados sem restringir a liberdade de escolha e a diferenciação entre os principais instrumentos das ciências comportamentais (*nudge*, *push*, *boost* e *sludge*).

Este capítulo também encontrou indícios de lacunas existentes, tanto na literatura quanto na prática das políticas públicas previdenciárias no Brasil. Entre elas, a escassez de estudos aplicados em previdência complementar dos entes federativos, a ausência de guias metodológicos adaptados ao contexto nacional e a necessidade de experimentos empíricos que testem intervenções comportamentais em populações reais de servidores e participantes de fundos de pensão.

Também foi feito um debate sobre as ciências comportamentais aplicadas a políticas públicas, que avançou para além do uso de ciências comportamentais em problemas específicos e isolados, enfatizando a integração com políticas mais amplas, com atenção à ética, transparência e legitimidade. No final, consolidou-se a ideia de que a previdência complementar dos entes federativos é um terreno fértil para a aplicação de ciências comportamentais, dado seu caráter facultativo, o impacto de longo prazo das decisões individuais e a complexidade dos produtos previdenciários.

A terceira seção propôs um guia metodológico para aplicação das ciências comportamentais nas políticas públicas da previdência complementar dos entes federativos do Brasil. Esse guia foi desenvolvido a partir de metodologias e ferramentas desenvolvidas por instituições especializadas em previdência comportamental, com destaque para o ferramental BASIC da OCDE.

O principal objetivo do guia é orientar os gestores e formuladores de políticas públicas da previdência complementar dos entes federativos no diagnóstico de problemas comportamentais, na formulação de estratégias de intervenção, no desenho de ações práticas e na avaliação dos resultados.

Um diferencial importante do guia proposto foi a adaptação de metodologias internacionais e nacionais consagradas ao contexto previdenciário, criando um instrumento que pode orientar futuras políticas e projetos nesse campo. Assim, o guia não se limita a apresentar referências, mas avançou também no desenvolvimento de uma proposta original e aplicada que dialoga tanto com padrões internacionais quanto com a realidade brasileira.

A quarta seção apresentou a etapa empírica da pesquisa, na qual foi realizado um experimento para testar os efeitos de diferentes intervenções comportamentais na escolha de perfis de investimento. O desenho metodológico adotado foi o de pós-teste em grupos paralelos, com randomização dos participantes em quatro grupos: um de controle e três submetidos a intervenções distintas. Essa estratégia buscou avaliar de forma sistematizada e estruturada a causalidade entre cada intervenção e a escolha do perfil de investimento.

A metodologia CINCO foi utilizada no experimento, de forma complementar e alternativa ao ferramental internacional por oferecer um método adaptado à realidade das instituições públicas brasileiras, também dividido em cinco etapas (Comportamento, *Insights*, Novas Estratégias, Checagem e Orquestração). Essa adaptação foi particularmente importante porque considerou as restrições institucionais, os canais de comunicação disponíveis e as especificidades do setor público nacional, garantindo maior legitimidade a sua utilização.

Os *insights* comportamentais testados nas intervenções foram a escolha-padrão, a saliência e o mensageiro. No grupo que recebeu a intervenção da escolha-padrão, os formulários já vinham pré-preenchidos com o perfil indicado pelo modelo do ciclo de vida, cabendo ao participante apenas confirmar ou alterar a escolha. No grupo saliência, as informações mais relevantes para a decisão foram destacadas, dando maior evidência aos fatores centrais para a tomada de decisão. No grupo mensageiro, a comunicação foi feita com base em uma figura de

autoridade ou referência confiável, buscando aumentar a adesão pela via da confiança e da influência social.

Os resultados da regressão logística incremental mostraram que a escolha-padrão foi a intervenção mais eficaz e consistente. Os participantes submetidos ao default tiveram 5,5 vezes mais chance de escolher o perfil de investimento sugerido pelo modelo do ciclo de vida em comparação com o grupo de controle. Esse resultado confirma achados da literatura internacional e reforça a robustez dessa intervenção no contexto brasileiro.

As intervenções que utilizaram os *insights* comportamentais da saliência e mensageiro não apresentaram efeitos estatisticamente significativos. Isso não significa que devam ser descartadas, mas sim que seu desenho e aplicação exigem ajustes mais refinados. No caso da saliência, é possível que a sobrecarga de informações tenha dificultado a tomada de decisão em vez de facilitar. No caso do mensageiro, pode ter havido desconfiança quanto à figura de referência utilizada, ou resistência a aceitar recomendações externas em uma decisão percebida como pessoal.

Além das intervenções, o experimento mostrou que características individuais podem influenciar de forma relevante as decisões sobre a previdência complementar. A idade foi uma das variáveis mais significativas, aumentando a probabilidade de escolha do perfil conforme o modelo do ciclo de vida a cada ano adicional. A variável sexo apresentou efeito em alguns modelos intermediários, mas perdeu força nos modelos mais completos.

A formação acadêmica, de maneira contraintuitiva, esteve associada a uma menor probabilidade de escolha conforme o perfil recomendado, podendo sugerir que indivíduos mais escolarizados tendem a confiar mais em seu próprio julgamento. Por fim, a propensão ao risco mostrou-se decisiva no modelo completo (M_6), com indivíduos que se declararam de médio ou alto risco apresentando maior aderência ao perfil indicado pelo modelo do ciclo de vida.

Esses achados trazem algumas implicações importantes. Em primeiro lugar, confirmam que as ciências comportamentais podem ser aplicadas de maneira concreta e eficaz nos diversos níveis e etapas das políticas da previdência complementar dos entes federativos no Brasil, produzindo impactos significativos no comportamento dos participantes dos fundos de pensão. Em segundo lugar, mostram que a eficácia das intervenções não é uniforme, mas modulada por características pessoais, o que abre espaço para pensar em políticas segmentadas e sensíveis à heterogeneidade dos públicos atendidos.

Os achados dessa pesquisa reforçam a relevância das ciências comportamentais como ferramenta de aprimoramento das políticas públicas no campo da previdência complementar dos entes federativos. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa demonstrou que é possível adaptar frameworks internacionais, como o BASIC da OCDE, e nacionais, como o SIMPLES MENTE e a metodologia CINCO, ao contexto previdenciário, construindo um guia prático que pode orientar gestores e formuladores de políticas públicas.

O guia proposto, além de sistematizar o processo de diagnóstico e intervenção, também pode ampliar a capacidade dos agentes envolvidos de pensar em políticas públicas com base em evidências, estruturando o ciclo de desenho, implementação e avaliação.

Do ponto de vista empírico, o experimento realizado apresentou evidências de que as intervenções comportamentais são capazes de produzir mudanças significativas nas decisões dos participantes dos planos de benefícios da previdência complementar. O destaque foi para a escolha-padrão, que se mostrou uma intervenção robusta, consistente e replicável, com impacto direto na escolha do perfil de investimento mais adequado de acordo com o momento do ciclo de vida dos participantes.

A literatura internacional já havia apontado a força da escolha-padrão em decisões sobre diversas outras questões e aspectos relacionados à previdência, mas este estudo contribui ao trazer evidência aplicada ao contexto dos entes federativos no Brasil. Assim, é importante que as decisões mais relevantes para os participantes da previdência complementar estejam incluídas na arquitetura de escolha por meio de escolhas-padrão. Afinal, conforme apontado por Blake (2022, p. 15, tradução do autor), “quem gostaria de ir a uma concessionária de carros e adquirir um kit de montagem com as peças do automóvel para que você monte sozinho seu próprio carro?”.

O estudo também revelou alguns nuances potencialmente importantes. As intervenções que utilizaram os *insights* comportamentais da saliência e do mensageiro, embora não significativas no experimento, podem levantar hipóteses relevantes para pesquisas futuras. É possível que a eficácia das intervenções que utilizem esses *insights* dependa mais da forma como são calibradas, do público-alvo ou da interação com outras variáveis do ambiente decisório.

Além disso, a análise mostrou que características individuais como idade, formação acadêmica e propensão ao risco, impactam as escolhas e não podem ser desconsideradas no desenho das políticas públicas. Esses resultados reforçam a necessidade de pensar políticas

previdenciárias não como soluções homogêneas, mas como estratégias que reconhecem a diversidade dos perfis dos participantes e do contexto do ente federativo.

Algumas outras reflexões podem ser derivadas desse estudo. A primeira é que, quando utilizada como lente analítica, as ciências comportamentais podem aperfeiçoar as políticas da previdência complementar nos diferentes níveis e etapas do ciclo das políticas públicas. A segunda é que a integração entre metodologias internacionais e nacionais pode fortalecer a legitimidade e a aplicabilidade das intervenções comportamentais, permitindo que as políticas públicas sejam mais sólidas e institucionalmente viáveis.

Outro ponto de reflexão importante de se destacar é que a aplicação de ciências comportamentais exige um compromisso ético e transparente dos gestores e formuladores de políticas públicas, de modo que os participantes percebam as intervenções não como manipulações, mas como apoios que ampliam e reforçam sua capacidade de decisão.

Como toda pesquisa, essa possui algumas limitações que devem ser reconhecidas. É preciso considerar o contexto político, institucional e operacional de cada ente federativo no desenho e na implementação das políticas públicas comportamentalmente informadas. Os efeitos e impactos das intervenções comportamentais podem variar ou não serem replicáveis em alguns entes federativos devido a diferenças no arranjo institucional e a heterogeneidade dos participantes da previdência complementar de cada ente. Adicionalmente, nem todo problema de políticas públicas da previdência complementar é passível de ser enfrentado com soluções comportamentalmente orientadas.

Essas limitações, no entanto, podem abrir caminho para uma agenda de pesquisas futuras. Estudos adicionais podem explorar variações no contexto e arranjo institucional dos entes federativos, ampliando a representatividade dos achados de pesquisa. Também se abre espaço para investigar o impacto de intervenções em outros pontos de alavancagem relacionados à previdência complementar dos entes federativos, que não foram mapeados e abordados nessa pesquisa.

Cabe ainda destacar algumas contribuições acadêmicas e práticas derivadas dessa pesquisa. No plano acadêmico, o trabalho avança ao integrar teoria, metodologia e evidência empírica, oferecendo uma análise abrangente sobre o papel das ciências comportamentais na previdência complementar. No plano prático, a pesquisa oferece subsídios concretos para gestores e formuladores de políticas públicas, mostrando que intervenções relativamente

simples no desenho das escolhas podem melhorar significativamente a qualidade das decisões dos participantes dos fundos de pensão dos entes federativos no Brasil.

Assim, esse estudo apresenta evidências de que a inserção das ciências comportamentais deve ser vista como parte de uma agenda mais ampla de inovação em políticas públicas, que alia rigor analítico, arranjos institucionais e compromisso com o bem-estar dos cidadãos. Em um cenário de desafios crescentes para a previdência no Brasil, a incorporação dessa abordagem pode contribuir para construir políticas mais efetivas, sustentáveis e humanas, capazes de apoiar os indivíduos em suas trajetórias de vida.

Como agenda futura, destaca-se a importância de aprofundar a análise sobre a transferibilidade de experiências internacionais para o contexto brasileiro de previdência complementar dos entes federativos. Recomenda-se que pesquisas posteriores avancem na comparação sistemática entre intervenções comportamentais aplicadas em países desenvolvidos e as condições reais de implementação no Brasil, examinando diferenças regulatórias, maturidade institucional dos fundos de pensão, disponibilidade de dados, capacidade de monitoramento e variações culturais que moldam decisões previdenciárias.

Para gestores, isso implica evitar a importação direta de modelos externos e priorizar adaptações contextuais baseadas em evidências locais, pilotos controlados e avaliações iterativas antes de uma adoção em larga escala. Também se sugere o aprofundamento do entendimento das barreiras institucionais e de governança que condicionam a efetividade das intervenções comportamentais.

Pesquisas futuras podem mapear como capacidade estatal, rotatividade de equipes, padrões de *accountability*, infraestrutura tecnológica, arranjos normativos e práticas decisórias dos patrocinadores influenciam a implementação. Para gestores, recomenda-se incorporar diagnósticos de governança antes do desenho das intervenções, reforçar mecanismos internos de coordenação e qualificação técnica, além de estruturar rotinas de mensuração e aprendizado organizacional.

Por fim, a heterogeneidade entre entes federativos e entre perfis de participantes abre uma ampla frente de investigação. Estudos podem explorar como fatores sociodemográficos, educação previdenciária e financeira, modelos mentais, preferências de risco e vínculos com o serviço público modulam a resposta às intervenções.

Para gestores, a recomendação é segmentar públicos, calibrar mensagens e ajustar mecanismos comportamentais às características de cada grupo, evitando soluções universais. Essas linhas de pesquisa e ação reforçam que políticas comportamentais eficazes no regime de previdência complementar dependem de desenho incremental, experimentação contínua e adaptações específicas a cada realidade institucional.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Recomendações de Basileia. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/recomendacoesbasileia> Acesso em: 30 ago. 2025.
- BANCO MUNDIAL. World Development Report 2015: Mind, Society, and Behavior. WB, 2025. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20597> Acesso em: 29 ago. 2025.
- BANCO MUNDIAL. Subnational civil servant pension schemes in Brazil: context, history, and lessons of reform. p. 84, 2022. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099550004042224301> Acesso em: 31 ago. 2025.
- BELTRÃO, Kaizo Iwakami; SUGAHARA, Sonoe. Executive branch federal civil servant mortality by sex and educational level - 1993/2014. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 28, n. 75, p. 445–464, 2017.
- BENARTZI, Shlomo *et al.* Should Governments Invest More in Nudging? **Psychological Science**, v. 28, n. 8, p. 1041–1055, 2017.
- BENARTZI, Shlomo; PELEG, Ehud; THALER, Richard H. Choice architecture and retirement saving plans. **The behavioral foundations of public policy**, p. 245-263, 2013.
- BLAKE, David. Nudges and Networks: How to Use Behavioural Economics to Improve the Life Cycle Savings-Consumption Balance. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 15, n. 5, 2022.
- BLAKE, David; BOARDMAN, Tom. Spend more today safely: Using behavioral economics to improve retirement expenditure decisions with SPEEDOMETER plans. **Risk Management and Insurance Review**, v. 17, n. 1, p. 83–112, 2014.
- BRANDALISE, Isabella; FERRAREZI, Elisabete; LEMOS, Joselene. **Colaboração internacional para inovação: o caso do GNova e Mind Lab**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3527> Acesso em: 31 ago. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.** Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios... Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp108.htm Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.** Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar... Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993.** Altera dispositivos da Constituição Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc03.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.** Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.** Altera o sistema de previdência social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.** Acrescenta dispositivos à Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc47.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012.** Acrescenta dispositivo ao artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc70.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.** Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS 2023/2024**. Brasília, DF: MPS, nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/aeaps>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Previdência Social – Secretaria de Regime Próprio e Complementar. **Painel de Acompanhamento da Implementação do RPC pelos Entes Federativos**. Brasília, DF: MPS, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/painel-de-acompanhamento-da-implementacao-do-rpc-pelos-entes-federativos>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021**. Dispõe sobre os procedimentos para o exercício da atividade de administração fiduciária de carteiras de valores mobiliários. Brasília, DF: Comissão de Valores Mobiliários, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cvm-n-30-de-11-de-maio-de-2021-318060037>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução CNPC nº 50, de 16 de fevereiro de 2022**. Dispõe sobre a elaboração e divulgação da política de investimentos pelas entidades fechadas de previdência complementar - EFPC. Brasília, DF: Conselho Nacional de Previdência Complementar, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-50-de-16-de-fevereiro-de-2022-380028343>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023**. Dispõe sobre o envio de informações pelas entidades fechadas de previdência complementar - EFPC à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-previc-n-23-de-14-de-agosto-de-2023-498765573>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução CNPC nº 59, de 13 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre o envio de informações atuariais pelas entidades fechadas de previdência complementar - EFPC ao órgão fiscalizador. Brasília, DF: Conselho Nacional de Previdência Complementar, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cnpc-n-59-de-13-de-dezembro-de-2023-529360383>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.803, de 10 de janeiro de 2024**. Altera as Leis nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a opção do regime de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14803.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria de Previdência (SPREV). Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SURPC). **A economia comportamental a favor da previdência privada: guia para entidades de previdência privada e seguradoras**. Brasília, DF: SPREV/SURPC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/sprev-surpc-guiaecocompb.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. Solvência fiscal de longo prazo dos regimes próprios de previdência dos estados e municípios. **Texto para Discussão - IPEA**, v. 2195, p. 40, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/3dfbdda6-fda4-437b-a708-e589c77865d2> Acesso em: 31 ago. 2025.

CAMPOS FILHO, Antonio Claret. **Aplicando *insights* comportamentais para o aprimoramento de políticas públicas: a ferramenta SIMPLES MENTE**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA NO CAMPO DE PÚBLICAS (ANEPCP), 3., Natal, 2019. Anais. Natal: ANEPCP, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339177548_Aplicando_insights_comportamentais_para_o_aprimoramento_de_politicas_publicas_a_ferramenta_SIMPLES_MENTE Acesso em 03 set. 2025.

CAMPOS FILHO, Antonio Claret. **Aplicando *insights* comportamentais para o aprimoramento de políticas públicas: a ferramenta SIMPLES MENTE**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4895> Acesso em: 03 set. 2025.

CAMPOS FILHO, Antonio Claret; SIGORA, João; BONDUKI, Manuel. **Ciências comportamentais e políticas públicas: o uso do SIMPLES MENTE em projetos de inovação**. Brasília: Enap, 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5219> Acesso em: 31 ago. 2025.

CARDELLA, Eric; KALENKOSKI, Charlene M.; PARENT, Michael. Less is not more: 401(k) plan information and retirement planning choices. **Journal of Pension Economics and Finance**, p. 1–21, 2021.

CAVALCANTE, Pedro et al. **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2989> Acesso em: 31 ago. 2025.

CHATER, Nick. **The mind is flat: The illusion of mental depth and the improvised mind**. Penguin UK, 2018.

CHATER, Nick; LOEWENSTEIN, George. The i-frame and the s-frame: How focusing on individual-level solutions has led behavioral public policy astray. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 46, 5 set. 2023.

CHOI, James J. Contributions to Defined Contribution Pension Plans. **Annual Review of Financial Economics**, v. 7, p. 161–178, 2015.

COORDENAÇÃO GERAL DE INOVAÇÃO E CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS (CINCO). **Guia Metodológico CINCO**. 2025a. Acesso em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/inovacao-governamental-carreiras-transversais/inovacao-governamental/cinco/cincopedia/guia-metodologico/view> Acesso em: 31 ago. 2025.

COORDENAÇÃO GERAL DE INOVAÇÃO E CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS (CINCO). **Jornada de Investigação de Problemas Comportamentais em Políticas Públicas**. 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/inovacao-governamental-carreiras-transversais/inovacao-governamental/cinco/projetos/relatorio-1a-jornada.pdf> Acesso em: 31 ago. 2025.

COORDENAÇÃO GERAL DE INOVAÇÃO E CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS (CINCO). 1ª Jornada de Investigação de Problemas Comportamentais em Políticas Públicas. **Relatório da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro (RJPREV)**. 2025c. Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/inovacao-governamental-carreiras-transversais/inovacao-governamental/cinco/projetos/jornada_rjprev_relatorio_atual.pdf Acesso em: 31 ago. 2025.

COORDENAÇÃO GERAL DE INOVAÇÃO E CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS (CINCO). **Manifesto Ético CINCO**. 2025d. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/inovacao-governamental-carreiras-transversais/inovacao-governamental/cinco/manifesto-etico> Acesso em: 31 ago. 2025.

CRONQVIST, Henrik; THALER, Richard H.; YU, Frank. When Nudges are Forever: Inertia in the Swedish Premium Pension Plan. **SSRN Electronic Journal**, p. 153–158, 2018.

CUSCHIERI, Sarah. The CONSORT statement. **Saudi Journal of Anaesthesia**, v. 13, n. Suppl 1, p. S27-S30, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30930716/> Acesso em: 31 ago. 2025.

DUCH, Raymond *et al.* Choice architecture improves pension selection. **Applied Economics**, v. 53, n. 20, p. 2256–2274, 2021.

FREDERICK, Shane; LOEWENSTEIN, George; O'DONOGHUE, Ted. Time discounting and time preference: A critical review. **Journal of Economic Literature**, v. 40, n. 2, p. 351–401, 2002.

GALLE, Brian. Tax, command... or nudge? Evaluating the new regulation. **Texas Law Review**, v. 92, n. 4, p. 837–894, 2014.

GARCÍA, Jesús María; VILA, José. Financial literacy is not enough: The role of nudging toward adequate long-term saving behavior. **Journal of Business Research**, v. 112, n. January, p. 472–477, 2020.

GIAMBIAGI, Fabio; PINTO, Felipe; ROTHMULLER, Leandro. **Reforma previdenciária em 2019: elementos para uma tomada de decisão**. 2018. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/15740> Acesso em: 31 ago. 2025.

GOSS-SAMPSON, Mark. **Statistical Analysis in JASP-A Students Guide v0. 10.2**. Book. 2019. Disponível em: <https://jasp-stats.org/wp-content/uploads/2025/07/Statistical-Analysis-in-JASP-A-guide-for-students-2025.pdf> Acesso em: 31 ago. 2025.

GREGOR, Shirley; LEE-ARCHER, Brian. The digital nudge in social security administration. **International Social Security Review**, v. 69, n. 3–4, p. 63–83, 2016.

GRÜNE-YANOFF, Till; HERTWIG, Ralph. Nudge Versus Boost: How Coherent are Policy and Theory? **Minds and Machines**, v. 26, n. 1–2, p. 149–183, 2016.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAGEN, Johannes; HALLBERG, Daniel; LINDQUIST, Gabriella Sjögren. A nudge to quit? The effect of a change in pension information on annuitisation, labour supply and retirement choices among older workers. **The Economic Journal**, v. 132, n. 643, p. 1060–1094, 2022.

HALLSWORTH, M. Making sense of the “do nudges work?” debate. **Behavioral Scientist**, v. 2, 2022. Disponível em: <https://behavioralscientist.org/making-sense-of-the-do-nudges-work-debate/> Acesso em: 31 ago. 2025.

HALLSWORTH, M. **A manifesto for applying behavioural science**. *Nature Human Behaviour*, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 310-322, mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41562-023-01555-3>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36941468/> Acesso em: 30 ago. 2025.

HANSEN, Pelle Guldberg. The definition of nudge and libertarian paternalism: does the hand fit the glove? **European Journal of Risk Regulation**, v. 7, n. 1, p. 155-174, 2016.

HANSEN, Pelle Guldberg. What are we forgetting? **Behavioural Public Policy**, v. 2, n. 2, p. 190–197, 2018.

HANSEN, Pelle Guldberg. **Theory of Planned Behaviour, or Theory of Plain Illusion?** iNudgeyou, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://inudgeyou.com/en/puzzles-pieces-theory-of-planned-behaviour-or-theory-of-plain-illusion/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

HERSHFIELD, Hal E.; SHU, Stephen; BENARTZI, Shlomo. Temporal reframing and participation in a savings program: A field experiment. **Marketing Science**, v. 39, n. 6, p. 1039–1051, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 ago. 2025.

KAHNEMAN, Daniel. Maps of bounded rationality: a perspective on intuitive judgment and choice. **The Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel**, n. December, p. 449–489, 2002.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect theory: An analysis of decision under risk. **Econometrica**, v. 47, p. 278, 1979.

KNOLL, Melissa AZ. The role of behavioral economics and behavioral decision making in Americans' retirement savings decisions. **Soc. Sec. Bull.**, v. 70, p. 1, 2010.

KRONCKE, Charles. Nudging toward a stable retirement. **Politics and the Life Sciences**, v. 37, n. 1, p. 126–129, 2018.

LEPENIES, Robert; MAŁECKA, Magdalena. The ethics of behavioural public policy. In: **The Routledge handbook of ethics and public policy**. Routledge, 2018. p. 513-525.

LOEWENSTEIN, George; CHATER, Nick. Putting nudges in perspective. **Behavioural Public Policy**, v. 1, n. 1, p. 26–53, 2017.

LUZ, Rodrigo Ribeiro da. **APLICAÇÃO DE ARQUITETURA DE ESCOLHA COM UTILIZAÇÃO DE ELEMENTOS DAS CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS EM PREVIDÊNCIA: UMA REVISÃO DE ESCOPO**. In: Anais do Congresso Internacional de Gestão da Previdência Social - Congeps. Anais. Brasília (DF) Instituto Serzedelo Côrrea, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/congeps2022/556553-aplicacao-de-arquitetura-de-escolha-com-utilizacao-de-elementos-das-ciencias-comportamentais-em-previdencia-uma->. Acesso em: 31 ago. 2025.

MABBETT, Deborah. The ghost in the machine: Pension risks and regulatory responses in the United States and the United Kingdom. **Politics and Society**, v. 40, n. 1, p. 107–129, 2012.

MADRIAN, Brigitte C.; SHEA, Dennis F. The power of suggestion: Inertia in 401 (k) participation and savings behavior. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 116, n. 4, p. 1149-1187, 2001.

METELLO, Daniela Gomes. **Design etnográfico em políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018. 72 p. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3524/4/livroamarelo_DIGITAL.pdf Acesso em: 31 ago. 2025.

MONROY CELY, Daniel Alejandro. Nudges y decisiones inconscientes: sesgo de statu quo y políticas públicas en Colombia. **Desafíos**, v. 29, n. 1, p. 211, 2017.

MUIR, Dana M. Choice architecture and the locus of fiduciary obligation in defined contribution plans. **Iowa Law Review**, v. 99, n. 1, p. 1–55, 2013.

MUIR, Dana M. How Behavioral Science Ultimately Fails Retirement Savers: A Noble Experiment. **American Business Law Journal**, v. 56, n. 4, p. 707–770, 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Behavioural Insights and Public Policy: Lessons from Around the World**, OECD Publishing, Paris: OECD, 2017. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/behavioural-insights-and-public-policy_9789264270480-en.html Acesso em: 31 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Tools and Ethics for Applied Behavioural Insights: The BASIC Toolkit**. OECD Publishing, Paris, 2019. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/tools-and-ethicsfor-applied-behavioural-insights-the-basictoolkit_9ea76a8f-en.html Acesso em: 31 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recommendation of the Council for the Good Design of Defined Contribution Pension Plans**. OECD Publishing, Paris, 2022. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0467>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Social security: a new consensus**. Geneva, International Labour Office, 2001. Disponível em: <https://www.ilo.org/publications/social-security-new-consensus> Acesso em: 31 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). DEPARTMENT OF INTERNATIONAL ECONOMIC. **World Population Ageing, 2019**. ONU, 2020. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3907988/files/WorldPopulationAgeing2019-Report.pdf> Acesso em: 31 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). DEPARTMENT OF INTERNATIONAL ECONOMIC. **World Population Prospects 2022**. ONU, 2022. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf Acesso em: 31 ago. 2025.

PEREIRA, Antonio Gualberto; AFONSO, Luís Eduardo. Automatic enrollment and employer match: an experiment with the choice of pension plans. **Revista de Gestão**, v. 27, n. 3, p. 281–299, 2020.

PORTO, V.; CAETANO, M. A. A previdência dos servidores públicos federais: um regime sustentável? **VIII Congresso CONSAD de Gestão Pública**, 2015. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/2236> Acesso em: 31 ago. 2025

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 6.243, de 21 de maio de 2012**. Dispõe sobre a instituição do Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/5c51fc76818621e883257a0b005ca92f?OpenDocument>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SECUNDA, Paul M. The behavioral economic case for paternalistic workplace retirement plans. **Indiana Law Journal**, v. 91, n. 2, p. 505–548, 2016.

SHEERAN, Paschal. Intention—behavior relations: a conceptual and empirical review. **European review of social psychology**, v. 12, n. 1, p. 1-36, 2002.

SIDONE, Otávio José Guerci; AFONSO, Luís Eduardo. ***Economia da previdência [recurso eletrônico]: teoria, desenho e avaliação***. Colaboração de Ana Cristina de Souza Queiroz; Emmilly Elisabeth César Félix. São Paulo: FEA/USP, 2025. 501 p. ISBN 978-85-61522-07-0 (e-book). DOI: 10.11606/9788561522070. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1642> Acesso em: 31 ago. 2025.

SIGG, Roland. **A global overview on social security in the age of longevity**. p. 155–177, 2005. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/unpd_e gm_200508_09_sigg.pdf Acesso em: 31 ago. 2025.

SUNSTEIN, Cass R. **Behavioral science and public policy**. Cambridge University Press, 2020.

THALER, Richard H.; BENARTZI, Shlomo. Save more tomorrow™: Using behavioral economics to increase employee saving. **Journal of political Economy**, v. 112, n. S1, p. S164-S187, 2004.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R.; BALZ, John P. Choice architecture. **The behavioral foundations of public policy**, v. 25, p. 428-439, 2013.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass. **Nudge: The Final Edition**. London: Penguin Books, 2021.

THE BEHAVIOURAL INSIGHTS TEAM (BIT). **Test, Learn, Adapt: Developing Public Policy with Randomised Controlled Trials**. 2013. Disponível em: <https://www.bi.team/publications/test-learn-adaptdeveloping-public-policy-with-randomised-controlledtrials/> Acesso em: 31 ago. 2025.

THE BEHAVIOURAL INSIGHTS TEAM (BIT). **EAST. Four simple ways to apply behavioural insights**. 2014. Disponível em: <https://www.bi.team/wp-content/uploads/2014/04/BITEAST-handbook.pdf> Acesso em: 31 ago. 2025.

THE BEHAVIOURAL INSIGHTS TEAM (BIT). **Target, Explore, Solution, Trial, Scale. An introduction to running simple behavioural insights project.** 2022. Disponível em: <https://www.bi.team/wpcontent/uploads/2022/11/BITHandbook-How-to-run-simple-BI-projects.pdf> Acesso em: 31 ago. 2025.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases: Biases in judgments reveal some heuristics of thinking under uncertainty. **Science**, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna.** Cengage Learning, 2006.

XIAO, Yu; WATSON, Maria. Guidance on Conducting a Systematic Literature Review. **Journal of Planning Education and Research**, v. 39, n. 1, p. 93–112, 2019.

Cartilha de aplicação de ciências comportamentais na previdência complementar dos entes federativos do Brasil

Rodrigo Ribeiro da Luz – 2025

enap

Nota de transparência: Esta cartilha foi elaborada com base nos resultados do trabalho de conclusão de curso (TCC) do autor, apresentado ao Programa de Doutorado Profissional em Políticas Públicas da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) como requisito para obtenção do título de doutor. Recursos de inteligência artificial foram utilizadas com o objetivo de auxiliar a adaptação e condensação do conteúdo do TCC à cartilha.

Projeto gráfico: Júlia Theodoro



SUMÁRIO

03.

SEÇÃO 01

Introdução

11.

15.

SEÇÃO 02

Adesão

SEÇÃO 03

Cobertura

21.

29.

SEÇÃO 04

Customização

SEÇÃO 05

Considerações Finais

O QUE É ESTA CARTILHA?

Este guia apresenta a aplicação das ciências comportamentais em políticas públicas da previdência complementar dos entes federativos no Brasil. Ele foi pensado especialmente para gestores e formuladores de políticas públicas do regime de previdência complementar, que enfrentam diariamente desafios na tomada de decisão e no desenho de soluções para os participantes dos fundos de pensão.

QUAL É O OBJETIVO?

O objetivo é oferecer um caminho prático e acessível para identificar pontos de alavancagem, mostrando como as ciências comportamentais podem funcionar como uma lente analítica capaz de melhorar a compreensão da dimensão comportamental das políticas e ações, complementando e aprimorando as ferramentas tradicionais de políticas públicas.

COMO USAR?

A proposta é que esse guia seja utilizado para ilustrar, inspirar, orientar e servir como repositório de insights sobre aplicação de ciências comportamentais em situações práticas e problemas concretos da previdência complementar, apoiando a construção de políticas públicas mais efetivas e alinhadas ao comportamento real dos participantes dos planos de benefícios.

O QUE É PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR?

A previdência complementar é uma forma de **proteção** adicional para a aposentadoria, que funciona de maneira independente da previdência pública. Sua adesão é facultativa e o valor do benefício depende das contribuições acumuladas pelo trabalhador ao longo da carreira, no chamado regime de capitalização.

O regime de previdência complementar é aplicado aos servidores públicos que ingressaram na administração pública após a data de publicação da lei que instituiu o correspondente regime no ente federativo. Seus planos de benefícios devem ser exclusivamente da modalidade contribuição definida, podendo ser operado tanto por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) quanto por entidades abertas de previdência complementar (EAPC).

É proibido que os entes federativos contribuam com recursos para a previdência complementar, exceto na condição de patrocinadores, caso em que sua contribuição normal não pode ultrapassar a do participante.

A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, determinou a **obrigatoriedade** de instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC) para os servidores públicos titulares de cargo efetivo de todos os entes federativos que possuam Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).



Público Potencial:

- Potencial no longo prazo: ***1,4 milhão de participantes**
- 93% dos entes aprovaram lei de instituição (**cobrem 99% do público potencial**)
- 39% dos entes aprovaram lei e convênio de adesão (**cobrem 90% do público potencial**)

25 EFPC atuando:

- Origem: 12 natureza pública e 13 natureza privada

Entes Federativos com CRP irregular:

- 140 por falta de lei de instituição
- 47 que não atenderam notificação para regularização de lei
- 86 por falta de convênio de adesão (admitiram novos servidores acima do teto RGPS)

Capitais pendentes:

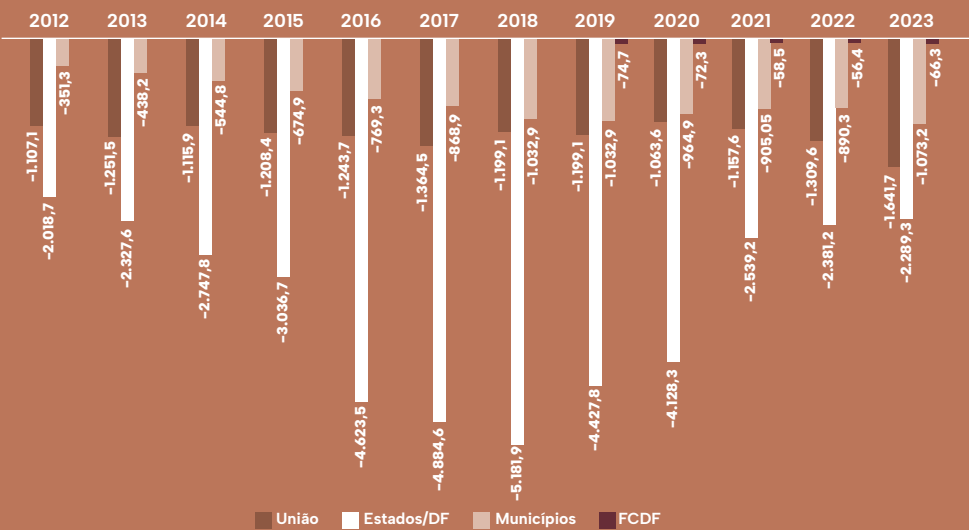
Sem lei: Belém, Maceió

Sem convênio: Goiânia, Macapá, Natal, Palmas, São Luís

SITUAÇÃO GERAL	ESTADOS/DF	CAPITAIS	MUNICÍPIOS	TOTAL	%
RPC Instituído (lei) e vigente (convênio)	25	19	796	840	39%
RPC Instituído (lei) e não vigente (só lei)	1	5	1156	1162	54%
RPC não instituído (sem lei)	1	2	137	140	7%
TOTAL	27	26	2089	2142	100%

Previdência complementar do servidor público nos entes federativos. Fonte: Previc e Sistema de Gestão de Consultas e Normas – GESCON – Atualização: Previc – 10.07.25 e Gescon – 05.08.25.

O DÉFICIT ATUARIAL



Evolução do resultado atuarial dos entes federativos no Brasil (2012 – 2023) –
Bilhão de R\$. Fonte: Estados e Municípios: DRPPS/SRPC/MPS – CADPREV

A população mundial está envelhecendo rapidamente, e os países enfrentam o desafio de garantir renda adequada aos idosos sem sobrecarregar as gerações mais jovens ou comprometer suas economias. Essa realidade pressiona os sistemas de previdência e gera preocupações sobre sustentabilidade financeira e ampliação da cobertura, especialmente em países de baixa e média renda, onde o envelhecimento ocorre de forma mais acelerada. No Brasil, além do envelhecimento populacional, há forte pressão fiscal que levou a várias reformas previdenciárias desde 1988. A mais recente, em 2019, obrigou todos os entes federativos a criarem regime RPC para seus servidores, permitindo limitar os benefícios ao teto do RGPS. Essa medida buscou equilibrar as contas e incentivar a poupança previdenciária complementar.

As reformas voltadas aos servidores públicos seguiram um caminho de mudanças graduais e incrementais. Essa estratégia ajudou a reduzir os custos políticos, mas também diluiu o impacto fiscal, já que os resultados positivos só aparecem ao longo de longos períodos de transição.

CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Não existe consenso entre especialistas sobre a definição de ciências comportamentais. Alguns entendem o campo de forma ampla, incluindo diversas disciplinas que estudam o comportamento humano, enquanto outros defendem uma definição mais restrita, com maior coesão teórica e metodológica. Apesar dessas diferenças, as ciências comportamentais vêm sendo aplicadas com sucesso em políticas públicas em vários países. O foco principal é compreender como as pessoas realmente se comportam, já que muitas vezes se afastam do modelo do “agente racional”. Assim, busca-se oferecer soluções práticas para problemas concretos da população.

Nas últimas décadas, essas abordagens se difundiram, dando origem a publicações, redes e instituições dedicadas ao tema. Na previdência social, há exemplos marcantes, como o uso de escolhas-padrão para aumentar a adesão a planos, o ajuste automático de contribuições conforme o salário e a criação de padrões inteligentes que orientam melhores decisões de investimento.

EXEMPLOS DE APLICAÇÃO

Nos últimos anos, diversos países e organismos internacionais têm incorporado as ciências comportamentais no desenho e aprimoramento de políticas públicas, reconhecendo seu potencial para alinhar decisões às formas de comportamento humano.

A nível internacional, destacam-se organizações como a OCDE, Banco Mundial, Behavioural Insight Team (BIT), The Applied Behavioural Science Centre (iNudgeyou). No Brasil, destaca-se a atuação da CINCO, unidade pioneira de ciências comportamentais do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos criada em 2023, e a ferramenta SIMPLES MENTE, que aborda a aplicação prática de insights comportamentais em políticas públicas no Brasil.

O programa Save More Tomorrow (SMarT®) foi criado para ajudar trabalhadores a aumentar sua poupança para a aposentadoria de forma simples e gradual. A proposta consiste em vincular o aumento da taxa de contribuição previdenciária a futuros reajustes salariais, evitando a sensação de perda de renda imediata. Os resultados mostraram que a adesão ao programa elevou significativamente as taxas de poupança, tornando-o um dos exemplos mais influentes do uso de ciências comportamentais na previdência.



Apesar de reconhecerem a importância da previdência complementar, muitos indivíduos não concretizam suas intenções devido a limitações cognitivas. Com base em recomendações da OCDE, foram identificados pontos de alavancagem, considerados como momentos críticos em que intervenções comportamentais podem potencializar decisões e gerar maior impacto no sistema.

PONTOS DE ALAVANCAGEM	CONTEXTO
ADESÃO	Ao ingressar na administração pública, o servidor efetivo pode optar por aderir ou não ao fundo de pensão de previdência complementar oferecido pelo seu ente federativo.
MIGRAÇÃO	Os servidores efetivos que ingressaram na administração pública antes da implementação do regime de previdência complementar podem optar por migrar para esse regime, recebendo muitas vezes um benefício especial proporcional às contribuições previdenciárias vertidas para o ente federativo sobre os valores acima do teto do RGPS no futuro.
CONTRIBUIÇÃO	O participante deve escolher qual a alíquota de contribuição irá incidir na sua base de cálculo para a contribuição previdenciária complementar, geralmente dentro de um limite e com <i>steps</i> definidos.
SEGURO	Geralmente, os participantes de planos de benefício complementar, especialmente os do tipo contribuição definida, possuem a faculdade de optar por seguros para caso de morte ou invalidez.
LONGEVIDADE	Devido à probabilidade de um participante viver mais do que o estabelecido na tábua de mortalidade utilizada para o cálculo do seu benefício, ele pode optar por mecanismos de proteção que o ajudem a recompor o valor do seu benefício nesses casos.
INSTITUTOS	Institutos são dispositivos que facultam ao participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com o ente federativo antes da aquisição do direito ao benefício pleno, optar por receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção.
INVESTIMENTO	Participantes devem decidir entre os diferentes perfis de risco-retorno das carteiras de investimentos oferecidas pelo plano de benefícios, levando em consideração seu atual estágio do ciclo de vida, sua dotação financeira e sua propensão ao risco.
BENEFÍCIO	O segurado precisa decidir a forma de cálculo do seu benefício e quanto eventualmente receberá à vista no ato da aposentadoria.
TRIBUTAÇÃO	No regime de tributação regressivo, a alíquota do imposto de renda diminui ao longo do tempo. No regime de tributação progressivo, a alíquota é maior conforme aumenta o valor do benefício recebido.
DEPENDENTES	Diferentemente dos regimes previdenciários compulsórios (RGPS e RPPS), que possuem designação legal dos dependentes, na previdência complementar é possível escolher quem será seu dependente no fundo de pensão, que não precisa ser necessariamente seu herdeiro ou familiar.

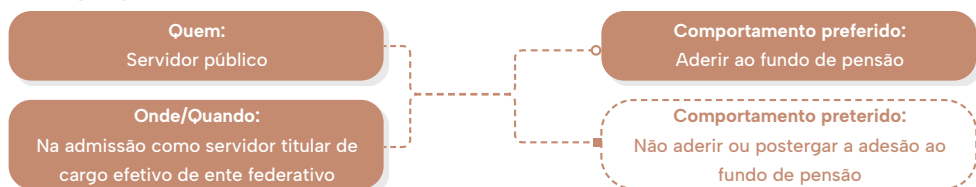
Pontos de alavancagem e contexto relacionados ao RPC dos entes federativos. Fonte: Elaborado pelo autor.

PONTOS DE DECISÃO

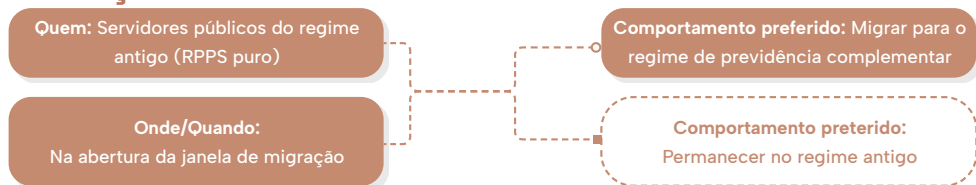
Os pontos de decisão comportamentais mostram os momentos em que os indivíduos precisam fazer escolhas importantes sobre sua previdência complementar, como aderir ao plano, definir quanto vai contribuir ou escolher um perfil de investimento.

Nessa etapa, é importante organizar essas situações de forma simples: identificamos quem decide, o que deve ser escolhido e quando e onde essa decisão acontece. Esse passo ajuda a entender melhor os desafios enfrentados pelos participantes, criando soluções que potencializem escolhas mais conscientes e alinhadas com o futuro que cada um deseja.

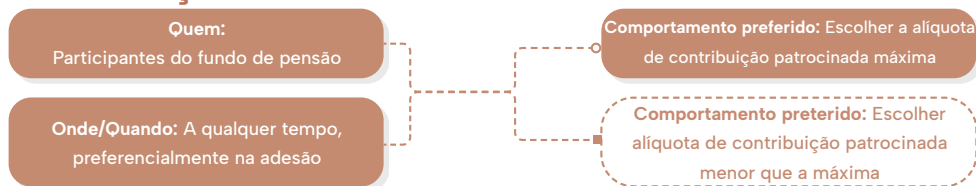
ADESÃO



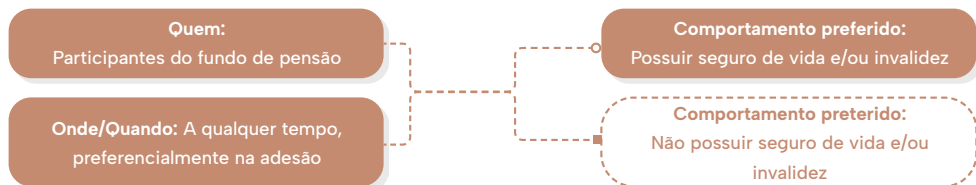
MIGRAÇÃO



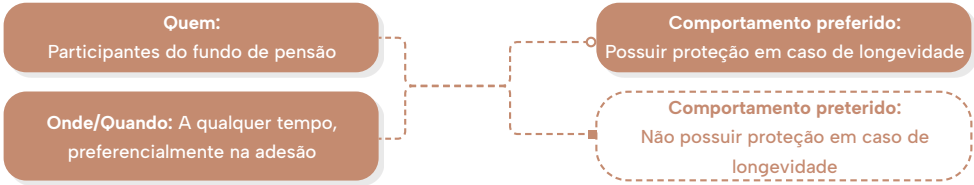
CONTRIBUIÇÃO



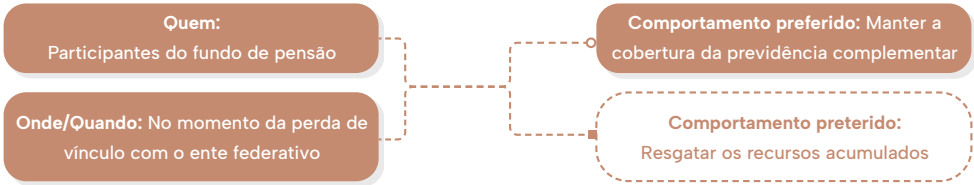
SEGURO



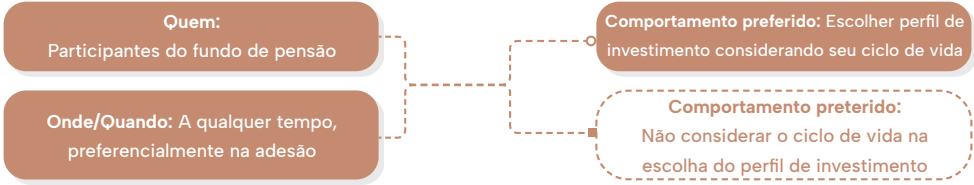
LONGEVIDADE



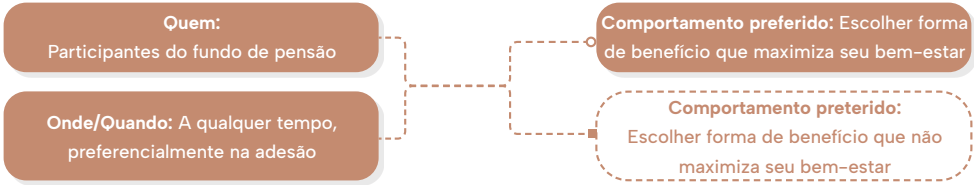
INSTITUTOS



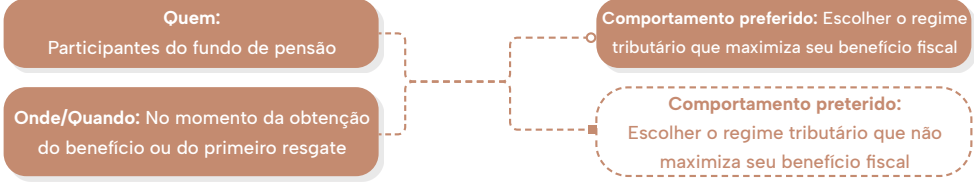
INVESTIMENTO



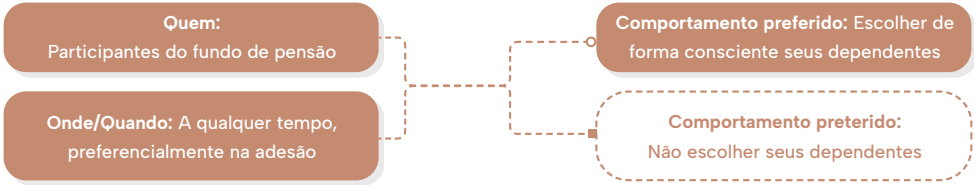
BENEFÍCIO



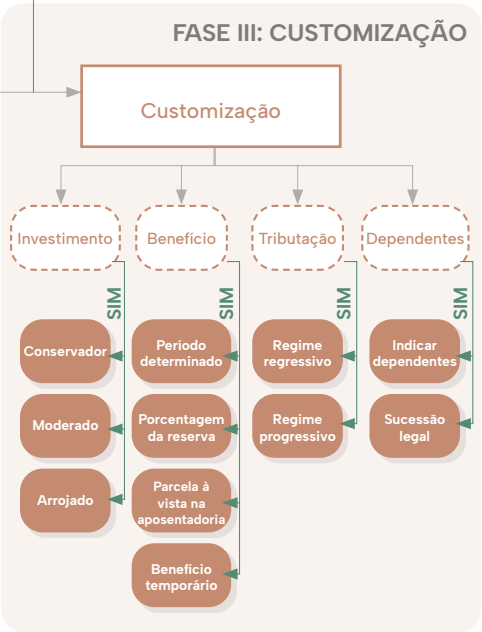
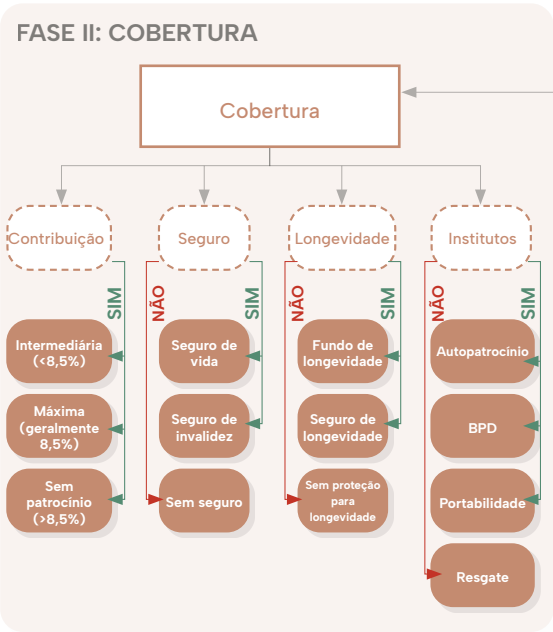
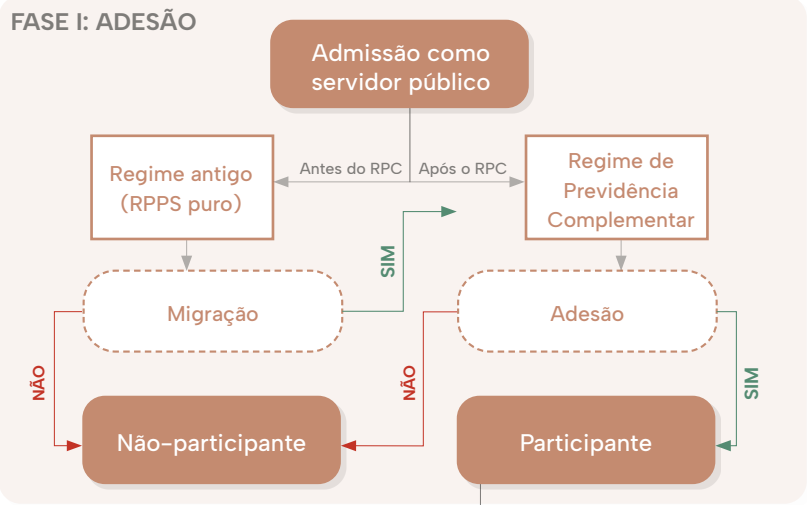
TRIBUTAÇÃO



DEPENDENTES



FLUXOGRAMA COMPORTAMENTAL



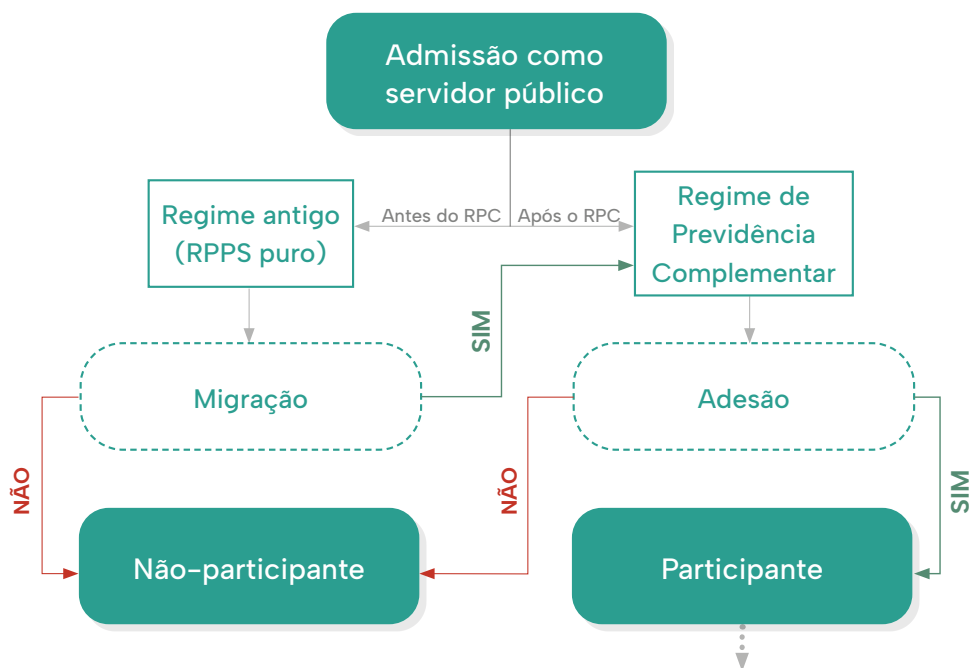
Fonte: Elaboração do autor com base em OCDE (2019, p. 61 a 64).

FASE I: ADESÃO

Esta seção aborda o ingresso dos servidores na previdência complementar dos entes federativos, destacando a adesão e a migração como decisões centrais no Regime de Previdência Complementar (RPC).

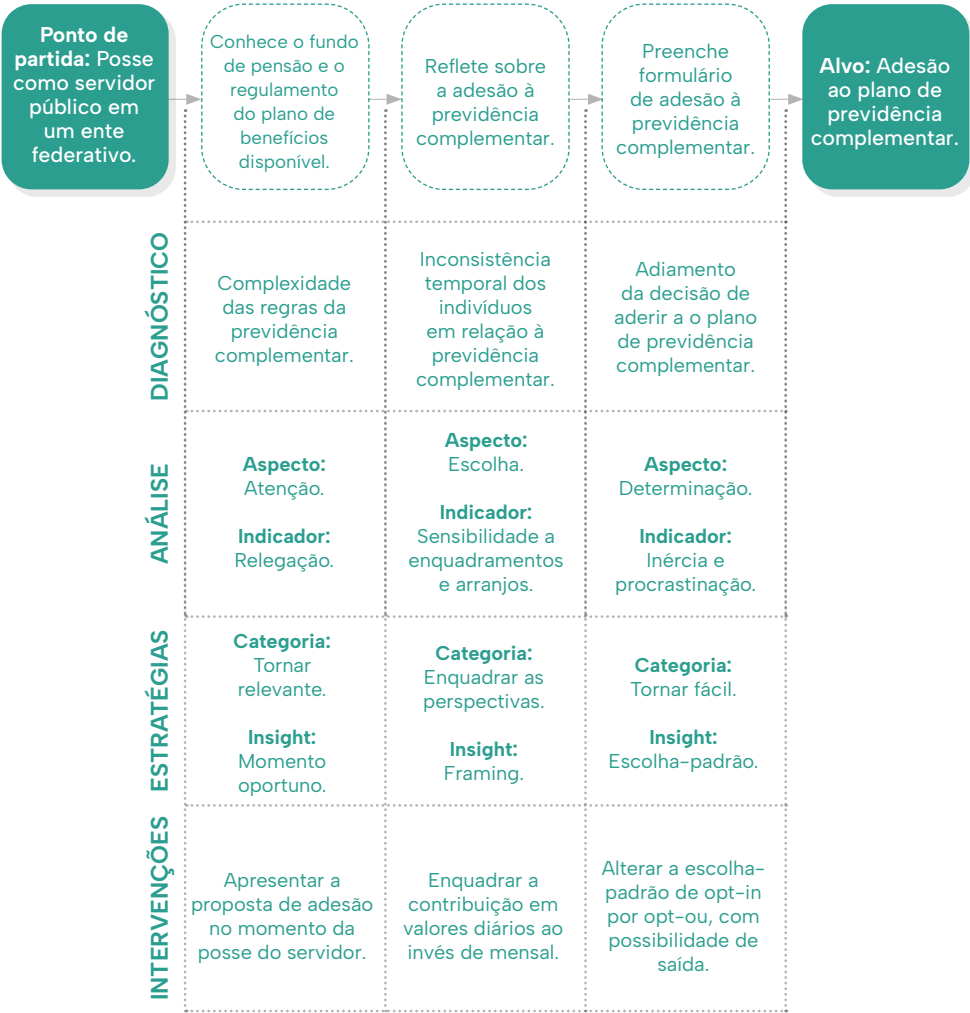
Na adesão, o servidor que ingressa na administração pública pode optar por participar ou não do fundo de pensão de seu ente. A escolha é estratégica, pois amplia a cobertura previdenciária, garante incentivos fiscais e possibilita diversificação da renda na aposentadoria. Ainda assim, muitos servidores adiam ou rejeitam a adesão por inércia, falta de informação ou limitações cognitivas, abrindo mão de benefícios relevantes no longo prazo.

Já a migração é destinada aos servidores que ingressaram antes da criação do RPC e permanecem apenas no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Ao migrar, podem receber um benefício especial proporcional às contribuições já realizadas. Apesar das vantagens, como maior segurança e potencial de renda futura, muitos resistem à mudança, ignorando riscos atuariais e fiscais dos RPPS.



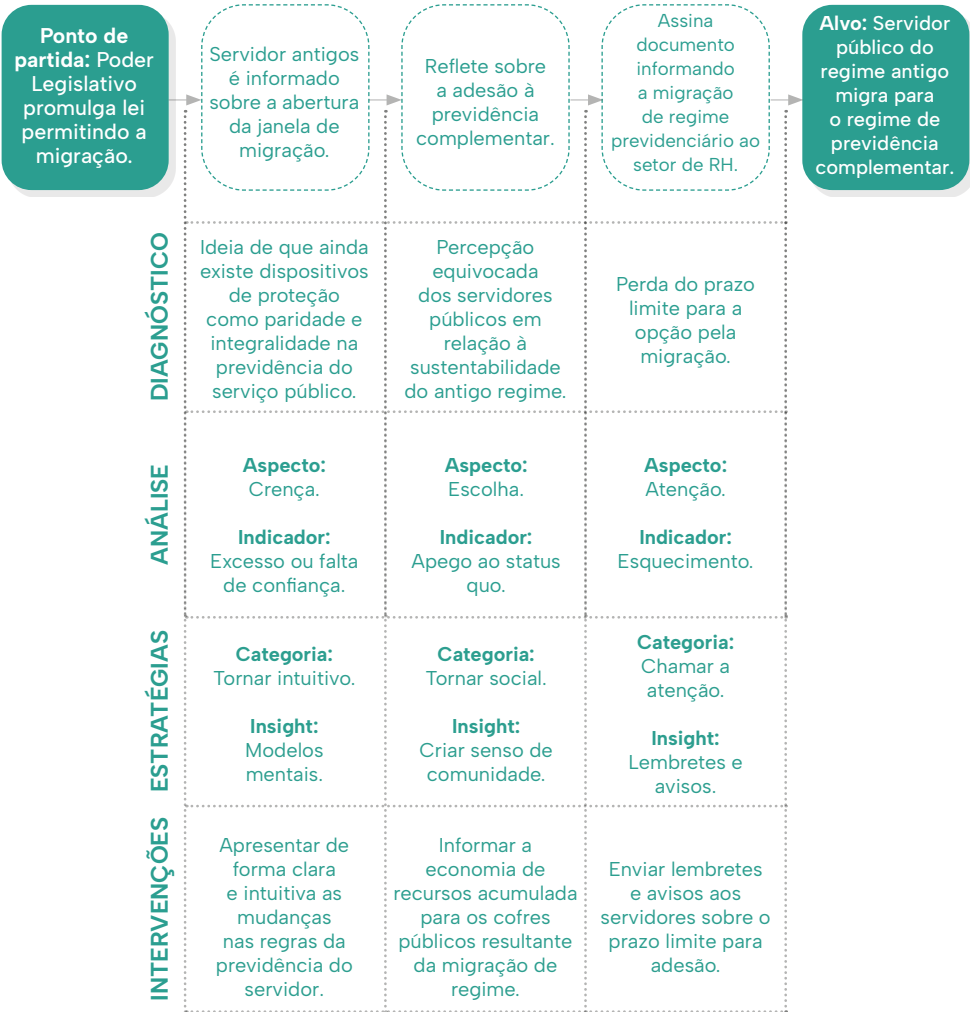
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE – ADEÇÃO

Na adesão, o servidor efetivo que ingressa na administração pública pode escolher participar ou não do fundo de pensão de previdência complementar oferecido pelo seu ente federativo. O problema comportamental em relação a adesão é que muitos servidores adiam ou optam por não aderir, mesmo que essa decisão traga vantagens claras, como maior cobertura previdenciária, incentivos tributários e financeiros e a diversificação das fontes de pagamento dos benefícios futuros.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE – MIGRAÇÃO

Muitos servidores públicos que permanecem no regime antigo de previdência (RPPS puro) optam por não migrar para o Regime de Previdência Complementar (RPC). Esse comportamento ocorre mesmo diante de vantagens como o recebimento de um benefício especial, maior segurança previdenciária e potencial de renda futura. A resistência à migração reflete vieses comportamentais, como a inércia e a aversão à mudança, além da dificuldade de avaliar riscos de longo prazo. Essa decisão pode resultar na perda de benefícios adicionais e na exposição à instabilidade fiscal e atuarial dos RPPS.



ESTUDO DE CASO: GATILHO DE ADESÃO AUTOMÁTICA PARA REMUNERAÇÕES QUE ULTRAPASSEM O TETO DO RGPS

Dois exemplos clássicos de aplicação bem-sucedida das ciências comportamentais em previdência, amplamente discutidos na literatura, são a adesão automática dos participantes aos planos de benefícios e a criação de mecanismos de gatilho que destinam parte de aumentos salariais futuros à poupança previdenciária. O caso mais emblemático deste segundo modelo é o programa Save More Tomorrow (SMarT®), de Thaler; Benartzi (2004), que demonstrou como pequenas mudanças na arquitetura de escolha podem gerar impacto significativo no acúmulo previdenciário de longo prazo.

Na previdência complementar dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, surgiu um caso prático que combina esses dois exemplos clássicos. A experiência inovadora criou um mecanismo de gatilho para adesão automática dos servidores ao fundo de pensão, integrando conceitos consagrados da economia comportamental. Essa iniciativa reduziu barreiras cognitivas e comportamentais que dificultavam a entrada dos servidores na previdência complementar, aumentando sua cobertura e segurança de longo prazo.

Um aspecto relevante do Regime de Previdência Complementar (RPC) dos entes federativos é que somente os servidores com salário acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) têm direito ao patrocínio do empregador. Assim, a adesão automática atinge apenas esse grupo, enquanto os servidores com remuneração inferior ao teto permanecem fora da cobertura dos fundos de pensão de seus entes. No entanto, muitos desses servidores ultrapassam esse limite salarial ao longo da carreira, devido às progressões previstas em seus planos de cargos e salários, adquirindo a prerrogativa de serem patrocinados no RPC.

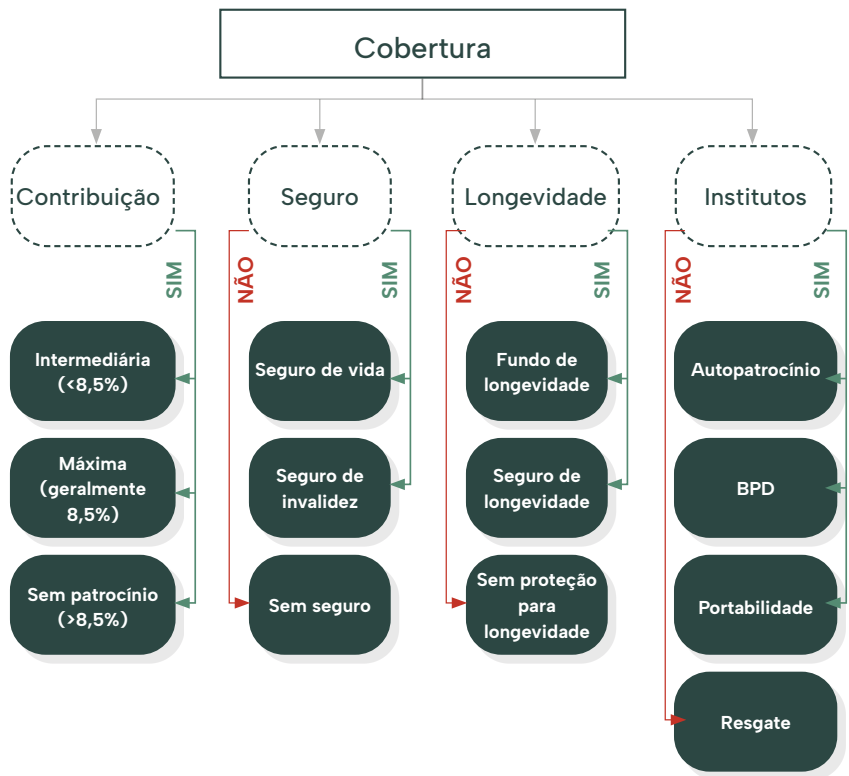
Na prática, a inércia, a procrastinação e a falta de atenção ao acompanhamento da relação entre salário e teto previdenciário faziam com que muitos servidores não realizassem sua adesão, mesmo conscientes das vantagens tributárias, financeiras e de cobertura que o plano poderia oferecer. Para enfrentar esse problema, o Estado do Rio de Janeiro inovou ao incluir em sua legislação a previsão de que servidores efetivos seriam automaticamente inscritos como participantes do fundo de pensão assim que sua remuneração ultrapassasse o teto do RGPS (Lei Estadual nº 6.243/2012, Art. 1º, §11, inciso II).

Dessa forma, ainda que de modo não plenamente intencional, o governo estadual utilizou insights comportamentais para resolver um problema concreto de política pública. A medida aumentou significativamente a proteção previdenciária de milhares de servidores, reduzindo barreiras comportamentais e fortalecendo o RPC como instrumento de sustentabilidade e segurança de renda no futuro.

FASE II: COBERTURA

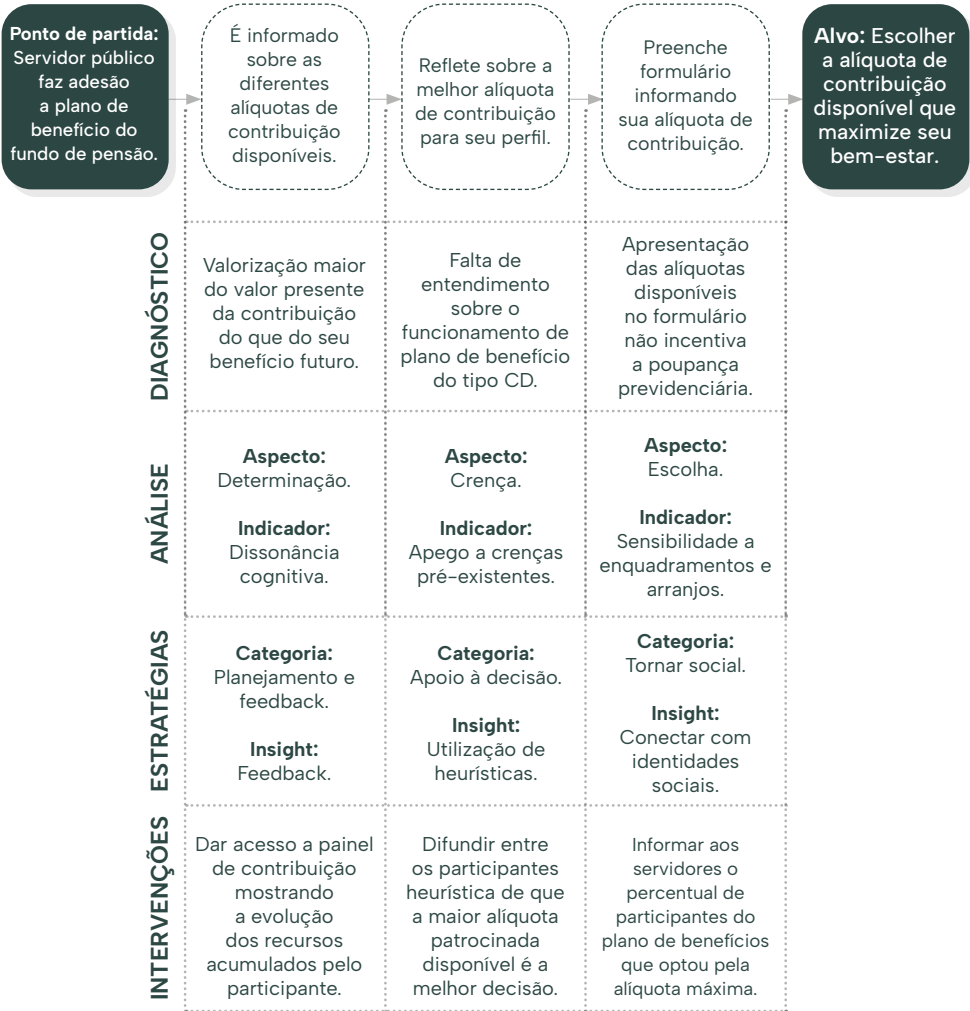
No Regime de Previdência Complementar, os participantes precisam tomar decisões que impactam diretamente em sua cobertura previdenciária. A primeira delas é a contribuição, quando o participante define a alíquota que incidirá sobre sua base de cálculo. Embora existam limites e faixas pré-estabelecidas, a escolha influencia diretamente o valor acumulado e o benefício final. Outra decisão importante envolve o seguro, geralmente disponível para casos de morte ou invalidez, permitindo maior proteção para o participante e sua família em situações imprevistas.

O tema da longevidade também é central, pois existe o risco de o participante viver além da expectativa de vida considerada pela tábua atuarial usada no cálculo do benefício. Para esse desafio, podem ser contratados mecanismos que prolongam a cobertura. Já os institutos representam alternativas para quem encerra o vínculo empregatício antes de se aposentar, permitindo manter ou resgatar recursos acumulados e oferecendo opções que preservam, em diferentes graus, a poupança previdenciária construída.



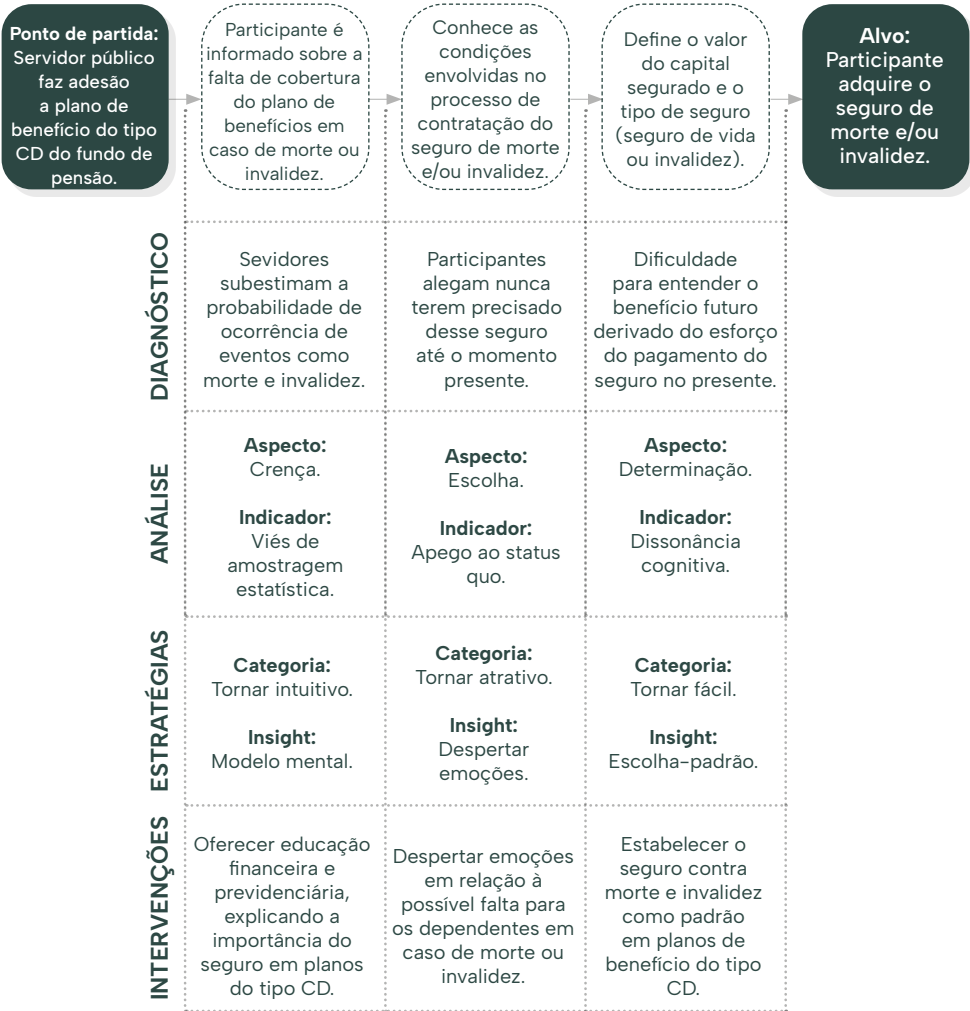
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE – CONTRIBUIÇÃO

Muitos participantes deixam de escolher a alíquota máxima de contribuição patrocinada disponível em seus planos de previdência complementar. Esse comportamento reduz a cobertura previdenciária, compromete o benefício futuro e significa perder a contrapartida do patrocinador, que poderia ampliar a poupança acumulada. A decisão é influenciada por vieses cognitivos, como foco no consumo presente e dificuldade em avaliar ganhos de longo prazo.



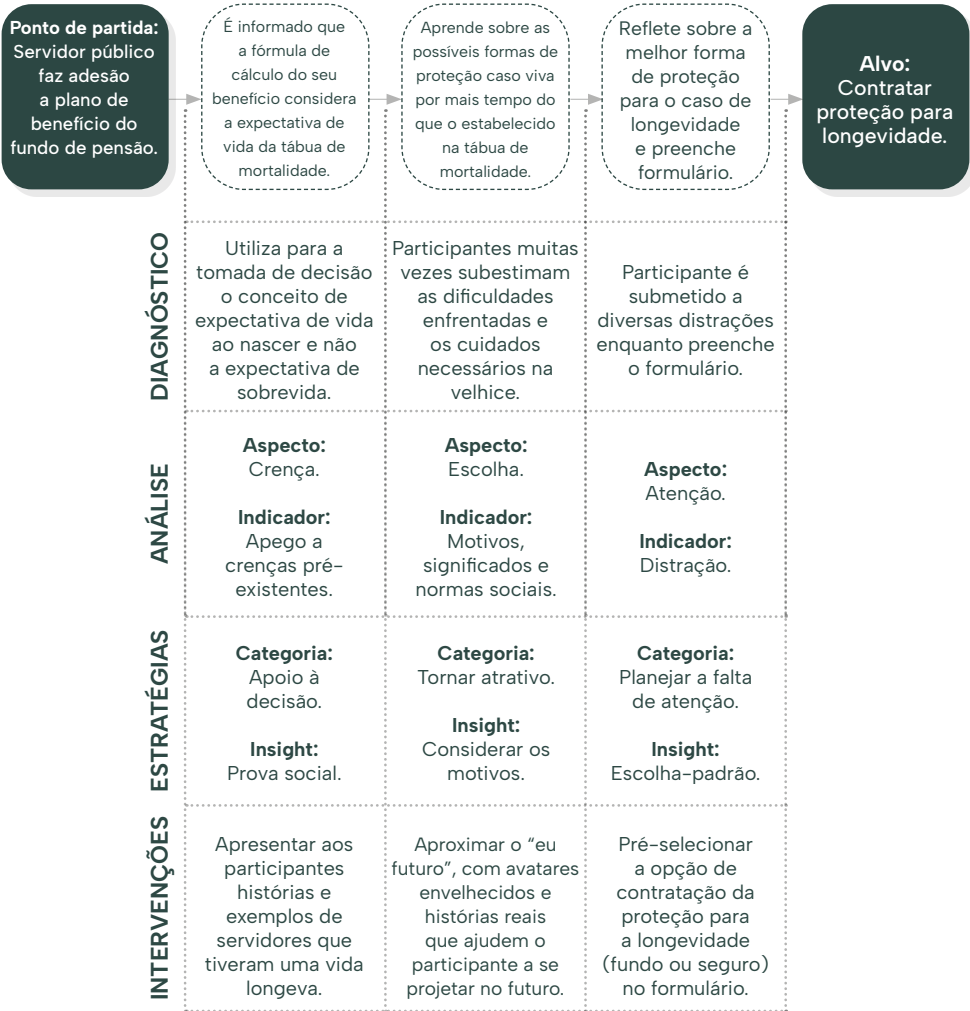
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE – SEGURO

Muitos participantes deixam de contratar seguro de vida e invalidez, mesmo sendo fundamental em planos de contribuição definida adotados pelos entes federativos. Essa decisão reduz a cobertura previdenciária e compromete a segurança financeira em situações de risco. O comportamento reflete inércia e subestimação de eventos imprevistos, prejudicando a proteção do participante e de sua família em momentos críticos.



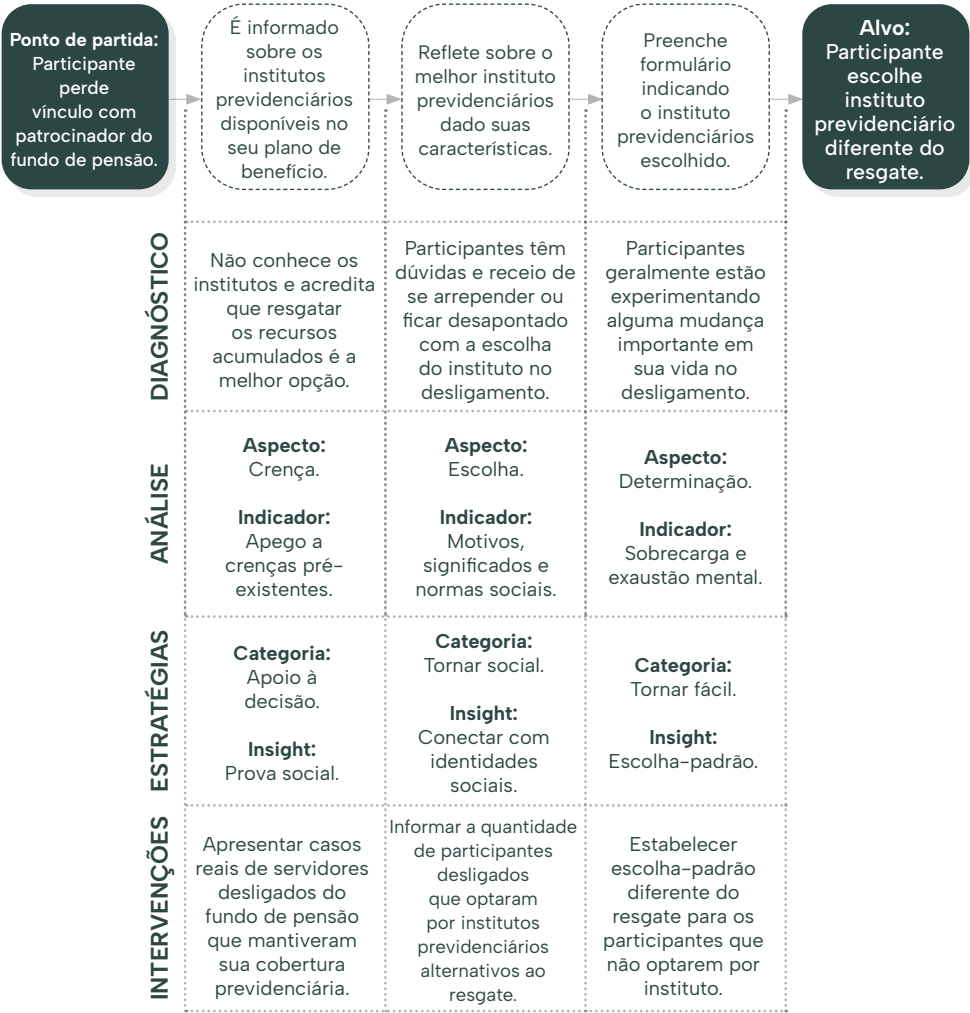
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE – LONGEVIDADE

Ao não contratar mecanismos de proteção contra a longevidade, participantes correm o risco de ficar sem benefício caso vivam além da expectativa de vida da tábua atuarial de seu plano. Esse comportamento demonstra dificuldade em lidar com horizontes de longo prazo e incerteza, comprometendo a sustentabilidade financeira durante a aposentadoria.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE – INSTITUTOS

Muitos participantes optam por resgatar os recursos acumulados, mesmo com a possibilidade de reduzir a cobertura previdenciária e perder parte do saldo. Essa escolha, motivada por necessidades imediatas ou falta de planejamento de longo prazo, compromete o objetivo central da previdência complementar: garantir renda futura e estabilidade financeira na aposentadoria.



ESTUDO DE CASO: FLEXIBILIZAÇÃO DO ACESSO AOS INSTITUTOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

Em 2022, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), órgão responsável pela regulação da previdência complementar no Brasil, promoveu uma importante revisão normativa sobre os institutos previdenciários. A medida, formalizada pela Resolução CNPC nº 50/2022, trouxe mudanças significativas nas regras aplicáveis ao benefício proporcional diferido, à portabilidade, ao resgate e ao autopatrocínio. O objetivo central foi reduzir assimetrias regulatórias e ampliar alternativas para situações enfrentadas pelos participantes, sobretudo em contextos emergenciais ou excepcionais que antes limitavam severamente suas opções.

Antes dessa revisão, não era permitido aos participantes dos fundos de pensão fechados realizar qualquer resgate parcial de valores acumulados sem que houvesse a cessação do vínculo empregatício. Essa rigidez normativa restringia a flexibilidade do sistema e levava muitos a optar pela saída definitiva do fundo em momentos de necessidade financeira. A partir da nova regulamentação, tornou-se possível realizar resgates parciais de contribuições facultativas e, em condições específicas previstas no regulamento de cada plano, também resgatar periodicamente parcelas limitadas das contribuições normais vertidas pelo próprio participante.

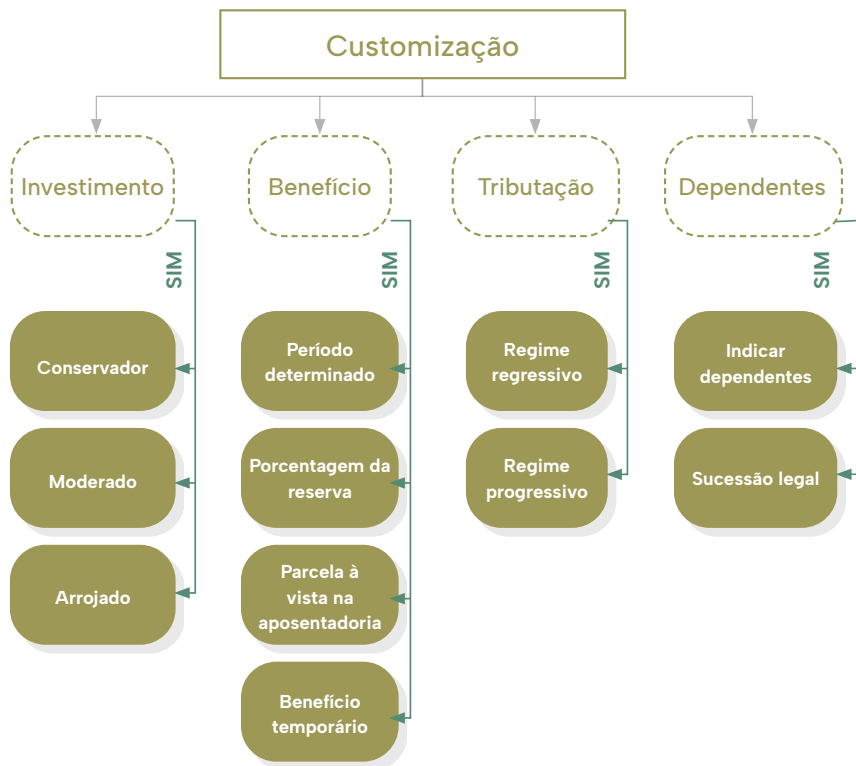
Outra inovação foi a possibilidade de optar pelo benefício proporcional diferido sem a exigência imediata da quebra do vínculo empregatício ou associativo, requisito que passa a ser aplicado apenas no momento da concessão do benefício. Além disso, a resolução autorizou que os participantes combinem de forma simultânea diferentes institutos, como resgate, portabilidade, benefício proporcional diferido e autopatrocínio, ampliando o leque de estratégias de gestão da poupança previdenciária. Também foi criada a possibilidade de realizar portabilidade entre planos de benefícios de um mesmo fundo de pensão, flexibilizando ainda mais a movimentação de recursos.

Essas mudanças representam um avanço importante no desenho regulatório da previdência complementar brasileira. Ao permitir maior flexibilidade no uso dos institutos, a Resolução CNPC nº 50/2022 atendeu demandas históricas de participantes e fundos de pensão, ao mesmo tempo em que buscou equilibrar proteção previdenciária de longo prazo com a necessidade de liquidez em situações específicas. Em última análise, a medida fortalece a atratividade da previdência complementar, reduz a chance de desligamentos definitivos e contribui para tornar o sistema mais adaptado às necessidades reais dos trabalhadores.

FASE III: CUSTOMIZAÇÃO

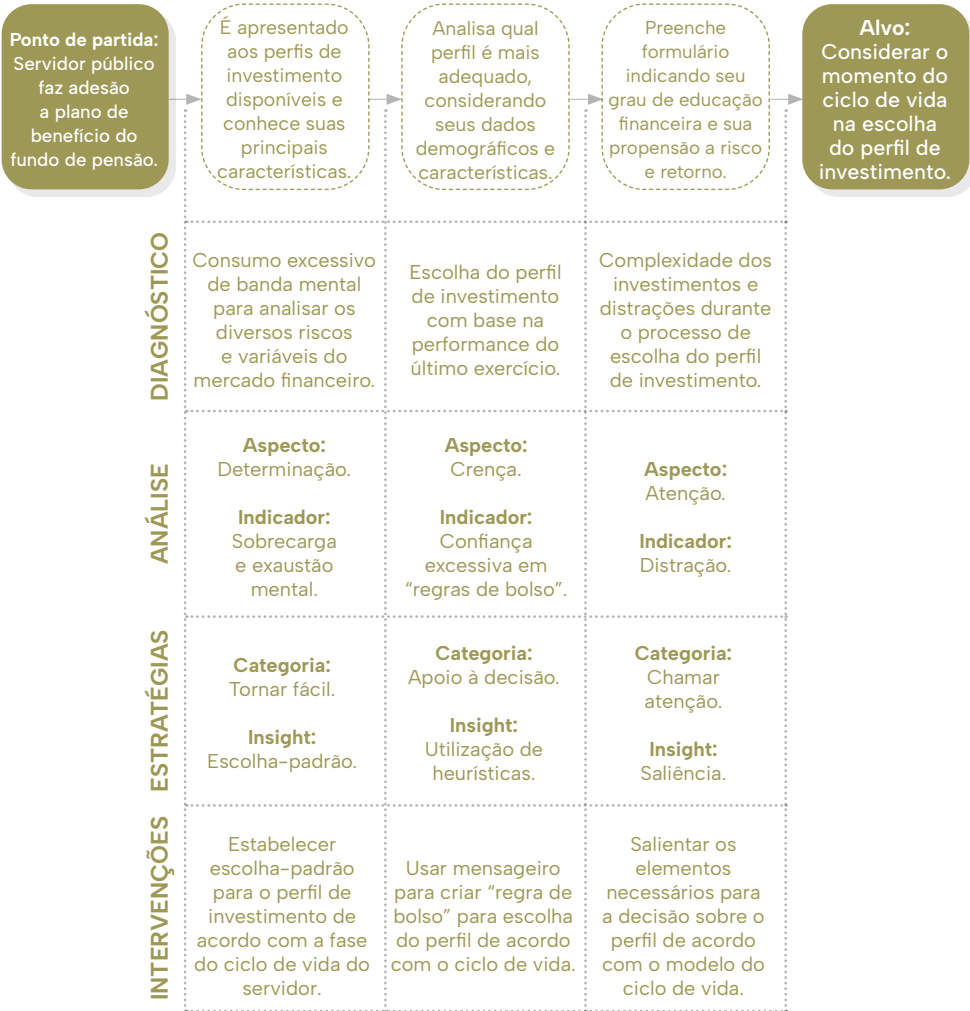
Na previdência complementar, os participantes enfrentam decisões que influenciam diretamente a customização da sua renda futura e da proteção de seus familiares. A primeira delas é o investimento, no qual é necessário escolher entre diferentes perfis de risco e retorno das carteiras oferecidas pelo plano. Essa decisão deve considerar o estágio no ciclo de vida, a propensão ao risco e a situação financeira individual, pois escolhas desalinhadas podem comprometer a formação do benefício.

Outra escolha fundamental envolve o benefício, já que o segurado precisa definir a forma de cálculo da renda na aposentadoria, podendo inclusive sacar parte dos recursos acumulados à vista. Há ainda a decisão sobre a tributação: no regime regressivo, a alíquota do imposto de renda diminui quanto maior for o tempo de acumulação; no progressivo, cresce conforme o valor recebido. Por fim, os dependentes devem ser designados ativamente, pois, diferentemente do RGPS e RPPS, o fundo de pensão permite maior flexibilidade nessa escolha.



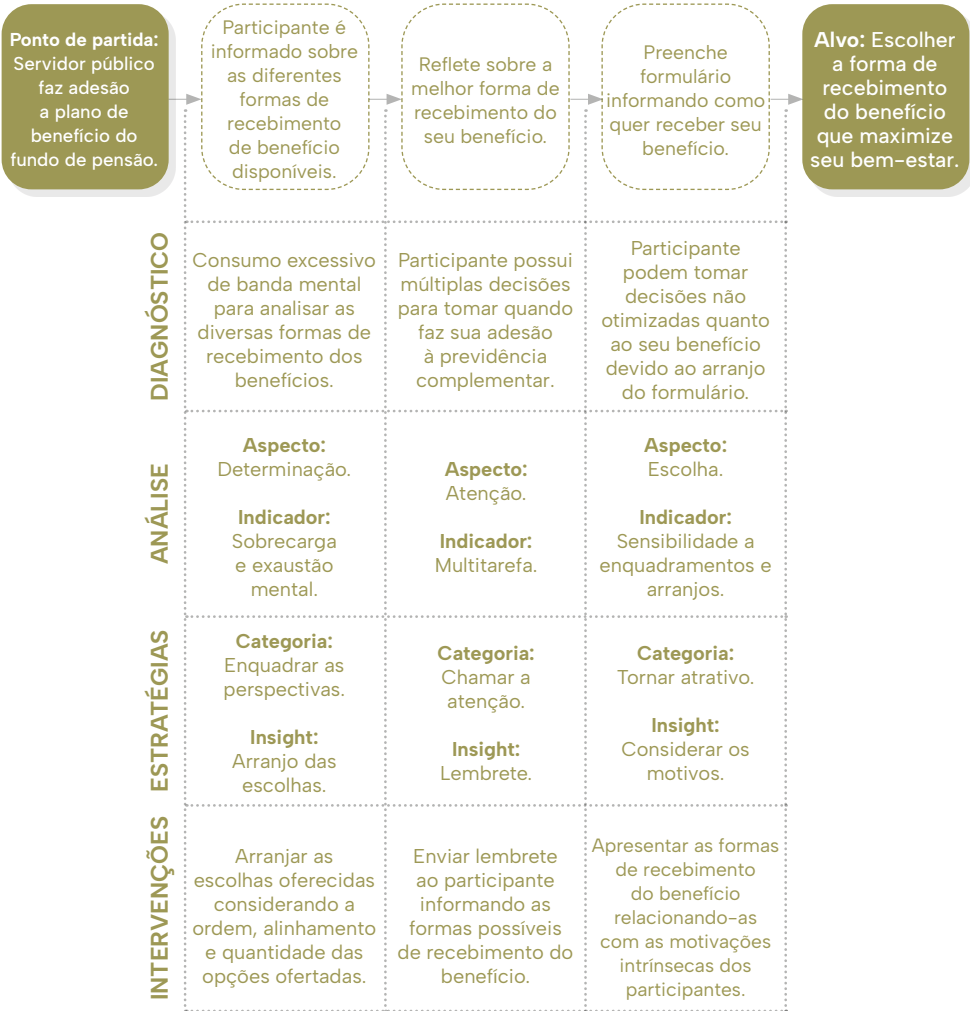
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE – INVESTIMENTO

Ao escolher o perfil de investimento, vários participantes desconsideram seu momento no ciclo de vida. Essa decisão expõe a riscos de volatilidade, liquidez e rentabilidade que impactam diretamente o benefício futuro. O problema reflete baixa literacia financeira e dificuldade em alinhar risco e retorno às necessidades previdenciárias de cada etapa da vida.



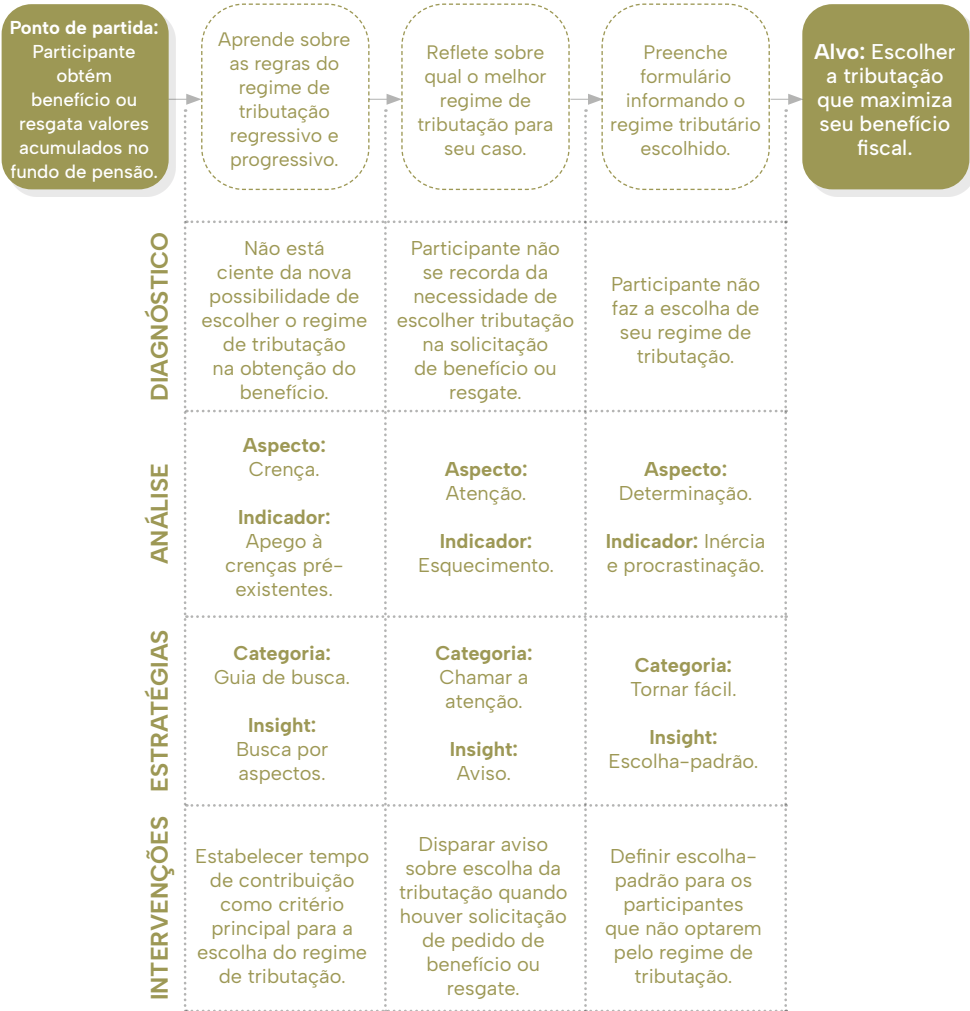
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE – BENEFÍCIO

Participantes frequentemente não escolhem ativamente a forma de recebimento de seus benefícios, mesmo sendo uma decisão crucial para organizar as finanças na aposentadoria. Essa omissão pode resultar em escolhas automáticas menos vantajosas, comprometendo a eficiência no uso dos recursos acumulados e a tranquilidade financeira ao longo do tempo.



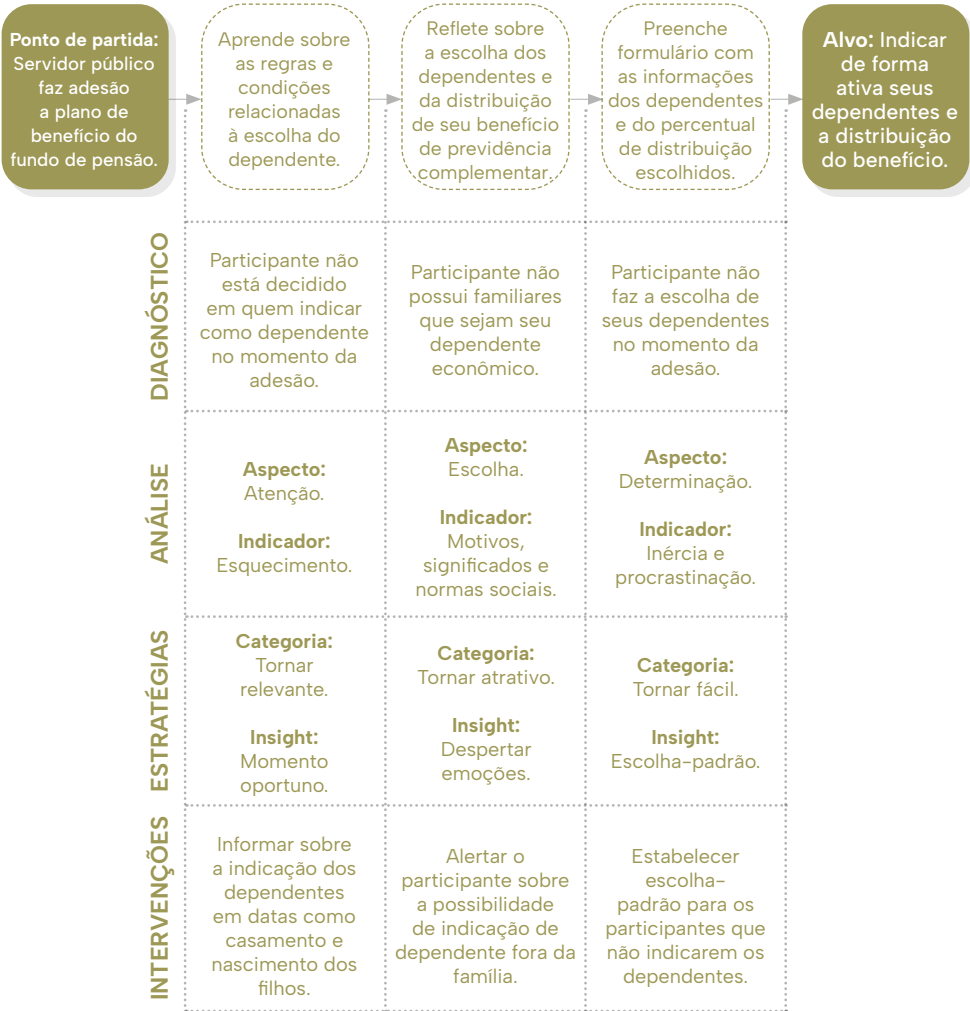
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE – TRIBUTAÇÃO

A escolha equivocada do regime de tributação, feita sem considerar características pessoais e horizonte de recebimento, impede a maximização dos benefícios fiscais. Muitos participantes optam por padrões imediatos ou por falta de orientação adequada, deixando de aproveitar vantagens que poderiam aumentar sua renda líquida na aposentadoria.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE – DEPENDENTES

Ao não designar ativamente seus dependentes, os participantes arriscam comprometer seu planejamento sucessório e familiar. Essa omissão pode gerar disputas jurídicas, atrasos na liberação de benefícios e insegurança financeira para aqueles que dependem da proteção previdenciária, evidenciando um problema de falta de engajamento em decisões de longo prazo.



ESTUDO DE CASO: ALTERAÇÃO DO MOMENTO DE ESCOLHA DO REGIME TRIBUTÁRIO

Antes de 2024, a opção pelo regime de tributação progressivo ou regressivo relacionado à previdência complementar no Brasil precisava ser feita no momento da adesão ao plano de previdência complementar, geralmente um momento em que os participantes dos fundos de pensão ainda não têm clareza sobre por quanto tempo permanecerá como servidor desse ente federativo, qual será sua renda no futuro e seu tempo total de contribuição.

Com a promulgação da Lei nº 14.803 em janeiro de 2024, que alterou a forma de opção do regime tributário permitindo que os participantes e assistidos de plano de previdência complementar, optem pelo regime de tributação no momento da obtenção do benefício ou do primeiro resgate dos valores acumulados na previdência complementar, quando já possuem informações mais concretas sobre sua situação financeira e previdenciária.

Assim, essa medida diminui os erros de previsão dos participantes e o risco de arrependimento pela escolha do regime tributário, que é uma decisão irretratável, isto é, uma vez escolhida não pode ser alterada. O participante agora pode avaliar as duas opções com base em dados concretos no momento da aposentadoria ou resgate, aumentando o senso de autonomia e de tomada de decisão mais informada.

A aplicação do insight comportamental do momento oportuno como estratégia para otimizar a decisão sobre o regime tributário reduziu também o efeito de miopia temporal, no qual os indivíduos tendem a dar mais peso ao presente do que ao futuro e tomam decisões precipitadas no momento da adesão ao fundo de pensão.

Adicionalmente, a possibilidade de escolher o regime tributário no momento da obtenção do benefício ou do primeiro resgate diminuiu o desconforto causado nos participantes pela aversão à ambiguidade, bem como a ocorrência de escolhas mal-informadas causadas pela necessidade de tomar decisões sem possuir todas as informações relevantes no momento da escolha.

Para os participantes que não tinham exercido a opção pelo regime tributário até a publicação da referida lei, permitiu-se que a opção seja feita pelos seus assistidos, beneficiários ou representantes legais, quando atendidos os requisitos necessários para a obtenção do benefício ou do resgate.

Por fim, os participantes que fizeram a opção pelo regime de tributação antes da publicação dessa lei poderão exercer novamente a opção pelo regime de tributação até o momento da obtenção do benefício ou da requisição do primeiro resgate.

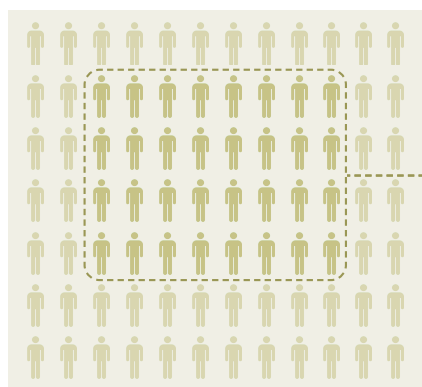
EXPERIMENTO: TESTE DE INTERVENÇÕES COMPORTAMENTAIS

O experimento a seguir, desenvolvido em parceria com a CINCO/MGI, testou intervenções comportamentais na escolha do perfil de investimento em fundos de pensão. Participantes foram randomizados em quatro grupos e responderam ao formulário de Análise de Perfil do Investidor. O objetivo foi verificar se as intervenções aumentavam a adesão ao perfil compatível com o ciclo de vida e como características individuais dos participantes influenciavam as escolhas.

Foram coletadas respostas de 257 participantes, distribuídos aleatoriamente em quatro grupos paralelos: um grupo de controle, sem intervenção, e três grupos experimentais que receberam intervenções baseadas em insights comportamentais distintos — escolha-padrão, saliência e mensageiro.

A variável dependente foi a escolha do perfil de investimento no formulário de Análise de Perfil do Investidor (API), comparada ao perfil recomendado pelo modelo do ciclo de vida (arrojado até 40 anos, moderado entre 41–60 e conservador acima de 61 anos).

O objetivo central foi verificar se as intervenções aumentariam a probabilidade de os participantes escolherem o perfil compatível com sua faixa etária, além de analisar como características individuais como idade, formação acadêmica e propensão ao risco influenciam essas escolhas.



N = 257

Grupo 1: Controle

Grupo de controle que não recebeu nenhuma intervenção, isto é, nenhum insight comportamental foi aplicado ao formulário dos respondentes deste grupo.

n = 72

Grupo 2: Escolha-padrão

Recebeu a intervenção comportamental da escolha-padrão, que apresentou a opção de perfil de investimento automaticamente preenchida com o perfil de investimento indicado pelo modelo do ciclo de vida.

n = 62

Grupo 3: Saliência

Recebeu a intervenção comportamental conhecida como saliência, que destacou e deu relevância para as principais variáveis que o respondente precisaria articular para escolher seu perfil de investimento de acordo com o modelo do ciclo de vida.

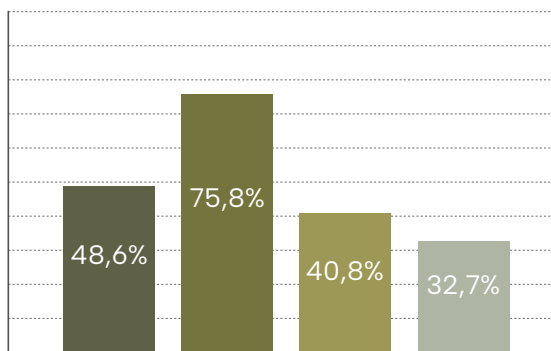
n = 71

Grupo 4: Mensageiro

Recebeu a intervenção comportamental do mensageiro, caracterizada por uma comunicação em que a pessoa que comunica usa sua influência para direcionar os respondentes para a escolha do perfil de investimento indicada pelo modelo do ciclo de vida.

n = 52

Escolha do perfil de investimento conforme modelo do ciclo de vida



Insights comportamentais

Gráfico: Escolha do perfil de investimento conforme modelo do ciclo de vida (%)

Legenda

- Controle
- Escolha-padrão
- Saliência
- Mensageiro

Nesse experimento, a escolha-padrão foi a intervenção mais eficaz, robusta e recomendada para direcionar os participantes a optarem por perfis de investimento compatíveis com o modelo do ciclo de vida. Além disso, esse experimento apresentou evidências de que características individuais, como idade, escolaridade e propensão ao risco, influenciam as escolhas, reforçando a necessidade de políticas previdenciárias que reconheçam a diversidade dos participantes e evitem soluções homogêneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas nesta cartilha reforçam o potencial das ciências comportamentais como uma poderosa lente analítica para aprimorar as políticas de previdência complementar dos entes federativos no Brasil. Ao integrar metodologias nacionais e internacionais, a legitimidade das intervenções é fortalecida e sua aplicabilidade ampliada, tornando as políticas públicas mais consistentes e viáveis institucionalmente.

É importante destacar que essa aplicação deve sempre estar alicerçada em princípios éticos e de transparência, para que os participantes percebam as intervenções como apoios que fortalecem sua autonomia e capacidade de decisão.

Assim, esta cartilha aponta caminhos para consolidar uma agenda de inovação em políticas públicas, combinando análise, arranjos institucionais e o compromisso com o bem-estar coletivo. Em um contexto de desafios crescentes para a previdência no Brasil e no mundo, a incorporação dessa abordagem representa uma oportunidade concreta de construir políticas mais sustentáveis, humanas e eficazes, capazes de apoiar os cidadãos ao longo de suas trajetórias de vida.

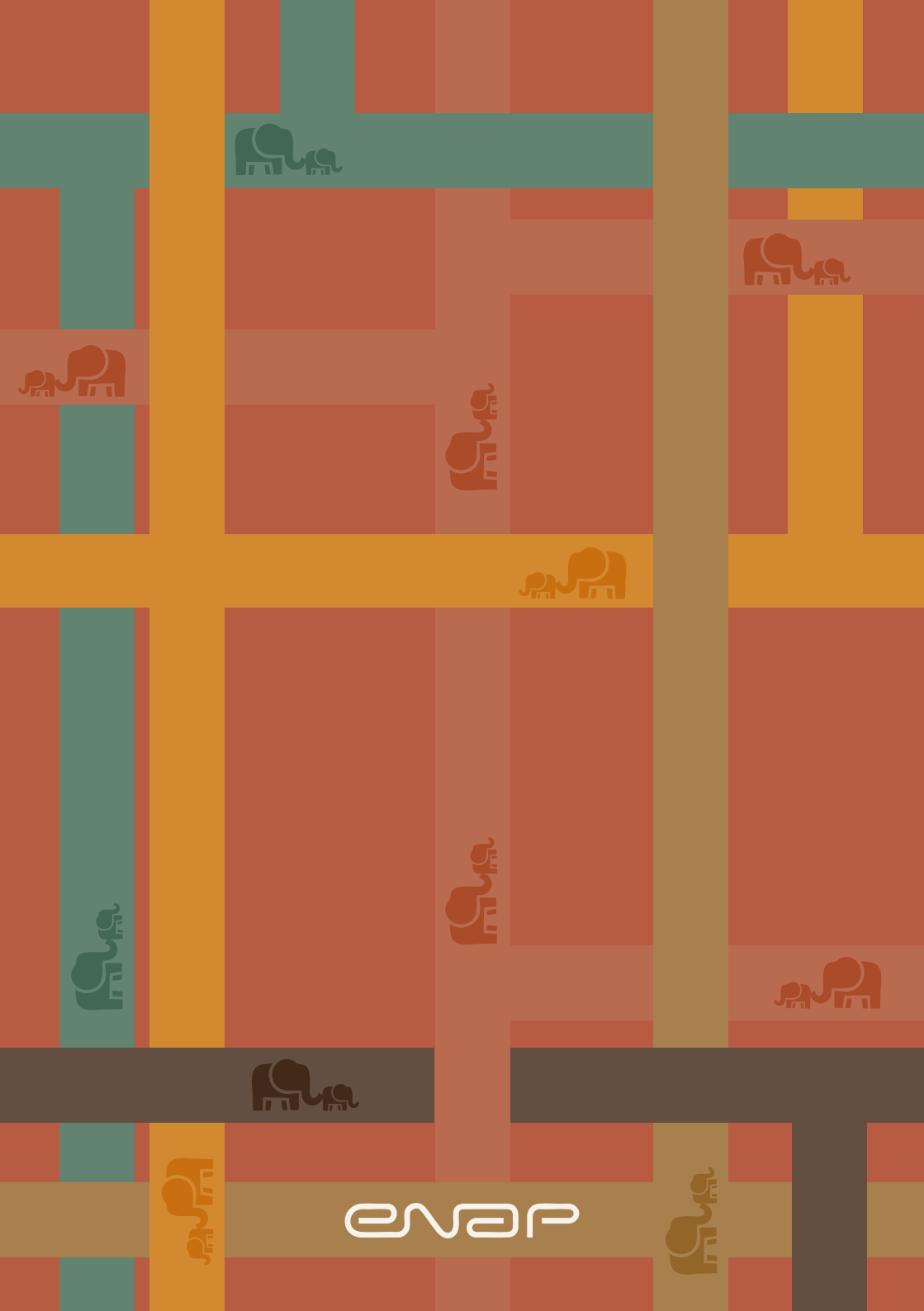
QUER SABER MAIS SOBRE O TEMA?

Para saber mais, clique e acesse os portais: [BASIC](#), [BIT](#), [CINCO/MGI](#), [iNudgeyou](#), [SIMPLESMENTE](#).

Acesse também a versão completa do trabalho da Cartilha através [deste](#) link!

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 2015: Mind, Society, and Behavior**. WB, 2025. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20597> Acesso em: 29 ago. 2025.
- BANCO MUNDIAL. **Subnational civil servant pension schemes in Brazil: context, history, and lessons of reform**. p. 84, 2022. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099550004042224301> Acesso em: 31 ago. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS 2023/2024**. Brasília, DF: MPS, nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/aeps>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social – Secretaria de Regime Próprio e Complementar. **Painel de Acompanhamento da Implementação do RPC pelos Entes Federativos**. Brasília, DF: MPS, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/painel-de-acompanhamento-da-implementacao-do-rpc-pelos-entes-federativos>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- BRASIL. **Resolução CNPC nº 50, de 16 de fevereiro de 2022**. Dispõe sobre a elaboração e divulgação da política de investimentos pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC. Brasília, DF: Conselho Nacional de Previdência Complementar, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-50-de-16-de-fevereiro-de-2022-380028343>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 14.803, de 10 de janeiro de 2024**. Altera as Leis nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a opção do regime de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14803.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.
- CAMPOS FILHO, Antonio Claret; SIGORA, João; BONDUKI, Manuel. **Ciências comportamentais e políticas públicas: o uso do SIMPLES MENTE em projetos de inovação**. Brasília: Enap, 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5219> Acesso em: 31 ago. 2025.
- COORDENAÇÃO GERAL DE INOVAÇÃO E CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS (CINCO). **Guia Metodológico CINCO. 2025**. Acesso em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/inovacao-governamental-carreiras-transversais/inovacao-governamental/cinco/cincopedia/guia-metodologico/view> Acesso em: 31 ago. 2025.
- HALLSWORTH, Michael. A manifesto for applying behavioural science. **Nature Human Behaviour**, v. 7, n. 3, p. 310–322, 2023.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Tools and Ethics for Applied Behavioural Insights: The BASIC Toolkit**. OECD Publishing, Paris, 2019. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/tools-and-ethicsfor-applied-behavioural-insights-the-basictoolkit_9ea76a8f-en.html Acesso em: 31 ago. 2025.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recommendation of the Council for the Good Design of Defined Contribution Pension Plans**. OECD Publishing, Paris, 2022. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0467>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 6.243, de 21 de maio de 2012**. Dispõe sobre a instituição do Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://alerjln.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/5c51fc76818621e883257a0b005ca92f?OpenDocument>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- THALER, Richard H.; BENARTZI, Shlomo. Save more tomorrow™: Using behavioral economics to increase employee saving. **Journal of political Economy**, v. 112, n. S1, p. S164–S187, 2004.



enap

Perfis de Investimento

Formulário de Análise de Perfil do Investidor (API) para implementação de perfis de investimento em fundo de pensão.

* Indica uma pergunta obrigatória



1. Data de nascimento: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

2. Sexo: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Masculino

☐ Feminino

3. 1 - Qual percentual de sua renda você investe regularmente? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 10%
- ☐ Entre 11% e 20%
- ☐ Entre 21% e 30%
- ☐ Entre 31% e 40%
- ☐ Acima de 40%

4. 2 - Qual o objetivo e horizonte de tempo da sua carteira de investimentos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ O objetivo é rentabilizar o patrimônio no longo prazo, não tenho pretensão de modificar os investimentos antes de 5 anos.
- ☐ O objetivo é rentabilizar o patrimônio no longo prazo, não tenho pretensão de modificar os investimentos antes de 2 anos.
- ☐ Poderá alterar ou resgatar investimentos em até 6 meses.
- ☐ Procurar as melhores oportunidades no mercado e com a possibilidade de modificar a carteira de investimentos mensalmente.
- ☐ Alterar os investimentos de acordo com as flutuações diárias do mercado financeiro.

5. 3 - Qual a sua formação acadêmica? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

6. 4 - Como classificaria sua experiência com investimentos? *



Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não possuo experiência
- ☐ Tenho pouca experiência em investimentos em geral
- ☐ Tenho experiência com investimentos com pouca probabilidade de perda
- ☐ Tenho experiência com investimentos com média probabilidade de perda
- ☐ Sinto-me seguro em tomar minhas decisões de investimento e estou apto a entender e ponderar os riscos associados

7. 5 - Dentre as opções abaixo, qual melhor define seu objetivo de investimento? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ O objetivo é obter um retorno suficiente para compensar a inflação, mantendo o valor real do capital constante, sem se expor a um nível de risco elevado.
- ☐ O objetivo é obter um retorno constante como fonte de renda, gerando um rendimento regular, aceitando um nível de risco moderado.
- ☐ O objetivo é obter um retorno acima da inflação, resultando no aumento do capital investido, aceitando incorrer em alto nível de risco.

8. 6 - Dentre as opções de investimento abaixo, e seus respectivos possíveis rendimentos, qual representaria sua opção de investimento preferida? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Fundo de Investimento A - Médio 8,00% | Máximo 8,80% | Mínimo 7,20%
- ☐ Fundo de Investimento B - Médio 11,20% | Máximo 12,90% | Mínimo 2,10%
- ☐ Fundo de Investimento C - Médio 14,50% | Máximo 18,00% | Mínimo -5,00%
- ☐ Fundo de Investimento D - Médio 18,00% | Máximo 30,00% | Mínimo -20,00%
- ☐ Fundo de Investimento E - Médio 25,00% | Máximo 75,00% | Mínimo -45,00%

9. 7 - Indique se possui experiência nas seguintes opções de investimentos abaixo: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Ações ou Participações Societárias
- ☐ Derivativos
- ☐ CDB
- ☐ Fundos de Investimento de Ações
- ☐ Fundos de Investimento Multimercado
- ☐ Fundos de Investimento de Renda Fixa
- ☐ Fundos de Investimento de Renda Fixa Médio e Alto Risco
- ☐ Fundos de Previdência
- ☐ Fundos DI
- ☐ Títulos Públicos
- ☐ Imóveis
- ☐ Poupança
- ☐ Não costumo realizar investimentos

10. 8 - Informe abaixo a opção que contenha o mês de seu nascimento: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Janeiro | Fevereiro | Março *Pular para a pergunta 11*
- ☐ Abril | Maio | Junho *Pular para a pergunta 15*
- ☐ Julho | Agosto | Setembro *Pular para a pergunta 25*
- ☐ Outubro | Novembro | Dezembro *Pular para a pergunta 29*

Escolha do perfil de investimento

11. 9 - Qual sua faixa de idade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 20 anos
- ☐ De 21 a 30 anos
- ☐ De 31 a 40 anos
- ☐ De 41 a 50 anos
- ☐ De 51 a 60 anos
- ☐ Mais de 61 anos

12. 10 - Qual perfil de investimento você gostaria que fosse investido seus recursos acumulados no fundo de pensão? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Perfil Conservador - Prefere não correr riscos com seus investimentos e está confortável com um retorno mais baixo.
- ☐ Perfil Moderado - Aceita perdas mínimas a curto prazo para obter um ganho ligeiramente acima da média no longo prazo.
- ☐ Perfil Arrojado - Aceita perdas moderadas no curto prazo para obter uma ganho acima da média no longo prazo.

13. Área de atuação: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Iniciativa Privada
- ☐ Administração Pública
- ☐ Outro: _____

14. Estado de residência: *

 Dropdown

Marcar apenas uma oval.

☐ AC

☐ AL

☐ AP

☐ AM

☐ BA

☐ CE

☐ DF

☐ ES

☐ GO

☐ MA

☐ MT

☐ MS

☐ MG

☐ PA

☐ PB

☐ PR

☐ PE

☐ PI

☐ RJ

☐ RN

☐ RS

☐ RO

☐ RR

☐ SC

☐ SP

☐ SE

☐ TO

Escolha do perfil de investimento

15. 9 - Qual sua faixa de idade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 20 anos *Pular para a pergunta 22*
- ☐ De 21 a 30 anos *Pular para a pergunta 22*
- ☐ De 31 a 40 anos *Pular para a pergunta 22*
- ☐ De 41 a 50 anos *Pular para a pergunta 19*
- ☐ De 51 a 60 anos *Pular para a pergunta 19*
- ☐ Mais de 61 anos *Pular para a pergunta 16*

Escolha do perfil de investimento

16. 10 - De acordo com o modelo de ciclo de vida de perfil de investimento, você * está alocado no **Perfil Conservador**, que é a recomendação técnica mais adequada para participantes com a mesma faixa de idade que a sua. Nesse modelo, que acompanha o ciclo de vida financeiro dos participantes, o risco está ligado ao conceito de horizonte de tempo e é ajustado de acordo com a fase de vida de cada um.

Quanto mais longe da aposentadoria, maior será a participação de investimentos de longo prazo. Quanto mais perto da aposentadoria, maior será a participação de Investimentos com maturação no curto prazo, afinal, logo você precisará do dinheiro acumulado para complementar a sua renda.

O objetivo é maximizar sua rentabilidade no início da carreira, oferecendo uma carteira de investimentos com mais estabilidade perto dos anos finais de investimento.

Importante salientar que você não precisa necessariamente manter o perfil recomendado. Adicionalmente, você terá a oportunidade de alterar seu perfil de investimento uma vez por ano.

Mantenha a opção abaixo que foi automaticamente assinalada caso deseje manter a alocação conforme o modelo de ciclo de vida ou informe qual o perfil de investimento de sua preferência.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Perfil Conservador - Prefere não correr riscos com seus investimentos e está confortável com um retorno mais baixo.
- ☐ Perfil Moderado - Aceita perdas mínimas a curto prazo para obter um ganho ligeiramente acima da média no longo prazo.
- ☐ Perfil Arrojado - Aceita perdas moderadas no curto prazo para obter uma ganho acima da média no longo prazo.

17. Área de atuação: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Iniciativa Privada
- ☐ Administração Pública
- ☐ Outro: _____

18. Estado de residência: *

Dropdown

Marcar apenas uma oval.

☐ AC

☐ AL

☐ AP

☐ AM

☐ BA

☐ CE

☐ DF

☐ ES

☐ GO

☐ MA

☐ MT

☐ MS

☐ MG

☐ PA

☐ PB

☐ PR

☐ PE

☐ PI

☐ RJ

☐ RN

☐ RS

☐ RO

☐ RR

☐ SC

☐ SP

☐ SE

☐ TO

Escolha do perfil de investimento

19. 10 - De acordo com o modelo de ciclo de vida de perfil de investimento, você * está alocado no **Perfil Moderado**, que é a recomendação técnica mais adequada para participantes com a mesma faixa de idade que a sua. Nesse modelo, que acompanha o ciclo de vida financeiro dos participantes, o risco está ligado ao conceito de horizonte de tempo e é ajustado de acordo com a fase de vida de cada um.

Quanto mais longe da aposentadoria, maior será a participação de investimentos de longo prazo. Quanto mais perto da aposentadoria, maior será a participação de Investimentos com maturação no curto prazo, afinal, logo você precisará do dinheiro acumulado para complementar a sua renda.

O objetivo é maximizar sua rentabilidade no início da carreira, oferecendo uma carteira de investimentos com mais estabilidade perto dos anos finais de investimento.

Importante salientar que você não precisa necessariamente manter o perfil recomendado. Adicionalmente, você terá a oportunidade de alterar seu perfil de investimento uma vez por ano.

Mantenha a opção abaixo que foi automaticamente assinalada caso deseje manter a alocação conforme o modelo de ciclo de vida ou informe qual o perfil de investimento de sua preferência.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Perfil Conservador - Prefere não correr riscos com seus investimentos e está confortável com um retorno mais baixo.
- ☐ Perfil Moderado - Aceita perdas mínimas a curto prazo para obter um ganho ligeiramente acima da média no longo prazo.
- ☐ Perfil Arrojado - Aceita perdas moderadas no curto prazo para obter uma ganho acima da média no longo prazo.

20. Área de atuação: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Iniciativa Privada
- ☐ Administração Pública
- ☐ Outro: _____

21. Estado de residência: *

Dropdown

Marcar apenas uma oval.

☐ AC

☐ AL

☐ AP

☐ AM

☐ BA

☐ CE

☐ DF

☐ ES

☐ GO

☐ MA

☐ MT

☐ MS

☐ MG

☐ PA

☐ PB

☐ PR

☐ PE

☐ PI

☐ RJ

☐ RN

☐ RS

☐ RO

☐ RR

☐ SC

☐ SP

☐ SE

☐ TO

Escolha do perfil de investimento

22. 10 - De acordo com o modelo de ciclo de vida de perfil de investimento, você * está alocado no **Perfil Arrojado**, que é a recomendação técnica mais adequada para participantes com a mesma faixa de idade que a sua.

Nesse modelo, que acompanha o ciclo de vida financeiro dos participantes, o risco está ligado ao conceito de horizonte de tempo e é ajustado de acordo com a fase de vida de cada um.

Quanto mais longe da aposentadoria, maior será a participação de investimentos de longo prazo. Quanto mais perto da aposentadoria, maior será a participação de Investimentos com maturação no curto prazo, afinal, logo você precisará do dinheiro acumulado para complementar a sua renda.

O objetivo é maximizar sua rentabilidade no início da carreira, oferecendo uma carteira de investimentos com mais estabilidade perto dos anos finais de investimento.

Importante salientar que você não precisa necessariamente manter o perfil recomendado. Adicionalmente, você terá a oportunidade de alterar seu perfil de investimento uma vez por ano.

Mantenha a opção abaixo que foi automaticamente assinalada caso deseje manter a alocação conforme o modelo de ciclo de vida ou informe qual o perfil de investimento de sua preferência.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Perfil Conservador - Prefere não correr riscos com seus investimentos e está confortável com um retorno mais baixo.
- ☐ Perfil Moderado - Aceita perdas mínimas a curto prazo para obter um ganho ligeiramente acima da média no longo prazo.
- ☐ Perfil Arrojado - Aceita perdas moderadas no curto prazo para obter uma ganho acima da média no longo prazo.

23. Área de atuação: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Iniciativa Privada
- ☐ Administração Pública
- ☐ Outro: _____

24. Estado de residência: *

 Dropdown

Marcar apenas uma oval.

☐ AC

☐ AL

☐ AP

☐ AM

☐ BA

☐ CE

☐ DF

☐ ES

☐ GO

☐ MA

☐ MT

☐ MS

☐ MG

☐ PA

☐ PB

☐ PR

☐ PE

☐ PI

☐ RJ

☐ RN

☐ RS

☐ RO

☐ RR

☐ SC

☐ SP

☐ SE

☐ TO

Escolha do perfil de investimento

25. 9 - Qual sua faixa de idade? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Até 20 anos

☐ De 21 a 30 anos

☐ De 31 a 40 anos

☐ De 41 a 50 anos

☐ De 51 a 60 anos

☐ Mais de 61 anos

Escolha do perfil de investimento

26. 10 - A escolha do perfil de investimento é uma **decisão crucial** para o **futuro** da sua previdência complementar. Assim como cada fase da vida financeira exige diferentes estratégias, a seleção do perfil de investimento adequado pode impactar significativamente seus rendimentos e sua tranquilidade ao longo dos anos.

Um dos principais fatores a **considerar** ao fazer essa escolha é a **sua idade** e o **momento atual no ciclo de vida financeiro**, além de avaliar sua **tolerância ao risco** e seus **objetivos de longo prazo**.

Participantes mais **jovens**, que ainda têm um longo período até a aposentadoria, geralmente podem optar por perfis de investimento com **maior exposição a riscos**, visando obter retornos mais elevados no longo prazo.

Para os participantes que não **são mais tão jovens**, mas ainda **possuem um tempo considerável até a aposentadoria**, uma carteira com **perfil mais moderado** pode ser uma boa opção.

Por outro lado, aqueles **mais próximos da aposentadoria** devem buscar **perfis mais conservadores**, priorizando a preservação do patrimônio acumulado.

Qual perfil de investimento você gostaria que fosse investido seus recursos acumulados no fundo de pensão?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Perfil Conservador - Prefere não correr riscos com seus investimentos e está confortável com um retorno mais baixo.
- ☐ Perfil Moderado - Aceita perdas mínimas a curto prazo para obter um ganho ligeiramente acima da média no longo prazo.
- ☐ Perfil Arrojado - Aceita perdas moderadas no curto prazo para obter uma ganho acima da média no longo prazo.

27. Área de atuação: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Iniciativa Privada
- ☐ Administração Pública
- ☐ Outro: _____

28. Estado de residência: *

 Dropdown

Marcar apenas uma oval.

☐ AC

☐ AL

☐ AP

☐ AM

☐ BA

☐ CE

☐ DF

☐ ES

☐ GO

☐ MA

☐ MT

☐ MS

☐ MG

☐ PA

☐ PB

☐ PR

☐ PE

☐ PI

☐ RJ

☐ RN

☐ RS

☐ RO

☐ RR

☐ SC

☐ SP

☐ SE

☐ TO

Escolha do perfil de investimento

29. 9 - Qual sua faixa de idade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 20 anos *Pular para a pergunta 30*
- ☐ De 21 a 30 anos *Pular para a pergunta 30*
- ☐ De 31 a 40 anos *Pular para a pergunta 30*
- ☐ De 41 a 50 anos *Pular para a pergunta 30*
- ☐ De 51 a 60 anos *Pular para a pergunta 30*
- ☐ Mais de 61 anos *Pular para a pergunta 30*

Escolha do perfil de investimento

30. 10 - Como **Diretor de Investimentos** do fundo de pensão, gostaria de expressar * a minha sincera preocupação com o futuro financeiro de cada um de vocês e de suas famílias.

A escolha do perfil de investimento é um dos fatores mais importantes para o sucesso de sua previdência complementar. Entender o seu momento atual no ciclo de vida financeiro e a sua idade são elementos chave nessa decisão.

Para os participantes mais jovens, há uma oportunidade de adotar perfis de maior risco, que, embora possam ter maior volatilidade no curto prazo, tendem a oferecer retornos superiores no longo prazo.

Já aqueles que se aproximam da aposentadoria, podem se sentir mais confortáveis com perfis mais moderados, se estiverem mais perto da metade do ciclo de vida, ou conservadores, focados em proteger o patrimônio acumulado daqueles que já estão mais para o final do ciclo.

Minha orientação como especialista em investimentos é que você escolha um perfil que se alinhe não só com suas expectativas de retorno, mas também com sua tolerância ao risco e sua realidade financeira.

Atenciosamente,

Diretor de Investimentos

Qual perfil de investimento você gostaria que fosse investido seus recursos acumulados no fundo de pensão?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Perfil Conservador - Prefere não correr riscos com seus investimentos e está confortável com um retorno mais baixo.
- ☐ Perfil Moderado - Aceita perdas mínimas a curto prazo para obter um ganho ligeiramente acima da média no longo prazo.
- ☐ Perfil Arrojado - Aceita perdas moderadas no curto prazo para obter uma ganho acima da média no longo prazo.

31. Área de atuação: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Iniciativa Privada

☐ Administração Pública

☐ Outro: _____

32. Estado de residência: *

 Dropdown

Marcar apenas uma oval.

☐ AC

☐ AL

☐ AP

☐ AM

☐ BA

☐ CE

☐ DF

☐ ES

☐ GO

☐ MA

☐ MT

☐ MS

☐ MG

☐ PA

☐ PB

☐ PR

☐ PE

☐ PI

☐ RJ

☐ RN

☐ RS

☐ RO

☐ RR

☐ SC

☐ SP

☐ SE

☐ TO

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários